



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

O DISCURSO POLÍTICO DA LUTA CONTRA A POBREZA: UMA
ANÁLISE DE SUA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO NO CONTEXTO
BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

SÃO CARLOS
2016



Universidade Federal de São Carlos

Carlos Alberto Turati

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

**O DISCURSO POLÍTICO DA LUTA CONTRA A POBREZA: UMA
ANÁLISE DE SUA PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO
CONTEMPORÂNEO**

Carlos Alberto Turati
Bolsista: Fundação de Amparo à Pesquisa do
Estado de São Paulo – FAPESP, processo nº
2012/16355-0.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Linguística da Universidade Federal de São
Carlos
como parte dos requisitos para a obtenção do Título
de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Félix Piovezani Filho

São Carlos - São Paulo - Brasil
2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T929d Turati, Carlos Alberto
O discurso político da luta contra a pobreza : uma
análise de sua produção e circulação no contexto
brasileiro contemporâneo / Carlos Alberto Turati. --
São Carlos : UFSCar, 2016.
202 p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2016.

1. Discurso da luta contra a pobreza. 2. Discurso
político. 3. Análise do discurso. 4. Contradição
ideológica. 5. Produção de consenso. I. Título.

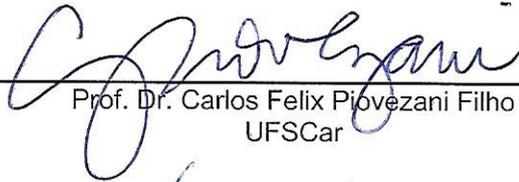


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

• Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Carlos Alberto Turati, realizada em 23/03/2016:



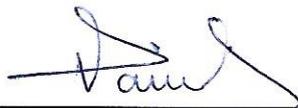
Prof. Dr. Carlos Felix Piovezani Filho
UFSCar



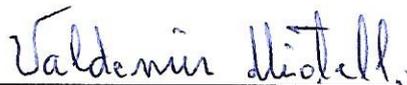
Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi Fontana
UNICAMP



Profa. Dra. Marina Célia Mendonça
UNESP



Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini
UFSCar



Prof. Dr. Valdemir Miotello
UFSCar

Dedicatória

*Aos meus pais, Maurício e Tereza,
Sempre*

Agradecimentos

Especialmente ao meu orientador, Carlos Piovezani, pela sua generosidade e extremada dedicação, pela sua compreensão nos momentos difíceis do trabalho e da vida, pela amizade que construímos. Esses anos de trabalho conjunto e de outras vivências só poderiam resultar em estima e admiração. O Carlos é uma pessoa que vale a pena conhecer de perto.

Ao professor Valdemir Miotello, meu orientador no Mestrado, por ter apostado em mim quando era um desconhecido, pela amizade que construímos, pela parceria de trabalho e pelos ensinamentos valiosos.

À professora Marina Célia Mendonça e ao Valdemir Miotello por contribuírem efetivamente para a melhoria do trabalho com seus comentários, suas sugestões e críticas feitas no Exame de Qualificação e por participarem da Defesa da Tese.

Às professoras Mônica Graciela Zoppi-Fontana e Vanice Maria Oliveira Sargentini por aceitarem meu convite e se disponibilizarem a participar da Defesa da Tese.

Ao professor Mariano Dagatti, pela leitura atenta, pelos comentários precisos e sugestões de leitura que enriqueceram o trabalho, pela semana de estudos em Buenos Aires, pelas reuniões e cafés e por me apresentar essa sua querida cidade.

Aos professores do Departamento de Letras, Carlos Piovezani, Cristine Gorski Severo, Dirceu Cleber Conde, Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale, Gladis Maria de Barcellos Almeida, Luzmara Curcino Ferreira, Maria Isabel de Moura, Mônica Baltazar Diniz Signori, Nelson Viana, Oto Araújo Vale, Roberto Leiser Baronas, Soeli Maria Schreiber da Silva, Valdemir Miotello, Vanice Maria Oliveira Sargentini, com quem tive a oportunidade de cursar disciplinas, ouvir palestras e apresentações, de conviver e muito aprender.

À professora Marie-Anne Paveau por ter me acolhido e co-orientado durante o estágio de pesquisa na França.

À professora de Linguística da graduação, Regina Paschoal Lima, minha primeira orientadora no trabalho de pesquisa, pela amizade, pelo incentivo e por mostrar que o estudo pode ser uma paixão.

Aos amigos e colegas dos grupos de estudo LABOR e do GEGE com quem pude compartilhar esses anos de formação, em especial, Alan, Aline, Camila, Cezinaldo, Denise, Diane, Fabrício, Felipe, Flávio, Lívia, Marina, Pajeú, Pedro, Radames, Rafael, Rosângela, Simone, Tati e Tiago.

Aos amigos da Pós com quem vivenciei esses anos. Ao Israel pelas contribuições com os projetos de pesquisa e sempre boas conversas. Ao Júlio pelas ciladas e vitórias compartilhadas e muitas risadas. Ao Nilson por tantas coisas, por me ajudar em momentos muito difíceis, por compartilhar alegrias, pelas intermináveis reflexões sociais nos almoços e cafés. E ao Samuel, pela amizade, pelo incentivo, pelos ensinamentos teóricos, pelas teorias da conspiração, pelo inesgotável bom humor.

Aos meus pais, Maurício e Tereza, pelo amor, pelo incentivo, pela admiração, pelo brilho nos olhos.

Às minhas irmãs e meu irmão, Josiane, Elaine, Viviane e Vinícius, pelo amor e admiração recíprocos. Aos cunhados Fábio, Helder e Mateus, pela amizade e admiração. Aos sobrinhos, Isabela, João e Matheus, pelo carinho. À Tati, por trazer alegria para minha vida.

À FAPESP por ter concedido financiamento para este trabalho e para o estágio de pesquisa no exterior.

Devemos lembrar a existência de um primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, a saber, que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de fazer história. Mas, para viver, é necessário antes de mais beber, comer, ter um tecto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de único fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos.
(Karl Marx)

Resumo

Em nossa pesquisa investigamos o discurso da luta contra a pobreza na esfera política brasileira contemporânea mediante a análise dos aspectos de sua constituição, formulação e circulação. Mais especificamente, tomamos como ponto de partida da análise um conjunto de falas da presidente Dilma Rousseff produzidas durante o ano de 2011, ano no qual o governo federal adotou o slogan *País rico é país sem pobreza* e fez da luta contra a pobreza um objetivo central das ações governamentais. Amparados no arcabouço teórico-metodológico da Análise do discurso e tendo como principal referência os trabalhos de Pêcheux, tomamos por pressuposto teórico que toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas. Assim sendo, consideramos a categoria da contradição material como condição constitutiva do processo discursivo de modo que a tomamos como princípio teórico que orienta a pesquisa e ao mesmo tempo como objeto de análise. A partir dessa perspectiva, buscamos primeiramente compreender algumas determinações históricas dos processos de produção de sentidos. Assim, identificamos no contexto da industrialização europeia que a forma hegemônica da luta contra a pobreza já em sua origem é constituída por uma gama de contradições que apontam que seu objetivo é antes de tudo um objetivo das classes dominantes, tendo no pensamento liberal clássico a base de sua formação. De forma análoga, identificamos que no contexto histórico dos problemas nacionais brasileiros, desde as atividades extrativistas até o capitalismo contemporâneo, determinados sentidos que relacionam a pobreza à ameaça pública e à violência, que a tomam por uma preocupação social e econômica indireta e que constituem o pobre como naturalmente incapaz caracterizam uma visão elitista e vertical sobre o problema. Em seguida investigamos como a forma contemporânea do discurso da luta contra a pobreza adquiriu um papel central na política brasileira, tornando-se uma espécie de imperativo categórico das ações políticas e discursivas. Procuramos identificar como esse discurso tem a sua reprodução hegemônica garantida, onde diferenças aparentes e naturalizadas servem para se sobrepor às contradições constitutivas que materializam os conflitos de classe geradores das desigualdades sociais. Assim, observamos como as formas de funcionamento do discurso da luta contra a pobreza configuram estratégias pelas quais suas contradições constitutivas

são rarefeitas, apagadas, deslocadas e esquecidas. Se a contradição primeira e mais aparente desse discurso consiste no fato de que ele se torna hegemônico sob o ditame e o impulso das instituições do dinheiro, em nossas análises pudemos observar que essa sua condição no campo político brasileiro tem sua eficácia garantida porque tal discurso funciona contraditoriamente como evidência, consenso e verdade a ser ensinada; silencia os agentes e os processos de exploração do capital, produzindo o consenso no interior das contradições e operando uma gestão da polêmica no interior do campo político; fundamenta-se na moral, subjetivando a pobreza; produz uma erosão de identidades coletivas de resistência; deslegitima politicamente os grupos organizados e os sujeitos individualizados em sua luta contra as desigualdades; e subjetiva o pobre como sujeito econômico em uma dimensão passiva.

Palavras-chave: Discurso da luta contra a pobreza; Discurso Político; Análise do discurso; Contradição ideológica; Produção de consenso; Efeito moral no processo discursivo.

Abstract

In our research, we investigate the discourse on the fight against poverty in the contemporary Brazilian political sphere, by analyzing the aspects of constitution, formulation and circulation of this discourse. More specifically, we take as a starting point, for the analysis, a set of speeches presented by President Dilma Rousseff in 2011, the year in which the federal government has adopted the slogan Rich country is country without poverty, and has made the fight against poverty a central goal of government actions. Supported by theoretical and methodological framework of Discourse Analysis and having as main reference the work of Michel Pêcheux, we take as a theoretical presupposition that all discursive practice is entered in contradictory-unequal- overdetermined complex of discursive formations that characterizes the ideological instance in given historical conditions. Therefore, we consider the category of the material contradiction as a constitutive condition of the discursive process, such that we consider it as a theoretical principle that guides the research and, at the same time, as the object of analysis. From this perspective, first we search to understand some historical determinations of the processes of meaning production. Thus, we identified in the context of European industrialization that the hegemonic form of the fight against poverty, already in its origin, is constituted by a set of contradictions that indicate that its goal is first of all a goal of the ruling classes, having in the classical liberal thought the basis of its formation. Similarly, we have identified that in the historical context of the Brazilian national problems, since the extractive activities until the contemporary capitalism, certain meanings that relate poverty to the public menace and violence, that take it as an indirect social and economic concern and that constitute the poor as naturally incapable feature an elitist and vertical view of the problem. Then we investigated how the contemporary form of the discourse on the fight against poverty acquired a central role in Brazilian politics, becoming a kind of categorical imperative of political and discursive actions. We seek to identify how this discourse has its hegemonic reproduction guaranteed, where apparent and naturalized differences serve to cover the constitutive contradictions that materialize the class conflicts that generate social inequalities. Thus, we see how the forms of functioning of the discourse on the fight against poverty configure strategies by which its constitutive contradictions are rarefied, erased, displaced and forgotten. If the first and most apparent contradiction

of this discourse is the fact that it becomes hegemonic under the dictates and the impulse of monetary institutions, in our analysis, we observed that its hegemonic condition in the Brazilian political field has its efficiency guaranteed because such discourse functions contradictorily as evidence, consensus and truth to be taught; it mutes the agents and processes of exploitation by the capital, producing consensus within the contradictions and operating a management of the polemic within the political field; it is based on moral, subjectifying the poverty; it produces an erosion of collective identities of resistance; it delegitimizes politically the organized groups and individuals in their fight against inequalities; and subjective the poor as economic subject in a passive dimension.

Keywords: Discourse of the fight against poverty; Political discourse; Discourse analysis; Ideological contradiction; Production of consensus; Moral effect in the discursive process.

Sumário

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – Quadro teórico, delimitações conceituais, corpus de análise e procedimentos metodológicos	26
1.1 A categoria da contradição no materialismo dialético	28
1.2 A categoria da contradição em referência ao quadro teórico	36
1.2.1 A categoria da contradição em Pêcheux.....	37
1.2.2 A categoria da contradição em Courtine	41
1.3 Corpus de análise e procedimentos metodológicos.....	44
CAPÍTULO 2 – A pobreza como problema social no discurso: determinações históricas dos processos de produção de sentidos.....	50
2.1 A pobreza no contexto da industrialização europeia.....	51
2.2 A pobreza no contexto dos problemas nacionais do Brasil.....	71
CAPÍTULO 3 – O discurso da luta contra a pobreza no Brasil: de imperativo categórico das instituições internacionais de desenvolvimento a slogan do governo federal	90
3.1 A luta contra a pobreza como um imperativo moral.....	93
3.2 O slogan País rico é país sem pobreza	106
3.2.1 A formulação do slogan	106
3.2.2 Efeito de valor moral na composição do slogan.....	112
3.2.3 Sentidos em circulação	119
CAPÍTULO 4 – O silêncio cordial do porta-voz da luta contra a pobreza: produção do consenso, de virtudes e da deslegitimação política na inclusão produtiva dos sujeitos.....	130
4.1 Gestão da polêmica	131
4.2 Remanência moral.....	152
4.2.1 Luta contra a pobreza como política de valores.....	159
4.3 Deslegitimação política dos sujeitos na luta contra a pobreza ..	173

CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
Conclusão	192
Referências	193

INTRODUÇÃO

A luta mais obstinada do meu governo será pela erradicação da pobreza extrema e a criação de oportunidades para todos

Essas palavras ditas por Dilma Rousseff em seu discurso de posse durante o Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional no dia 01 de janeiro de 2011 registram a primeira aparição de uma série de reiteraões que vão configurar uma mesma formação de discurso a qual, da condição de líder nacional e, portanto, de locutor privilegiado, a presidente eleita assumiria a posição de porta-voz.

No dia 10 de fevereiro de 2011, em seu primeiro pronunciamento à nação como presidente já em exercício, Rousseff anunciou o slogan *País rico é país sem pobreza* como a síntese dos princípios de seu governo. No dia 02 de junho de 2011 anunciou o programa Plano Brasil sem Miséria, que teria por objetivo tirar da pobreza extrema cerca de 16 milhões de brasileiros. O primeiro ano de mandato de Dilma Rousseff foi marcado pelo que podemos chamar de uma campanha indentitária do governo, na qual a pobreza recebeu o papel de protagonista e pela qual a luta contra a pobreza se tornou uma palavra de ordem.

Nesse mesmo ano, quando realizávamos nossa pesquisa de mestrado sobre o gênero de discurso notícia, percebemos que havia também uma constância do tema da pobreza na pauta jornalística e uma grande massa de comentários e avaliações sobre os pobres, por parte dos leitores de notícias nos veículos digitais, que ecoavam o ódio já aparecido contra os pobres, e principalmente contra os pobres nordestinos, durante as eleições de 2010. Surgiu dessa observação nosso interesse por investigar os dizeres sobre a pobreza. Assim, com o amadurecimento da ideia em projeto para o doutorado propomos investigar os efeitos de sentido produzidos pelos discursos sobre a pobreza no Brasil.

A partir de uma investigação inicial, quando observávamos a massiva circulação dos dizeres sobre a pobreza no campo político e principalmente na fala presidencial, compreendemos que se tratava de um discurso contemporâneo

hegemônico e de abrangência mundial, o qual denominamos aqui, na esteira de Peñafiel (2008), *discurso da luta contra a pobreza*. A condição hegemônica desse discurso, já estudada por outros pesquisadores como Campos (2013), Leite (2013), Peñafiel (2008), Sprandel (2004), principalmente, emergiu no final dos anos de 1980 no úbere das organizações internacionais de desenvolvimento, principalmente o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Se o PNUD por um lado se opôs à visão estritamente monetária das instituições financeiras ao defender que o ser humano deveria estar no centro dos processos de desenvolvimento, por outro lado produziu um alto investimento ideológico na luta contra a pobreza que implicava medidas políticas também alinhadas com o programa macroeconômico neoliberal. O que se observou nos anos 90 é que a luta contra a pobreza, sendo concebida como um dever ético, tornou-se um grande consenso mundial que justificaria a imposição de medidas de ajustamento estrutural aos países prestatários do Fundo Monetário internacional (FMI) e do Banco Mundial, que forçavam a abertura de mercado dos Estados nacionais e uma globalização econômica, processo este que se desenvolvia já desde os anos de 1970.

De tal modo, pelo meio da década 1990, o atual discurso da luta contra a pobreza, daqui por diante DLCP, infiltrou-se nos espaços das instituições políticas brasileiras a partir das intervenções dos organismos internacionais. Mas se ao aportar em terras brasileiras esse discurso não encontrou um solo virgem de sentidos, como ramificação do ideário neoliberal, e como é próprio dessa formação ideológica que justamente por se fazer passar por outra coisa qualquer que ideologia (BIHR, 2011) é capaz de absorver ou inverter o sentido de tudo que se lhe opõe (BORON, 1999), (HARVEY, 2005), (MIOTELLO, 2001), tal discurso foi capaz de absorver e transformar os sentidos de seu objeto, suas conceptualizações, e de criar para tanto uma nova perspectiva epistemológica (PEÑAFIEL, 2008): novas estratégias de problematização e de soluções baseadas em um saber técnico autorreferencial em torno das melhores maneiras de reduzir a pobreza. Se a pobreza, como problema social, já havia sido significada na história brasileira em diversos domínios de discurso, no domínio político, em especial, práticas de discurso acerca da pobreza muito facilmente se colavam a uma demagogia e um clientelismo populista, por um lado, ou, por outro, aos ideais de uma esquerda mais ou menos revolucionária, intelectual e não armada. Assim, progressivamente o DLCP alterou o

domínio de representação da política, ao tornar a solução do problema da pobreza um objetivo do desenvolvimento e um papel do Estado, amparado pelo saber construído pelas instituições internacionais de desenvolvimento. Quando Rousseff concorreu à presidência em 2010, o Estado brasileiro já era um Estado contra a pobreza e uma de suas promessas de campanha era justamente erradicar a pobreza extrema até 2014, como cumprimento do primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio firmados entre os países membros da ONU. Todavia, mais que uma política de Estado, a luta contra a pobreza em 2011 fundiu-se com o próprio governo federal, que, na sequência de outro que fora o governo de um trabalhador, veio a ser o governo contra a pobreza. Assim sendo, o DLCP ocupou o lugar de *lema* do governo federal e seus temas e objetos sofreram um processo de incitação ao discurso na fala presidencial, isto é, um efeito de recitação constante (PEÑAFIEL, 2008), o que nos permite dizer que esse momento representou a apoteose do DLCP no Brasil.

A partir então dessas primeiras observações, algumas questões se impuseram. De que forma especificamente o atual discurso da luta contra a pobreza instituiu-se no campo político brasileiro? Quais os aspectos específicos de sua formulação e que efeitos de sentido produz? Como esse discurso absorveu as práticas significantes a respeito da pobreza, isto é, como esse discurso constrói seu objeto em relação aos sentidos já produzidos? Uma vez observado que tal discurso tenha se fundido com o próprio governo federal, que efeitos esse processo pôde produzir? Qual o papel do porta-voz e os efeitos produzidos nessa instância de recitação do DLCP?

Considerando essas questões, propusemos como objetivo de nosso trabalho investigar os aspectos de constituição, formulação e circulação do atual discurso da luta contra a pobreza no Brasil. Ao abordarmos o aspecto de constituição, consideramos tanto as condições históricas de emergência desse discurso quanto sua filiação no interdiscurso. Quanto ao aspecto de sua formulação, priorizamos analisar seu funcionamento em enunciados produzidos no ano de 2011, principalmente o slogan do Governo Federal brasileiro e diversas falas presidenciais onde se pôde perceber o efeito de recitação pela recorrência do slogan. Quanto ao aspecto de circulação, ainda que com menor ênfase e abordando, sobretudo, os

efeitos de uma recepção do discurso político, consideramos a sua ocorrência em veículos midiáticos, principalmente em gêneros jornalísticos.

Amparados no arcabouço teórico-metodológico da Análise do discurso e tendo como referência os trabalhos de Pêcheux, principalmente, para desenvolvermos nossa investigação do DLCP, conforme as questões e o objetivo propostos, tomamos por pressuposto teórico que “toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas” (id., 1988, p. 213). Assim sendo, procuramos dar ênfase aos aspectos ou efeitos de sentido possíveis contraditórios do DLCP manifestos nas três instâncias delineadas de constituição, formulação e circulação. Ao considerarmos a categoria da contradição material como condição constitutiva do processo discursivo significa que a tomamos ao mesmo tempo como princípio teórico que orienta nossa pesquisa e como objeto de análise.

Nesse sentido, não se trata apenas de uma aplicação de conceito, mas da construção de uma perspectiva analítica que tem implicação direta sobre o objeto de análise, cujo efeito corresponde também diretamente à evidência constitutiva da prática científica ou da posição epistemológica assumida, a dizer, também uma opção política. Por exemplo, todo fato social pode ser percebido como realidade concreta pela descrição de suas distinções em relação à outra realidade. A pobreza, objeto temático do discurso que investigamos, pode muito bem ser caracterizada como fato concreto, entenda-se, empírico, pelo que se distingue em relação à riqueza. Essa caracterização pode ser feita por escalas de distinção e mensurações, tanto como realidade total, bem como relativa. Contudo, a simples caracterização das diferenças corre sempre o risco de uma naturalização ontológica. Assim é que processos de dominação, exploração e reprodução de desigualdades podem ser chamados de livre competição. Por outro lado, se além das distinções evidentes procurarmos compreender que as diferenças podem constituir um estado de contradição de interesses adversos, não abarcamos apenas o fato concreto, mas também as possibilidades de tal fato ser produzido como tal. Um exemplo desse tipo de abordagem encontramos na contundente análise feita por Cattani (2013) em artigo no qual o autor analisa como as desigualdades socioeconômicas brasileiras são consideradas pela grande mídia e por grande parte dos estudos científicos e

como essas concepções “orientam valores e práticas que acabam parecendo naturais, legítimas e consensuais, equivalentes a verdades divinas” (id., p. 227). O autor considera como palavras e conceitos são naturalizadas ou sacralizadas, de modo a garantir a reprodução de um processo histórico hegemônico. Dois argumentos do autor explicitam o posicionamento analítico sobre o qual discorreremos. No primeiro, diz, o simples contraste de imagens da pobreza com aquelas da riqueza, por exemplo, seria um método supérfluo, uma vez que apenas reproduziria o que o olhar sensível pode constatar. No segundo, afirma

As palavras da desigualdade são supostas descrever uma verdade unívoca, destacando processos que parecem atender ao interesse geral quando, mais objetivamente, buscam barrar a observação aprofundada dos processos, impedindo a análise rigorosa sobre causas e consequências das imensas assimetrias nas posses, vantagens e direitos (id., p. 227).

Ao desmistificar as palavras que compõem dois campos opostos, o da pobreza e o da riqueza, Cattani organiza as palavras de cada campo em dois conjuntos, cada qual dividido em cinco classes:

1):

- *Pobreza – pobres – favelados – moradores de rua – miseráveis – indigentes – excluídos – marginais – vileiros – ralé;*
- *Minorias – mulheres e crianças vulneráveis – portadores de deficiência – populações indígenas – idosos – desempregados – trabalho escravo;*
- *Fome – subnutrição – iletrismo – envelhecimento – consumo de drogas – desordem;*
- *Apatia – acomodamento – falta de vontade – incapacidade inata;*
- *Políticas públicas (focalizadas ou universalizadas) – programas especiais – bolsa família – Pró-jovem – Pró-idoso – transferências condicionadas de renda – benefícios de prestação continuada para idosos e portadores de deficiência etc.*

2):

- *Elites – Classe A – Ricos – Classes ou Extratos Superiores – Alta Sociedade – Jet Set – Topo da pirâmide – Alta Burguesia;*
- *Meritocracia – Talento empresarial ou Competência empreendedora – Liderança;*
- *Filantropia – Responsabilidade social empresarial;*
- *Bairros Nobres – mansões – condomínios exclusivos;*
- *Distinção – Luxo – Bom gosto – Prestígio e tradição.*

Cattani observa que esses campos são formulados (pelo conjunto de palavras que os nomeiam) como autorreferentes e autoexplicativos, tendo por consequência: 1) O discurso sobre a desigualdade é pura negatividade, de modo que a pobreza, sendo o problema, precisa ser eliminada. Apenas os pobres são percebidos como desiguais, como se não existissem demais segmentos com relações hierárquicas de exploração e apropriação da riqueza. Em casos raros de abordagens dos demais segmentos, eles são nomeados em dois grupos: a indefinível classe média, como nebuloso conceito, representada na grande mídia como setor sempre em perigo, ameaçado pelo descenso social; e o, ainda mais raro e incógnito, topo da pirâmide social, cujos membros são referidos e diluídos em categorias institucionais como mercado, setor financeiro, grandes bancos, grande investidores etc. 2) O discurso sobre a riqueza é pura positividade. A riqueza é vista como solução, como resultado de talento e esforço. As palavras nesse campo consagram a propriedade, legitimam os privilégios e diabolizam o igualitarismo.

De tal modo, esses dois campos representam dois mundos opostos. De um lado se construiu um saber prático sobre os pobres. Sabe-se tudo deles, desde como nascem até como morrem, ou ainda mais, das condições de virem a nascer e de virem a morrer. De outro lado, nada se sabe ao certo sobre o mundo dos ricos, eles permanecem incógnitos e mitificados, sendo designados como “talentosos, dinâmicos, beneméritos protetores dos mais pobres e assim sendo, tomados como verdadeiros totens, objetos de respeito e veneração” (id., p. 230). Ao mesmo tempo,

os super-ricos constituem um segmento tabu, cujo acesso, por hipocrisia ou temor, é impedido ou evitado. Escondidos para assegurar a tranquila fruição da riqueza adquirida nem sempre de forma legítima, as classes abastadas valem-se de todos os expedientes legais e ilegais para assegurar sua reprodução. Contam, para tanto, com a impunidade, com as relações privilegiadas no aparelho do Estado e no Congresso, com a cumplicidade dos grandes meios de comunicação e, frequentemente, com a leniência da academia (id., p. 230).

A crítica de Cattani é que sendo o mundo dos pobres considerado um mundo à parte que precisa ser eliminado, todas as estratégias, paliativas ou não, visam acabar com a pobreza sem tocar nos privilégios da minoria e isso se reflete diretamente no saber construído.

Quanto mais os pobres aparecem, menos os ricos são visíveis; quanto mais se fala sobre população miserável, menos se diz sobre os abonados. Por isso, é mais do que necessário destacar a importância da dimensão relacional. Isto é, as relações entre os segmentos sociais que longe de serem harmônicas, justas e equilibradas, são definidas pela correlação de forças fazendo com que haja uma permanente transferência de renda da maioria subordinada para uma minoria dominante (id., p. 230).

As observações de Cattani tocam tematicamente em um ponto que observaremos em nossas análises do DLCP, qual seja, as estratégias de rarefação de elementos contraditórios. Portanto, suas observações nos servem justamente para justificarmos o posicionamento analítico que adotamos. Se em nossas análises nos contentarmos apenas com os efeitos de sentido que caracterizam o objeto pobreza cairemos inevitavelmente na armadilha da reprodução especular, isto é, seríamos interpelados, nos termos de Althusser, pela própria contradição desigual que assegura a reprodução das condições dessa mesma contradição. Tal é a condição dos trabalhos científicos em torno da pobreza que reproduzem a naturalização das desigualdades socioeconômicas, como observou Cattani, e transformam as contradições em distinções evidentes. Assim, interessa-nos analisar no DLCP as suas contradições constitutivas, isto é, as correlações de força que reproduzem e transformam seus objetos temáticos em seu próprio interior. Mais especificamente, isso significa analisar como o discurso da luta contra a pobreza tem garantida a sua reprodução hegemônica, uma vez que é formulado e circula ou como dado homogêneo ou como dado positivamente heterogêneo, onde diferenças aparentes e naturalizadas servem para se sobrepor às contradições constitutivas que materializam os conflitos de classe geradores das desigualdades sociais.

A partir dessa perspectiva pudemos observar como as formas de funcionamento do DLCP configuram estratégias pelas quais suas contradições constitutivas são rarefeitas, apagadas, deslocadas e esquecidas. Se a contradição primeira e mais aparente do DLCP consiste no fato de que esse discurso se torna hegemônico sob o ditame e o impulso das instituições do dinheiro, em nossas análises pudemos observar que essa sua condição no campo político brasileiro, no momento mesmo de sua apoteose, tem sua eficácia garantida porque tal discurso funciona contraditoriamente como evidência, consenso e verdade a ser ensinada;

silencia os agentes e o processo de exploração do capital, produzindo o consenso no interior das contradições e operando uma gestão da polêmica no interior do campo político; fundamenta-se na moral, subjetivando a pobreza; produz uma erosão de identidades coletivas de resistência; deslegitima politicamente os grupos organizados e os sujeitos individualizados em sua luta contra as desigualdades; e subjetiva o pobre como sujeito econômico em uma dimensão passiva.

A partir das questões de pesquisa, do objetivo geral e dos pressupostos teóricos, selecionamos como corpus de referência para a investigação o slogan *País rico é país sem pobreza* e um conjunto de 22 pronunciamentos presidenciais, realizados durante o ano de 2011, nos quais identificamos a recorrência do slogan como objeto temático e o DLCP como dominante. Uma vez composto o corpus de referência da pesquisa e considerado o seu caráter aberto em relação ao desenvolvimento da investigação, a partir, então, do objetivo de nosso trabalho, dos procedimentos para sua concretização e da base teórica que o fundamenta, procuramos desenvolver nossa pesquisa num sentido que vai do mais geral ao particular, isto é, de um contexto histórico mais amplo aos contextos imediatos das formulações, de determinadas condições históricas de significação aos efeitos de sentido de ocorrências singulares do discurso que investigamos.

Deste modo, organizamos nosso trabalho em quatro capítulos que correspondem cada qual a uma etapa do roteiro delineado. No primeiro capítulo procuramos delimitar o quadro teórico e metodológico da pesquisa, indicando as obras principais de referência ou mais propriamente os postulados gerais que embasam toda a pesquisa e a inscreve num campo determinado dos estudos do discurso político. Nesse capítulo procuramos dar mais ênfase a um conceito específico, a categoria da contradição material, que fundamenta tanto a perspectiva teórica sobre o objeto de estudo quanto propriamente as análises realizadas. Ainda ao final desse capítulo delimitamos e justificamos o corpus de pesquisa e os procedimentos metodológico-operatórios de análise.

No segundo capítulo procuramos caracterizar como a pobreza foi compreendida historicamente como problema social, uma vez que esse é o sentido mais fundamental construído pelo discurso que investigamos. Para tanto, buscamos na literatura historiográfica alguns autores que pudessem contribuir para essa

compreensão tanto num contexto mais amplo, ocidental, quanto num mais particular, brasileiro. Assim, primeiramente, buscamos compreender como a pobreza foi significada como problema social no contexto da industrialização europeia, mais ou menos quando de fato emerge hegemonicamente uma concepção de pobreza como falta moral, baseada em uma ética do sucesso econômico e do utilitarismo. Observamos nesse contexto o predomínio de uma contradição entre concepções ecológicas moralizantes e naturalizantes da pobreza e concepções que a viam como resultado da exploração econômica e dos conflitos sociais. A partir da análise de alguns textos do período e de distintas concepções que fundamentaram a compreensão da pobreza como problema social, constatamos que a forma hegemônica da luta contra a pobreza já em sua origem é constituída por uma gama de contradições que apontam que seu objetivo é antes de tudo um objetivo das classes dominantes, tendo no pensamento liberal clássico a base de sua formação. Num segundo tópico, procuramos observar como a pobreza foi caracterizada na história do pensamento social brasileiro e os distintos sentidos que adquiriu em práticas determinadas em distintos contextos do desenvolvimento social, econômico e político brasileiro. Observamos que, invariavelmente, três sentidos, pelo menos, em torno da pobreza permaneceram ao longo do tempo no Brasil, desde as atividades extrativistas até o capitalismo contemporâneo, caracterizando uma visão elitista e vertical sobre o problema: o fato de a pobreza ser considerada uma ameaça pública uma vez que o público se confunde com o privado, principalmente com o patrimônio dos donos do poder; o fato de a pobreza ser uma preocupação social e econômica indireta, olhada sempre pelo prisma do progresso, do crescimento e do desenvolvimento; e o fato de o pobre ser tomado como naturalmente incapaz, necessitando, portanto, mais que tudo, da formação moral, a partir da qual estará apto a desenvolver outras qualidades. Além desses sentidos fundadores, uma concepção oposta emergiu contemporaneamente alçando a pobreza ao lugar de violação dos direitos naturais. Embora essa concepção tenha um fundo revolucionário, ela despolitiza o problema social de modo análogo às visões economicistas e jurídicas ao subjetivar a pobreza e supervalorizar a condição humana dos espoliados como agentes exclusivos da transformação social.

No terceiro capítulo, enfatizamos as condições de produção do discurso da luta contra a pobreza, a sua emergência no contexto político brasileiro e

sua materialização como slogan do governo federal no ano de 2011. Assim, procuramos primeiramente observar as condições históricas de formação desse discurso, o que pode ser situado no contexto da dívida externa latino-americana no início dos anos de 1980. Embora até os anos 70 o Banco Mundial, sob a gestão de Robert McNamara, incentivasse programas de diminuição da pobreza, durante os anos 80 tais programas foram praticamente extintos e através dos planos de ajustamento estrutural impostos aos países endividados o Banco visava a manutenção da dívida e propagava que as medidas de ajustamento beneficiariam indiretamente os pobres se os países equilibrassem suas economias e se adaptassem à economia global. O que se constatou, no entanto, foi um aumento exponencial da pobreza nos países condicionados pelos programas de ajustamento. Assim, em 1987 a Unicef publicou um relatório intitulado *Adjustment with a Human Face*, o qual, ao apontar os índices crescentes de pobreza no Terceiro Mundo, não criticou propriamente o plano de ajustamento estrutural como modelo de desenvolvimento, mas limitou-se a frisar a necessidade de acrescentar-lhe uma dimensão humana e social. Tal relatório ganhou rapidamente uma adesão mundial das mais variadas instituições e organismos políticos, concentrando a crítica aos programas de ajustamento na temática do aumento da pobreza como um problema ético. Ante essas críticas, o Banco Mundial publicou no ano de 1990 seu *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* (RDM) inteiramente dedicado à questão da pobreza. Nesse relatório o Banco apresentou como causas do aumento da pobreza a crise econômica, as más gestões dos governos e a incapacidade de suas políticas econômicas se adaptarem ao curso da economia globalizada e de levarem em conta o impacto dos programas de ajustamento sobre as populações mais pobres. Assim, a partir da construção de um saber especializado para definir a pobreza, suas áreas de concentração, quem e como são os pobres e suas condições de vida, o Banco passou a caracterizar os programas de ajustamento como uma estratégia de luta contra a pobreza, se aplicados por meio da boa governança. Além disso, e principalmente, nesse relatório o Banco construiu um sentido específico para a luta contra a pobreza, o sentido de imperativo categórico. Assim, como imperativo categórico, a luta contra a pobreza serviu de justificativa para a continuidade das reformas políticas e econômicas impostas aos países endividados. Como imperativo categórico passou a ser em toda a América Latina um pilar incontornável da

legitimação do exercício do poder. Da mesma forma, foi como imperativo categórico que a luta contra a pobreza começou sua entrada na esfera política brasileira e galgou os mais diversos espaços de discurso até chegar ao posto de lema do governo federal brasileiro e confundir-se com o próprio governo. Num segundo momento desse capítulo analisamos mais detidamente o slogan *País rico é país sem pobreza*, como formulação que especialmente materializa esse processo discursivo que, como dissemos, representa a apoteose do discurso da luta contra a pobreza no Brasil. Assim analisamos os aspectos do contexto de sua produção em meio às práticas políticas e econômicas e em sua filiação no interdiscurso, as propriedades de sua formulação e os efeitos produzidos em sua circulação no ano de 2011.

No capítulo quatro analisamos as falas presidenciais em que se produziu o efeito de recitação do DLCP. Observamos como aspecto mais patente da enunciação do porta-voz da luta contra a pobreza, posição assumida pela presidente, uma estratégia de gestão da polêmica no campo discursivo político, cujo efeito produz o consenso no interior mesmo das contradições que referem as desigualdades sociais. Um segundo aspecto associado ao primeiro que identificamos aponta para uma remanência moral em torno da pobreza como problema social, cujo efeito despolitiza o problema subjetivando a pobreza, transformando a ação política em ação moral e fazendo corresponder a responsabilidade política, o ato participativo, a uma virtude moral, a solidariedade. Como consequência desses dois efeitos constitutivos, observamos um terceiro efeito que chamamos de deslegitimação política dos sujeitos na luta contra as desigualdades, no interior do qual se observa que a luta contra a pobreza não consiste apenas em uma política de Estado, mas também em uma propriedade e um modo de funcionamento do mercado. A consideração desses aspectos indica que o DLCP tem no contexto brasileiro um funcionamento específico que chamaremos de silêncio cordial, cujas formas materiais consistem no apagamento indiscriminado de agentes e processos geradores das desigualdades sociais por meio de uma substituição referencial em que muito se fala da pobreza para que não se deixe falar e não falem os deslegitimados.

CAPÍTULO 1 – Quadro teórico, delimitações conceituais, corpus de análise e procedimentos metodológicos

Ante a extensa bibliografia que interpreta ou descreve a história, a epistemologia e o desenvolvimento teórico da Análise do discurso¹, optamos por apresentar o quadro teórico que embasa nosso estudo mediante a exposição de um conjunto de enunciados tomados aqui como postulados que definem a perspectiva teórica.

Nosso trabalho se inscreve em uma tradição de estudos no interior da Análise do discurso que, tendo desde a constituição dessa disciplina no contexto francês da década de 1960 o discurso político como objeto privilegiado, fundamenta-se no pressuposto teórico da relação material entre ideologia, língua e história encetada em uma ordem de discurso. Assim, é a partir de alguns postulados fundamentais dessa disciplina que desenvolvemos nosso estudo, reconhecendo primeiramente que o discurso é efeito de sentido entre interlocutores (Pêcheux 1997) e que as palavras significam conforme as construções em que se combinam e conforme as formações discursivas em que se realizam, segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam (id., 2011). A perspectiva especificamente discursiva reconhece “no discurso, como objeto, a imbricação de dois reais: o da língua, em sua autonomia relativa, e o da história, apreendido a partir da contradição das forças materiais que nele se afrontam” (COURTINE, 2009, p. 235). De igual modo, é pelo reconhecimento da ideologia como força material que reproduz e transforma as relações contraditórias desiguais (PÊCHEUX, 1988) que compreendemos o discurso como uma materialidade específica da ideologia e a língua como uma materialidade específica do discurso (ORLANDI, 2012). Uma vez que a língua e outras formas da linguagem aparecem como condição do discurso, os modos de funcionamento dessas formas constituem o elemento analisável que define o processo discursivo (id., 1996), o qual, por sua vez, contempla as condições de produção discursiva e as dimensões retórica, enunciativa e argumentativa do discurso. O funcionamento discursivo “é a atividade estruturante de um discurso

¹ Aqui apresentamos apenas algumas obras com quais trabalhamos em nosso estudo, mas as quais, por sua vez, oferecem ao leitor interessado na temática do desenvolvimento da Análise do discurso referências muito mais amplas: COURTINE (2009); GREGOLIN (1995); HENRY (1997); MALDIDIER (1990); MAZIÈRE (2005); ORLANDI (1996) (2002) (2012) (2013); PÊCHEUX; FUCHS (1976); PÊCHEUX (1988), (2006); PIOVEZANI (2009), ZOPPI-FONTANA (2005), (2014).

determinado, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas” (id., 1996, p. 125). A partir desses postulados e pelo reconhecimento de que é considerável o conjunto de trabalhos que tratam da emergência e do desenvolvimento da Análise do discurso, bem como de seus postulados, noções, conceitos e procedimentos operatórios desde a constituição da disciplina no contexto francês até os dias atuais, com especial relevância no contexto brasileiro, ao invés de tentarmos reconstruir objetos extensivamente trabalhados e com a necessidade de revisão e síntese da literatura, desse lugar teórico e metodológico já bem desenvolvido, julgamos ser mais produtivo privilegiarmos como objeto de reflexão a categoria da contradição material, uma vez que a consideramos em nosso trabalho, como já dissemos, tanto como princípio teórico bem como objeto de análise. Assim, fazemos, primeiramente e de modo geral, alguns apontamentos sobre o desenvolvimento desse conceito no materialismo dialético e, de modo mais particular, sobre o seu desdobramento nos estudos do discurso em referência ao quadro teórico delimitado. A partir desses apontamentos, então, definimos os princípios metodológicos da pesquisa e os procedimentos analíticos. De tal modo, explorar uma categoria como chave de leitura, em nosso caso a da contradição, determina a perspectiva tanto sobre o objeto de análise quanto sobre o próprio lugar teórico. Isso significa que nem o objeto de estudo nem a teoria são dados previamente como entes em si e passíveis de discussão somente em seu interior, pelo contrário, são tomados como este a construir pela relação teoria e objeto, pelo reconhecimento do exercício de análise como prática teórica. Assim sendo, consideramos mais oportuno abordar determinados conceitos, e ainda sem tomá-los necessariamente como objetos de discussão aprofundada, isto é, sem tomá-los como tema de pesquisa, no momento de sua mobilização, o que evita, em nosso ponto de vista, uma repetição desnecessária.

Feitas as reflexões conceituais, na sequência do capítulo descrevemos os procedimentos de construção do corpus e dos procedimentos operatórios de análise.

1.1 A categoria da contradição no materialismo dialético

Em sua interpretação da dialética, Lenin assinala que duas concepções fundamentais sobre o desenvolvimento do mundo dadas pela história predominaram: o desenvolvimento quantitativo, como repetição, aumento e diminuição; e o desenvolvimento qualitativo, como unidade de contrários em relação ou em mútua exclusão. Em rápida entrada pela história da filosofia se pode observar que essas duas concepções representam duas tradições de pensamento opostas que se iniciaram, ao que se sabe, com Heráclito e Parmênides: a primeira compreende que o real é o constante devir, que tudo está em incessante movimento, tudo muda incessantemente, tudo se faz por contraste e da luta dos contrários nasce a harmonia (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p. 130); a segunda defende que o movimento e a mudança são ilusões dos sentidos, que o devir não passa de uma aparência e que o real é o ser único, imutável e eterno (id., p. 212). A ideia da contradição, portanto, já presente no pensamento de Heráclito, atravessou subterraneamente toda a história da filosofia até tornar-se conceito na obra de Hegel e cerne de sua concepção dialética². Contudo, será no materialismo dialético que essa ideia será levada aos seus limites como princípio teórico e categoria de análise das relações sociais.

Depois do advento do marxismo, aliás, compreende-se porque a segunda concepção tenha sido dominante na história, principalmente na compreensão dos fenômenos sociais, uma vez que a ideia de mudança e contradição social é o temor daqueles que desejam a permanência de determinadas condições por serem justamente os mais beneficiados por tal permanência. É assim que essa segunda concepção assume no seio da classe burguesa, segundo expressão de Tsetung (1975), a forma de um evolucionismo vulgar que vê todos os fenômenos do mundo de forma unilateral, em estado de repouso e isolados. A categoria da contradição, portanto, apresenta ela mesma a contraposição entre duas concepções de mundo que servem a princípios diferentes na correlação de forças sociais. Por ser esse objeto polêmico não transita senão mais ou menos

² Em estudo no qual analisa o conceito de contradição na obra de Hegel e seu desdobramento na obra de Marx, Robaina (2013) observa que Hegel, atento à Revolução Francesa, compreendeu o mundo novo que surgia como um salto qualitativo após um lento processo de acumulação quantitativa de contradições.

silenciosamente pelos topos emparedados pelo consenso, uma vez que é constantemente perseguida pelas formas de silenciamento.

No que segue, apresentamos um exemplo de como a categoria da contradição foi desenvolvida no materialismo dialético. Tomaremos por objeto a exposição de Tsetung justamente pela ênfase e pelo desdobramento interpretativo dispensados ao conceito.

Conforme expõe Tsetung, a contradição tem um aspecto universal e um particular e cada qual implica uma forma diferenciada de tratamento.

Em seu aspecto universal a contradição é compreendida como uma lei inerente a todos os fenômenos naturais e sociais, incluindo o pensamento, objetivo ou subjetivo. Esse caráter universal apresenta um duplo estatuto: “primeiro, que as contradições existem no processo de desenvolvimento de todos os fenômenos; segundo, que no processo de desenvolvimento de cada fenômeno, o movimento contraditório existe desde o princípio até ao fim” (id., p. 6).

Isso significa reconhecer que em todo fenômeno concreto existe uma interdependência e uma luta de elementos contrários que o caracterizam e que determinam o seu desenvolvimento e seu dinamismo em relação aos outros fenômenos. Assim, a contradição se caracteriza universalmente como a base de todo movimento, dos simples e dos complexos, que anima todo processo ou fenômeno, desde o simples movimento mecânico ao complexo movimento do conhecimento humano, o qual, por exemplo, implica desde a contradição entre conceitos até aquelas entre sistemas inteiros de saber, bem como ainda aquelas entre concepções de mundo.

O duplo estatuto de que falamos implica também considerar que toda diferença entre elementos de um processo ou contém uma contradição ou é ela mesma a contradição. Isso significa que no processo de desenvolvimento de um fenômeno as contradições não surgem ou desaparecem pelo meio do processo, elas se presentificam do início ao fim. Ocorre que em determinadas etapas de tal desenvolvimento as contradições podem se agudizar e tomar forma antagônica entre os elementos contrários, passar de uma interdependência para uma luta flagrante, de uma relativa cooperação para uma absoluta e mútua exclusão até que a unidade de um fenômeno e os elementos contraditórios que a constituem cedam

lugar a uma nova unidade e novos elementos, surgindo assim um fenômeno novo que começará sua própria história de desenvolvimento.

Quanto ao que lhe caracteriza particularmente, cada tipo de contradição é relativo aos fenômenos e processos específicos. Além disso, tem a ver com a forma de relação entre o particular e o geral, com o tipo de contradição principal que se desenvolve num processo complexo, com a predominância e subordinação dos elementos contraditórios, com os diferentes graus de importância de cada um desses elementos nos processos e com os modos específicos de interdependência, de identificação e afetação recíproca, de luta e mútua exclusão dos contrários.

A compreensão de cada tipo de fenômeno material demanda a compreensão das formas de seu movimento revestidas de caráter específico pelas contradições próprias de cada fenômeno, isto é, significa compreender o que uma forma de movimento tem de comum com as outras e o que a especifica qualitativamente. “Toda forma de movimento contém em si as suas próprias contradições específicas, as quais constituem aquela essência específica que diferencia um fenômeno dos outros” (id., p. 10). Disso decorre que a análise concreta do caráter específico de uma contradição deve considerar

a contradição própria a cada forma de movimento da matéria, a contradição própria a cada forma de movimento em cada um dos seus processos de desenvolvimento, os dois aspectos da contradição em cada processo de desenvolvimento, a contradição em cada etapa dum processo de desenvolvimento, e os dois aspectos da contradição em cada uma dessas etapas (id., p. 18).

Além disso, considerar o aspecto particular da contradição implica analisar também a relação de interdependência que os fenômenos podem ter e ao mesmo tempo como são determinados por suas leis internas que refletem o estado de contradições que lhe são específicas. Isto é, como as causas externas que agem sobre um fenômeno específico são as condições de sua modificação que se realiza por intermédio de sua base interna constituída pelo conjunto de suas contradições e pela especificidade de cada uma delas³.

³ Tsetung usa um exemplo bastante prático para explicar essa relação: “O ovo que recebe uma quantidade adequada de calor transforma-se em pinto, enquanto que o calor não pode transformar uma pedra em pinto, já que as respectivas bases são diferentes” (id., p. 4).

Para Tsetung, compreender a relação entre o que há de universal e de particular na contradição como relação entre o geral e o específico em cada fenômeno é de enorme importância, como condição mesma do pensamento dialético. Essa compreensão abrange tanto distinguir o universal e o particular e sua ligação mútua como identificar essa relação no interior de cada fenômeno e as relações que este mantém com outros fenômenos que lhe são exteriores.

Quanto aos demais aspectos particulares da contradição, isto é, a existência em um processo complexo de uma contradição principal e a hierarquia entre os contrários decorre também de um princípio universal, qual seja, de que toda contradição se desenvolve de forma desigual e somente em situações muito relativas e provisórias os contrários se encontram em alguma igualdade. Assim, em cada etapa de desenvolvimento de um processo complexo constituído por uma série de contradições, uma delas será determinante e assumirá um papel diretor sobre a existência e o desenvolvimento das demais contradições que lhe serão subordinadas⁴. Da mesma forma, entre os contrários de uma unidade um deles tem necessariamente um papel principal, dominante e que por isso mesmo é o elemento que, sobretudo, determina o caráter específico dos fenômenos. Tsetung ressalta que, no entanto, essa relação não é estática, sendo sempre possível uma alternância em função do acréscimo e decréscimo de forças em oposição e que isso altera completamente o fenômeno.

Seja em que fenômeno for, há sempre uma contradição entre o velho e o novo, o que determina uma série de lutas de curso sinuoso. Dessas lutas resulta que o novo cresce e eleva-se à posição dominante, enquanto que o velho, pelo contrário, decresce e acaba por morrer. Assim que o novo conquista uma posição dominante sobre o velho, o fenômeno velho transforma-se qualitativamente num novo fenômeno. Daí resulta que a qualidade dum fenômeno é sobretudo determinada pelo aspecto principal da contradição, o qual ocupa a posição dominante. Logo que o aspecto principal da contradição, o aspecto cuja posição é dominante, muda, a qualidade do fenômeno sofre uma mudança correspondente (id., p. 23).

Essa observação permite compreender porque, no que se refere à contradição entre base econômica e superestrutura, em determinadas etapas do

⁴ Marx, por exemplo, identificou como contradição fundamental do sistema econômico capitalista e determinante de todas as outras a contradição entre o caráter social da produção e a propriedade privada dos meios de produção.

desenvolvimento de uma sociedade a política, a cultura, as doutrinas etc. assumem um papel dominante e determinante nos rumos desse desenvolvimento. As características específicas da desigualdade das formas de contradição e entre os seus elementos representam o desenvolvimento desigual das forças sociais em oposição.

Compreendido esse princípio, argumenta Tsetung, é possível explicar também porque os contrários, mesmo em condições determinadas de não-identidade, isto é, de antagonismo e mútua exclusão, podem, por vezes, transformar-se um no outro. A identidade dos contrários consiste, em seu aspecto primeiro, na existência interdependente em uma unidade, de modo que a existência de um aspecto pressupõe a existência do outro e que essa relação possa se desenvolver por cooperação, por interpenetração, afetação recíproca etc. Mas, em um segundo aspecto, essa identidade pode se desdobrar pela transformação dos contrários no seu oposto. Tsetung toma esse argumento da obra de Lenin sobre a dialética, em cujo desenvolvimento encontra-se a afirmação de que na realidade objetiva dos fenômenos os contrários são reais e concretos e da mesma forma a identidade ou a unidade dos contrários nunca é morta, mas, sim, viva, móvel, relativa e condicionada. Por essa razão é que, em condições determinadas, todo contrário pode se transformar em seu oposto. O fato de tal aspecto ser ignorado é um reflexo no pensamento humano da própria luta de classes.

Só as classes dominantes reaccionárias de ontem e de hoje, bem como os metafísicos, que estão ao seu serviço, não consideram os contrários como vivos, condicionados, móveis, convertendo-se um no outro, mas sim como mortos, petrificados, propagando por toda a parte essa falsa concepção para enganarem as massas populares, a fim de perpetuarem a sua dominação (id., p. 29).

Uma das formas dessa transformação do contrário no seu oposto é justamente a alternância das posições de dominância⁵. Contudo é preciso considerar um aspecto muito importante dessa etapa da luta dos contrários o qual Tsetung elucida: o antagonismo é apenas uma dentre as várias formas da luta dos contrários, isto é, o antagonismo é uma expressão particular da luta dos contrários. O que lhe

⁵ Tsetung não apresenta outros exemplos além da alternância de regimes políticos ou de classes detentoras do poder. Contudo, um exemplo magistral dessa forma de transformação do contrário no seu oposto é apresentada por Paulo Freire quando distingue a relação entre o opressor e o oprimido e elucida como sob determinadas condições o oprimido é ele mesmo um opressor.

dá tanta relevância à percepção é que a forma de um antagonismo aberto desemboca na mudança qualitativa dos fenômenos e, em alguns fenômenos específicos, na revolução social. Porém, sendo o antagonismo um momento da luta dos contrários e não a sua essência, tanto contradições não antagônicas podem se desenvolver e tomar uma forma antagônica quanto contradições antagônicas podem tomar uma forma não antagônica em alguma etapa de seu desenvolvimento. Para Tsetung, portanto, uma vez que o antagonismo é uma forma particular que toma a luta dos contrários, é preciso ter discernimento no emprego do termo e na caracterização do estado de uma contradição específica.

Duas conclusões são tiradas dessa compreensão: a primeira é que a identidade dos contrários é condicionada e relativa, de modo que só pode ocorrer em condições determinadas; a segunda é que mesmo quando os contrários se encontram em condição de recíproca e relativa cooperação isso não significa que não estejam em luta. A luta entre os contrários é uma das características universais da contradição.

Essas duas características da contradição têm um papel fundamental no desenvolvimento dos fenômenos: “A identidade condicionada e relativa unida à luta incondicionada e absoluta forma o movimento contraditório de todo fenômeno” (id., p. 32). Esse movimento contraditório se desenvolve, por sua vez, em duas formas ou etapas distintas com consequências também distintas.

No seu movimento, todo o fenômeno apresenta dois estados, um estado de repouso relativo e um estado de modificação evidente. Esses dois estados são provocados pela luta mútua dos dois elementos contrários que se contêm no próprio fenômeno. Quando, no seu movimento, o fenômeno se encontra no primeiro estado, sofre modificações simplesmente quantitativas, e não qualitativas, manifesta-se num repouso aparente. Quando o fenômeno, no seu movimento, se encontra no segundo estado, as modificações quantitativas que sofreu no primeiro estado já atingiram o ponto máximo, o que provoca uma ruptura da unidade do fenômeno e, por consequência, uma modificação qualitativa; daí a manifestação duma mudança evidente (id., p. 31).

Na própria dinâmica desse movimento se encontra também a compreensão das duas características que o constituem, a identidade relativa e a universalidade da luta dos contrários.

A unidade, a coesão, a união, a harmonia, a equipolência, a estabilidade, a estagnação, o repouso, a continuidade, o equilíbrio, a condensação, a atracção, etc, que observamos na vida quotidiana, são as manifestações dos fenômenos que se encontram no estado das modificações quantitativas, enquanto que a ruptura da unidade, a destruição desses estados de coesão, união, harmonia, equipolência, estabilidade, estagnação, repouso, continuidade, equilíbrio, condensação, atracção, etc, e a passagem respectiva aos estados opostos, são as manifestações dos fenômenos que se encontram no estado das modificações qualitativas, quer dizer, que se transformam passando dum processo a outro. Os fenômenos transformam-se continuamente passando do primeiro ao segundo estado, e a luta dos contrários, que prossegue nos dois estados, desemboca na solução da contradição, no segundo. Eis a razão por que a unidade dos contrários é condicionada, passageira, relativa, enquanto que a luta dos contrários que se excluem mutuamente é absoluta (id., p. 31-32).

Na dinâmica desse movimento se observa também o papel determinante da relação entre o geral e o específico da contradição e como há aí uma razão de ser interdependente. Isto é, a identidade dos contrários é relativa sob a condição da incessante luta entre eles e ao mesmo tempo as mudanças qualitativas renovam a condição incessante e universal dessa luta.

Em síntese, na unidade dos contrários a luta é incessante e ao mesmo tempo essa luta é a condição da identificação desses contrários, da sua unidade. No decorrer desse movimento contraditório, que se constitui pela interdependência entre o universal e o específico, o geral e o particular, as forças materiais em oposição desigual, e justamente por ser uma contradição desigual, acumulam-se até o ponto de gerarem uma mudança qualitativa. É a partir desses princípios, segundo Tsetung, que se pode compreender o desenvolvimento das lutas de classes e das revoluções sociais. Vemos, portanto, que a categoria da contradição assume no materialismo dialético (pelo menos em uma de suas concepções) um papel de suma importância na compreensão dos fenômenos sociais.

Ironicamente, pode-se hoje dizer, foi justo numa região do marxismo que Badiou (1979) designa como marxismo totalitário que a categoria da contradição foi explorada com maior ênfase. Diz o autor, em sua crítica, e incluindo essa região no que chama de marxismo vulgar dominado por um idealismo fenomenológico, que essa perspectiva “trata a contradição como uma lei abstrata válida para qualquer objeto, e considera as contradições estruturais de um modo de produção

determinado como casos particulares tomados sob a universalidade da lei” (id., p. 12). De tal modo, continua a crítica, exaltando insistentemente a cientificidade, o marxismo totalitário opera, no entanto, a partir de uma aplicação esquemática de supostas leis dialéticas a uma totalidade histórico-natural recebida empiricamente. Dentre essas leis, diz Badiou, a mais embaraçosa é a da transformação de quantidade em qualidade. Ocorre que tal perspectiva afirma de forma reflexa a continuidade Marx-Hegel quando tenta negá-la e ao incluir o materialismo histórico no materialismo dialético não percebe que o primeiro consiste na ciência da história e o segundo em uma teoria da ciência e da história da ciência. Essa perspectiva não compreende o corte epistemológico operado por Marx ao substituir o espaço da ideologia especulativa hegeliana pelo da economia política, nem o estatuto científico do projeto teórico de Marx.

Não entraremos nessas discussões epistemológicas; contudo, a nosso ver, o simples fato de se omitir a designação conceitual da contradição como relação constitutiva do desenvolvimento de um processo social ao se pensar uma formação social dada como uma estrutura articulada de instâncias com uma dominante (BADIOU, 1979, p. 18-23) não significa que se esteja analisando aí outra coisa senão contradições. Esta redução vulgar que acabamos de fazer não invalida, no entanto, a crítica de Badiou e as ressalvas que a mesma impõe. Por isso, contrapondo-as à interpretação de Tsetung, formulamos de forma concisa como compreendemos, em seu aspecto mais geral, a categoria da contradição em nosso trabalho:

- A contradição é uma condição concreta. Compreender a contradição como lei universal é uma perspectiva absoluta sujeita às mesmas críticas que se faz ao idealismo. De tal modo, não consideramos haver simplesmente contradição em tudo em todo tempo, mas contradição entre isso e aquilo num momento singular dado. E o estatuto desses isso e aquilo, como momento constituído, permite em retorno que se determine e adjective a contradição;

- Contradição e antagonismo não são a mesma coisa, de modo que elementos contraditórios podem, sob condições determinadas, atuarem em cooperação; e uma simples diferença compreendida dentro de um sistema de

diferenciação (BADIOU, id.) pode ser, sob condições determinadas, analisada como uma contradição;

- A contradição social é desigual porque é desigual o desenvolvimento das forças sociais em oposição;

- A contradição não se reduz necessariamente à oposição entre apenas dois elementos, mas a compreensão das contradições pelo estabelecimento de pares contraditórios é um procedimento metodológico válido para se determinar uma hierarquia em um processo complexo.

- Mesmo uma categoria de pensamento tão aberta à alteridade como a da contradição material pode ser reduzida à teleologia da identidade pelo pensamento dogmático e totalitário. Contrariamente, compreendemos que: a existência de uma dominância em uma unidade contraditória não caracteriza homogeneamente um fenômeno; a transformação do um no seu oposto não é a única solução de uma relação contraditória; a afetação recíproca dos contrários não é analógica, isto é, não se trata de uma absorção quantitativa das características de um pelo outro até sua transformação especular.

Essas formulações por si mesmas não dizem, no entanto, em que medida são produtivas para o nosso trabalho em relação especificamente ao objeto de nosso estudo. Por isso, no que segue, vamos expor brevemente o desdobramento da categoria da contradição material nos estudos do discurso em referência ao quadro teórico⁶.

1.2 A categoria da contradição em referência ao quadro teórico

Neste tópico fazemos algumas considerações a respeito do papel da categoria da contradição tanto na concepção teórica do discurso quanto na análise discursiva. Em Pêcheux observamos como essa categoria se apresenta como elemento crucial para a compreensão da instância ideológica em condições históricas dadas e sua consequência na prática discursiva como relação que

⁶ A Análise do discurso, especialmente, tem como um de seus eixos teóricos justamente o materialismo histórico tal como foi desenvolvido por Althusser, de modo que a categoria da contradição já se encontra como elemento teórico em sua base (cf. Zoppi-Fontana, 2014). Além disso, no que tange ao discurso, tal categoria foi especificamente considerada nos trabalhos de Pêcheux e desenvolvida por Courtine.

constitui os sujeitos. Na obra de Courtine observamos como a categoria da contradição é tanto um princípio teórico que embasa a análise do discurso político quanto o objeto analisável que constitui heterogeneamente um discurso determinado.

1.2.1 A categoria da contradição em Pêcheux

O título deste tópico é muito pretensioso ante a brevidade dos apontamentos que faremos a seguir. Em verdade, tal título e a temática que coloca caberiam ao trabalho de uma tese, de uma investigação cuidadosa da obra completa do autor. Contudo, nossa intenção aqui é apenas sinalizar brevemente, e a partir somente da obra *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1988), o que o autor avança, em sua época, em relação ao estudo das instâncias ideológicas pelo materialismo histórico, ao considerar as condições ideológicas como um conjunto complexo com relações de contradição-desigualdade-subordinação entre seus elementos; e que, portanto, a categoria da contradição está na base de sua compreensão e teorização da prática discursiva. Um esboço dessa abordagem mais ampla encontramos no trabalho de Zoppi-Fontana (2005). Embora ali a autora priorize o conceito de ideologia e sua relação constitutiva com os conceitos de sujeito e linguagem, a importância da categoria da contradição na obra de Pêcheux não passa despercebida. Como chama à atenção a autora (id., p. 57): “fazendo trabalhar o conceito de contradição na análise e, conseqüentemente, na teoria, Pêcheux produz uma crítica das categorias materialistas que dão fundamento filosófico à teoria do discurso”.

Zandwais (2012), por seu turno, compreende que se caracteriza de modo concreto na relação de confluência estabelecida entre formações ideológicas, formações discursivas e condições de produção uma das formas pelas quais Pêcheux “transpõe o funcionamento da categoria da contradição, proposta por Marx, para o âmbito concreto das relações entre a sociedade e a linguagem” (id., p. 49). Ao caracterizar a formação discursiva como articulada de modo contraditório às formações ideológicas e ao mesmo tempo “permeada por uma mobilidade de saberes que podem ser representados por posições-sujeito distintas no interior de uma mesma Fd” (id., p. 50), Pêcheux supera a dificuldade encontrada na obra de

Althusser em compreender que os aparelhos de Estado contribuem de forma desigual para a reprodução das condições de produção e, portanto, para sua transformação. Para Pêcheux (1988, p. 145) “os aparelhos ideológicos de Estado constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção”. O autor compreende que os aparelhos ideológicos de Estado não são a realização da ideologia como concepção de mundo que pré-existe à luta de classes, nem a expressão da dominação da ideologia dominante, mas o lugar e meio de sua realização. A partir dessa compreensão, diz o autor

Podemos, de agora em diante, dar mais um passo no estudo das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção dizendo que essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado que essa formação social comporta. Digamos bem, conjunto complexo, isto é, com relações de contradição-desigualdade-subordinação entre seus “elementos”, e não uma simples lista de elementos: na verdade, seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, todos os aparelhos ideológicos de Estado contribuem de maneira igual para a reprodução das relações de produção e para sua transformação. De fato, suas propriedades “regionais” – sua especialização “evidente” na religião, no conhecimento, na política, etc. – condicionam sua importância relativa (a desigualdade de suas relações) no interior do conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado, e isso em função do estado da luta de classes na formação social considerada (id., p. 145).

Zandwais assinala aí um avanço em relação a Althusser pelo qual Pêcheux aprofunda a reflexão a respeito da interpelação ideológica dos sujeitos compreendendo distintas modalidades de subjetivação.

Se para L. Althusser a interpelação do indivíduo como sujeito pode ser descrita como um processo de assujeitamento “livremente consentido” no qual o sujeito se reconhece em face das determinações históricas que falam dele, para Pêcheux [...] a relação do sujeito com as Fds a partir das quais se reconhece, que podem ser de dúvida, de questionamento, de contestação dos saberes destas Fds, vem a caracterizar novas possibilidades de relação do sujeito com as Fds, e, desse modo, novas formas de produção de sentido, que lhe permitem re-simbolizar o já simbolizado (id., p. 51).

É preciso ressaltar, no entanto, que Althusser observa o todo social enquanto Pêcheux desdobra uma forma específica de relações. É possível que o foco mais circunscrito de Pêcheux, ao observar a produção do sujeito falante e suas modalidades enunciativas, tenha lhe proporcionado a apreensão desses matizes, não propriamente como libertação do sujeito, mas como formas distintas de posicionamento e de interpelação ideológica.

Indursky (s/d) caracteriza as distintas modalidades de relação do sujeito da enunciação com o sujeito universal da ideologia ou com a forma-sujeito da formação discursiva do seguinte modo:

A primeira tomada de posição aponta para uma plena identificação do sujeito do discurso com os saberes da FD que o afeta; ou seja, o sujeito identifica-se plenamente com a FD em que tais saberes estão inscritos. Diria que, neste caso, o sujeito reproduz o conhecimento. A segunda tomada de posição sinaliza uma identificação com restrições, dúvidas, discordâncias, questionamentos, afastamentos, contestações; trata-se de uma contra-identificação com os saberes da FD e sua forma-sujeito; este é o espaço para o surgimento de diferentes posições-sujeito no âmbito de uma FD e é a partir destas novas posições sujeito que o saber começa a ser transformado e a diferença e a divergência são introduzidas no âmbito de uma FD. E a terceira tomada de posição marca a desidentificação do sujeito com a FD em que está inscrito, ou seja, o grau de divergência é tão grande que o sujeito desidentifica-se com a FD e sua forma-sujeito para identificar-se com outra FD e, conseqüentemente, com outra forma-sujeito. Diria mesmo que suas divergências são da ordem do antagonismo e seus questionamentos já são produzidos de um outro lugar, de fora da FD. A desidentificação sinaliza que, de fato, o sujeito já identificou-se com outro domínio de saber, com uma outra ideologia, com uma outra forma-sujeito (id., p. 6).

A partir dessas três modalidades de desdobramento da relação do sujeito com a forma-sujeito podem ser analisadas diferentes instâncias de contradição ideológica⁷, seja como reprodução de um estado de dominação na luta de classes em uma dada formação social, onde o sujeito legitima e reproduz as condições de sua própria dominação; seja no interior de uma mesma formação discursiva como contraposição, como distintas tomadas de posição em referência a uma mesma evidência (quando se formulam os contradiscursos); seja por um deslocamento da forma-sujeito, a partir do qual uma evidência é substituída por

⁷ Fazemos referência, por exemplo, ao trabalho de Siveris (2012) no qual ela analisa a partir dessas modalidades a contradição unidade/diversidade da Língua Portuguesa em proposição nos prefácios de distintas edições do dicionário Caldas Aulete.

outra. Além disso, uma vez que o efeito do “interdiscurso continua a determinar a identificação e a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite” (PÊCHEUX, 1988, p. 216), pode haver ainda um antagonismo entre a identificação e a contra-identificação no interior mesmo da forma-sujeito (id.). Uma formulação para esse antagonismo interior seria “reconheço que X, mas X...”.

Para terminar nossa breve exposição sobre a presença da categoria da contradição na proposta de Pêcheux, recortamos dois enunciados que a nosso ver sinalizam a importância que a categoria da contradição material assume em seu trabalho e o avanço do autor na sua compreensão.

1)

Diremos que as contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constituídas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si os “processos discursivos”, na medida em que se inscrevem nas relações ideológicas de classe (id., p. 93).

Como demonstra Zoppi-Fontana (2005), esse enunciado concentra tanto a tese da autonomia relativa da língua quanto a da determinação histórica dos processos de produção do sentido, das quais se apreende o funcionamento da língua na interpelação ideológica e a construção de evidências conforme a posição sustentada pelo sujeito.

2)

Sabemos que toda prática discursiva está inscrita no complexo contraditório-desigual-sobredeterminado das formações discursivas que caracteriza a instância ideológica em condições históricas dadas (id., p. 213).

Pêcheux compreende que em uma instância ideológica dada a contradição de formações discursivas não se reduz a uma relação dual ou dicotômica, por isso ele chama de complexo contraditório, o qual é desigual porque se constitui por relações de dominância e sobredeterminação entre as formações discursivas.

1.2.2 A categoria da contradição em Courtine

Em seu estudo sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos, Courtine (2009) assinala que o tema da contradição atravessa em diferentes níveis e de maneira recorrente a sua pesquisa. Para além de um tema, a contradição aparece em seu trabalho como princípio que o orienta. Isso já pode ser percebido na escolha dos enunciados que compõe a epígrafe do seu texto: o primeiro de Foucault, o qual fala da contradição como princípio da historicidade do discurso; o segundo de Kundera, que fala da luta da memória contra o esquecimento como luta do homem contra o poder. Esses dois enunciados já indicam a direção em que apresentará alguns problemas teóricos e metodológicos em *Análise do discurso*. Mas além de tema e de princípio, a contradição também aparece como objeto de análise, pois o objeto de seu estudo consiste justamente na contradição desigual entre formações discursivas antagonistas. Esses três níveis, princípio, tema e objeto de análise em que a contradição se presentifica no trabalho de Courtine não tomam de forma alguma um caráter espontâneo, pelo contrário, consistem em seu objetivo de explicitar qual sentido da intervenção do marxismo, num momento em que se anunciava sua morte, no processo de produção dos conhecimentos científicos no domínio da *Análise do discurso*. Ao criticar duas tendências de trabalho nessa disciplina em sua época, uma que realizava a descrição sociologista da diferenciação linguística dos grupos sociais e outra que se reduzia a um projeto voluntarista de uma teoria do discurso, Courtine assinala:

Se Análise do discurso está ligada a objetos atravessados pela luta de classes, se, em Análise do discurso político, todo discurso concreto remete a uma posição determinada na luta ideológica de classes, então é bem possível que o sentido primeiro de uma intervenção do materialismo histórico nesse campo teórico-prático seja o de lhe devolver os princípios, esquecidos de maneira diferente pelo sociologismo ou pelo teoricismo, da primazia da contradição sobre os contrários, bem como do caráter desigual da contradição (id., p. 35).

Essa afirmação nos parece muito importante por alguns motivos. Pelo sintagma *luta ideológica de classes*, Courtine ao mesmo tempo especifica o objeto (pressupondo-se aí o discurso como materialidade da ideologia), isto é, discursos; e indefine a locução de classes, de modo que abre a possibilidade para sua

caracterização ad hoc, que por sua vez define o tipo de luta. Ou seja, as classes não são dadas como a priori da luta e a luta, por sua vez, é caracterizada conforme o tipo de relação social contraditória em questão. Nesse sentido, não se trata de operar pela reversão de metonímias, da parte para todo ou do conteúdo para o continente, mas de reconhecer que esse tipo de caracterização não serve para a definição⁸. Se Courtine ressalta a primazia da contradição, no que diz respeito ao seu caráter desigual o autor apresenta, contudo, uma definição dada por Althusser que não condiz com seu trabalho.

Ora, se posso avançar no que sustentei nos primeiros ensaios, mas na mesma linha, diria que a contradição, como a encontramos em O Capital, apresenta a particularidade surpreendente de ser desigual, de colocar à prova contrários que não são obtidos afetando o outro do signo oposto ao primeiro, porque são tomados em uma relação de desigualdade que reproduz continuamente suas condições de existência em consequência dessa própria contradição... A classe capitalista e a operária não têm a mesma história, o mesmo mundo, os mesmos meios, a mesma luta de classe e, entretanto, confrontam-se e é sem dúvida uma contradição, na medida em que a relação de seu confronto reproduz as condições de seu confronto... (ALTHUSSER, apud COURTINE, 2009, p. 35).

Tal enunciado consiste numa asseveração que parece ser usada por Courtine apenas como palavra de autoridade, sem levar em conta que o próprio Pêcheux já havia demonstrado a indissociabilidade entre reprodução e transformação ideológica. Além disso, tomar a contradição como reprodução estrutural está na mesma ordem do pensamento analógico de Tsetung quando compreende a identificação dos contrários pela distinção, pela alternância de dominação e pela transformação do um apenas no seu oposto. Todavia, não é isso que faz o próprio Courtine quando aborda a contradição em diferentes níveis ao compreender o contato entre o ideológico e o linguístico na ordem do discursivo.

Contrapondo procedimentos metodológicos de caracterização homogênea de tipos discursivos em relação a uma formação ideológica específica e procedimentos de individuação e análise contrastiva de conjunto de discursos, Courtine assinala que no primeiro caso um dos elementos da contradição constitutiva de um discurso dado se encontra isolado e pensado como idêntico a ele

⁸ Vale lembrar que se o próprio Marx pôde dar alguns exemplos, estes também eram casos particulares. A única definição mais genérica dada por ele foi “numa palavra, opressores e oprimidos” (Marx; Engels, 2007, p. 47).

mesmo; e no segundo caso busca-se uma equivalência entre as diferenças estabelecidas que individualizam os discursos e as contradições ideológicas, de modo que a individualização pré-existe à contradição que constitui os contrários. Assim, a partir dessa crítica, Courtine define quatro critérios que compõem o procedimento de uso da categoria da contradição:

- 1) *implica a primazia da relação de contradição sobre a individualização de contrários que a contradição “faz existir” no sentido em que ela os une e, ao mesmo tempo, os divide;*
- 2) *sublinha a irredutibilidade de tal relação de contradição a uma perspectiva puramente diferencial ou comparativa: a contradição é uma contradição “desigual”;*
- 3) *lembra que a individualização não é de modo algum um “estado inicial” e, sim, ela própria, um processo contraditório: os efeitos das contradições ideológicas de classe são identificados no próprio interior da “unidade” dos conjuntos de discursos cuja individualização é postulada;*
- 4) *tem como consequência o fato de que todo conjunto de discurso (discurso comunista, discurso socialista...) deve ser pensado como uma unidade dividida numa heterogeneidade em relação a ele mesmo, cujo traço cabe à AD política identificar. Isso equivaleria, por exemplo, mais que fazer da presença ou da ausência de uma determinada transformação o sinal de um desvio entre eles, a mostrar como o funcionamento discursivo de tal operação linguística permite a um conjunto de discurso, levantando CP determinadas, integrar elementos que provêm de seu exterior heterogêneo (id., p. 65).*

Considerando a categoria da contradição o autor redefine o conceito de condições de produção do discurso, incorporando ao conceito, para além da ideia de uma dada situação mais imediata de interlocução, as determinações históricas do discurso como o estado das contradições de classe numa determinada conjuntura. De igual modo, Courtine problematiza teoricamente também o conceito de formação discursiva, que de bloco homogêneo e separada de outras formações discursivas por uma fronteira topográfica, como era concebida até então, passou a ser considerada a partir de sua relação interna com seu exterior discursivo específico, com as formas de alteridade constitutivas de sua existência, reconferindo, portanto, o primado ao interdiscurso. O autor ressalta a necessidade de não mais pensar a formação discursiva como repetição na ordem do mesmo ou do diferente, mas como uma unidade dividida e heterogênea que revela em seu próprio interior as relações de dominação de um estado de contradições ideológicas.

Como importante resultado dessa redefinição teórica o autor desenvolve a noção de *enunciado dividido*, cuja descrição linguística dos efeitos contrastivos, da reformulação, da refutação, da polêmica por denegação ou inversão revela tanto as contradições entre processos discursivos antagônicos quanto as relações de dominação pelas quais o elemento de saber pré-construído de uma formação discursiva dominante é absorvido como próprio no processo discursivo de uma formação discursiva dominada, enfim, a materialização em discurso das formas pelas quais a luta ideológica de classes se manifesta na luta política.

De tal modo, Courtine afirma que seu trabalho decorre em última instância do seguinte postulado teórico-metodológico:

Adotar uma perspectiva especificamente discursiva em análise do discurso é o mesmo que reconhecer no discurso, como objeto, a imbricação de dois reais: o da língua, em sua autonomia relativa, e o da história, apreendido a partir da contradição das forças materiais que nele se afrontam (id. p. 235).

Se Courtine chama a atenção para o fato de que compreender o materialismo histórico como corpo teórico real na Análise do discurso implica considerar a *primazia da contradição sobre os contrários* e o *caráter desigual da contradição*, podemos dizer igualmente que empreender a análise de um discurso tendo a obra de Pêcheux como referência, em qualquer que seja a dimensão, implica necessariamente considerar a *contradição material como categoria constitutiva dos processos discursivos* e considerá-la em seu caráter desigual.

1.3 Corpus de análise e procedimentos metodológicos

A questão da definição do objeto de pesquisa em Análise do discurso como problema de constituição e fechamento do corpus remonta à própria emergência desse campo de saber. De certa maneira, pode-se dizer que esta questão e os problemas metodológicos e teóricos que a ela se ligam coincidem com a história do desenvolvimento da disciplina. Já na proposta de uma análise automática do discurso Pêcheux (1969) faz menção aos problemas de definição do corpus quando critica os métodos de análise de conteúdo e aqueles centrados no texto. O autor aponta para o risco de o objeto de análise permanecer um objeto de

desejo do analista se o mesmo não for definido conceitualmente como elemento de um processo do qual é preciso construir a estrutura. Trata-se então de considerar o processo de produção como um conjunto de mecanismos formais que produzem um dado discurso em dadas condições de produção. A partir dessa definição conceitual o autor afirma a impossibilidade de analisar um discurso como texto (entendido como sequência linguística fechada em si mesma) e indica a necessidade de referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção. Assim, ao propor essas orientações conceituais, definindo como objeto de estudo o processo discursivo, Pêcheux também indica que a definição do corpus levaria igualmente em conta as condições de produção.

Em Fuchs-Pêcheux (1975) a questão da construção do corpus é considerada em função das condições de produção dominantes, mas há nesse texto uma abordagem crítica dos problemas metodológicos concernentes ao corpus e a proposta de duas formas de tratamento, a experimental e a de arquivos; essa perspectiva crítica é marcada nos termos *construção* e *condições de fechamento* de um corpus. Nessa perspectiva, os autores tornam mais precisas certas noções conceituais como condições de produção e discurso, fazem ainda uma série de distinções terminológicas e respondem a críticas feitas a problemas metodológicos, como a seleção de frases contendo uma palavra-pivô. Além disso, os autores explicitam a necessidade de considerar a diferença de responsabilidade teórica que implicam a construção do corpus e o procedimento de análise da AAD, apontando o risco de que, sem essa distinção, os resultados da análise possam ser tomados como reflexo direto do conteúdo organizado em função das responsabilidades tomadas no nível extra-discursivo (diferentes hipóteses sociológicas, históricas, etc.) que orientam a organização do corpus.

Já em Courtine (2009) o tratamento da questão do corpus em AD é ampliado e abrange tanto aspectos teóricos e metodológicos quanto epistemológicos. O autor faz um levantamento sistemático das formas dominantes de constituição do corpus que caracterizaram os trabalhos em AD até aquele momento. A partir disso acrescenta a noção de forma-corpus para a análise do discurso político e a necessidade de redefinir conceitos como *condições de produção* e *formação discursiva*, apresentando ainda alguns elementos determinantes para a construção e categorização do corpus discursivo, bem como

procedimentos de tratamento do corpus. Se Courtine atribui tal importância ao modo e aos critérios de constituição do corpus, é porque, conforme argumenta,

além de um simples dispositivo material, uma forma de corpus determinada em AD política constitui uma representação das contradições entre posições ideológicas de classe, sob a espécie de uma “teoria” das relações entre conjuntos de discursos (poder-se-ia aqui falar também em “formação discursiva”) produzidos a partir de tais posições (id., p. 62).

A partir da categorização empreendida por Courtine (id., p. 59) para uma definição do corpus discursivo, podemos definir a forma do corpus de nossa pesquisa segundo o critério de corpus de dimensão complexa. Isso significa que o corpus não é definido por oposição de restrições homogeneizantes, mas que combina diversas dimensões de definição. Quanto ao aspecto de definição temporal da forma-corpus, assinalamos que o fato de partirmos da observação do discurso da luta contra a pobreza tal como é enunciado pelo governo federal brasileiro no ano de 2011 em sua correlação com enunciados midiáticos, a princípio demarca um plano sincrônico de definição. No entanto, o discurso da luta contra a pobreza, como apontamos, já teria emergido sistematicamente no Brasil nos anos de 1990, logo seu estudo implica observar também um plano diacrônico desse discurso. Principalmente, somos atentos aos seguintes apontamentos de Courtine (2009, p. 60):

- 1) *Se afirmamos que todo discurso produzido se insere em um processo discursivo que o determina, sob a forma dos elementos pré-construídos – isto é, produzidos em outros discursos anteriores a ele e independentes dele –, que se reproduzem por ele sob a determinação de seu interdiscurso, pode-se prever que a constituição de um corpus discursivo, em referência a um plano sincrônico de definição das CP do discurso, produzirá um esquecimento do interdiscurso, sob a modalidade do apagamento do caráter pré-construído de certos elementos (sintagmas nominalizados, por exemplo) que todo discurso engloba. Esquecimento de que sempre-já há discurso...*
- 2) *Em consequência, pode-se prever, em tal caso, um risco de apagamento das condições propriamente históricas de produção do discurso em benefício da definição de CP que se confunde com as características de uma situação de comunicação [...].*

Uma vez que definimos como objetivo de investigação contemplarmos os aspectos de *constituição, formulação e circulação* (ORLANDI, 2001) do discurso

político da luta contra pobreza no Brasil, valer-nos-emos principalmente do conceito de condições de produção heterogêneas para a identificar em seu processo discursivo os efeitos da contradição que o constitui, as filiações ideológicas que as formulações desse discurso apresentam e como o funcionamento discursivo dessas formulações ao mesmo tempo dissimula a contradição e produz um apagamento das distintas e antagônicas posições. Em outras palavras, em nossa análise pretendemos considerar três instâncias discursivas do discurso político da luta contra pobreza no Brasil: as condições de formação sob a determinação do interdiscurso, as condições de formulação sob as especificidades do intradiscorso e as condições e os efeitos de sua circulação, especialmente acerca de sua recepção.

Como apresentamos na introdução, o pressuposto a partir do qual desenvolvemos nosso estudo incide sobre o fato de que no ano de 2011 a luta contra a pobreza tenha passado de uma política de Estado a uma política de governo, isto é, que tenha constituído o próprio fundamento do governo de Dilma Rousseff, tornando-o um governo contra a pobreza. De tal modo, observamos que os objetos do DLCP apareceram recorrentemente na fala presidencial por um processo de recitação ou de incitação ao discurso e para analisar esses fenômenos e seus efeitos propusemos investigar, reiteramos, as instâncias de constituição, formulação e circulação do DLCP. Assim, a partir do pressuposto inicial e do objetivo de pesquisa, compusemos o corpus de referência da investigação com um conjunto de 22 textos, além do próprio slogan *País rico é país sem pobreza*, nos quais identificamos a recorrência do slogan como objeto temático e o DLCP como dominante.

Justificamos essa opção por considerarmos que não se trata de uma simples delimitação de objeto, mas de uma hipótese prévia, ou, no termos de Pêcheux, de uma determinada responsabilidade. Isto é, se em uma república presidencialista um determinado discurso ocupa o frontispício, o lugar principal de identificação do projeto político de um presidente e de seu governo (desdobrando-se em tema da enunciação e em princípio da atividade do locutor agente político), avaliamos que tal fenômeno seja relevante pelo próprio efeito social que pretende. Em segundo lugar, a relevância do corpus de referência delimitado se baseia na hipótese de que o efeito de recitação simula a própria instância de circulação do

discurso, seja por antecipação ou réplica de um domínio associado de formulações ou como atualização de memórias distintas que fazem significar o objeto discursivo.

Assim, com base nesses critérios, o corpus de nossa pesquisa se caracteriza por ser constituído por um corpus de referência que integra o slogan *País rico é país sem pobreza* e pronunciamentos presidenciais em que o slogan emerge como objeto temático e um corpus aberto e auxiliar caracterizado como domínio associado do corpus de referência e que integra textos publicitários e informativos do governo federal; textos da internet que fazem referência ao slogan *País rico é país sem pobreza*; e textos jornalísticos veiculados nos suportes impresso e eletrônico.

Como procedimentos de análise, uma vez que tomamos a categoria da contradição como princípio e objeto de investigação, pretendemos a partir dos procedimentos gerais delimitados por Courtine, apresentados no tópico anterior, considerar a contradição entre os aspectos gerais e particulares do DLCP bem como as contradições internas dos aspectos particulares de sua enunciação. Isto é, analisaremos suas contradições constitutivas que o inscrevem na disputa de sentidos sobre as desigualdades sociais, e, de fato, principalmente econômica, bem como analisaremos a forma material que assumem essas contradições em seu funcionamento discursivo. Esse aspecto da análise, contudo, não se confunde com a própria investigação, mas se caracteriza como momento, embora principal, da compreensão das instâncias do processo discursivo do DLCP, cuja análise realizaremos a partir do estabelecimento de relações entre os enunciados, sob a forma de cadeias parafrásticas no interior das formações discursivas e nas relações que elas instauram entre si, articulando-as às condições de produção do discurso e às posições de seus enunciadores. Pelo fato de as formações discursivas serem instâncias que determinam o dizer e que se configuram como matrizes da produção do sentido, assim procedendo, será possível apreender o que o DLCP “determina que se pode e se deve dizer” e os sentidos que produz. Em suma, a polissemia constitutiva da linguagem é passível de ser interpretada a partir da identificação das paráfrases empreendidas pelo discurso em meio a relações sociais de força e de sentido (ORLANDI, 1996). Quanto à descrição das formas sintáticas e das relações semântico-lexicais nos enunciados, reconhecendo que essa descrição se instala sobre um real específico, o linguístico (PÊCHEUX, 2011), a análise consiste em

considerar o funcionamento discursivo de categorias ou operadores como atividade estruturante do discurso, por um falante determinado, para um interlocutor determinado, com finalidades específicas (ORLANDI, 1996).

CAPÍTULO 2 – A pobreza como problema social no discurso: determinações históricas dos processos de produção de sentidos

É a História que transforma o real em discurso
(Roland Barthes)

*Os pobres não têm história; e se a têm é a história da
significação que os poderosos emprestaram à pobreza ao
longo dos séculos*
(Regis de Castro Andrade)

Ao indagarmos o que distingue fundamentalmente o discurso da luta contra a pobreza podemos sem receio dizer que a resposta consiste no fato de que esse discurso considera a pobreza como problema. Antes, porém, de analisarmos como a forma contemporânea assumida por esse discurso concebe a pobreza mediante modos distintos de seu funcionamento, vamos visitar rapidamente alguns lugares de sua história para observarmos como a pobreza foi caracterizada como problema social conforme determinados contextos. A nossa intenção não é apenas produzir uma ilustração para efeito comparativo nem se trata propriamente de um estudo histórico, mas incide, antes, em uma compreensão das determinações históricas dos processos de produção de sentidos, de apreender alguns dizeres que transfiguraram o sem sentido em sentido (ORLANDI, 2003). De tal modo, pretendemos construir alguns elementos que nos permitam em nossas análises compreender como determinadas práticas discursivas agenciam memórias distintas da pobreza como problema tanto em função de estratégias argumentativas quanto do efeito do interdiscurso sobre o intradiscurso. De fato, como pretendemos demonstrar nos próximos capítulos, por um lado, uma propriedade do funcionamento do discurso da luta contra a pobreza consiste justamente na atualização de uma memória determinada de pobreza de modo a construir como novo aquilo que não é senão uma reformulação do mesmo (CAMPOS, 2013) e, por outro, esse discurso é internamente contraditório em relação à sua formação ideológica dominante.

Uma vez justificado tal procedimento, procuramos então observar, neste capítulo, primeiramente, alguns aspectos da formação da ideia de pobreza como problema no contexto da industrialização europeia. Para tanto, buscamos analisar as opiniões divergentes e contraditórias que se formaram em torno do

problema da pobreza das massas divulgadas pelos publicistas do período. Em seguida passamos ao contexto brasileiro que compreende a passagem do século XIX para XX e alguns momentos desse último até os dias contemporâneos. Procuramos identificar como a pobreza foi considerada em relação às particularidades brasileiras, principalmente na produção intelectual cujo objetivo era interpretar a realidade e direcionar as práticas políticas.

Uma vez que, reafirmamos, não é nosso objetivo fazer um estudo histórico, não nos ativemos a detalhar em profundidade os aspectos levantados nem em realizar análises comparativas da literatura abordada. De tal modo, assumimos o risco de certo reducionismo e a possibilidade de uma leitura mais apressada, porém, para o que nos interessa aqui de fato, o recorte bibliográfico foi suficiente para realizarmos um certo “inventário” de sentidos a respeito da pobreza como problema em discurso.

2.1 A pobreza no contexto da industrialização europeia

Em obra na qual produz uma síntese das discussões sobre a pobreza das massas nos princípios da industrialização europeia, Plum (1979) argumenta que até esse período a pobreza ainda não era vista como problema socioeconômico. Durante a Idade Média, a Igreja Católica assumiu uma posição destacada em relação à questão dos pobres e esses eram vistos como parte integrada do sistema corporativo. Somente a partir do Iluminismo a pobreza passou a ser vista de um ponto de vista predominantemente econômico que se radicou no fim do século XVIII.

Esse ponto de vista, no entanto, não se desenvolveu sem determinados preconceitos e contradições. Se sob a visão de mundo católica tanto a pobreza quanto a relação entre ricos e pobres consistiam em um **mérito** moral, seja como “renúncia” aos bens terrenos por parte dos pobres ou como “exercício” da virtude da caridade por parte dos ricos, sob o ponto de vista estritamente econômico a pobreza, concebida como deficiência ou insucesso de ordem econômica, passou a ser interpretada como expressão de uma **falta** moral.

Fundado em uma moderna visão de mundo, para a qual a orientação econômica se constitui na virtude fundamental do homem e a utilidade se torna elevado objetivo da vida, pôde surgir o juízo de que

a pobreza é culpa. Culpa dos pobres mesmos, que, em irrefletida fertilidade, se multiplicavam, como uns diziam. Culpa dos ricos, e em especial dos empresários, por pensarem na utilização da mão-de-obra humana apenas em termos de exploração, como pretendiam outros (id., p. 33).

Essas duas ideias controversas encontraram em Thomas Robert Malthus com a sua teoria da população e Karl Marx com a sua crítica à exploração do proletariado pela burguesia, respectivamente, suas figuras mais expressivas. Apesar do confronto das opiniões contraditórias a respeito da pauperização que marca o início do século XIX em uma vasta gama de trabalhos que se dedicaram ao tema, desse novo ponto de vista um consenso foi produzido, o de que toda atividade econômica deve considerar o futuro e orientar a ação no presente conforme sua previsão. A atitude progressista pregada pelo Iluminismo adquire, assim, seus tons especulativos. Particularmente a respeito da pauperização das massas, se por um lado as especulações produziram a ideia de uma revolução social (ENGELS), por outro produziram a ideia de um futuro sombrio cujas consequências deveriam ser evitadas mediante as ações do presente. Veremos depois que essa imagem de um futuro trágico acompanha as especulações a respeito da pobreza até os dias contemporâneos, quando a luta contra a pobreza se torna uma forma de controle das tensões sociais.

Outro aspecto apontado por Plum na literatura do início da industrialização é que muitos publicistas do período consideravam, também apesar das divergentes opiniões a respeito das causas da pobreza, que essa condição das massas era um fenômeno da época. A própria abundância dos escritos sobre o tema entre os anos 30 e 50 do século XIX por quase toda Europa foi motivada pelo fato de que o público do período se encontrava escandalizado com a situação manifesta de penúria do proletariado.

Não faltaram críticos a atacar o sistema fabril adveniente, neste quinto decênio do século XIX, tão rico em estímulos espirituais e tão movimentado política e literariamente. Muitos deles, se bem que não a maioria, atribuíam o surgimento da pobreza das massas ao novo industrialismo – ou também, capitalismo. O começo do empobrecimento de vastas camadas populares foi fixado no fim do século XVIII e na primeira metade do século XIX. O lugar de seu surgimento e de sua difusão foi considerado como sendo as fábricas e as modernas cidades industriais. Em consonância, também assim foi definido o pauperismo (id., p. 57).

De outra parte, muitos defendiam o industrialismo como a promessa de libertação das situações de carência social. Dentre esses, alguns discípulos de Adam Smith na Inglaterra, por exemplo, apelavam para que se averiguasse se a miséria que se acumulava nas cidades fabris era nelas produzida ou se era resultado de circunstâncias anteriores. De fato, Smith havia feito, dentre seus estudos, um esboço histórico sobre a assistência aos pobres na Inglaterra compreendendo o período entre o século XV e XVIII: com a destruição da instituição religiosa dos mosteiros e ficando os necessitados desamparados, estabeleceu-se em 1607, por decreto real, que cada paróquia deveria se encarregar dos próprios pobres mediante a cobrança de um imposto paroquial. Contudo, observa Plum (id.), essa lei de assistência aos pobres foi uma particularidade da Inglaterra, não existindo em outros países. Dessa forma, se na Inglaterra esse tipo de legislação pode ilustrar as condições de miséria de determinadas camadas da população antes da era industrial, em outros países a pobreza só foi percebida como fenômeno de massas quando essas camadas populacionais foram absorvidas pelas fábricas. Em todo caso, predominou no período a ideia, e mesmo na Inglaterra, de que a pauperização era resultado do industrialismo. Dessa tese, por sua vez, derivou a convicção de que o período pré-industrial era mais feliz, que havia maior harmonia entre o campo e a cidade e que os costumes eram mais puros, em contraposição às condições industriais, caracterizadas por toda ordem de conflitos e decadência social e moral. Segundo Plum (id.), o próprio Engels com sua publicação sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra contribuiu fortemente para a difusão dessa ideia.

Um terceiro aspecto que caracteriza o período refere-se mais uma vez a Malthus e Marx. Mais acima citamos esses autores como expoentes da contradição interna da unidade de valor da concepção de pobreza como falta moral. Contudo, além disso, esses dois autores apresentaram, de maneira distinta e por vias diversas, uma contradição principal do período e que estava mesmo na base das especulações sombrias ou revolucionárias, a luta entre proprietários e trabalhadores. Para o primeiro, essa luta era consequência de interesses divergentes movidos pela sobreposição do amor próprio ao amor ao próximo. Para o segundo se tratava de uma exploração patente (pela força, como aplicação da lei) e

latente (pela alienação) em que o proprietário expropria o trabalhador do produto de seu trabalho. As concepções de Malthus e de Marx representam pela influência que exerceram e ainda exercem as duas grandes posições contraditórias em relação à formação da concepção de pobreza como problema. Considerar essa contradição seria um trabalho específico, assim, assumindo a precariedade que sempre provoca a redução, vamos nos limitar aqui a expor desses dois autores, além do que já mencionamos, algumas proposições que são reconhecidas pela literatura como fundamentais.

A lei malthusiana da população:

Tomando a terra inteira... e supondo que a presente população seja de mil milhões, a espécie humana crescerá conforme os números 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256 e os meios de subsistência, conforme os números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9. Em dois séculos, a proporção da população mundial para com os meios de subsistência seria de 256 a 9; em três séculos, de 4096 a 13, e em dois mil anos a diferença seria quase incalculável.

Nesta suposição ainda não foram colocados quaisquer limites aos produtos da terra, que poderiam crescer indefinidamente e serem maiores que a quantidade passível de registro. Mesmo assim, dado o peso da população, que, em cada período, é muito superior, o aumento da população só poderia ser mantido abaixo do nível dos meios de subsistência através da constante ação da poderosa lei da necessidade operando como um regulativo sobre o poder superior (MALTHUS, apud PLUM, id., p. 127).

O que dizer dessa lei da população e das recomendações que dela foram extraídas quando hoje ainda se pode ouvir popularmente por toda parte, e muito também na boca dos próprios pobres, que “pobre só presta pra fazer filhos”? E que dizer quando lembramos das consequências de um darwinismo social como política de Estado? Sobre seus ecos e efeitos em nossos dias, fica para outra ocasião. Mas uma resposta já havia sido dada uns 40 anos antes da proposição em um celebre discurso sobre a origem da desigualdade. Vejamos dois trechos desse discurso de Rousseau:

Os filósofos que examinaram os fundamentos da sociedade sentiram a necessidade de remontar até ao estado de natureza, mas nenhum deles aí chegou. Uns não vacilaram em supor no homem desse estado a noção do justo e do injusto, sem se inquietar em mostrar que ele devia ter essa noção, nem mesmo que ela lhe fosse útil. Outros falaram do direito natural que cada qual tem de conservar o que lhe pertence, sem explicar o que entendiam por pertencer.

Outros, dando primeiro ao mais forte autoridade sobre o mais fraco, fizeram logo nascer o governo, sem pensar no tempo que se devia ter escoado antes que o sentido das palavras autoridade e governo pudesse existir entre os homens. Enfim, todos, falando sem cessar de necessidade, de avidez, de opressão, de desejos e de orgulho, transportaram ao estado de natureza ideias que tomaram na sociedade: falavam do homem selvagem e pintavam o homem civil (ROUSSEAU, 2001, p.40).

Acostumados desde a infância às intempéries do ar e ao rigor das estações, exercitados no trabalho e forçados a defender nus e sem armas a sua vida e a sua presa contra os outros animais ferozes, ou a escapar da sua perseguição, os homens adquirem um temperamento robusto e quase inalterável: os filhos, trazendo ao mundo a excelente constituição dos pais e fortificando-a com os mesmos exercícios que a produziram, adquirem assim todo o vigor de que a espécie humana é capaz. A natureza faz precisamente com eles o que a lei de Esparta fazia com os filhos dos cidadãos: torna forte e robustos os que são bem constituídos e faz morrer todos os outros, divergindo nisso das nossas sociedades, em que o Estado, tornando os filhos onerosos aos pais, os mata indistintamente antes do nascimento (id., p. 45)

A nosso ver Malthus não faz senão a mesma coisa, toma por natural aquilo que é social. A lei da natureza que determina o estado da população humana não é outra coisa que construção social, seja causa ou acaso. Que hoje a própria estatística tenha contradito Malthus e que tenha sido ele a ter a coragem de formular publicamente um preconceito de classe pouco importa quando se ainda observa esse mesmo preconceito reverberando por toda parte disfarçado das mais boas intenções e pedagogia. O lugar do problema é outro. Somente o hipotético homem selvagem estaria sujeito à natureza, tudo o demais é resultante da sociedade, mesmo as leis que tomam forma análoga àquela como é compreendida uma lei da natureza. A força maior que pesa sobre o homem é o próprio homem, seu ser desde sempre social; e isso nada tem a ver com lobos.

A “teoria marxista da pauperização”:

Todas as sociedades anteriores, como vimos, repousaram no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas. Mas, para oprimir uma classe, é necessário pelo menos lhe garantir condições de existência que lhe permitam viver na servidão. O servo, durante o período de plena servidão, conseguiu tornar-se membro de uma comuna, assim como o pequeno-burguês [Kleinbürger] conseguiu tornar-se burguês [Bourgeois] sob o jugo do absolutismo feudal. O operário moderno, ao contrário, em vez de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez, decaindo até mesmo abaixo

das condições de vida de sua própria classe. O operário se torna um pobre e o pauperismo cresce muito mais rapidamente que a população e a riqueza. Fica, portanto, evidente que a burguesia é incapaz de desempenhar por muito mais tempo seu papel de classe dirigente da sociedade e de impor à sociedade, como lei reguladora, as condições de existência de sua classe. Não pode mais reinar porque ela se mostra incapaz de assegurar a existência de seu escravo no contexto de sua escravidão, porque é obrigada a deixá-lo cair a ponto de dever alimentá-lo ao invés de ser alimentada por ele. A sociedade não pode mais viver sob a dominação da burguesia, o que quer dizer que a existência da burguesia não é mais compatível com a existência da sociedade (MARX; ENGELS, 2007, p. 60).

Sobre esse trecho do Manifesto comunista, bem... podemos dizer que a burguesia prestou muita atenção ao ensinamento de Marx e tanto assegurou a continuidade do sistema como levou ao limite sua existência como invisível constitutivo, *totem e tabu* nos termos de Cattani (2013). Apesar da proposição acima citada ser reconhecida como uma das principais definições do pauperismo na obra de Marx, sua voz ainda grita muito alto do mirante em que observa O Capital para que ignoremos os trechos a seguir:

A grandeza do exército industrial de reserva está na proporção da riqueza social, do capital em funcionamento, da extensão e vigor de seu crescimento e, com isso, também, da quantidade absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho. A mão-de-obra disponível desenvolve-se em virtude das mesmas causas que produzem as forças expansivas do capital. Portanto, a quantidade relativa do exército industrial de reserva cresce juntamente com as potencialidades da riqueza. Entretanto, quanto maior for esse exército de reserva em comparação com o exército de trabalho ativo, tanto mais maciça será a superpopulação consolidada, cuja miséria está em proporção inversa à penosidade de seu trabalho. Finalmente, quanto maiores a camada de "Lázarus" da classe operária e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial (MARX, apud PLUM, ibid., p. 145-6).

Todos os instrumentos destinados ao desenvolvimento da produção transformam-se em instrumentos de dominação e exploração na mão do produtor, passam a servir à mutilação do trabalhador, transformando-o em fragmento de homem; destroem sua dignidade, convertendo-o em mero apêndice da máquina; aniquilam o conteúdo mesmo de seu trabalho em virtude de seu caráter penoso; alienam-lhe as potencialidades espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que estas últimas vão sendo incorporadas à ciência como potência independente; corrompem as condições sob as quais trabalha; submetem-no durante o processo do trabalho ao despotismo da mais mesquinha odiosidade; transformam seu período de vida em período de trabalho (MARX, apud PLUM, ibid., p. 145-6).

Entre os dois extremos representados por Malthus e Marx desenvolveu-se ainda uma infinidade de gradações de opiniões contraditórias as quais, conforme a síntese elaborada por Plum (id.), ocuparam dois pontos de vista distintos sobre a pobreza: um via a pobreza como expressão de conflitos ecológicos e o outro a via como resultado dos conflitos sociais.

Apresentados esses aspectos da formação da ideia de pobreza como problema no período da industrialização europeia, selecionamos para analisar algumas daquelas opiniões correntes o excerto de uma obra do cientista político Robert Von Mohl, datada de 1837, que concentra algumas características do pensamento sobre a pobreza da época: pobreza como fenômeno do presente, idealização do passado, naturalização da desigualdade, prognóstico de futuro sombrio e caracterizações atravessadas por avaliações morais. A particularidade da obra de Mohl é que ele, como observa Plum, tentou assumir uma posição intermediária entre as opiniões que se confrontavam. A nosso ver, trata-se de um fato muito relevante que já no século XIX, no contexto de formação da ideia de pobreza como problema social, um tal discurso de luta contra a pobreza buscasse um meio caminho, um consenso entre as posições mais radicais, senão efetivamente, pelo menos retoricamente, sendo pleno de verdadeira boa vontade. O pequeno trecho a seguir é recortado de um texto em que o autor argumenta sobre a necessidade de criar novas formas para resolver o problema da pauperização.

*Um novo elemento surgiu na vida pública com a **situação inédita** e, no conjunto, **altamente deplorável** dos trabalhadores nas fábricas. Tal massa de pessoas pobres, **revoltadas** contra seu **destino**, contra as **categorias sociais superiores** e as **instituições estatais** vigentes, a todo momento sujeitas a um **total desemprego** em virtude de um **acaso inevitável** e, portanto, sujeitas a mais extrema miséria; pessoas em sua maioria **sem instrução e estragadas** – tal massa de pessoas só pode ser perigosa para a vigência da ordem legal e da moral mais elevada. Os meios para manter pequeno **o perigo** tornam-se, entretanto, dia a dia mais inoperantes em vista do **crescimento extraordinário do número de trabalhadores** nas fábricas, em vista de o pequeno número de donos de fábricas e lojas de comércio não poderem – apesar das grandes massas de dinheiro acumuladas em suas mãos – oferecer uma compensação, e em vista da crescente eliminação, pela grande fabricação, do **velho e honrado núcleo da cidadania e da ordem**, ou seja, do artesanato independente... É, assim, provável não se*

*tratar de puro fantasma de uma mórbida imaginação e de covarde exagero a afirmação da possibilidade senão da probabilidade, de que, partindo desse lado, **venha a estourar uma tempestade** sobre a ordem vigente das coisas, pavor acabrunhante de uma **guerra de escravos** (MOLH, apud PLUM, *ibid.*, p. 39-40).*

As características anteriormente indicadas podem ser percebidas nas expressões destacadas em negrito. Vejamos:

- Pobreza como fenômeno do presente: novo elemento surgiu; situação inédita.

- Avaliações morais: altamente deplorável; honrado; sem instrução e estragadas; tal massa de pessoas só pode ser perigosa para a vigência da ordem legal e da moral mais elevada; não se tratar de [...] mórbida imaginação e de covarde exagero.

- Naturalização da desigualdade: destino; acaso inevitável; crescimento extraordinário do número de trabalhadores.

- Prognóstico de futuro sombrio: o perigo; venha a estourar uma tempestade sobre a ordem vigente das coisas, pavor acabrunhante de uma guerra de escravos.

Mas além dessa caracterização retórica, esse excerto ainda apresenta dois elementos muito relevantes para a análise, os dois períodos apositivos. Vejamos:

– tal massa de pessoas só pode ser perigosa para a vigência da ordem legal e da moral mais elevada.

– apesar das grandes massas de dinheiro acumuladas em suas mãos –

Consideremos o primeiro caso pela inversão metonímica entre sintoma e efeito, observando aí o funcionamento do discurso transversal (PÊCHEUX, 1988, p. 164-167).

Só pode ser perigosa para a vigência da ordem legal e da moral mais elevada uma tal massa de pessoas que...

O efeito de incidência explicativa remete a dois eixos de equivalência em contraposição:

- 1- tal massa de pessoas só pode ser perigosa:
 - Tal massa de pessoas pobres
 - revoltadas contra
 - a todo momento sujeitas (a um total desemprego)
 - sujeitas (a mais extrema miséria)
 - pessoas em sua maioria sem instrução e estragadas

- 2- vigência da ordem legal e da moral mais elevada:
 - seu destino
 - categorias sociais superiores
 - instituições estatais vigentes
 - virtude de um acaso inevitável
 - total desemprego
 - mais extrema miséria

Que Molh era representante do pensamento liberal, sabemos, que ocupou realmente uma posição intermediária entre as opiniões, já não é bem assim. Os dois eixos em contraposição no seu enunciado explicitam a inscrição da forma-sujeito em uma posição específica na luta de classes que caracteriza o momento histórico. A implicação entre os sintomas e seu efeito não é mera formalidade, há aí uma distinção que passa por evidente, que em realidade é a evidência que constitui o sujeito, ainda que o locutor tenha as mais boas intenções de incitar a procura de meios para remediar a condição dos trabalhadores⁹.

Quanto ao segundo caso, podemos dizer que é bem mais simples e quase diz por si mesmo em relação ao exterior que o constitui. Os donos de fábricas

⁹ Esse caso é muito exemplar para que se compreenda um fenômeno generalizado nas ciências humanas e que tem um peso específico no estudo do discurso, a *distinção evidente*. Essa metodologia, que pode *evidentemente* ser compreendida no âmbito do que Tsetung chamou de evolucionismo vulgar, *distintamente* caracteriza, no estudo da linguagem, tanto o *realismo metafísico* quanto o *empirismo lógico* analisados por Pêcheux (1988). Isto é, discordando de Tsetung, podemos dizer que, em particular ao estudo da linguagem, a distinção evidente não caracteriza apenas as coisas em estado isolado, ela se tornou uma propriedade da própria relação entre as coisas. Indo mais adiante, podemos dizer que em muitas análises, como demonstra Courtine (2009), a distinção evidente é dissimulada como jogo de confrontações, combate retórico, performance, transgressão estilística, mas é, ainda assim, destituída de materialidade histórica. Podemos ir mais além e dizer que a distinção evidente, como imagem, nos termos de Bakhtin, refletida/refratada da igualdade entre os homens, tornou-se a síntese das duas antigas tendências da filosofia, a do movimento perpétuo e a do eterno repouso.

e lojas de comércio *não podem* oferecer uma compensação aos males dos trabalhadores **apesar** das grandes massas de dinheiro acumuladas em suas mãos porque: já o são em pequeno número, o capital é necessário para que garantam sua sobrevivência na livre competição, depende deles a permanência futura dos empregos disponíveis no presente, depende deles o progresso técnico da nação e, em consequência, depende deles a própria riqueza do Estado. A evidência desse **apesar** encerra a lógica interna e inabalável daquele sistema econômico para o qual não há outra via possível nem outra justificativa para seu funcionamento, e as coisas são como são. Porém... havia aquele medo da tempestade... e não é estranho que um certo panfleto que abalou aquele mundo começasse sua acusação justamente com essas assustadoras palavras: *Um espectro ronda a Europa...*

Em seu estudo, Plum ainda descreve e comenta outros trabalhos do período sobre a pauperização e dedica grande atenção à obra de Marx, contudo, vamos nos limitar a esses aspectos assinalados, uma vez que, a nosso ver, apresentam o núcleo contraditório da luta contra a pobreza em sua origem. Isto é, observada pela perspectiva da contradição, a própria formação da concepção de pobreza como problema social envolve uma série de contradições, tanto percebidas pela transição histórica quanto principalmente pela luta de interesses e de classes antagônicas:

Cosmovisão católica →← cosmovisão iluminista

Perspectiva moral-religiosa-escatológica →← perspectiva econômico-utilitarista

Sujeito religioso →← sujeito jurídico

Compreensão científica →← avaliação moral

Passado idílico →← presente decadente

Pobreza como fenômeno do presente →← História

Naturalização da desigualdade →← etiologia

Progresso técnico →← futuro sombrio

Exploração →← Proliferação irresponsável

Bons costumes →← vícios

Ordem →← revolta

Capital →← salário

Proprietários →← trabalhadores

Expressão dos conflitos ecológicos →← resultado dos conflitos sociais.

Essas contradições ainda hoje se presentificam, com ressalvas e especificidades, nos dizeres atuais de luta contra a pobreza ou naqueles que pregam a necessidade dessa luta. No que segue, vamos reportar brevemente a obra de mais um publicista do período. Tal autor foi um dos primeiros a formular a ideia de pobreza relativa e analisou no curso dos acontecimentos a lei inglesa de assistência aos pobres, não sem expor, num momento em que a linguagem permitia, todo seu preconceito político, sua avaliação moral, valores e avaliações que hoje são escamoteados no discurso contemporâneo pelos rodeios estatísticos e pela assepsia técnica formal; falamos de Alexis de Tocqueville. Suas posições e avaliações reverberam ainda hoje e estão na base de muitos dizeres sobre a pobreza, inclusive no Brasil. Em especial, a oposição que ele estabelece entre o progresso e a pauperização encontrará em outros contextos a forma da oposição entre pobreza e desenvolvimento.

Alexis de Tocqueville, em sua obra, *Mémoire sur le paupérisme*, de 1835, ao observar e comparar as condições de miséria nos vários países da Europa, busca explicar tal fenômeno, o qual chama de espetáculo extraordinário, a partir da ideia de que a pobreza tenha tido sua origem na fonte da civilização, nas condições de desigualdade em que se formaram as sociedades. O argumento principal é de que no momento em que determinados indivíduos começaram a reunir em suas mãos mais terras do que necessitavam para se nutrir e a perpetuar sua propriedade nas mãos de descendentes tiveram surgimento as aristocracias e também o supérfluo, do qual, por sua vez, nasceria o gosto por outros prazeres além das necessidades primeiras da natureza física. Nesse momento, em que alguns homens já concentravam riqueza e poder, os homens semisselvagens, na transição de uma natureza selvagem para uma liberdade civil e política ainda não compreendida, expostos a violências e ardis e presos à cultura da terra como única fonte de recursos, submeteram-se a toda sorte de tirania sob a condição de sua sobrevivência. Assim, Tocqueville vê a desigualdade como intrínseca ao processo

de surgimento da civilização, sendo consequência de um natural desenvolvimento naturalmente desigual dos indivíduos.

Si l'on fait attention à ce qui se passe dans le monde depuis l'origine des sociétés, on découvrira sans peine que l'égalité ne se rencontre qu'aux deux bouts de la civilisation. Les sauvages sont égaux entre eux parce qu'ils sont tous également faibles et ignorants. Les hommes très civilisés peuvent tous devenir égaux parce qu'ils ont tous à leur disposition des moyens analogues d'atteindre l'aisance et le bonheur. Entre ces deux extrêmes se trouvent l'inégalité des conditions, la richesse, les lumières, le pouvoir des uns, la pauvreté, l'ignorance et la faiblesse de tous les autres (TOCQUEVILLE, 2006, p. 8).

Na continuidade desse processo evolutivo, as desigualdades passam de fatos a direitos e se tornam leis. Assim, mantida uma hierarquia social desde o conhecimento da propriedade fundiária, uma vez que a evolução das sociedades produziria e diversificaria, sob condições históricas e culturais, as necessidades, os desejos e os prazeres dos indivíduos, manter-se-iam da mesma forma as desigualdades de acesso aos bens do progresso. Tal desigualdade estaria ainda sujeita a uma infinidade de causas e acasos que afetariam em maior proporção a vida dos trabalhadores. E em seu tempo, especialmente, Tocqueville observa que os trabalhadores da indústria estariam mais expostos aos infortúnios do que qualquer outra classe de trabalho.

La classe industrielle qui sert si puissamment au bien-être des autres est donc bien plus exposée qu'elles aux maux subits et irrémédiables. Dans la grande fabrique des sociétés humaines, je considère la classe industrielle comme ayant reçu de Dieu la mission spéciale et dangereuse de pourvoir à ses risques et périls au bonheur matériel de toutes les autres. Or le mouvement naturel et irrémédiable de la civilisation tend sans cesse à augmenter la quantité comparative de ceux qui la composent. Chaque année, les besoins se multiplient et se diversifient, et avec eux croît le nombre des individus qui espèrent se créer une plus grande aisance en travaillant à satisfaire ces besoins nouveaux qu'en restant occupés de l'agriculture [...].

C'est à cette cause qu'il faut principalement attribuer ce qui se passe au sein des sociétés riches où l'aisance et l'indigence se rencontrent dans de plus grandes proportions qu'ailleurs. La classe industrielle, qui fournit aux jouissances du plus grand nombre, est exposée elle-même à des misères qui seraient presque inconnues, si cette classe n'existait pas. (id., p. 12).

Para Tocqueville, essa classe de trabalhadores industriária é exposta a misérias que seriam quase desconhecidas se a mesma não existisse. O autor argumenta que quanto mais desenvolvida e rica é uma sociedade, mais variados e permanentes são os prazeres do progresso, de modo que acabam por se tornar verdadeiras necessidades. Com tal raciocínio, estabelecendo uma relação direta e natural entre causa e efeito, Tocqueville desenvolve uma definição de pobreza relativa, argumentando que na passagem da sociedade feudal para a industrial, havendo uma enorme diversificação dos prazeres do progresso, dos bens materiais e intelectuais que facilitam o viver e tornando-se esses benefícios novas necessidades, produziu-se ao mesmo tempo uma gama de misérias antes desconhecidas. Esse raciocínio também explica a diferença de percepção da pobreza conforme o estágio de progresso de cada sociedade. Seu argumento é de que o indivíduo sem meios se percebe mais pobre quanto mais exposto aos bens do progresso.

De là vient que le pauvre d'Angleterre paraît presque riche au pauvre de France ; celui-ci à l'indigent espagnol. Ce qui manque à l'Anglais n'a jamais été en la possession du Français. Et il en est ainsi à mesure qu'on descend l'échelle sociale. Chez les peuples très civilisés, le manque d'une multitude de choses cause la misère ; dans l'état sauvage, la pauvreté ne consiste qu'à ne pas trouver de quoi manger (id., p. 13).

Vejamos bem os dizeres de Tocqueville sobre a causa da pobreza:

- depois do nascimento das sociedades a igualdade existe apenas em dois extremos: entre os homens selvagens porque são igualmente ignorantes e fracos e entre os homens muito civilizados porque dispõem de condições análogas de tornar a vida mais fácil e feliz. Entre esses dois extremos se encontra toda sorte de desigualdade, incluindo a pobreza;

- a classe trabalhadora recebeu por vontade divina a missão especial de promover a felicidade material de todas as outras;

- a pobreza ou miséria é um fato de percepção, de modo que entre os povos mais civilizados, onde se conhece uma diversidade muito maior dos prazeres do progresso, a falta de um amplo conjunto de coisas causa a miséria.

Ora, não é preciso ir além de uma interpretação de conteúdo para ver que Tocqueville caracteriza como natural que na coexistência dos muito civilizados com os menos civilizados estes últimos estejam sujeitos a tudo que falta. Mas aqui também o problema é outro, é a definição de *mais civilizados*. Tocqueville é um fidedigno representante da transição de uma posição aristocrática para a posição liberal, conservando os preconceitos das duas. É sempre pernicioso lançar mão do silogismo, mas, assim mesmo, consideremos a afirmação de Tocqueville sobre em que consiste a pobreza no estado selvagem:

No estado selvagem a pobreza não consiste em outra coisa senão em não ter de que comer

E acrescentemos:

*Os miseráveis passam fome
Logo os miseráveis se encontram em estado selvagem.*

Parece, no entanto, que Tocqueville não considera a fome dos miseráveis, crê talvez que a sua mendicância seja em razão do bonheur.

Assim, se parece ter tirado do discurso de Rousseau essa compreensão da miséria como fato relativo à percepção¹⁰, ignora completamente a advertência do mestre de que não há uma ligação essencial entre a desigualdade natural e a desigualdade social¹¹. Para Rousseau não se pode nem ao menos procurar essa ligação, pois isso

¹⁰ Mas, se entendo bem o termo miserável, trata-se de uma palavra que não tem nenhum sentido, ou que significa apenas uma provação dolorosa, o sofrimento do corpo ou da alma: ora, eu só desejaria que me explicassem qual pode ser o gênero de miséria de um ser livre cujo coração está em paz e o corpo com saúde. Pergunto qual, a vida civil ou a natural, está mais sujeita a se tornar insuportável para os que a gozam. Em torno de nós, quase que só vemos pessoas que se lastimam de sua existência, e muitas mesmo que se privam dela tanto quanto o podem; e a reunião das leis divina e humana mal basta para deter essa desordem. Pergunto se jamais se ouviu dizer que um selvagem em liberdade tenha somente pensado em se lastimar da vida e em se suicidar. Que se julgue, pois, com menos orgulho, de que lado está a verdadeira miséria. Ninguém, ao contrário, foi mais miserável do que o homem selvagem deslumbrado pelas luzes, atormentado pelas paixões, e raciocinando sobre um estado diferente do seu.

Foi por uma providência muito sábia que as faculdades que ele tinha em potência só deviam desenvolver-se com as ocasiões de as exercer, a fim de que não lhe fossem nem supérfluas e cometidas antes do tempo, nem tardias e inúteis às suas necessidades. Só no instinto, tinha ele tudo o de que necessitava para viver em estado de natureza; numa razão cultivada, tem apenas o que lhe é preciso para viver em sociedade (ROUSSEAU, 2001, p.72).

¹¹ Concebo na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da

equivaleria a perguntar, por outras palavras, se aqueles que mandam valem necessariamente mais do que os que obedecem, e se a força do corpo e do espírito, a sabedoria ou a virtude, se encontram sempre nos mesmos indivíduos em proporção do poder ou da riqueza [...] (Rousseau, 2001, p. 39)

Além de definir as causas da pobreza, Tocqueville também constrói sua argumentação, tal qual tantos outros publicistas do período, com vistas a um prognóstico da sociedade. Observando, então, o progresso da civilização como devir natural, prevê um duplo movimento: ao passo que a sociedade se tornar mais desenvolvida e a existência mais fácil, maior será o número daqueles que necessitarão da ajuda de seus semelhantes para ter uma mínima parte dos bens desse progresso. Em sua visão, não é dado a ninguém parar tal movimento, mas suas consequências podem ser abrandadas. Assim, após apresentar sua explicação para as origens da pobreza, procura abordar as formas de atenuar os males inevitáveis que tal processo natural produziria.

Na segunda parte de seu memorando, Tocqueville dedica-se então a examinar os meios empregados em seu tempo para atenuar a situação dos miseráveis e distingue duas formas de beneficência. A primeira seria de caráter individual e privado, nascida junto com a miséria humana e transformada pelo cristianismo numa virtude divina chamada de caridade. Quanto a essa forma, conclui rapidamente que se trata de um agente que a sociedade não pode desprezar, mas que ao mesmo tempo seria imprudente a ela confiar a solução para a pobreza uma vez que o fardo da sociedade industrial lhe seria demasiadamente pesado. A segunda forma de beneficência o autor identifica como nascida do protestantismo e própria das sociedades modernas, sendo mais racional e menos entusiasta, produzida e regularizada pela sociedade, como uma caridade pública. À primeira vista não haveria, diz Tocqueville, uma ideia que parecesse tão bela e tão grande como essa da caridade pública. Contudo, ao examinar a situação da Inglaterra, único país em seu tempo que havia sistematizado a beneficência pública como

saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles (ROUSSEAU, 2001, p. 38).

caridade legal, diz que a experiência viria a destruir parte das belas ilusões. Assim, decide examinar especialmente essa segunda forma.

Ao ocupar-se criticamente, então, da caridade pública, Tocqueville a vê de maneira bastante negativa. Ele argumenta que os homens têm uma paixão natural pela ociosidade e que são dois motivos apenas aqueles que os incitam ao trabalho: a necessidade de sobreviver e o desejo de melhorar suas condições de existência. A partir dessa afirmação continua com o argumento de que a experiência prova que a maioria dos homens trabalha apenas pela sobrevivência e que o segundo motivo tem poder apenas sobre um pequeno número. Desse modo, diz o autor, uma lei que dá a todos os pobres um direito ao socorro público, seja qual for a origem de sua pobreza, enfraquece ou destrói o primeiro estímulo ao trabalho e deixa intacto apenas o segundo. A consequência funesta de uma lei de assistência permanente é criar uma classe ociosa, de modo que os assistidos acabam vivendo à custa do trabalho alheio.

Une pareille loi est un germe empoisonné, déposé au sein de la législation.

[...]

Si vous étudiez de près l'état des populations chez lesquelles une pareille législation est depuis longtemps en vigueur, vous découvrirez sans peine que les effets n'agissent pas d'une manière moins fâcheuse sur la moralité que sur la prospérité publique, et qu'elle déprave les hommes plus encore qu'elle ne les appauvrit (TOCQUEVILLE, 2006, p. 20-1).

Tocqueville argumenta que a caridade pública tem consequências de ordem moral. Para ele, não há nada que eleve o espírito humano como a ideia de direitos, pois o direito deve colocar o que reclama no mesmo nível do que concede. Todavia, a assistência pública como direito tem consequência inversa, acaba por legalizar a inferioridade dos assistidos. Já a caridade individual estabeleceria uma relação moral entre ricos e pobres: de uma parte haveria o interesse pelo bem fazer e de outra o reconhecimento por receber o que não se esperava como direito. A caridade pública por seu turno viria a destruir essa relação moral.

Le riche, que la loi dépouille d'une partie de son superflu sans le consulter, ne voit dans le pauvre qu'un avide étranger appelé par le législateur, au partage de ses biens. Le pauvre, de son côté, ne sent

aucune gratitude pour un bienfait qu'on ne peut lui refuser et qui ne saurait d'ailleurs le satisfaire [...] (id., p. 22).

Essa relação moral compreendida por Tocqueville tem por pressuposto uma condição natural e imutável da divisão social. Portanto, a caridade pública, na sua visão, longe de tornar a vida dos pobres melhor do que poderia a caridade privada, viria a piorar as condições de uma ordem natural.

Loin de tendre à unir dans un même peuple ces deux nations rivales qui existent depuis le commencement du monde et qu'on appelle les riches et les pauvres, elle brise le seul lien qui pouvait s'établir entre elles, elle les range chacune sous sa bannière ; elle les compte et, les mettant en présence, elle les dispose au combat (id., p. 22).

Para Tocqueville a distinção também é evidente e natural, ricos e pobres constituem desde o começo dos tempos duas nações que são rivais, mas que podem ser unidas por um laço de dependência e gratidão. Essa evidência permite que se veja como bondade o que para outros seriam formas perversas de dominação.

Continuando seu raciocínio moral, Tocqueville questiona a lei de assistência comparando duas formas de ociosidade. Ao argumentar que a ociosidade hereditária acompanhada do contentamento do espírito, interessada pelos prazeres da inteligência e moralizada pelo exercício do pensamento ainda assim foi a mãe de tantos vícios, indaga o que se poderia esperar de uma ociosidade adquirida pela covardia e merecida pela falta de conduta, uma ignomínia suportável apenas na medida em que aquele que a sofre se corrompe e se degrada. A resposta o autor encontra nas enquetes e discussões do Parlamento britânico

On déplore l'état de dégradation où sont tombées les classes inférieures de ce grand peuple ! le nombre des enfants naturels augmente sans cesse, celui des criminels s'accroît rapidement ; la population indigente se développe outre mesure ; l'esprit de prévoyance et d'épargne se montre de plus en plus étranger au pauvre ; tandis que dans le reste de la nation les lumières se répandent, les mœurs s'adoucissent, les goûts deviennent plus délicats, les habitudes plus polies, - lui, reste immobile, ou plutôt il rétrograde ; on dirait qu'il recule vers la barbarie, et, placé au milieu des merveilles de la civilisation, il semble se rapprocher par ses idées et par ses penchants de l'homme sauvage (id., p. 23).

Mais uma vez a distinção evidente permite dizer o que é dito como fato observável. A classe pobre, tendo garantida a sua vagabundagem pela lei de assistência, pode livremente se desenvolver conforme suas inclinações naturais, viciosas, de modo que, ao se colocar em comparação o que todo mundo pode ver, diante das maravilhas do progresso da civilização os pobres parecem se aproximar do homem selvagem. Portanto, Tocqueville compartilha a ideia de que a beneficência pública seria antes um retrocesso para a civilização. A isso acrescenta o argumento de que a caridade legal tem tanta influência funesta sobre a moralidade quanto para a liberdade. Os pobres assistidos por suas comunidades estariam impedidos de as deixarem sob pena de perder seus benefícios, ficando presos ao seu lugar de nascença tais quais os camponeses da Idade Média. Da mesma forma, as comunidades já encarregadas de seus miseráveis não aceitariam socorrer o estrangeiro, de modo que a lei de assistência impediria a mobilidade de qualquer um que viesse a ser ameaçado pela pobreza.

Sob o signo da igualdade Tocqueville defende que uma lei de assistência legaliza a inferioridade; sob o signo da liberdade defende que tal lei impede a mobilidade de qualquer indivíduo sujeito à ameaça da pobreza; e sob o signo da fraternidade defende que a caridade pública destrói a relação moral entre os indivíduos estabelecida pelo bem fazer e pela gratidão.

Se lido a partir de hoje o discurso de Tocqueville parece fenômeno de uma época, não podemos desconsiderar a sua influência política nem o peso das concepções de que compartilha nas retóricas reacionárias sempre prontas a ocupar o lugar legitimado de seu tempo e sempre dispostas a taxar medidas e propostas igualitárias de inócuas, perigosas ou fatais (ANGENOT, 2015).

Segundo a socióloga e pesquisadora brasileira Anete Ivo (2008), o pensamento de Tocqueville representa um dos três paradigmas que se formaram na construção de uma sociologia da pobreza mediante a influência dos autores consagrados que procuraram compreender a emergência do fenômeno de pauperização na formação e consolidação das sociedades urbano-industriais. Esses três paradigmas, representados principalmente pelos trabalhos de Alexis de Tocqueville, Karl Marx/Friederich Engels e Georg Simmel são caracterizados pela autora, conforme a perspectiva política que os fundamenta, como paradigma da igualdade, na perspectiva da democracia liberal de Tocqueville, paradigma da

exploração, na perspectiva da economia política e do materialismo de Marx e Engels, e paradigma da dádiva, na perspectiva do solidarismo e da cidadania republicanas de Simmel.

Seguindo o raciocínio de Ivo (id.), uma vez que já fizemos alguns apontamentos sobre as concepções de Marx e de Tocqueville, para efeito de comparação vamos apresentar brevemente alguns aspectos da obra de Simmel. Este autor desenvolve sua obra *Les Pauvres*, publicada primeiramente em língua francesa, no início do século XX na Alemanha, contexto no qual surgiam perspectivas e propostas de sistemas de proteção social. Segundo Ivo, muito embora Simmel desenvolva seu trabalho partindo desse contexto particular, ele procura contribuir, no entanto, para uma teoria geral da sociedade.

Tomando como ponto de partida as relações intersubjetivas da obrigação da dádiva, o autor extrai proposições teóricas mais amplas, como as relações entre a ética, a moral e a sociedade, na construção da dádiva e da caridade; das relações entre o indivíduo (pobre) e as coletividades (Estado nacional, municípios); da parte e do todo (de uma perspectiva metodológica); da generalidade (noção abstrata da pobreza) com as formas regulatórias (assistência) e sua objetivação da ação social (as formas concretas assumidas pelas instituições públicas ou privadas da assistência) (IVO, 2008, p.171).

Simmel compreende então, em sua abordagem, que o pobre não é caracterizado pela privação, mas pela maneira como a sociedade o define, pela atitude que a sociedade como um todo tem a seu respeito. Para ele, a condição de assistido define o pobre como pertencente a uma camada desvalorizada da sociedade, pois, em dependência da coletividade, não pode definir-se através de uma complementaridade em relação de reciprocidade e igualdade perante essa coletividade. Da mesma forma é compreendida a pobreza, como sendo não apenas relativa, mas definida pelo modo como a sociedade a significa, com os sentidos que lhe atribui. A pobreza não é relativa à percepção moldada pelas condições histórico-naturais e culturais como para Tocqueville nem à contradição desigual entre classes na disputa pela propriedade dos meios de produção como para Marx, mas à reação que cada grupo social tem a seu respeito. Em cada círculo social pode haver aqueles indivíduos que são considerados pobres pelos demais.

Simmel tem por pressuposto que a sociedade precede os indivíduos e os constitui, assim analisa a condição de ser pobre e a pobreza a partir da relação

dos direitos e obrigações, que para ele é o que constitui a sociabilidade humana. Dessa perspectiva, observa que a assistência aos pobres é uma forma de mitigar as diferenças extremas de modo que a estrutura fundada na diferenciação permaneça. A finalidade da assistência não é o indivíduo pobre, mas o todo social, a manutenção do status quo, para que o pobre não se torne um inimigo social. Simmel critica, portanto, a exclusão do pobre da cadeia teleológica da ordem social. Para ele, em realidade a assistência não é um direito do pobre, mas um direito do cidadão que paga impostos a ter uma sociedade de bem estar. O pobre, nesse sentido, afirma Simmel, é como um estrangeiro que se encontra materialmente fora do grupo onde reside. Ao analisar a pobreza e a condição do ser pobre, Simmel, portanto, apresenta uma grande contribuição para a compreensão das formas como a sociedade e suas instituições objetivam os indivíduos e principalmente dos processos homogeneizantes e excludentes. Sobre o ser pobre, conclui:

A classe dos pobres, particularmente na sociedade moderna, constitui uma síntese sociológica única. Em relação à sua significação e seu lugar no corpo social, ela possui grande homogeneidade; no entanto, no que se refere à qualificação individual de seus elementos, ela falta completamente. É um fim comum dos destinos os mais diversos, um oceano no qual vidas derivadas das camadas sociais as mais diversas flutuam juntas. [...] O que há de mais terrível na pobreza é o fato de que nela existem seres humanos cuja posição social é de pobres, e nada além de pobres. [...] uma classe cuja unidade se funda numa característica puramente passiva, a saber, pela maneira singular de a sociedade reagir e se conduzir em relação a ela (SIMMEL, 1998, apud IVO, 2008, p. 176).

Do ponto de vista da constituição dos sujeitos, é muito negativo e prejudicial tomar a pobreza como valor definidor de classe social. O pobre, se objetivado como indivíduo de uma classe a qual por definição geral se caracteriza pela carência e seus indivíduos, mais especificamente pela perspectiva econômica, se caracterizam pela dependência em relação ao Estado ou a outros, constitui uma subjetividade depreciada. Esse processo pode levar, no limite, o indivíduo a odiar a si mesmo por ser incapaz de sair de uma classe excluída do processo de produção e consumo, uma classe na qual ele ao mesmo tempo não se reconhece, da qual não tem orgulho, com a qual não tem identificação. E opostamente ao ódio por si, mas igualmente negativa do ponto de vista da dignidade social do indivíduo está a

resignação ou a superestimação do outro. Se a pobreza se torna um valor de classe em uma sociedade que se constitui pela contradição desigual e pela disputa, o indivíduo pobre se encontra de início desprovido dos meios de competir. Em suma, a objetivação da pobreza como classe social é um processo de exclusão basilar.

O ponto comum na mira dessas três perspectivas delineadas por Ivo (2008) é o fato que constitui paradoxalmente ou contraditoriamente as sociedades urbano-industriais, a acumulação de riquezas acompanhada da produção de pobreza. O que a comparação dessas três perspectivas nos mostra, contudo, é que lutar contra a pobreza é um objetivo nascido no seio da ideologia liberal. Para o marxismo o problema de fato consiste na exploração e na desigualdade na luta entre classes, para Simmel consiste na exclusão material do pobre e seu gerenciamento na manutenção do status quo. Somente para a perspectiva liberal, a qual representa Tocqueville, a pobreza é o problema de fato, e mais, que precisa ser combatido, pois sendo inevitável como resultado do progresso, não pode ser eliminado, mas apenas remediado.

No Brasil, particularmente, essas três perspectivas vão encontrar adesões e ressonâncias, principalmente na contraposição entre o pensamento liberal e o marxismo. Mas, como veremos a seguir, no contexto brasileiro também se desenvolveram concepções específicas em torno da pobreza conforme o sistema de produção, de propriedade e de organização social.

2.2 A pobreza no contexto dos problemas nacionais do Brasil

Segundo Sprandel (2004)¹², desde o século XIX, quando a elite intelectual e política brasileira começou a debater a respeito dos problemas

¹² Na obra *A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil* (2004) Marcia Anita Sprandel realiza uma investigação da produção intelectual brasileira desde as campanhas abolicionistas até o final do século XX com o objetivo de elucidar como ocorreu no Brasil a construção da pobreza como problema nacional e de como ela tem sido historicamente representada e reelaborada. Tomando por corpus as obras clássicas do pensamento social brasileiro, o relatório da Comissão Mista de Combate à Pobreza de 1999 realizada pelo Senado Federal e propostas e relatórios do Banco Mundial (BIRD), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), a autora considera a partir de seu estudo que embora se possa dizer que a pobreza exista no Brasil desde os princípios de sua colonização, “a pobreza como problema é uma preocupação historicamente bem mais recente” (id., p. 11). Sprandel defende a tese de que, no âmbito da discussão pública, a pobreza foi percebida como consequência daqueles tidos como reais problemas nacionais até por volta de 1990 quando finalmente ocupou lugar central nas reflexões.

nacionais, até as primeiras décadas do século XX, a pobreza foi vista como consequência natural do que eram considerados os verdadeiros problemas sociais do Brasil como o clima, a mestiçagem, o sistema de produção escravagista, a falta de saneamento e de nutrição, de modo que as reflexões a respeito da pobreza se restringiam a considerar a potencial periculosidade das “classes baixas” urbanas e a apatia, a tristeza e as doenças dos moradores do interior. Voltadas principalmente para o determinismo climático e baseadas no mito da abundância do território, as primeiras interpretações da realidade brasileira viam a prodigalidade da natureza como causa da indolência do povo e os excessos da luxúria e a cobiça das riquezas naturais como causas da má formação do caráter nacional. Já as teorias raciais vindas da Europa tiveram, nesse período, acolhida entusiástica por parte da elite intelectual brasileira, adepta de um ideário positivo-evolucionista, de tal modo que tais teorias serviram para justificar a desigualdade social existente. Muitos publicistas do período, inclusive, fiados na tese da incompatibilidade de raças antagônicas, contribuiriam para tornar a mestiçagem um padrão explicativo para os males do país, caracterizando negativamente os aspectos físicos, psicológicos e comportamentais dos mestiços.

Ainda durante o período escravagista, José Bonifácio, por exemplo, via o Brasil de forma bastante pessimista e acreditava que tudo ainda estava por ser construído, das instituições ao povo. Considerava o escravagismo a causa da estagnação dos engenhos e das lavouras e da inércia de seus proprietários e criticava a indolência de “mulatos e brancos inferiores” que viviam na miséria. Para o grande estadista do período imperial, tal como na concepção protestante inglesa, havia uma pobreza digna ligada ao trabalho e outra desprezível ligada à preguiça, e que ele preferia chamar de miséria, sem distinguir, no entanto, os fatores causadores de tal miséria. Por outro lado, Joaquim Nabuco via o regime escravagista como causa da ruína do país, mas também de seu povo, uma vez que perpetuava uma dependência dos proprietários ao trabalho escravo e ainda acentuava a dependência dos homens pobres e livres em relação à elite

A autora, no entanto, toma uma parte pelo todo ao considerar que a pobreza seria um problema social apenas quando objeto da ciência social, bem como ao considerar que seria um problema nacional apenas na década de 1990 quando se tornou objeto de preocupação do Senado Federal. Stormowski (2011), por exemplo, demonstra que a pobreza foi reconhecida como problema social e assumida como responsabilidade do governo já na década de 1950 pela política desenvolvimentista. Em todo caso, a obra de Sprandel oferece uma profícua contribuição para se compreender como a pobreza foi considerada na produção intelectual brasileira.

escravocrata. Essa grande parcela da população brasileira, a seu ver, não era realmente livre, mas vivia como em condições de vassalagem para com os grandes proprietários de terras, condição que a mantinha miserável e desqualificada.

Não se trata de operários, que, expulsos de uma fábrica, achem lugar em outra; nem de famílias que possam emigrar, nem de jornaleiros que vão ao mercado de trabalho oferecer os seus serviços; trata-se de uma população sem meios, sem recurso algum, ensinada a considerar o trabalho como uma ocupação servil, sem ter onde vender os seus produtos, longe da região do salário – se existe esse El Dorado, em nosso país – e que por isso tem que resignar-se a viver e criar os filhos, nas condições de dependência e miséria em que se lhes consente vegetar (NABUCO, apud SPRANDEL, 2004, p. 38).

As descrições de Nabuco que abrangem as condições de vida dos miseráveis nas capitais e vilarejos servem ao argumento da necessidade de grandes reformas no país, a começar por abolir a escravidão, pela emancipação dos negros e seus descendentes, por apagar todos os efeitos de tal regime de inércia, de modo a formar um povo patriota e livre, forte e inteligente.

Já em relação ao período que sucede a abolição da escravatura, Silvio Romero, diz Sprandel (id.), pode ser considerado um dos primeiros pensadores no Brasil a refletir sobre a pobreza como problema social ao apontar suas causas econômicas e políticas e sugerir, inclusive, soluções. O traço distintivo de Romero é o fato de que ele constrói seus argumentos a partir de observações *in loco*, a partir das quais critica as ações políticas e o foco dos investimentos públicos.

Não estamos no caso de ter academias de luxo, quando o povo não sabe ler; de ter palácios de Monroe, quando a mor parte da gente mora em estalagens e cortiços, e as casas de pensão proliferam; de ter avenidas à beira-mar e theatros monumentaes, que vão ficar fechados, quando não temos fartas fontes de renda, quando a miséria é geral e quase todas as cidades e todas as villas do Brasil são verdadeiras taperas (...). O grosso da população é paupérrima e desarticulada. Nos campos, nas roças, nos sertões, no interior, produz, mas produz pouco e sem systema. Nas villas e cidades quasi nada produz em pequenos e mal organizados officios (ROMERO, apud SPRANDEL, 2004, p. 42).

O argumento de Romero é de que a pobreza estaria ligada à falta de organização do trabalho causada pela ausência de uma patronagem inteligente, à dificuldade da população pobre em se tornar proprietária de terra e à ineficácia das

ações políticas que se voltavam para abstrações orçamentárias e problemas de metafísica econômica ao invés de se ocuparem do povo, dos seus modos de viver e de suas condições de trabalho. O pensamento de Romero, contudo, é bastante contraditório em muitos aspectos e baseado no evolucionismo social se alinha àqueles pensadores que viam nos “vícios étnicos” as causas das misérias sociais (SOUZA, 2004). Com maior ênfase na questão racial, Oliveira Vianna ainda pelos anos de 1920 vai creditar à diferenciação étnica os males do país. Vianna considerava a aristocracia rural como representante dos elementos arianos e, portanto, superiores da nacionalidade. De igual modo avaliava a camada mais pobre da população, a qual era formada por colonos portugueses de origem plebeia, denominada por ele de “plebe rude”, e por mestiços e ex-escravos como elementos inferiores da nacionalidade e responsáveis, dada a sua natureza, pela própria condição de miséria.

Uma voz destoante da época foi a de Manoel Bomfim, intelectual que se posicionou contra ideia corrente de parasitismo da população pobre. Em suas descrições, Bomfim caracteriza uma população animada, mas que desconhece o valor do trabalho, que prefere viver com o pouco que a natureza lhe provém do que realizar o trabalho em condições análogas à do escravo.

O calor brando de um céu benigno, a ferocidade dos rios e das selvas garantiam-lhe a existência. E queriam que ele se fosse meter nos eitos, pedir para trabalhar e engordar os senhores, pelo preço de uma medida de farinha e uma libra de carne! ... Condenam-no, porque ele – o trabalhador nacional – não ia disputar a escravidão ao escravo! (BOMFIM, apud SPRANDEL, 2004, p. 39).

Sprandel (id.) compreende que diferentemente dos outros intelectuais da época, Bomfim não credita o empobrecimento da população ao clima, à raça e nem à escravidão somente, mas às condições históricas de exploração econômica e espoliação das riquezas nacionais pelo regime político de colonização.

Outro grande problema nacional de que vai se ocupar a elite intelectual brasileira nas primeiras décadas do século XX foi a saúde da população, principalmente daquela que vivia no interior do país. Os relatórios das campanhas profiláticas que acompanharam as obras de infraestrutura como construção de estradas de ferro e instalação de linhas telegráficas por todo o país e das expedições científicas no Nordeste e Centro-Oeste por solicitação da Inspeção das

Obras contra a Seca revelaram problemas até então ignorados pela elite política. O relatório dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna divulgado em 1916 causou um grande impacto na opinião pública nacional ao denunciar um país doente, mas também a situação de abandono por parte do governo e exploração por parte do sistema latifundiário em que vivia a população pobre do interior. A repercussão desses relatórios deu início a grandes campanhas sanitárias, sendo fundada em 1918 a Liga Pró-Saneamento do Brasil a qual tinha por objetivo a criação de um órgão federal que coordenasse ações de saúde em todo o território nacional. Além disso, provocou uma mudança de ideário em certa parcela daqueles intelectuais que se preocupavam com o destino da nação, com o seu progresso e o papel do povo nesse processo. A ideia de indolência da população como causa de sua miséria e de sua nulidade para o desenvolvimento nacional deu lugar à de precariedade da saúde. Um exemplo emblemático dessa mudança conceitual encontra-se no personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato. O Jeca, antes símbolo da preguiça nacional, encontrou sua redenção na medicina e no saneamento, tornou-se um trabalhador vigoroso e fazendeiro bem sucedido.

Por outro lado, segundo Sprandel (id.), a medicina do período em geral ainda permanecia fortemente arraigada a teorias racistas de modo que, para além do sucesso no saneamento de grandes epidemias, havia aqueles que defendiam também o saneamento da raça, o que ficou conhecido como movimento eugenista. Para esse movimento, tratava-se de “acabar com a miséria esterilizando os miseráveis, acabar com o pecado esterilizando os pecadores, acabar com os vícios esterilizando os viciados, acabar com a loucura esterilizando os doentes mentais” (id., p. 53). Apesar disso, ao levar a questão da saúde para o centro do debate político e ao demandar ações governamentais de políticas públicas, as campanhas sanitárias prestaram grande contribuição para o entendimento da pobreza como problema social, uma vez que tornou visíveis as precárias condições de vida de populações até então ignoradas.

Em termos de discussão sobre a pobreza, no entanto, a década de 1910 significou um avanço em relação às anteriores. O discurso racial, embora ainda forte, precisou curvar-se ante as evidências empíricas, registradas e fotografadas nos cadernos de campo de expedições científicas. As imagens da população sertaneja, divulgadas para o grande público, tornavam-se incômodas. Os mestiços degenerados agora tinham um rosto, um nome, um local de

residência. Tinham sobretudo voz, com a qual falaram de seus males aos sanitaristas. E não estavam no fim do mundo. Pagavam impostos e participavam de atividades religiosas da Igreja Católica. Os doutores de Manguinhos chegaram a ser chamados de antipatriotas, por mostrar uma realidade de desigualdade numa República ainda jovem, que defendia a igualdade de todos perante a lei (id., p. 57).

Cabe ainda destacar um sentido sobre a pobreza peculiarmente brasileiro que se desenvolveu da transição do escravagismo para o capitalismo e que a abrange nas relações de trabalho. Da Matta (1995) ressalta que enquanto na Europa a revolução industrial permitiu que se desfizessem as relações de patronagem e dependência pessoal, de modo que o trabalhador e o pobre passassem a ser vistos como tendo existência autônoma e o trabalho a ser caracterizado positivamente, no Brasil a ausência de uma transformação que desfizesse os laços de dependência e clientelismo por um lado, e a longa experiência escravagista e suas consequências, por outro, tornou impossível separar o pobre do trabalhador. Para Amaral Lapa (2008) a ética social escravista e o sistema de favores e dependência que permitiam ao homem livre não se ocupar dos trabalhos destinados ao escravo tanto aviltou o conceito de trabalho como produziu para a pobreza sentidos ligados à honestidade e à honra.

O escravismo gerou na sociedade brasileira uma inversão da ideologia burguesa do trabalho – notada por Roberto Schwars em personagens de Machado de Assis –, que se resume em afirmar que o vadio é pobre porque não trabalha e o pobre trabalhador é pobre porque trabalha, e o trabalho, no caso, é desprezível! Na ética escravista não cabe ao branco louvar para si o trabalho, mas ao mesmo tempo não lhe cabe louvar a vadiagem. E aqui vem a máxima acapitalista, que o trabalho em si não enriquece, pois é próprio do escravo. Daí decorrem também ilações que cruzam a pobreza com a honestidade, sendo esta inútil ao miserável, que é pobre justamente por ser honesto. Entretanto, a chamada sabedoria popular mostra o reverso, quando sentencia a exceção preconceituosa de que “é pobre porém honesto”, como se justamente a pobreza implicasse torpeza. O mesmo se aplica em relação à honra, uma vez que a desonra aparece comumente como uma fatalidade da pobreza (id., p. 31-2).

Se com o advento do capitalismo e sua própria ética foi imposta à sociedade brasileira uma valorização do trabalho, desfazendo-se pelo menos oficialmente o sentido de punição que tem no sistema escravagista e na memória

etimológica do tripalium, na prática, no entanto, a divisão do trabalho foi hierarquizada por preconceitos e desigualdades de toda ordem, como criticava Florestan Fernandes já nos de 1960. Da Matta (1995) assinala que na linguagem isso produziu distinções como *serviço* com sentidos de tarefa e dever e *emprego* com o sentido de uma posição oficial numa organização formal, de modo que o termo *trabalho* quase sempre é associado a atividades adversas.

Um segundo momento identificado por Sprandel o qual apresenta novas percepções a respeito da pobreza no pensamento social brasileiro e que se caracteriza por uma produção intelectual mais acadêmica tem início a partir da década de 1930, acompanhando todo o conjunto de mudanças sociais, econômicas e políticas como o surgimento de partidos políticos, associações de classes e sindicatos, a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o estabelecimento de leis trabalhistas e previdenciárias. Esse período é caracterizado pelo declínio do evolucionismo social como padrão explicativo e das abordagens naturalistas nas interpretações sobre o Brasil. Serão as obras *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior as mais representativas dessa mudança de ideário, ao trazerem elementos da antropologia cultural norte-americana, da sociologia da cultura, da história social e do materialismo histórico em desenvolvimento na Europa.

Em *Raízes do Brasil*, identifica-se na própria formação e no desenvolvimento do estado brasileiro as causas dos seus problemas sociais. A começar pelo próprio modo aventureiro e predatório de colonização e pelo caráter personalista do povo português que o tornaria avesso às formas racionalizadas de relações sociais, tendo por consequência uma informalidade na sua relação com o Estado, a isso somada a escravidão, fomentadora de uma moral da ociosidade, o patriarcalismo e o sistema de latifúndio monocultor, como origens de uma elite política patrimonialista. Já *Casa-grande & senzala* apresenta importante argumento contra o discurso da abundância predominante nas primeiras interpretações do Brasil. Gilberto Freyre descreve e critica a precariedade da alimentação e da produção de alimentos decorrentes do sistema de monocultura, do latifúndio e do trabalho escravo que afetava principalmente a população livre e pobre. Apesar de

sua contribuição para a crítica das condições de vida das populações miseráveis, a obra de Gilberto Freyre apresenta, no entanto, um ponto bastante negativo, consequência do que seria uma contribuição positiva: ao valorizar e enfatizar o papel do negro na formação do povo brasileiro, se por um lado Freyre critica o preconceito de raça, por outro será responsável pela grande divulgação da ideia de uma democracia racial no Brasil, ideia que se tornaria uma espécie de ideologia não oficial do Estado e um mito que serviria para escamotear injustiças sociais decorrentes e herdadas da escravidão. Em *Formação do Brasil contemporâneo*, por seu turno, o papel do negro e do índio na formação estrutural da sociedade colonial é considerado nulo. Para Caio Prado, no entanto, diferentemente dos evolucionistas anteriores a Freyre, o problema não estaria no elemento biológico, mas no nível intelectual e moral das raças escravizadas, que por essa razão constituiriam um corpo estranho e de difícil absorção, em termos econômicos e políticos, na formação da sociedade colonial. Na explicação para os problemas sociais do Brasil, aponta como origens uma colonização exploratória, enquanto empresa comercial voltada para os interesses da metrópole, seu desenvolvimento baseado em uma estrutura escravocrata e sua instabilidade econômica com a alternância entre ciclos de prosperidade e ruína.

Apesar da importância dessas obras para a compreensão do desenvolvimento histórico do Estado brasileiro, nosso interesse específico nos impele a nos limitarmos a essas simples referências, pois o tratamento mais aprofundado das mesmas já seria outro trabalho. Além disso, nas obras desses três autores acima apontados, diz Sprandel, “nem a pobreza foi tratada como “problema”, nem os pobres percebidos como sujeitos. [...] os avanços teóricos enfatizaram o sistema econômico colonial e seus principais agentes, senhores e escravos” (id., p. 80).

Em relação à década de 1940, Sprandel identifica duas obras que são, em sua perspectiva, fundamentais para compreensão do problema da pobreza e que foram muito importantes em sua época para fazerem avançar as discussões a respeito de suas causas e de suas consequências, são elas *Geografia da fome* de Josué de Castro e *Coronelismo, enxada e voto* de Vitor Nunes Leal.

Com a denúncia de que a fome deveria ser compreendida não simplesmente como escassez de alimentos, mas como resultante dos hábitos

alimentares dos grupos sociais e das formas como esses grupos se organizam para satisfazer suas necessidades em alimentos a partir recursos naturais que o meio provê para a subsistência, Josué de Castro demonstrou que o problema da fome não atingia apenas os indivíduos isoladamente, mas que era um problema coletivo que atingia grandes massas da população. Através de suas enquetes sociais e suas análises procurou identificar as causas fundamentais que determinavam a qualidade da alimentação de diferentes grupos sociais em diferentes regiões do Brasil e concluiu que os fatores socioculturais eram mais preponderantes que os fatores geográficos. Assim, Castro contribuiu para desmistificar aqueles discursos que ainda se pautavam no clima como fator explicativo das misérias sociais bem como aqueles que, na esteira das campanhas sanitaristas, ainda reproduziam a ideia de que as doenças eram grande problema nacional ao demonstrar que era antes a precária alimentação um fator gerador de grandes epidemias. Em relação ao Nordeste brasileiro, por exemplo, Castro identificou que o problema maior não era a seca e seus efeitos, mas o subdesenvolvimento, a monocultura e o sistema de latifúndio. Como soluções para o problema da fome no Brasil em suas diferentes regiões, Castro insistiu na reforma agrária, no desenvolvimento econômico-social, na melhor distribuição de riquezas e investimentos e na educação massiva da população. O trabalho de Josué de Castro não se restringiu somente ao Brasil, ao fazer parte de diversas associações científicas e instituições internacionais, denunciou os efeitos da fome no mundo, foi presidente do conselho da Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) e presidiu na década de 1960 a campanha de *defesa contra a fome* promovida pelas Nações Unidas. Durante seu exílio na França, por conta da ditadura militar no Brasil, criou a Associação Internacional de Luta contra a Fome (ASCOFAM) e o Centro Internacional de Desenvolvimento. A obra de Castro é certamente uma forte contribuição para o discurso da luta contra a fome que viria ser substituído nos anos de 1990 pelo discurso da luta contra a pobreza.

Nunes Leal, por seu turno, ao analisar sistematicamente a política brasileira, demonstrou como em seu tempo a herança do sistema agrário colonial ainda produzia seus efeitos. Com a abolição do regime escravagista e com o advento da República, o direito de sufrágio consolidou a influência política dos grandes proprietários de terra, uma vez que uma grande massa de trabalhadores rurais mantidos em situação de incultura e abandono vivia sob a dependência

desses grandes proprietários rurais, denominados Coronéis. Para Leal, o sistema político denominado coronelismo seria responsável pela estagnação econômica, pelo empobrecimento do país e da população, uma vez que os coronéis concorriam para a conservação dessa estrutura de dependência e dominação, gerando um círculo vicioso.

O mercado interno não se amplia, porque a vida encarece e a população rural continua incapaz de consumir; não dispondo de mercado, a indústria não prospera nem eleva seus padrões técnicos e tem de apelar, continuamente, para a proteção oficial; finalmente, a agricultura, incapaz de se estabilizar em alto nível dentro do seu velho arcabouço, prossegue irremediavelmente no caminho da degradação. Fecha-se, assim, o círculo vicioso: o plano econômico, agricultura rotineira e decadente, indústria atrasada e onerosa, uma e outra empobrecendo sistematicamente o país; no plano político, sobrevivência do “coronelismo”, que falseia a representação política e desacredita o regime democrático, permitindo e estimulando o emprego habitual da força pelo governo ou contra o governo (LEAL, apud SPRANDEL, 2004, p. 91).

Sprandel considera os argumentos desses dois autores fundamentais para se compreender o problema da pobreza ainda hoje no Brasil e ao mesmo tempo uma ponte com as produções intelectuais das décadas seguintes que apresentariam um país com enormes desigualdades e hierarquias sociais.

Publicados com apenas dois anos de diferença, Geografia da fome e Coronelismo, enxada e voto são livros fundamentais para pensarmos a pobreza. No primeiro, esta se traduz na fome biológica, produzida por forças econômicas e culturais. Nas palavras de Josué de Castro, a “deficiência alimentar que a monocultura impõe, através da fome que o latifúndio gera” (CASTRO, 1992:40). Vitor Nunes Leal desvendou em seu livro os meandros políticos de sustentação do latifúndio e demonstrou que a pobreza que ele gerava também o mantinha poderoso. Enquanto Castro aponta para as possibilidades de um Brasil moderno, em desenvolvimento, no qual o capitalismo não seria incompatível com reformas sociais e políticas redistributivas, que melhorassem o nível de vida da população, Leal aponta para as permanências neste mesmo país de um sistema político baseado na cooptação política, no compadrio e na corrupção (id., p.91).

Se consideramos a tese de Sprandel de que a pobreza foi colocada em segundo plano no pensamento social e político nas primeiras décadas da produção

intelectual brasileira, é preciso deixar claro que observamos aqui uma esfera particular da produção discursiva, a do campo político e campos adjacentes legitimados numa sociedade em que os círculos letrados estavam quase em sua maioria a serviço dos donos do poder. O historiador Amaral Lapa (2008, p. 25) assinala que, na produção do conhecimento histórico, “para o século XIX, o pauperismo dilui-se na camada escrava, sem ter precisados seus contornos, enquanto, para o século XX, é sinonimizado com a classe operária”. A razão é que a produção de tal conhecimento refletiria os interesses das classes dominantes, primeiro o senhorio depois uma burguesia. Além disso, salienta o autor, uma característica da produção acadêmica dedicada ao tema da pobreza foi em geral não conseguir “fugir de um viés que se define pelo sistema de produção, em cuja inserção os trabalhadores sinonimizam os pobres”, de tal modo que “fora desse esquema, já se cai na marginalidade e, portanto, aí os pobres são identificados com o banditismo, o crime, a prostituição, a mendicância e outros fenômenos da patologia social, constituindo a *classe perigosa*” (id., p. 18).

Ainda sobre a questão dos processos de legitimação e circulação de discursos, a história da imprensa brasileira é um campo fértil para a análise. Por volta dos anos de 1920, quando começaram a se organizar os primeiros movimentos de trabalhadores, associações socialistas e anarquistas no Brasil, houve nos centros urbanos o desenvolvimento de pequenos jornais, cujo conjunto foi chamado de imprensa proletária, que focavam suas temáticas em denunciar as explorações econômicas, as desigualdades e as injustiças sociais, bem como a incitar os trabalhadores e a mobilização popular. A resposta política foi rápida, em 1923 o Congresso instituiu a primeira *Lei de Imprensa*. Tal lei fixava punições aplicáveis aos crimes de injúria, difamação e calúnia, instituía o direito de resposta e também proibia que os jornais publicassem conteúdos considerados anarquistas, ou de atentados à honra alheia, à moral e aos bons costumes, bem como segredos do Estado. De tal modo, a imprensa proletária foi praticamente sufocada já em seu nascimento. De outra parte, a imprensa legitimada defendia os interesses de sua classe, formada por uma pequena burguesia comercial e uma parcela industrial ainda incipiente. Em 1918 o escritor Lima Barreto criticava no jornal *O Debate* o posicionamento da imprensa em dissimular os interesses dos trabalhadores e

desviar o foco da raiz do problema da exploração dos operários brasileiros (SODRÉ, 1977, p. 365-6).

Em todo caso, a pobreza especificamente não ocuparia papel relevante também na imprensa proletária que visava a desigualdade, a exploração, injustiças de toda ordem e a revolução social. Assim, podemos dizer que um sentido fundamental que encerra a noção de pobreza como problema social no Brasil no período é que tal compreensão constituiu uma evidência muda, aquilo que todo mundo sabe e não se deve ou não se necessita dizer, tal como um valor social ou símbolo cultural. Assim é que se poderia e se deveria ser pobre, mas não improdutivo, nem indolente, nem avesso aos bons costumes; pobre, mas não escravo; pobre, mas não doente¹³.

¹³ Tal evidência pode ser representada pela oposição estabelecida:

Clima, indolência, vadiagem, luxúria, cobiça das riquezas naturais, raça, escravidão, mestiçagem, fraqueza moral →← organização nacional, identidade nacional, eficiência do sistema produtivo e progresso do país.

Se invertermos a compreensão de causa e efeito no primeiro conjunto, considerando hipoteticamente a pobreza como sua expressão, e reduzirmos o segundo conjunto à sua função teleológica, o progresso, vemos que já nesse momento começa a se delinear a antinomia predominante no discurso da luta contra a pobreza, isto é, justamente a contradição entre pobreza e desenvolvimento, antinomia que tem sua origem no pensamento liberal pela contradição entre o progresso e a produção da pobreza, como vimos, por exemplo, no pensamento de Tocqueville e que caracteriza também o de outros publicistas do período da industrialização europeia, como Mohl. A esse conjunto contraditório que regula um não dizer sobre a pobreza podemos ainda associar uma série de outras contradições que caracterizam a forma como foram compreendidos os problemas sociais do Brasil por uma elite intelectual até por volta de 1950:

Interesses da colônia →← exploração da metrópole
 Escravocratas →← escravos
 Grandes proprietários →← pobres livres dependentes
 Opulência →← fome
 Trabalho →← liberdade
 Trabalho →← indolência
 Ineficiência política →← necessidade de investimentos públicos
 Clima →← sistema produtivo
 Falta de organização do trabalho →← eficiência produtiva
 Falta de saúde da população →← eficiência produtiva
 Sistema produtivo →← fome coletiva
 Hábitos culturais e sistema produtivo →← clima
 Sistema de latifúndio →← reforma agrária
 Coronelismo →← democracia
 Oligarquia →← povo
 Interesses nacionais →← imperialismo
 Ordem e progresso →← transgressão e barbárie
 Proprietários →← não proprietários

A análise dos processos dessas contradições viria a identificar em cada uma delas relações constitutivas diferentes como identificação, causalidade, analogia, antagonismo, contiguidade etc. Contudo, essa abordagem significaria enveredar pela análise das relações econômicas, sociais e políticas, o que escapa a nossa alçada.

Uma das possíveis causas para essa naturalização da pobreza como evidência estaria na cultura constituída pelos valores católicos. Roberto da Matta (1995) considera que a pobreza no Brasil é um fato estrutural e que a maneira como é compreendida culturalmente é herança da Idade Média Ibérica fortemente constituída pelos valores católicos, pelos quais permaneceu a glorificação da pobreza como representação de riqueza espiritual e se perpetuou entre o pobre e o rico um laço moral baseado no valor da caridade¹⁴. Já Amaral Lapa (2008), em seu estudo no qual examina as condições de pobreza na cidade de Campinas no período de 1850 a 1930, observa que o assistencialismo filantrópico pôde nesse período dar conta de suprir as carências imediatas de forma pulverizada, de tal modo impedindo que se tornassem um problema social. Assim, podemos acrescentar que as práticas que os valores católicos fundamentavam contribuíram para essa evidência até o momento em que puderam ser eficazes em seus objetivos. Entretanto, ao considerar que já havia nesse período uma regulamentação municipal sobre a mendicância e sobre as formas de assistência de tal modo que o estabelecimento de normas permitiam o convívio da sociedade com sua pobreza, Lapa observa que o filantropismo não apenas se fundamentava nos valores religiosos, mas servia também à manutenção do poder. Para a classe dominante do período imperial e das primeiras décadas da República, o senhorio agrário, o sistema de donativos e legados garantia a legitimação de seus valores e o controle social. De tal modo, essa estrutura social tinha a Igreja como protagonista no amparo social custeado por um filantropismo institucionalizado, cabendo ao Estado os procedimentos disciplinares de controle e confinamento das patologias sociais.

Uma série de mudanças históricas ocorridas ou concretizadas na primeira metade do século XX, contudo – o crescimento demográfico em razão das migrações e da concentração urbana dos egressos da escravidão, a lenta industrialização, a ascensão de uma burguesia comercial com a legitimação de novos valores e interesses que vão ao mesmo tempo avolumar e tornar mais flagrante a pauperização, por um lado, e a formação de associações de classe e a divulgação e o crescimento da adesão popular a ideais socialistas e libertários, por

¹⁴ Aqui também se trata de um estudo por ser feito, isto é, como os sistemas de valores (principalmente os sistemas morais) que constituíram a sociedade brasileira afetam as práticas discursivas e fazem as coisas significar o que significam. Um esboço desse estudo foi realizado por Osakabe (1999) ao analisar o papel das valorações morais no discurso de Getúlio Vargas como noções confusas que sancionam a ação política.

outro – fizeram com que o Estado não pudesse mais manter-se indiferente ao problema da pobreza (LAPA, 2008, 45-9). Segundo Stormowski (2011, p. 59), a década de 1950 “foi um período de reconhecimento da pobreza como um problema nacional, como uma questão de política pública relacionada ao desenvolvimento e a um projeto de nação”. Se nos anos 30 a inclusão das demandas populares nas pautas e decisões políticas garantiriam a integração nacional e desenvolveriam uma tutela das classes populares como base da política social que protegeria a nação do mal socialista e do terror comunista, nos anos 50 o novo ideal de bem estar social construído na Europa e nos Estados Unidos serviria como modelo de comparação para setores intelectuais e políticos que almejavam a conquista e a defesa de direitos sociais ao mesmo tempo em que se reconhecia que o Brasil era um país subdesenvolvido e que o desenvolvimento econômico passava pelo desenvolvimento social. Neste contexto a miséria e a pobreza foram reconhecidas como sinal de atraso econômico e se tornaram objeto da política desenvolvimentista do Estado. É mais ou menos nesse momento que se *desenvolve* no Brasil o sentido que liga pobreza e subdesenvolvimento, embora já estivesse relacionada à impossibilidade do progresso nacional desde os projetos para a nação de José Bonifácio. Ao passo em que tal política divergiu em muitos aspectos do pensamento econômico liberal que então vigorava, justamente pelo papel que cabe ao Estado na economia e em setores estratégicos da indústria, no que tange à pobreza como objeto econômico, esta não foi vista apenas como resultado de uma produção ineficiente, mas também como sua condição. Outro ponto divergente nas duas concepções é que para o liberalismo a economia deixada por si, isto é, gerida pelo livre mercado, cresceria naturalmente de modo a gerar uma opulência universal que se estenderia às camadas inferiores da população (para o liberal-intervencionismo brasileiro que admitiria um certo papel do Estado na economia, essa ideia seria brilhantemente formulada na balela hipócrita de que é preciso fazer o bolo crescer para depois dividi-lo, fundamento do Estado Fiscal). Para o desenvolvimentismo da época, pautado em um progresso técnico e social, era preciso modernizar a agricultura e ampliar a indústria de modo substituir a economia de exportação agrária, a gerar uma massa mais produtiva e o aumento do consumo, o que por sua vez refletiria no desenvolvimento econômico pela manutenção de um mercado

interno e na melhoria social. Essa visão é assinalada por Stormowski em especial no discurso de Getúlio Vargas

Há que ressaltar, de logo, o reduzido consumo de alimentos, o baixo padrão de habitação, e as precaríssimas condições de vestuários da grande massa das populações rurais.

A elevação dos níveis desse consumo é essencial para valorizar o homem, no sentido de elevar-lhe a própria capacidade de produção. Ao lado disso, persistem, por força da tradição, hábitos prejudiciais ao rendimento que só aos poucos poderão ser erradicados e que se traduzem na proverbial falta de ambição de boa parte das nossas massas trabalhadoras. O próprio clima de confiança e de progresso social, além do desenvolvimento econômico, constitui o mais poderoso fator para a superação dessa mentalidade (VARGAS, apud STORMOWSKI, id. p. 96).

Vossa prosperidade depende também, essencialmente, do desenvolvimento industrial do país, da organização agrária e do aumento da nossa produção. Mais produção e mais indústrias significam trabalho mais abundante e mais bem remunerado, mais empregos para todos, melhores salários e melhores padrões de vida (VARGAS, apud STORMOWSKI, id. p. 96).

Vargas entendia, portanto, que estava na força do trabalho o desenvolvimento num sentido mais amplo do que somente o aumento da produção, no qual o trabalhador era tanto o agente como o beneficiário do processo. De tal modo, afirma Stormowski, não se restringindo ao ponto de vista estritamente econômico, a política desenvolvimentista dos anos de 1950 associou a pobreza ao conjunto das questões sociais.

Tratando o amplo e ainda impreciso conceito de pobreza, aparecem as reflexões sobre desigualdade e distribuição de renda, condições de vida dos pobres, justiça social, riscos sociais da pobreza, direitos trabalhistas, bem-estar social, enfim, uma gama ampla de questões. Esses temas foram desenvolvidos por Vargas e quase todos reaparecem em JK, embora com menor frequência e aprofundamento (id., p.220).

Em contrapartida, a partir do princípio de promover a industrialização com pleno emprego como condição de suplantar a pobreza, as políticas sociais do desenvolvimentismo foram majoritariamente políticas trabalhistas. Nesse sistema do mérito, sabemos desde Tocqueville, a assistência social deve se restringir à

filantropia privada. Além disso, a centralidade da política social em um conceito de trabalho definido pelo sistema formalizado de produção determina, por sua vez, o pertencimento social de uns e a marginalização de outros, resultando nas ações de repressão e confinamento dos desgarrados da cidadania. Conforme salienta Andrade (1989), ao invés de se fundamentar em um conjunto de valores políticos, a cidadania no Brasil a partir dos anos de 1930 se fundamenta em um sistema de estratificação ocupacional definido por norma legal.

Assumindo um ponto de vista bastante crítico e negativo a respeito da política desenvolvimentista e do Estado protetor fundado por Vargas, Andrade argumenta que o Estado interpela a população como pobre de tal modo a reproduzir politicamente a pobreza. Essa interpelação assume variadas formas que envolvem distintos significados políticos da pobreza: o *pobre como desamparado* implica a tutela do Estado de tal modo que individualiza a percepção e impede a iniciativa de grupos interessados; o *eleitorado brasileiro composto principalmente de pobres* implica a legitimidade política em função do atendimento das demandas dos necessitados, gerando o populismo e o clientelismo; o *pobre sendo potencialmente um revolucionário* implica que as políticas de distribuição visem prevenir a inquietação popular e fortalecer as instituições que garantem a segurança da nação; o *pobre sendo perigoso*, sobretudo para os ricos e para a classe média, implica aparatos policiais e judiciários de enormes proporções destinados à repressão do banditismo, principalmente nas periferias, e dos trabalhadores em suas lutas econômicas; o *trabalhador sendo débil em relação aos patrões* implica uma mediação estatal obrigatória que dentre muitos efeitos debilita a identificação dos trabalhadores como classes ou categorias profissionais, destituindo-os de recursos próprios para a melhoria de suas condições materiais.

Ao observarmos na literatura historiográfica como ocorreu a caracterização da pobreza como problema social no Brasil encontramos dois sentidos que predominam e subordinam os demais. Um associa pobreza e violência, pobreza e ameaça pública. O segundo opõe pobreza e produção, pobreza e produtividade. Embora possam ser analisados independentemente pelas condições geradoras distintas, esses dois sentidos, no entanto, encontram-se intimamente interligados sob a égide da ordem e do progresso. Durante os períodos colonial e

imperial, em que vigorou a exploração escravagista, por exemplo, a pobreza foi considerada um resíduo do sistema, servindo mesmo como argumento para os defensores do escravagismo, uma vez que o homem pobre livre, excluído do sistema de produção e sujeito a todo tipo de precariedade, inclusive ao código de favores e violência do senhoriato, foi de início considerado um vadio e uma ameaça à ordem (SOUZA, 1982), (FRANCO, 1997). Esse sentido que liga pobreza e violência, pobreza e ameaça à ordem e que por fim iguala o pobre ao inimigo público ganhará uma ênfase singular nos centros urbanos da primeira república com a grande aglomeração de pobres em precárias condições de moradia e socialização, de tal modo a *exigirem* as devassas policiais e a surgirem páginas especializadas na imprensa dedicadas a abordar essas aglomerações, a noticiar crimes “bárbaros”, violência doméstica, brigas entre vizinhos, contendas de todo tipo, o que não difere muito do tratamento dado pela polícia e pela imprensa de hoje às favelas e locais ditos de moradia irregular (MATTOS, 2008). De igual modo, na primeira república a pobreza foi tomada pelos círculos intelectuais e políticos, ainda que indiretamente, como uma expressão de estagnação dos modos de produção, o que não difere muito também da política desenvolvimentista dos anos seguintes nem dos sentidos atuais que se encontram nas políticas e planos de desenvolvimento.

Um terceiro sentido, já presente nas primeiras interpretações da realidade social brasileira e acentuado com a fundação do Estado protetor relaciona a pobreza à incapacidade moral. Trata-se de um sentido sempre derivado, seja da indolência, da natureza viciosa, da propensão marginal, da raça, da desambição, da doença, da ingenuidade ideológica como no caso do proletariado desamparado ou do conjunto dessas características consideradas como deficiências. Em todo caso esse sentido pressupõe o pobre como indivíduo que precisa ser educado e esclarecido, por fim, regenerado.

Podemos mesmo dizer que consiste nesses sentidos uma contradição constitutiva da pobreza vista como problema social no Brasil: o fato de ser uma ameaça pública uma vez que o público se confunde com o privado, principalmente com o patrimônio dos donos do poder; o fato de ser uma preocupação social e econômica indireta, olhada sempre pelo prisma do progresso, do crescimento e do desenvolvimento; e o fato de o pobre ser tomado como naturalmente incapaz,

necessitando, portanto, mais que tudo, da formação moral, a partir da qual será apto a desenvolver outras qualidades.

Um sentido muito distinto desses anteriores, baseado nos direitos naturais, se desenvolverá nos anos seguintes como uma concepção subjetivada da pobreza. Conforme assinala Andrade (1989), nessa perspectiva a pobreza é concebida como condição subjetiva de uma categoria social homogênea (os pobres) que seria capaz de agir coletivamente contra os efeitos adversos consequentes da ganância e exploração dos ricos ou do abandono do Estado. Para essa concepção, a privação é muito mais o resultado da violação de direitos naturais, como ação individual, por parte dos ricos e poderosos do que resultado dos mecanismos econômicos, políticos e ideológicos determinantes dos padrões de distribuição de renda. De tal modo, a privação se reduz a sua dimensão de injustiça.

A pobreza é o negativo do outro abastado e nada mais: de um outro cuja humanidade sucumbiu no gozo e na defesa cega do próprio privilégio. Gera-se dessa forma uma espécie de “ética da pobreza”, que torna a miséria em si mesma a condição de uma existência mais humana, mais autêntica, mais solidária, mais consciente e mais revolucionária. Tal ideologia permeia um amplo e variadíssimo esforço de organização e mobilizações alternativas das populações carentes que, em mutirões, ocupações de terra, autogerenciamento de aspectos da vida comunitária etc..., procuram resolver “autonomamente” seus problemas.

[...]

A ideia de pobreza como força autônoma de transformação do mundo sustenta-se numa certa linhagem intelectual do pós-guerra que incorpora elementos da herança marxista, da luta anticolonial, do humanismo filosófico e do social-catolicismo. A guerra na Argélia – Les Damnés de la Terre – o mito da guerrilha e do hombre nuevo, as denúncias implícitas e explícitas da pobreza nos grandes planos de ajuda internacional, a “opção pelos pobres” na Igreja – tais são alguns dos momentos importantes no desenvolvimento daquela ideia.

[...]

No Brasil de hoje, o humanismo radical da Igreja descobre nos humildes uma fonte de regeneração moral (ANDRADE, id., p. 110).

Para Andrade, tanto as concepções que objetivam a pobreza, considerando-a como resultado não desejado de processos econômicos, quanto essa que a subjetiva, considerando-a como dignificada, como força de transformação social e humanizadora revolucionária despolitizam o fato social e dificultam a análise da pobreza como expressão das relações de poder na

sociedade. Por um lado, a pobreza é naturalizada como fato inevitável do progresso devido às desigualdades naturais entre os indivíduos que em condições de liberdade democrática e de oportunidades iguais garantidas pelo Estado de direito só dependem de si mesmos para superar sua condição. Por outro lado, a pobreza é mitificada como signo de uma bondade e uma solidariedade idílicas que no plano ético se não gera mais a ilusão de uma superioridade espiritual, gera hoje a ilusão de uma superioridade humana, de tal modo que tudo já está compensado na balança das desigualdades. Os pobres são pessoas melhores, são os heróis da vida, e sabe-se lá com que justiça um dia as constas serão acertadas.

CAPÍTULO 3 – O discurso da luta contra a pobreza no Brasil: de imperativo categórico das instituições internacionais de desenvolvimento a slogan do governo federal

Poderosos, os discursos! Eles quase sempre dão conta de apagar diferenças fundamentais entre sujeitos e classes sociais; de sumir e de distorcer com a visão concreta do corpo; de subverter as subjetividades constituídas e reformatá-las de acordo com os interesses maiores dos dominantes; disfarçam o lucro e a exploração; escondem a importância social dos modos de produção. E não realizam essa obra hercúlea enfrentando tais concepções à luz do dia, mas fazem isso velando a realidade e construindo consciências subalternizadas e caudatárias de seus interesses.

(Miotello)

Durante o regime militar brasileiro (1964–1985) a pobreza deixou de fazer parte da pauta política, pois o novo ideário previa que primeiro era preciso viabilizar o crescimento econômico para depois pensar as formas distributivas. O resultado foi que apesar do crescimento da economia, processo que chegou a ser chamado de milagre econômico, houve considerável piora na distribuição de renda, recrudescimento do desemprego e aumento das diversas desigualdades sociais, bem como da pobreza absoluta.

Nos anos de 1970 e 1980 a produção acadêmica no Brasil que se ocupou da questão social foi marcada predominantemente por análises amparadas no marxismo.

as análises de classe tomaram neste período três formas: a da sociologia econômica que culminou com as análises de dependência; da sociologia política, debruçada sobre estudos referentes a patrimonialismo, clientelismo, populismo e democracia e a dos estudos de formação das classes sociais brasileiras, subdivididos em cinco áreas: formação de um empresariado nacional, formação de burocracias ou elites dirigentes, formação de classes médias, formação de uma classe operária industrial e formação de um proletariado rural (SPRANDEL, 2004, p. 117).

Por outro lado, nos anos de 1970 foi criado também o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) por intelectuais da USP e da UNICAMP, muitos deles afastados de suas atividades acadêmicas pelo regime ditatorial militar. Com a derrota dos movimentos revolucionários, essa entidade representaria parte importante da oposição democrática que se desenvolvia e definiria os parâmetros das interpretações sociais do Brasil, exercendo forte influência sobre a nova geração de cientistas sociais. Com o argumento de que o Brasil era uma sociedade capitalista e que seus processos sociais deviam ser analisados a partir da dinâmica capitalista, o Cebrap indicava que os problemas sociais brasileiros seriam resolvidos pelo processo de democratização e de integração de novas formas de participação política e econômica. Assim, a partir dos anos de 1980, os estudos sociais se dedicaram a analisar novos movimentos sociais, de modo que as análises se deslocaram da observação unicamente da classe operária para a observação dos diversos estratos da população, incluindo aí as camadas populares que se caracterizavam fundamentalmente pela pobreza.

Ao mesmo tempo, no Brasil, assim como na América Latina, nos anos de 1970 e na década de 1980, o movimento da Teologia da Libertação representou também relevante papel nas ações contra a pobreza ao conciliar os ensinamentos do evangelho com os saberes das Ciências Humanas e ao propagar o dever da opção preferencial pelos pobres. Mais do que um conjunto de princípios, esse movimento difundiu-se pela organização de Comunidades eclesiais de base que visavam uma intervenção direta em suas localidades.

As CEBs, por meio da organização dos leigos, das reflexões acerca do cotidiano e dos problemas diários tendo como referência a bíblia, além do apoio de padres e bispos para a mobilização popular, acabaram gerando e/ou apoiando vários movimentos sociais por todo o país, tanto no meio urbano quanto no rural (COSTA, 2010, p. 36).

Agindo preferencialmente em favor dos pobres, o movimento da Teologia da Libertação representou, no entanto, um esforço maior de conscientização política e social visando mais amplamente a justiça social e a liberdade humana. De tal modo, as atividades desse movimento atingiram diretamente interesses políticos locais e principalmente internacionais, interferindo, pela defesa de interesses e necessidades comunitários, em programas de

intervenção social geridos por organismos nacionais e internacionais, apresentando um projeto de mundo divergente das estratégias verticais de gestão do social. A esse respeito, é relevante notar que a Teologia da Libertação chamou a atenção do governo norte-americano como obstáculo para suas políticas globalizantes. No *Documento Santa Fé II: Una estrategia para América Latina en la década de 1990* (1988), relatório que serviria para orientar a política externa estadunidense em relação à América Latina, lê-se o seguinte:

Para los teóricos marxistas, el método más prometedor para crear un régimen estadista en un ambiente democrático era a través de la conquista de la cultura de la nación. Conforme a este patrón, los movimientos marxistas en América Latina han sido encabezados por intelectuales y estudiantes y no por trabajadores.

Es en este contexto que debe entenderse la Teología de la Liberación: es una doctrina política disfrazada de creencia religiosa con un significado antilibreempresa y antipapal, para debilitar la independencia de la sociedad del control estadista. Es un retroceso al galicanismo del Siglo XVII donde los reyes que gobernaban según los derechos divinos, trataban de subordinar a la Iglesia tradicionalmente independiente. Así vemos la innovación de la doctrina marxista vinculada a un viejo fenómeno religioso y cultural.

As ações do movimento da Teologia da Libertação na América Latina tiveram um peso considerável no conjunto das *tensões sociais* que visaram resistir e se contrapor aos modelos político-econômicos que orientados por interesses internacionais fizeram aumentar a pobreza e outras desigualdades no chamado Terceiro Mundo.

Todavia, como veremos a seguir, não foram as ações desse movimento, nem qualquer iniciativa da sociedade civil (como as associações de cidadania empresarial) nem tampouco o fazer acadêmico e científico que construíram a luta contra a pobreza no Brasil tal como ela é discursivizada no campo político atual, pois essa luta não consiste em uma ação pró-ativa, consiste antes em uma ação reativa. De fato, o discurso atual da luta contra a pobreza não emergiu no campo genérico dos discursos sobre a pobreza, ele emergiu diretamente na esfera política. Se a história da atual luta contra a pobreza no Brasil tem início pelo meio dos anos de 1990 quando emerge e se consolida hegemonicamente um discurso que ratifica as práticas como tal, vemos que esse discurso, no entanto, não tem sua origem no Brasil nem encontra aqui seu lugar exclusivo de circulação. Ao

observarmos um contexto mais amplo, vemos que uma década antes a luta contra a pobreza foi gestada no úbere de instituições internacionais de desenvolvimento, em consonância com um novo projeto de mundo, chamado de neoliberalismo, que defendia a desestatização total das sociedades como garantia da liberdade e dignidade política individual e única condição para a revitalização do capitalismo avançado do qual dependeria a prosperidade de todos. Conforme Anderson (1995, p. 22), o neoliberalismo consiste em “um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional”. A emergência do discurso da luta contra a pobreza reflete diretamente os objetivos políticos e os princípios econômicos do projeto neoliberal, já o desdobramento desse discurso descreve algumas das estratégias pelas quais tal projeto se tornou mundialmente hegemônico.

3.1 A luta contra a pobreza como um imperativo moral

Peñafiel (2008), ao investigar a emergência do discurso da luta contra a pobreza na América Latina, aponta que o contexto histórico de formação desse discurso pode ser localizado na crise da dívida externa latino-americana do início da década de 1980, quando os países devedores, mediante acordos para a rolagem das dívidas e para a concessão de novos empréstimos, firmaram com o FMI e o Banco Mundial uma série de compromissos que visavam o ajuste macroeconômico dos países devedores e a aplicação de políticas de liberalização econômica elaboradas por essas instituições com a influência do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Segundo Pereira (2013), com a criação em 1979 do empréstimo de ajustamento estrutural (*structural adjustment loan*), condicionado, mediante acordo com o FMI, à realização de um programa de estabilização e de um pacote de reformas na política macroeconômica por parte do país prestatário, o Banco Mundial tinha por objetivo adaptar e enquadrar os países endividados às condições da economia política internacional e a manutenção do pagamento do serviço da dívida, sem, necessariamente, visar à redução da mesma. O Banco Mundial seguiu promovendo essa política e em 1981 o seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (RDM), tendo como tema exatamente o ajustamento estrutural, descrevia as

condições da economia liberal globalizada como permanentes e incentivava, portanto, a adaptação dos países do chamado Terceiro Mundo a essas novas condições. Assim, durante a década de 1980 os programas de ajustamento estrutural adotados pelos países devedores representaram uma série de ações que correspondiam a um modelo padronizado e mais ou menos homogêneo.

No âmbito das políticas macroeconômicas, tratava-se de: liberalizar o comércio, alinhar os preços ao mercado internacional e baixar tarifas de proteção; desvalorizar a moeda; fomentar a atração de investimento externo e a livre circulação de capitais; promover a especialização produtiva e expandir as exportações, sobretudo agrícolas. No âmbito das políticas sociais e da administração estatal, o ajuste tinha como meta central a redução do déficit público, especialmente por meio de medidas como: a) o corte de gastos com pessoal e custeio da máquina administrativa; b) a redução drástica ou mesmo a eliminação de subsídios ao consumo; c) a redução do custo per capita dos programas, a fim de ampliar o grau de cobertura; d) a reorientação da política social para saúde e educação primárias, mediante a focalização do gasto na parcela da população em condições de 'pobreza absoluta' (PEREIRA, 2013, p. 365-6).

A adoção dessas medidas geraram, por sua vez, consequências também comuns nos diferentes países devedores como desgaste político em consequência da violação da soberania nacional, empobrecimento do Estado, evasão de divisas, redução do investimento público, arrocho salarial, contenção do consumo interno e aumento das desigualdades sociais. Perante as diversas críticas aos planos de ajustamento, protestos sociais e ações de resistência crescentes nos países devedores como greves sindicais e formação de grupos organizados com tendências socialistas, bem como as atividades coordenadas pelas Comunidades eclesiais de base, o Banco Mundial, que até então pregava que o ajuste beneficiava diretamente os pobres (pela redistribuição do crescimento econômico), passou, a partir de 1986, a se preocupar com a sustentabilidade política da ingerência, criando programas de ações focalizadas para atenuar as tensões sociais com medidas paliativas para aliviar o impacto do ajuste aos segmentos populacionais mais vulneráveis e passíveis de apoiarem as ações de oposição. Nesse mesmo tempo os custos sociais gerados pelos programas de ajustamento também passaram a ser preocupação das Nações Unidas, assim em 1987 a Unicef publicou um relatório intitulado *Adjustment with a Human Face*, o qual, ao apontar os índices crescentes de pobreza no Terceiro Mundo, não criticou propriamente o plano de ajustamento

estrutural como modelo de desenvolvimento, mas limitou-se a frisar a necessidade de acrescentar-lhe uma dimensão humana e social. O relatório foi refutado pelos técnicos do Banco Mundial, mas, devido a sua ampla circulação e à questão ética que levantou, conquistou rapidamente a adesão das mais variadas instituições e organismos políticos, concentrando a crítica aos programas de ajustamento na temática do aumento da pobreza. É muito relevante considerarmos que a unidade contraditória do sentido de pobreza como falta moral que caracterizou o contexto da industrialização europeia, o qual contrapunha a culpa individual de uma proliferação desmedida e a exploração do capital, foi absorvida e reformulada como um erro de sistema que pode ser corrigido, isto é, o elemento do par contraditório caracterizado pela exploração foi substituído pela falta de solidariedade. Nesse sentido, o discurso da Unicef também se mostra ajustado pela ideologia neoliberal, deslocando o problema do conflito de classes e da exploração para o âmbito da dignidade e liberdade individual.

Situa-se mais ou menos nesse contexto a emergência do atual discurso da luta contra a pobreza no mundo. De uma parte, seria o substrato de diversas vozes de resistência que se opunham aos planos de ajustamento estrutural e à política de internacionalização econômica impostos aos países subdesenvolvidos como geradores de desigualdades diversas e ingerência internacional; de outra parte seria em razão da crítica iniciada pela Unicef pela qual apresenta o problema da pobreza como uma questão ética (falta de solidariedade) e a qual aderiam inúmeras instituições gerando um grande consenso. O que se viu foi que o discurso da luta contra a pobreza passou rapidamente à condição de principal estandarte do Banco Mundial, como poderoso discurso que tanto serviria de meio mais eficaz para justificar a imposição da política econômica liberal quanto ocuparia hegemonicamente os espaços de circulação das críticas. Sobretudo porque a partir de 1989 um novo receituário definido no que ficou conhecido como *consenso de Washington*¹⁵ iria intensificar substantivamente a ingerência nos países devedores.

¹⁵ O consenso de Washington reuniu congressistas americanos, representantes do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, do Banco Mundial, do FMI, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Nessa reunião, um conjunto de regras como disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, subsídio ao investimento estrangeiro sem restrições, privatização das estatais, desregulamentação, proteção do direito à propriedade foi definido como novo paradigma para a liberalização da economia mundial.

Pereira (2013) assinala que no período que marca o fim da Guerra Fria, o consenso, ao acentuar prescrições feitas pelo FMI desde os anos de 1960 e ao acrescentar novas metas como privatizações em massa, política de recuperação de custos aplicável ao conjunto dos serviços sociais, blindagem jurídica à propriedade privada e a política de legalização do setor informal da economia, representava o triunfo do capitalismo mundial e a globalização das economias nacionais.

No conjunto, o consenso expressava, ao mesmo tempo, o fim da tolerância de Washington com um mundo de 'capitalismos nacionais' e a ofensiva do capital contra o conjunto de direitos sociais e trabalhistas forjados no pós-guerra.

Para além do seu aspecto formal, o consenso simbolizou uma mudança mais profunda na correlação de forças interna e externa nas sociedades, em particular na América Latina. Os processos de privatização, abertura comercial, desregulação financeira e desregulamentação da economia modificaram a configuração da propriedade, da riqueza e do poder, redefinindo o peso econômico e político dos atores sociais e impulsionando novas articulações entre as burguesias locais e as forças mais dinâmicas da globalização financeira. Em nome da racionalidade técnica e da observância dos cânones macroeconômicos, esse processo privilegiou setores exportadores – sobretudo aqueles ligados a produtos agrícolas e minerais – em detrimento dos industriais, aumentou o grau de mercantilização da vida social e erodiu direitos sociais e trabalhistas conquistados arduamente nas décadas anteriores (id., p. 376).

Se por um lado a partir do final dos anos de 1980 se observou na América Latina uma massiva vitória eleitoral das coalizões comprometidas com a plataforma neoliberal (PEREIRA, 2013), o discurso da luta contra a pobreza por seu turno ocuparia os espaços da crítica às intervenções na economia política dos Estados, produzindo a rarefação das críticas à violação da soberania nacional, à exteriorização do setor industrial, à erosão de direitos sociais e trabalhistas, à mercantilização das relações sociais, à desnacionalização das economias e ao enfraquecimento de setores políticos (PEÑAFIEL, 2008). Assim, não foi por acaso que em 1990 o *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial* (RDM) publicado pelo Banco Mundial fosse totalmente dedicado à luta contra a pobreza e, sobretudo, que tal relatório apresentasse dados sobre a relação entre pauperização e instabilidade política¹⁶.

¹⁶ Campos (2013) assinala que a luta contra a pobreza como estratégia de intervenção do Banco Mundial nos países subdesenvolvidos surgiu já no final dos anos de 1960 durante a gestão de Robert McNamara, a qual visava projetos para a transformação da agricultura e

Utilizando o conceito de oscilação semântica desenvolvido por Jean-Pierre Faye, Peñafiel (2008) demonstra em sua análise do RDM de 1990 que o Banco Mundial efetuou uma reversão da crítica de que os programas de ajustamento estrutural impostos aos países endividados seria um fator de aumento da pobreza tornando-os equivalentes a uma estratégia de luta contra a pobreza. De fato, o RDM aponta como causas do aumento da pobreza a crise econômica, as más gestões dos governos e a incapacidade de suas políticas econômicas se adaptarem e levarem em conta o impacto dos programas de ajustamento sobre as populações mais pobres. Ao mesmo tempo, para responder à crítica de que a política imposta pelo Banco reduziria o papel de intervenção do Estado, o RDM produz um discurso explícito de que esse papel deve ser exclusivamente de intervir onde o mercado não consegue agir para satisfazer as necessidades dos mais pobres. Assim, no RDM de 1990 os programas de ajustamento são caracterizados mais como uma solução para o problema da pobreza do que sua causa. Peñafiel demonstra que essa caracterização é construída por meio de determinadas estratégias ilocutórias¹⁷ como apresentar a posição defendida pelo Banco como simples descrição e ocultar os traços de interdiscurso para evitar as marcas de polêmica, construir uma representação ontologicamente positiva dos programas de ajustamento quanto aos resultados esperados na política e na economia dos Estados e apresentá-los como fato evidente e necessário a uma adaptação à economia mundial.

Todavia, assinala Peñafiel, não foi somente o fato de os programas de ajustamento serem apresentados como necessários à redução da pobreza que garantiu a credibilidade e a eficácia do RDM de 1990 para se inscrever no debate da época sobre a relação entre ajustamento e pobreza. A sua credibilidade e eficácia consiste mais na maneira como a pobreza é representada do que na afirmação das virtudes das reformas preconizadas pelo ajustamento. Através de um efeito de

redução da pobreza rural absoluta. Contudo, como salienta Leite (2013, p. 3), o RDM de 1990 é um marco divisório, pois é a primeira publicação do Banco Mundial “em que o tema “pobreza” ganha destaque tão acentuado e tratamento tão sistematizado, passando a estar, desde então, no centro de suas preocupações. [...] É nessa época que a agenda do “combate à pobreza” ganha a força que passou a ter na retórica internacionalmente hegemônica”.

¹⁷ Peñafiel compreende estratégias ilocutórias a partir da obra de John Austin (Quando dizer é fazer). Para o autor, consistem no fato de que determinados enunciados ao descreverem o mundo de uma certa maneira realizam ao mesmo tempo de maneira oblíqua uma determinada coisa, um determinado ato, determinadas práticas, mais ou menos como a construção de uma porção de realidade pelo discurso.

encadeamento, o RDM constrói o objeto semiótico pobreza nos mesmos termos dos programas de ajustamento de modo a torná-los substituíveis, isto é, de modo a permitir que ao invés de afirmar a necessidade de aplicação desses programas, o Banco Mundial possa estabelecer a necessidade de aplicar sua estratégia de luta contra a pobreza que por sua vez implicaria as mesmas políticas contidas nos programas de ajustamento.

O estabelecimento dessa necessidade é construído por meio de estratégias ilocutórias que caracterizam a luta contra a pobreza como um imperativo moral. A primeira dessas estratégias é definida por Peñafiel como um efeito de compaixão. Através do uso de modalidades apreciativas que correspondem a adjetivos que explicitam uma reação emocional do enunciador (Banco Mundial) em relação ao objeto (pobreza), a luta contra a pobreza é caracterizada como imperativa e urgente. As seguintes expressões analisadas pelo autor produzem esse efeito: *condição preocupante em si, condição notavelmente aflitiva, notavelmente infame, condições de vida terríveis, situação intolerável, sofrimento, enorme fardo, deserdados, mais destituídos, mais pobres entre os pobres*. Essa modalização passional da pobreza gera um excedente de sentidos que engaja igualmente os co-enunciadores, os países endividados aos quais o relatório é endereçado, de modo a não poderem permanecer indiferentes ao problema da pobreza, ao sofrimento e indignação que esse gera, e a reconhecerem a legitimidade do enunciador do Relatório. A segunda estratégia ilocutória consiste em prescrever as ações contra a pobreza como modalizações deônticas. Entre os exemplos analisados por Peñafiel estão expressões como: *não pode haver tarefa mais urgente, é necessário considerar os efeitos sobre os pobres, como prioridade alcançar os pobres a todo custo, problema mais premente dos países em desenvolvimento (reduzir a pobreza), é preciso que os países se engajem*. Essas expressões caracterizam os enunciados que prescrevem as ações como ordens legítimas ou imperativas. A terceira estratégia ilocutória consiste em controlar o excedente de sentido por meio de uma despassionalização da pobreza, isto é, o objeto semântico pobreza é controlado de modo a não permitir que a carga emocional que gera exaure a ação que se busca legitimar. Assim, a pobreza é caracterizada por meio de uma quantificação apresentada como condição incontornável para a sua redução, isto é, que só é possível reduzir aquilo que se pode mensurar. O empreendimento dessa

quantificação tem por efeito delimitar de maneira cerrada e precisa o que é e o que não é a pobreza, bem como as estratégias mais eficazes de seu enfrentamento. A construção de um saber especializado por meio de resultados de enquetes, de dados baseados na experiência, de comprovações empíricas das causas da pobreza, da definição de uma linha de pobreza e da definição pretensamente precisa de quem são e de como vivem os pobres produz um efeito de cientificidade ao relatório que, não sendo endereçado a uma comunidade científica, mas sim aos governos endividados, permite ao Banco Mundial uma posição doutrinal perante seus interlocutores, de modo que ainda permite ao Banco se instituir de maneira unívoca sobre a redefinição normativa do Estado, da política, da economia, do social etc.

Através dessas estratégias o Banco Mundial absorveu a ideia de pobreza como problema ético frente ao desenvolvimento e instituiu nos anos de 1990 a luta contra a pobreza como um imperativo moral.

No mesmo ano o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicou também o seu primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, a partir do qual introduziu o paradigma do desenvolvimento humano sustentável como conceito norteador de suas intervenções e aplicação de recursos. Outra novidade desse relatório foi o estabelecimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como indicador de pobreza pautado em três aspectos: a longevidade e saúde; a educação; e o acesso aos recursos básicos para uma vida digna. Enquanto o relatório do Banco Mundial reconheceu a pobreza como problema para o desenvolvimento mundial, uma vez que estava diretamente relacionada ao andamento das forças políticas nos países endividados, o relatório do PNUD contribuiu para assentar a ideia da pobreza como problema ético ao argumentar que o ser humano deveria estar no centro do processo de desenvolvimento econômico. Seja do ponto de vista econômico e político ou do ponto de vista social e humano, a partir de então ratificou-se o sentido de pobreza como antinomia de desenvolvimento. Assim sendo, durante a década de 1990 a pobreza tornou-se uma preocupação crescente para as instituições voltadas ao desenvolvimento. A ONU, de sua parte, promoveu uma série de conferências em torno das questões sociais, contribuindo para ampliar sua percepção a respeito da pobreza. Incluíram essa série de conferências: Cúpula da Criança (Nova York,

1990); Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro,1992); II Conferência de Direitos Humanos (Viena, 1993); População e Desenvolvimento (Cairo,1994); Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995); Mulher, Desenvolvimento e Paz (Pequim,1995); e Assentamentos Humanos (Istambul, 1996).

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social de Copenhague em 1995, por sua vez, teve como proposta erradicar a pobreza em escala mundial. Os anos de 1996 e 1997 foram declarados pela ONU anos internacionais da luta contra a pobreza e o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 1997 teve como título “Desenvolvimento Humano para Erradicar a Pobreza”. Em 1999 o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, declarou na Assembleia de Governadores do Fundo que a pobreza era uma ameaça sistêmica e era necessário erradicar a pobreza e humanizar a globalização (SPRANDEL, 2004). Em 1999 o FMI mudou o nome do programa de crédito *Facilidade para o Ajustamento Estrutural Reforçada* (FASR) para *Facilidade para a Redução da Pobreza e o Crescimento* (FRPC). Em 2000, os 189 países membros da ONU firmaram um compromisso denominado Declaração do Milênio, cujo primeiro dos oito objetivos estabelecidos nesse compromisso e com previsão de serem alcançados até 2015 foi exatamente erradicar a extrema pobreza e a fome. Em 2001 o Banco Mundial publicou novamente seu relatório anual dedicado ao tema e com o título: *Luta contra a pobreza*.

A partir do momento em que a pobreza passou a ser traduzida em indicadores de desenvolvimento e entrou no debate das instituições políticas e financeiras internacionais, todo um saber técnico, portanto, foi construído para atender ao objetivo de sua redução, como, por exemplo, critérios de definição e monitoramento da pobreza (linha de pobreza, pobreza relativa e pobreza absoluta), indicadores de correlação entre índices de desigualdade (econômica, etária, de gênero etc.) e instabilidade política, de pauperização e prioridade dos investimentos, políticas de focalização de setores mais vulneráveis da população etc. Esse saber, por seu turno, ao traduzir a pobreza em variáveis de séries estatísticas produziu uma fetichização da dimensão quantitativa da pobreza ao ponto de torná-la um objeto de abordagem exclusivamente técnica (PEÑAFIEL, 2008). Assim, produzindo um saber especializado e legitimado (uma vez que tenha criado a exclusividade do tratamento) para combater a pobreza, as instituições internacionais de desenvolvimento

passaram a guiar a tomada de decisões políticas dos Estados submetidos às condicionalidades dos empréstimos de ajustamento estrutural visando à redução da pobreza. Por influência dessas instituições a luta contra a pobreza passou a fazer parte, compulsoriamente, da agenda política dos países endividados.

Além disso, segundo Peñafiel (id.), em razão do alto investimento financeiro e ideológico das instituições internacionais de desenvolvimento, que passaram a pronunciar a condição inaceitável, degradante e desumana da pobreza, a luta contra a pobreza no mundo agregou ainda uma multiplicidade de instituições como ONGs, Igreja Católica, partidos políticos, grupos de mobilização social e instituições midiáticas, configurando um vasto consenso que passou a apresentar o objetivo da luta contra a pobreza como uma espécie de *imperativo categórico*¹⁸ a orientar toda reflexão sobre os âmbitos social, político, econômico e, principalmente, sobre o desenvolvimento. De tal modo, a partir desse efeito de sobrepujança sobre a questão social o discurso da luta contra a pobreza também provocou mudanças no cenário de representação política, interferindo diretamente na legitimidade dos atores políticos. Ao analisar os programas de governo e pronunciamentos presidenciais dos países latino americanos no final dos anos 1980 e da década de 1990, Peñafiel (id.) observa que apesar das diferenças formalmente ideológicas entre os governos desses países, em toda a América Latina a luta contra a pobreza tornou-se um pilar incontornável da legitimação do exercício do poder.

Assumindo, portanto, a dianteira na luta contra a pobreza significada como um imperativo moral e criando para tanto um saber técnico especializado, o Banco Mundial, principalmente, o FMI e o PNUD ocuparam o lugar de locutores privilegiados sobre o problema, a partir de uma posição doutrinal perante os atores políticos dos países endividados. Desse modo, os programas de ajustamento estrutural e a política de liberalização econômica impostos pelo Banco Mundial e pelo FMI passaram a ser justificados como um dever (imperativo moral) e mediante um saber (visando à boa governança, a participação democrática, a proteção social e o desenvolvimento sustentável) que atuariam fundamentalmente na luta contra a pobreza. Ou seja, os programas de ajustamento estrutural passaram então a ser significados como dispositivos de combate à pobreza e a liberalização econômica

¹⁸ Peñafiel compreende o imperativo categórico nos termos kantianos, isto é, para o autor, a luta contra a pobreza foi concebida primeiramente como dever moral e esse dever, por sua vez, como lei universal.

como condição de acesso aos recursos financeiros internacionais que, em razão da manutenção da dívida externa, seria a fonte mais viável de recursos para os investimentos sociais.

No Brasil, especificamente, essa nova forma de intervenção resultará no documento *Avaliação da pobreza no Brasil*, divulgado pelo Banco Mundial em 1995. Tal como no seu relatório de 1990, onde estabeleceu uma abordagem técnica que transformou a pobreza em objeto mensurável, a partir da definição de uma linha de pobreza e de uma caracterização do pobre como aquele que carece de recursos e habilidades para ter um padrão de vida mínimo, o Banco Mundial, nesse documento, apontou a necessidade de se estabelecer critérios para caracterizar quem são os pobres, onde vivem e como vivem, de modo a definir uma linha de pobreza para o país e possibilitar o seu monitoramento. A partir dessa avaliação, o Banco Mundial estimou que cerca de 24 milhões de brasileiros viviam abaixo da linha da pobreza. Identificou ainda uma maior concentração de pobreza no Nordeste, altos índices de analfabetismo, predominância do trabalho informal e a falta de participação da mulher no mercado de trabalho. Além disso, o documento fez uma forte crítica aos gastos sociais, indicando que os mesmos não representavam uma melhora na redução da pobreza, pois careciam de maior eficiência administrativa e reestruturação dos dispêndios. Por outro lado, o documento apresentou sua apologia ao fato do Brasil seguir à risca a política econômica do Banco, apontando que o país se encontrava em posição surpreendentemente favorável para restaurar a estabilidade macroeconômica e retomar o crescimento.

A segunda intervenção ocorreu no ano seguinte, em 1996, com a publicação do *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil* pelo PNUD em parceria com o IPEA. Assim como na avaliação do Banco Mundial, esse relatório apresentou críticas às políticas, em curso, de mitigação da pobreza, ressaltando que o efeito distributivo dos gastos sociais era muito reduzido e desfavorável aos contingentes mais pobres da população, principalmente considerando-se os gastos com a previdência social. Além disso, o relatório também foi contundente em criticar as políticas públicas ao afirmar que se baseavam em formatos centralizados e em práticas assistencialistas e clientelistas de distribuição dos benefícios sociais. E semelhante à avaliação do Banco Mundial, o relatório defendeu a estabilidade

econômica e apontou a necessidade de novas formas de competitividade ante a abertura comercial e globalização da economia.

A terceira intervenção ocorreu em 1999 com o estudo no Brasil que integrava o projeto do Banco Mundial *Vozes dos Pobres*, o qual forneceria informações para o RDM de 2000. Tal estudo, a partir de entrevistas com 632 pessoas em três estados brasileiros, São Paulo, Bahia e Pernambuco, procurou levantar informações sobre a percepção das pessoas pobres a respeito do bem estar, dos seus problemas e prioridades e sobre sua confiança nas instituições.

Em termos de políticas públicas nacionais, essas intervenções vão se refletir, principalmente a partir de 1995, no estabelecimento pelo governo de Fernando Henrique Cardoso da *Rede de Proteção Social* como um conjunto de programas focalizados de distribuição de renda e de promoção social.

Para Sprandel (2004) a pauta da pobreza na década de 1990, principalmente em seus últimos anos, foi uma pauta dessas instituições internacionais, de modo que o Brasil perdeu seu lugar de fala, sendo, portanto, falado. Segundo a autora, a única tentativa de retomada do lugar de fala aconteceu com a instalação da *Comissão Mista de Combate à Pobreza* em 1999 pelo Congresso Nacional, a partir da proposta do senador Antônio Carlos Magalhães para a criação de um *Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza*. Contudo, a nosso ver, ao assumir a posição de enunciador para falar sobre a pobreza, o Estado brasileiro apenas reproduziu o mesmo discurso da luta contra a pobreza originado no seio dessas instituições devotadas ao desenvolvimento, ratificando assim as práticas e a porção de realidade criadas por tal discurso. Se considerarmos a tese de Peñafiel (2008) de que o discurso da luta contra a pobreza causou uma mudança no campo de representação da política, ao produzir uma transição do populismo para o pauperismo¹⁹, é sintomático que tenha sido o senador Antônio Carlos Magalhães, um expoente da velha política populista, a tomar a dianteira na luta contra a pobreza. Essa mudança de posicionamento é assinalada na crítica do senador Roberto Freire ao censurar Magalhães por ser um político da direita usando bandeiras tradicionais da esquerda. De igual modo, é significativo também, a despeito do que se esperava como prioridades de um governo trabalhista, que anos

¹⁹ Basicamente, essa transição se reflete no processo em que as demandas do povo, como orientação das ações políticas e legitimação do exercício do poder, foram substituídas pelas necessidades dos mais pobres.

mais tarde o presidente Lula tenha sido o grande arauto da luta contra a pobreza no mundo e que a luta contra a pobreza no Brasil fosse apresentada como o objetivo fundamental do governo de Rousseff. A nosso ver, mais que uma retomada do lugar de fala pelo Estado brasileiro, a *Comissão Mista de Combate à Pobreza* representa, antes, a reprodução do truísmo da luta contra a pobreza gestado pelas instituições internacionais de desenvolvimento como imperativo categórico que, conforme argumenta Peñafiel (2008), principalmente na América Latina passou a orientar toda reflexão sobre as condições sociais, políticas e econômicas. Embora o tema da pobreza como problema social já estivesse presente na constituição promulgada em 1988, no seu art. 3º que diz que um dos quatro objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” e em 1993 tivesse entrado no debate nacional por via da *Campanha da Fome* (Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida), é no escopo do imperativo formulado no âmbito das intervenções principalmente do Banco Mundial e do PNUD que a luta contra a pobreza entra de fato no debate e na ação política brasileira.

Quanto aos programas criados durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que tinham por objetivo a distribuição de renda e o desenvolvimento social, é exemplar que aquele considerado o mais importante deles e direcionado exclusivamente ao enfrentamento da pobreza fosse intitulado *Programa Comunidade Solidária*. Esse programa tanto correspondeu aos objetivos dos programas de ajuste fiscal em relação à descentralização da prestação de serviços básicos (PEREIRA, 2013) ao propor a participação da sociedade civil, de organizações não-governamentais e a integração entre os órgãos públicos federais, estaduais e municipais no “combate à pobreza e à fome” (Decreto nº 1.366, de 12 de janeiro de 1995), quanto apresentou a marca do imperativo categórico da luta contra a pobreza na sua designação. De fato, além do substantivo comunidade que impõe o sentido de grupo de pessoas comuns, iguais, semelhantes, sobredetermina esse substantivo o adjetivo *solidária*, produzindo como efeito tanto o sentido de interesse comum como também o de uma obrigação comum, além do que, solidariedade consiste em uma virtude política que pelo efeito de empatia rememora a virtude moral da generosidade (COMTE-SPONVILLE, 1999). Quanto à *Comissão Mista de Combate à Pobreza*, é muito exemplar já o título do discurso do senador Magalhães

Combater a miséria é tarefa de todos, do qual originou a ideia da referida Comissão. O atributo “tarefa de todos” é dado como dever universal. Ademais, além de pautar-se nas informações do *Relatório sobre o desenvolvimento humano* do PNUD, no seu discurso, o senador ressaltou que a pobreza atingia patamares tão elevados naquele momento que constrangia os cidadãos e particularmente os homens públicos sobre quem pesava a responsabilidade pelo destino da nação (apud SPRANDEL, p.149). A pobreza, deste modo, como efeito de evidência, é vista como um problema moral e o seu combate como um dever, justamente a percepção que passou a ser divulgada pelas instituições internacionais de desenvolvimento. É, por conseguinte, como imperativo categórico que a luta contra a pobreza orientará as discussões da Comissão Mista do Senado, as propostas de programas de fundos e de redistribuição social, bem como as suas críticas. Aliás, mesmos aqueles políticos que criticaram as limitações das propostas, como os senadores Suplicy e Marina Silva, representantes da esquerda, reconheceram e ressaltaram a importância do tema ter entrado na pauta de trabalho das instituições políticas.

De igual modo, formulada como um imperativo, a luta contra a pobreza orientará as políticas públicas do governo do presidente Lula e se tornará o objetivo fundamental e slogan do governo de sua sucessora, Dilma Rousseff. Embora a luta contra a pobreza e sua discursivização tenham ocupado um lugar relevante no período do governo Lula, a sua própria história e as condições ou concessões de sua chegada à presidência parecem ter dispensado que se falasse da pobreza de modo tão direto e exclusivo quanto no slogan do governo de Rousseff e ter imposto que naquele momento se falasse do Brasil de todos. Assim, nosso interesse, como apresentamos em nossos objetivos, é analisar o funcionamento do discurso da luta contra a pobreza em suas manifestações no ano de 2011, quando esse discurso galgou o espaço de circulação onipresente do slogan do governo federal e foi exacerbado na fala presidencial em inúmeras ocasiões.

Portanto, nos próximos tópicos, abordaremos o slogan *País rico é país sem pobreza* e procuraremos analisar alguns elementos de sua filiação no interdiscurso, os aspectos de sua formulação, circulação e efeitos de sentido produzidos. Se dedicamos tal atenção ao slogan, não é simplesmente porque tomamos por suposto que esse enunciado em sua efetividade concreta na comunicação discursiva política transmite aos cidadãos uma mensagem do governo,

servindo para a publicização ou propaganda dos objetivos desse governo. Levamos isso em conta, mas a relevância desse enunciado como objeto de análise consiste, principalmente, na contradição que reproduz entre a incitação ao discurso do combate à pobreza e o silenciamento de agentes e processos das desigualdades, através de sua reiteração, sua ressignificação, sua alteração de gênero discursivo, sua circunscrição num dado campo de sentidos e realizadas pelo locutor presidente em diversas de suas falas públicas, bem como sua repercussão midiática.

3.2 O slogan País rico é país sem pobreza

O slogan *País rico é país sem pobreza*, criado pelo marqueteiro João Santana e pelo diretor de arte Marcelo Kértz, os mesmos que trabalharam na campanha presidencial de Dilma Rousseff, foi anunciado pela presidente em rede nacional de rádio e televisão como lema de seu governo no dia 10 de fevereiro de 2011 em seu primeiro pronunciamento à nação como presidente já em exercício. Durante o ano de 2011, esse slogan foi repetido em diversas ocasiões pela presidente e mesmo tomado como mote em várias de suas falas, sendo explicado e avaliado por ela, retomado por meio de paráfrases e acentuado como princípio geral de governança, utilizado para falar da criação de emprego, do avanço da economia, da igualdade de gênero, da inclusão social, da cidadania, das obras de infraestrutura etc. enfim, durante vários meses após o seu anúncio, esse slogan ou o princípio que anuncia foi atrelado a quase todo tema político tratado pela presidente.

3.2.1 A formulação do slogan

A princípio, a logomarca do governo seria *Brasil - país rico é país sem pobreza*, antecedido pela apresentação institucional *Governo Federal*, como foi anunciado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República²⁰.

²⁰ <http://blog.planalto.gov.br/um-pais-rico-e-um-pais-sem-pobreza/>



Mas ao ser anunciado pela presidente, ficou na sua forma reduzida, sem o elemento vocativo tópico. Se consideramos a função de gênero discursivo do slogan governamental como proposta ou meta de governo, a diferença produzida em termos propositivos é muito pouca. Talvez a forma reduzida se ajuste melhor ao sentido de lema, como foi anunciado pela presidente e retomado em suas falas, em termos prosódicos ou retóricos. Na sua forma integral a logomarca remonta diretamente ao slogan do governo antecessor *Brasil: um País de todos* como uma política de continuidade. Assim, ao funcionar o topônimo *Brasil* como tópico, *país rico é país sem pobreza* forma um bloco informacional como constatação de uma evidência. Nesse caso, pelo efeito de constatação e pelo funcionamento programático do gênero, o elemento informacional incide sobre o tópico como uma declaração do que esse dever ser, quando se sabe que no Brasil a disparidade social e a pobreza ainda são condições flagrantes.

Em todo caso, seja na forma integral ou na reduzida esse enunciado produz sentido circunscrito em uma formação que o determina pelo efeito doutrinal próprio do discurso da luta contra a pobreza que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se caracteriza como a expressão de um consenso, coloca o locutor em uma posição de mestre e os interlocutores na posição de aprendizes (PEÑAFIEL, 2008). Como detalharemos a seguir, enuncia-se um consenso com uma legitimidade professoral pautada em distintas vozes de autoridade como a sabedoria popular, o saber técnico e a posição-sujeito presidente da república. Assim, no slogan, na forma reduzida como foi efetivamente posto em circulação, anunciado como lema e princípio norteador das ações do governo federal, pelo efeito doutrinal a propriedade definitiva na afirmação do que é e do que significa pressupõe retoricamente a questão “O que é um país rico?”, cuja resposta imediata (“o que tem riqueza” / “o que é desenvolvido”) não satisfaz objetivamente a indagação, mas coloca em xeque o valor de verdade de um saber como se revelasse o embuste de uma evidência, uma verdade antes abstrusa e confinada em algum limbo. Esse efeito é produzido pelo funcionamento designativo da formulação, o qual pode ser mais facilmente observado se substituirmos a forma *país rico é país* pela sua

paráfrase *país rico é aquele que*. O processo designativo inscreve a definição no domínio do que simboliza país e riqueza, como objetos já significados culturalmente, politicamente etc., de modo que atualiza memórias diversas que no limite podem chegar aos discursos fundadores como o da abundância da terra onde em se plantando tudo dá. Contudo, o predicado define e identifica o sujeito negando o caráter atributivo, isto é, o que simboliza riqueza. De tal modo, o enunciado se inscreve polemicamente num domínio de saber contestando sua veracidade e restringindo a definição à nova referência que anuncia, a ausência de pobreza. Restringe-se, assim, um símbolo a outro.

Ao considerarmos esse aspecto designativo da formulação do slogan *País rico é país sem pobreza* em relação a um domínio associado, podemos observar que o mesmo se filia à atualização da questão ética do problema da pobreza realizada pelo relatório do PNUD de 2010 intitulado *A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*.

Vejamos um trecho do relatório

“As pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação.” Com estas palavras, o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1990 deu início à convincente defesa de uma nova abordagem ao pensamento acerca do desenvolvimento. A ideia de que o objectivo do desenvolvimento deve ser o de criar um ambiente habilitador para que as pessoas desfrutem de vidas longas, saudáveis e criativas pode parecer, hoje em dia, evidente em si mesma. Mas nem sempre foi assim. Um objectivo nuclear do RDH nos últimos 20 anos tem sido o de realçar que o desenvolvimento tem a ver, em primeiro lugar e acima de tudo, com as pessoas (RDH, 2010, p.1).

Se pensarmos a mensagem do slogan pela sua objetividade imediata, de que para o Brasil ser considerado rico é preciso não haver pobreza no país, sentido que é frisado na fala presidencial, a identificação se explicita uma vez que combater a pobreza seria a condição primeira do desenvolvimento humanizado. Nesse sentido, podemos dizer que a filiação já precede o início do governo de Rousseff, tanto porque combater a pobreza foi uma promessa de sua campanha eleitoral quanto porque dá continuidade à política do governo antecessor. Diria Lula em seu último pronunciamento à nação como presidente em exercício:

O Brasil venceu o desafio de crescer econômica e socialmente e provou que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza (LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, 23/12/2010).

A identificação fica ainda mais patente se consideramos um contexto argumentativo em que a presidente se utiliza do slogan como compromisso do governo e argumenta que a riqueza do Brasil tem de ser medida pelo conjunto que integra o PIB e a qualidade do serviço público, da renda, do rendimento, do trabalho, da educação e da segurança.

E eu quero dizer para vocês que o compromisso do meu governo é: país sem pobreza, é país rico. Este país não pode ter medida a sua riqueza pelo crescimento do PIB. O crescimento do PIB é fundamental porque ele garante emprego, mas ele tem de ser medido pela qualidade do serviço público, da renda, do rendimento, do trabalho, da educação e da segurança que nós fornecemos. Por isso, eu encerro dizendo: país rico, é país sem pobreza (ROUSSEFF, 22/03/2011). [cerimônia de lançamento do Programa de Fortalecimento da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo do Útero e de Mama].

Poderia parecer contraditório o fato de que em sua formulação o slogan opere com a categoria genérica *sem pobreza* ao invés de *sem pessoas pobres*, mas é justamente o contrário, pois a pobreza, do ponto de vista da liberdade democrática e da dignidade humana expressa no direito universal, isto é, do ponto de vista da ideologia neoliberal, afeta todo o conjunto da população embora muito mais incisivamente os pobres. A contradição, nesse caso, está no fato de um discurso neoliberal ser assumido por um governo trabalhista.

Podemos dizer que o fato de o slogan polemizar com a voz que prioriza o desenvolvimento econômico em detrimento do social seja a simulação de uma contradição que desloca do dizer um estado real de contradição de classes. Trataremos disso com mais ênfase no capítulo 4 quando analisamos a enunciação do DLCP como palavra adversativa (VERÓN, 1996) e os efeitos produzidos conforme as entidades enunciativas do discurso político. Por hora, vamos nos limitar a considerar que na formulação do slogan, a ênfase da designação recai sobre a condição do verdadeiro e não sobre o objeto temático, de modo que a atualização do sentido ético do problema da pobreza, ainda que na sua dimensão mais abstrata, reforça o caráter doutrinal do DLCP. O enunciado pressupõe um desconhecimento

da verdade e a necessidade de formação daqueles a quem é endereçada a propaganda do governo. Nesse sentido, poderíamos considerar que a formulação do slogan produz, conforme Orlandi (2012), um engodo na evidência que constrói. No artigo *Uma tautologia ou um embuste semântico-discursivo: País rico é país sem pobreza?*, Orlandi, ao analisar como esse slogan abarca outras situações enunciativas da propaganda do governo federal, chama a atenção para o fato de que na denominação *país* há muito de in-significado, pois país não corresponde a Estado, a Nação ou a Povo. O sentido de país liga-se a território, mas não como região geográfica de um Estado soberano, pois os sentidos da denominação país se especializam na conjuntura política e se vinculam, por exemplo, a *desenvolvimento*, *aceleração do crescimento*, o que se manifesta em classificações como países emergentes, países desenvolvidos. Ou seja, Orlandi aponta que a opção pela denominação país no slogan é sintoma do silenciamento do sentido de soberania. Como vimos anteriormente, uma das consequências da profusão do discurso da luta contra a pobreza foi justamente apagar a crítica à violação da soberania dos Estados submetidos aos programas de ajustamento estrutural. Outro apontamento que faz Orlandi a partir da análise parafrástica é que, ao mesmo tempo, *sem pobreza* não é equivalente de *sem pobres*, de modo que os sujeitos são relegados a um segundo plano, pois o pobre, sendo identificável, pode ser considerado na sua dimensão concreta, o que não interessa ao enunciador da posição presidente, enquanto a nominalização pobreza apresenta um modo de significar indeterminado. Nesse caso, aponta a autora, há o apagamento de questões sociais, históricas, políticas e econômicas do capitalismo e a dissemetria parece não existir, produzindo o efeito de que o pobre é o único responsável por sua condição. Ocorre que o sentido produzido pelo slogan é marcado por um silenciamento de diferenças, uma vez que “o que se evita falar é sobre o povo, é sobre o pobre, porque estes sim são lugares de litígio, de mobilização social, do não estabilizado, daquilo que, sujeito a equívoco, seria uma possibilidade real de ruptura da estrutura, da divisão social.” (id., p. 142). Assim, haveria aí um processo de individuação, onde o slogan reproduz o consenso e uma certa ordem “natural” de exclusão. Ao analisar especificamente uma propaganda do governo sobre as melhorias na educação, Orlandi demonstra que o slogan, ao aparecer no fim da propaganda como uma assinatura que atesta a presença do governo, arregimenta sentidos para o que é apresentado sobre a

educação, de modo que produz um deslocamento da informação para uma política do performativo (id.), em que a eficácia da propaganda não somente fixa um objetivo governamental, mas opera sob a força de uma Língua de Estado que determina coincidir o dizível e o existente (id.). Orlandi compreende essa performatividade como instância em que os gestos e as declarações substituem as práticas, de modo que, no caso do slogan do governo federal, a propaganda tende a substituir a prática política. Nesses termos, o funcionamento da propaganda política se mostra como uma forma característica de assujeitamento, “como arte de anestesiar as resistências”. Reportando Pêcheux, diz a autora que o *liberalismo totalitário* engendrou “uma nova gestão da subjetividade na qual o sujeito contribui ativamente para seu assujeitamento, através de um sinistro jogo de palavras sobre o termo *liberdade* [a que Orlandi acrescenta os termos *democracia*, *cidadania* etc.]”, de modo que o sujeito afetado pela propaganda sofre de uma “ilusão da individualidade” (id., p. 131).

Vemos que em sua análise, embora não tenha considerado propriamente o discurso da luta contra a pobreza, Orlandi identifica na formulação do slogan diversos elementos do funcionamento desse discurso que o inscrevem na formação ideológica neoliberal, que prega o desenvolvimento sustentável e a mundialização econômica, como já vínhamos também apontando ao filiar esse discurso às instituições financeiras internacionais. Mas a autora ainda acrescenta um ponto muito importante a se considerar, que é a posição sujeito do enunciador do slogan, a posição-sujeito-presidente. Se por um lado o discurso da luta contra a pobreza permite ao seu locutor uma posição doutrinal, sendo enunciado pela presidente do Brasil se acrescenta o sentido de uma memória institucionalizada. Para Orlandi, a posição-sujeito-presidente, no caso do Brasil,

[...] se constitui histórico-politicamente nas condições do século XIX tendo como base de significação a República e o Positivismo (Apostolado, Filosofia) em seus discursos. Logo, é uma posição-sujeito já marcada, já significada: a da prevalência dos fortes sobre os fracos, a da regeneração dos cidadãos, a da imposição da ordem para que haja progresso (id., 2012, p.133).

Ao tom doutrinal (derivado do imperativo categórico e do saber construído para luta contra a pobreza) se acrescenta, portanto, a palavra de ordem do progresso moral, do sujeito exemplar que corresponde ao ideal da República. O

valor de imperativo categórico da luta contra a pobreza receberá nuances específicas no contexto brasileiro. Da mesma forma, o discurso que lhe corresponde produzirá efeitos também específicos, como demonstraremos no capítulo seguinte.

3.2.2 Efeito de valor moral na composição do slogan

Como vimos anteriormente, na formulação designativa do slogan há um efeito de denegação de um saber e ao mesmo tempo, por efeito de indeterminação, um silenciamento de litígios. Diremos que esse enunciado, trabalhando no âmbito da evidência, opera uma gestão da polêmica de modo a substituir uma contradição por outra. Isto é, em torno do problema da pobreza são substituídos os pares soberania →← ingerência e igualdade →← exploração pelo par verdade →← desconhecimento, cujo objeto ainda configura a contradição simulada entre o desenvolvimento humano e o desenvolvimento exclusivamente econômico. No que segue, argumentamos que esse efeito é sustentado pela associação entre a memória de que a pobreza é problema de falta moral e aspectos composicionais do gênero de discurso.

A respeito do sentido de pobreza como problema moral, a própria narrativa de lançamento do slogan já produz alguns efeitos de virtude que o caracterizam. A logomarca do governo foi anunciada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (<http://blog.planalto.gov.br>) como uma doação dos publicitários que a criaram. Inclusive, diversas notícias que reportaram o lançamento do slogan incluíram essa informação, com sintagmas como “sem custo ao erário”, “de graça para o governo”, “nada custou ao governo”, “foi uma doação” etc. Ao mesmo tempo em que se apaga imediatamente na informação que a substituição da marca do governo federal em todos os suportes e veículos midiáticos, papéis oficiais etc. tem, sim, um alto custo, a doação é sobrevalorada. De tal modo, a narrativa de seu “nascimento” já significa o slogan como símbolo de uma vontade comum, da identificação pela causa que defende, e da solidariedade. É relevante pensarmos que o slogan tenha já em sua origem, como produto material de uma atividade profissional especializada (e altamente renumerada), um valor moral. Isto é, há um deslocamento de produto da propaganda política para produto

da virtude cidadã. Se a pobreza é um problema de falta moral, a sua solução começa pelo exemplo e promoção de virtudes.

Associado a essa narrativa também podemos observar no enunciado um efeito moral naquilo que o identifica como gênero de discurso, por seu estilo e sua forma, e que também o coloca em relação ativa com outros gêneros. Especificamente, o slogan *País rico é país sem pobreza* comporta certos traços do gênero provérbio que, levando em conta o discurso que materializa e suas características já assinaladas, produzem uma nuance moral sobre o efeito de verdade daquilo que enuncia. Em termos enunciativos, isto é, em que se leve em conta as condições de uso do enunciado, é possível dizer que todo slogan almeja um funcionamento proverbial. Maingueneau (2010), ao analisar como determinados tipos de enunciações captam as condições genéricas do provérbio que o tornam reconhecidamente verdadeiro por uma comunidade linguística de modo a produzir um efeito de autoridade, afirma que ser provérbio é o ideal do slogan.

De fato, o objetivo de todo slogan é passar do estatuto de “eu-verdade” (a verdade de uma firma, de um partido etc.) ao de “on-verdade” (uma verdade estável, universalmente conhecida, garantida por um enunciador de autoridade incontestável, que coincide com a própria comunidade linguística). Por pouco que as mídias cheguem a impor o slogan, a ficção que o funda torna-se realidade: pseudoprovérbio, ele acabará gerando efetivamente uma infinidade de ecos (id., p. 178).

Além disso, uma vez que funcione como provérbio, o slogan faz ecoar também o estatuto que possuem os provérbios de uma língua, aquilo que dizem como reconhecidamente verdadeiro sobre cada situação específica e entra para o rol dessas verdades universais. Contudo, para compreender melhor como o slogan de que tratamos pode apresentar um funcionamento proverbial é preciso explorarmos com mais detalhes as características desse gênero.

No artigo *Proverbes et formes proverbiales: valeur évidentielle et argumentative*, Anscombe (1994) examina tanto a natureza do provérbio quanto o uso contemporâneo do que ele chama de formas proverbiais. Ao abordar em obras clássicas e dicionários as definições que permitiriam reconhecer um provérbio como tal, observa que apesar de as mesmas serem de pouca ajuda, uma vez que não estabelecem uma distinção precisa entre diferentes termos como ditado, preceito,

máxima, aforismo, sentença, no entanto, dessas definições é possível depreender três características comuns: um aspecto de fórmula sentencial (ou forma sentenciosa), uma propriedade prescritiva e um alcance geral ou universal.

Considerando principalmente a forma sentenciosa como elemento identificador ou propriedade característica, o autor aponta que, especificamente em relação ao provérbio, tais obras apresentam comumente a definição de ser uma fórmula elíptica geralmente metafórica e estilizada. A partir dessa definição, observa que, por um lado, os provérbios são frases completas, suficientes em si mesmas e, por outro, apresentam um recurso sistemático a figuras de linguagem como assonância, simetria rítmica, anacoluto etc. Observadas essas características, Anscombe examina a tendência do uso de formas proverbiais na imprensa, por exemplo, como modo de enunciar “verdades gerais” ou então o uso de formas quase proverbiais na literatura contemporânea para imprimir certo lirismo; e examina também o argumento de que haveria no emprego dessas formas sentenciosas um aspecto arcaizante, uma vez que seus contornos sintáticos seriam incomuns em outros usos da língua. O autor refuta esse argumento ao comparar o registro medieval e sublinha que os provérbios em uso atualmente foram constantemente reatualizados. Pelo mesmo motivo também se contrapõe à hipótese de que as formas sentenciosas se caracterizariam por um processo de cristalização como no caso das expressões idiomáticas (por exemplo: “Abrir o coração”, “Arregaçar as mangas”). No entanto, considera que as formas sentenciosas e as expressões idiomáticas têm por característica comum serem unidades codificadas que designam um conceito geral. Para Anscombe é essa uma característica importante da forma sentenciosa. Uma vez que o conceito geral, representado por convenção, faça parte do código linguístico comum, a fixidez referencial vai de par com uma fixidez da forma. Por esse motivo seria possível reconhecer nas formas sentenciosas uma quase fixidez e certa identificação com expressões idiomáticas, mas também sua distinção. Anscombe conclui, portanto, que não é porque seja fixa que uma sentença seja identificada como tal, mas que a fixidez permite identificar traços sintáticos e semânticos que a caracterizam. A partir dessas considerações, o autor define dois critérios para uma classificação das formas sentenciosas: a) se se trata ou não de uma designação e de qual tipo é; b) quais mecanismos linguísticos específicos revelam a fixidez da forma.

A partir do primeiro critério Anscombe analisa e refuta aquela que é tida por principal característica do provérbio, sua propriedade metafórica ou figurada. Assinalando o traço 'metafórico' como M e como H um outro traço comum das formas sentenciosas, o traço 'relativo às condutas humanas', observa, por exemplo, que o provérbio *Un homme averti en vaut deux* (Homem prevenido vale por dois) apresenta -M e +H. Já uma forma sentenciosa como *Petite pluie abat grand vent* (Chuva miúda o vento muda) será um ditado se apresentar -H e provérbio se apresentar +H. Considerando exemplos como esses, o autor assinala que o que realmente caracteriza os provérbios como designação de um conceito é que eles são julgamentos morais sobre os comportamentos humanos. Comparando diversos provérbios o autor demonstra que o caráter metafórico sempre implica um traço relativo ao comportamento humano, mas que o contrário não ocorre, havendo provérbios não figurados, como é o caso do exemplo acima: Homem prevenido vale por dois.

A partir do segundo critério, isto é, o que revela a fixidez da forma, considerando as características linguísticas dos provérbios, Anscombe aponta que:

- as formas proverbiais sempre enunciam uma generalidade intemporal, de modo que na sua forma habitual não podem servir à enunciação de um evento, o que é marcado frequentemente pelo tempo verbal no presente indicativo (por exemplo: Amanhã, quem chegar atrasado perderá o lugar para quem chegar primeiro", "Amanhã, quem vai à roça, perde a carroça", "Amanhã, quem for à roça, perderá a carroça");

- sendo o provérbio proveniente da sabedoria popular, seu autor assemelha-se a uma consciência linguística coletiva, de modo que o locutor não é o enunciador do princípio ligado ao provérbio, mas aquele que declara ou afirma tal princípio. Mais do que apresentar uma sabedoria popular, o provérbio apresenta um julgamento de valor coletivo;

- os provérbios são frases genéricas, pois exprimem uma relação independente de situações específicas, apresentando deduções padronizadas ou plausíveis sobre situações particulares as quais eles qualificam. Assim os provérbios são argumentos de universalidade, plausíveis, mas não necessários. Ao mesmo tempo, não se apresentam como qualificando uma situação particular, mas a

colocam como uma ocorrência particular da situação genérica denotada no provérbio.

Após considerar, então, o provérbio a partir dos dois critérios de classificação das formas sentenciosas, Anscombe o caracteriza como um marcador de evidencialidade e examina sua função argumentativa. Conforme demonstra, dada sua característica intemporal, o provérbio apresenta um saber que não provém nem da percepção nem da inferência do locutor que o utiliza. Representando um saber comum e pertencente ao patrimônio linguístico, o provérbio está ligado à categoria evidencial do empréstimo, porém apresenta um saber emprestado a uma fonte que não é especificamente conhecida, diferentemente do que ocorre com outras formas sentenciosas como as máximas, por exemplo, das quais o autor é sempre indicado. O provérbio, como marcador de evidencialidade ligado ao empréstimo, distingue-se, contudo, de outros marcadores de empréstimo tradicionais tais como “ouvi dizer”, “parece que”, “dizem”. Isso ocorre tanto porque a fonte do saber emprestado não é especificamente identificada quanto porque essa origem indeterminada é uma característica da própria forma proverbial, isto é, os recursos linguísticos da forma proverbial caracterizam uma origem popular ou folclórica do saber enunciado, de modo que o locutor não precisa assinalar o empréstimo. Isso faz com que o provérbio seja por si mesmo um marcador de evidência.

Quanto ao aspecto argumentativo, esse não se encontra na informação que o provérbio comporta, pois essa não pode servir de resposta completa a uma demanda. O provérbio não se destina a fornecer referencialmente uma informação, ele serve antes como quadro e garantia a um raciocínio, de modo que permite apenas uma inferência de natureza discursiva, sendo implícita ou não. Por exemplo: numa dada ocasião, um grupo de manifestantes é flanqueado pela polícia e um deles pergunta para a pessoa que está ao lado se ela está com medo e ouve como resposta: “Cão que ladra não morde”. Na condição de informação esse provérbio não responde diretamente à demanda, mas como princípio serve de garantia ao raciocínio de que não seria preciso ter medo; ou “Não se faz uma omelete sem quebrar alguns ovos”. Na condição de informação esse provérbio não responde diretamente à demanda, mas enquanto princípio serve de garantia ao raciocínio de que seria preciso assumir o risco da situação.

Em resumo, o provérbio qualifica uma situação sem parecer qualificá-la, apresentando um julgamento de valor coletivo sobre comportamentos humanos, de validade universal, na forma de um saber evidente que garante um raciocínio, nisto reside sua força argumentativa.

No slogan *País rico é país sem pobreza* podemos identificar como características proverbiais, conforme as vimos em Anscombe: a designação de um conceito geral sobre comportamentos humanos, isto é, um traço +H se considerarmos que pobreza e riqueza são condições e atributos da vida humana; uma generalidade intemporal marcada no presente indicativo genérico do verbo ser; a simulação de um saber comum e evidente caracterizado por certa lógica segundo a qual a afirmação de x equivale à negação de y, que é seu oposto, o que nesse caso corresponde à oposição semântica entre riqueza e pobreza; a entonação asseverativa como argumentação de universalidade, decorrente desse aspecto de evidência; o aspecto genérico pela qualificação de uma situação particular, a do Brasil, como sendo ocorrência de uma situação universal, uma vez que faz referência a uma classe genérica com o uso da nominalização país; a seleção lexical simples; e, por fim, podemos ainda observar uma figuração pela simetria rítmica da estrutura binária e pelo contorno sintático do assíndeto. Consideradas essas características, observamos que o slogan aqui analisado, sendo um slogan político devido as suas condições de produção e circulação, caracteriza-se como o tipo de sentença que Anscombe denomina forma quase-proverbial. Assim, observadas as características sintáticas e semânticas do slogan que o identificam com a forma proverbial, podemos compreender como são produzidos alguns efeitos que o associam à condição moral do problema da pobreza e que permitiriam uma gestão da polêmica a que nos referimos acima.

O primeiro ponto a ser destacado é o valor de verdade universal como virtude emprestada ao locutor. A partir do efeito de se impor como uma verdade universal, construída sob um julgamento de valor coletivo e um saber evidente, o provérbio preenche a circunstância de sua enunciação de uma moral (pela virtude do ser verdadeiro) que legitima a própria enunciação e aquele que enuncia. Assim, funcionando como provérbio, o slogan apresenta o que diz como uma verdade reconhecida sustentada por um saber evidente. A isso é preciso acrescentar outro aspecto do provérbio destacado por Anscombe, qual seja, o de que esse gênero

não se presta a informar referencialmente, mas que serve como quadro e garantia a um raciocínio que se volta sempre para os comportamentos humanos. Isso pode ser percebido discursivamente no slogan, conforme já analisamos no tópico anterior, da seguinte forma: a predicação incide por efeito de negação sobre o adjunto adnominal rico (o adjetivo que caracteriza o nome genérico País), de modo que um valor de definição suplanta o valor de qualidade ou de caracterização, no sentido de que o predicado não é um acréscimo, mas uma restrição. Assim, considerando essa restrição dada como evidência, podemos produzir a seguinte paráfrase: *Só é um país rico, e unicamente rico, aquele onde não há pobreza, pois onde as pessoas são ricas elas não são pobres.* Mas acrescentado o fator comportamento humano a essa evidência, podemos reformular sua paráfrase da seguinte maneira: *Só é um país rico, e unicamente rico, aquele onde as pessoas não sofrem com a pobreza.*

Esse funcionamento discursivo proverbial ainda produz por efeito que o slogan se caracterize como uma asseveração que acentua o valor de autoridade do Estado ou da presidência (com o que há de memória institucionalizada como posição-sujeito-presidente do Brasil), pois há uma fusão de duas instâncias da entonação asseverativa, aquela como espécie de última palavra a ser dita sobre um tema fundada no contrato social e aquela que precede o objeto ou situação referencial fundada num saber universal e admitido como verdadeiro. A autoridade que se depreende desse tipo particular de asseveração que apresenta o slogan considerado funcionaria, portanto, duplamente garantida.

Recapitulando, o slogan *País rico é país sem pobreza* acrescenta ao valor de imperativo categórico da luta contra a pobreza a nuance de ser um produto da virtude cidadã, conforme a narrativa de seu aparecimento. E, a partir de seu funcionamento proverbial, congrega a virtude de dizer uma verdade reconhecida e um julgamento de valor coletivo sobre o comportamento humano a respeito da pobreza. Considerando ainda que esse slogan seja enunciado pela presidente, acrescentam-se os efeitos de sentido do progresso moral e da autoridade fundada no contrato social produzidos pela posição-sujeito.

A autoridade duplamente garantida, a virtude de verdade universal, o julgamento de valor coletivo e o valor de imperativo categórico da luta contra a pobreza seriam, portanto, mais que suficientes para uma identificação consensual capaz de fazer convergir posições antagônicas. Mas se teoricamente isso procede,

por que na prática a presidente Rousseff teria tantas vezes tomado o slogan como objeto de sua fala para explicá-lo e para reacentuá-lo ou mesmo como síntese de seus argumentos? No capítulo seguinte vamos analisar algumas dessas ocorrências enunciativas de modo a compreender que efeitos de sentidos são ali produzidos. No tópico seguinte vamos analisar alguns efeitos de sentido produzidos pela circulação do slogan em réplicas e comentários.

3.2.3 Sentidos em circulação

Neste tópico temos por intenção ilustrar o campo de efeitos de sentido possíveis produzido pelo discurso da luta contra a pobreza materializado na formulação do slogan. Para tanto, vamos analisar determinados efeitos de sentido produzidos na recepção do slogan a partir de comentários, paráfrases ou réplicas a seu respeito que circularam na internet durante o ano de 2011. Priorizamos analisar alguns enunciados extraídos de textos publicados na internet pelo fato de se tratar aqui de um corpus ilustrativo e pelo fato de que essa esfera de circulação oferece em sua amplitude uma diversidade mais representativa de posicionamentos institucionais e não institucionais. A seleção de observáveis, contudo, não foi aleatória, pois um tratamento de arquivo responde sempre, ainda que não completamente, às hipóteses de pesquisa e à intenção argumentativa. Assim, utilizamos a ferramenta virtual de pesquisa do Google e, como primeiro critério, inserimos nessa ferramenta duas entradas, o slogan ao pé da letra e o sintagma “país rico é”, pressupondo-o como elemento de uma rede de formulações, com filtro de busca para 2011²¹. A busca com a primeira entrada ofereceu 149 resultados e a com a segunda 215 resultados. Como era esperado, muitos resultados da primeira busca se repetiram com a segunda entrada, no entanto, como também era esperado, uma diferença relevante foi constatada. A busca com o slogan ao pé da letra resultou em textos de divulgação e de comentários em sua maioria, já a busca com o recorte acrescentou textos com paráfrases da formulação como réplicas ao

²¹ Além dessas duas entradas experimentamos também os sintagmas “país sem pobreza”, “é país sem pobreza” e “é país sem pobres”. As duas primeiras resultaram em textos de divulgação do slogan já registrados na pesquisa anterior e essa última resultou em textos com comentários a respeito do slogan ou do governo federal revelando apenas uma reprodução equivocada da formulação do slogan.

enunciado. O segundo critério de seleção dos textos foi utilizar apenas textos com data de publicação. O terceiro critério foi descartar uma massa de repetições, de modo que selecionamos alguns poucos textos em que são produzidos comentários a respeito do slogan, bem como as paráfrases replicantes.

Assim definidos os critérios que utilizamos para reunir alguns textos para analisarmos os efeitos de circulação do slogan, começaremos nossa análise por um texto oficial. Em artigo intitulado *País rico é país sem pobreza* e publicado em março de 2011, Tereza Campello, Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, exhibe a marca do governo como compromisso da presidente com a erradicação da pobreza extrema e discorre sobre o fortalecimento do programa Bolsa Família, apresentando dados de sua eficácia e projeções do retorno que o investimento tem para a economia do país. A ministra encerra o artigo com o seguinte enunciado:

*O melhor investimento público é aquele direcionado ao ser humano. Não seremos uma nação capaz de desenvolver todo o seu potencial enquanto persistir a pobreza, entrave ao desenvolvimento econômico e social. País rico é país sem pobreza.*²²

Bem, o que podemos ouvir nesse enunciado? Primeiramente é preciso frisar que se trata do discurso do governo federal e que significa na formação discursiva neoliberal. O seu locutor, a ministra, enuncia a partir da posição do técnico especialista e o interlocutor seria toda a sociedade ou pelo menos as pessoas interessadas e que teriam acesso ao dispositivo virtual. Aliás, assim definimos genericamente o interlocutor de todos os enunciados que analisamos neste tópico, como uma pessoa interessada na temática e que tem acesso à internet, o que certamente se distingue de sociedade brasileira ou público geral.

Quanto à sua filiação no interdiscurso, dois já-ditos disputam o sentido, um é aquele do desenvolvimento humanizado apregoadado desde os anos 1990 e reatualizado em uma narrativa mais recente em 2010 sobre a verdadeira riqueza das nações – que são reconhecidas como tal se unidas ao projeto mundializado. O outro é o mito de o Brasil ser uma eterna promessa de nação, o qual, se acabou ganhando mais força a partir da cristalização do sintagma *país do futuro*, já fazia sua presença desde os *Projetos para o Brasil* de José Bonifácio. Mas, para além das

²² <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/artigos/pais-rico-e-pais-sem-pobreza>

consequências dessa disputa de sentido, a nosso ver o que vai pregar no enunciado é a oposição pobreza e desenvolvimento, principalmente econômico, pois quase ouvimos na formulação um “só depois”, um “em seguida” entre os termos *econômico* e *social*. Esse enunciado nos parece emblemático de uma hierarquia inversa do sentido. Em todo o texto, *entreve* é o único elemento qualificador de pobreza e aparece colado à assinatura do slogan. Ocorre a nosso ver uma afetação recíproca. Se o slogan rememora o imperativo categórico da luta contra a pobreza e os sentidos virtuosos de que falamos acima, na fala técnica especializada esses sentidos são deslocados para dar lugar à eficiência gestora e ao lucro, ao retorno do investimento. *Entreve* qualifica a pobreza num processo sistêmico, logo acabar com a pobreza significa otimizar o sistema, eliminar aquilo que o impede de bem funcionar. A relevância desse enunciado é que ele exemplifica a condição contraditória, demonstrada por inúmeros autores, em especial Peñafiel (2008), Sprandel (2004) e Leite (2013), de que o discurso da luta contra a pobreza ao mesmo tempo justifica as ações políticas como necessidade moral ao falar da dignidade, do foco no ser humano, mas objetifica a pobreza como condição natural ao tratá-la como problema de solução técnica (econômica) e ao transformá-la em índices, números, mensurações. Ou seja, o ser humano é um foco a priori, mas é focalizado como meio para o fim último que é o cálculo do desenvolvimento. Para este fim, o humano, o social etc. se reduzem ao econômico.

Um segundo texto que apresenta um dado relevante é uma notícia sobre o anúncio do slogan publicada pelo site *Metalúrgicos ABC CUT*, intitulada *Dilma faz primeiro pronunciamento na TV e lança marca do governo*. Embora o título reporte o anúncio do slogan, a notícia dá ênfase muito maior à fala da presidente sobre a educação, reproduzindo quase integralmente os tópicos desenvolvidos no pronunciamento, inclusive com citações diretas. Uma dessas citações, aliás, é justamente o trecho em que a presidente diz que a educação é a ferramenta mais decisiva para superar a pobreza e a miséria. Mas além da prioridade temática da notícia, o que se mostra relevante nesse texto é o equívoco que apresenta sobre o slogan do governo. Logo abaixo do título é exibida a imagem da logomarca do governo, contudo no segundo parágrafo do texto é dito o seguinte:

Com o lema "País Rico é País sem Miséria", a nova marca confirma o compromisso firmado pela presidente Dilma no início do governo de erradicar a miséria no país.²³

Quanto ao equívoco de a notícia ter substituído pobreza por miséria, só há o que especular. Considerando o enunciador sindicalista, a posição-sujeito de movimento de luta pelas causas dos trabalhadores e de apoio aos diversos movimentos de luta social, a sua posição ideológica explicitamente defendida, poderíamos supor uma intencionalidade na substituição? Seria um ato voluntário para explicitar o que o sindicalista prioriza como compromisso presidencial? Seria por outro lado apenas uma *falha ingênua*? Ou seria a crença de que pobreza e miséria são sinônimos? Independentemente de uma intencionalidade, importa considerar que tal enunciado uma vez que assim tenha circulado produziu sentidos. Entre esses sentidos estão justamente a distinção ou a equivalência entre pobreza e miséria.

O terceiro exemplo que escolhemos ilustra o efeito de sentido que encontramos na grande maioria dos textos que comentaram o slogan. Trata-se do efeito de engodo, de que o governo tenta esconder a realidade com discurso, com propaganda. No site *A nova democracia*, o articulista Fausto Arruda publicou em abril de 2011 o artigo *A miserável pobreza de Dilma*. Podemos dizer que o título é de uma riqueza semântica, mas que não é esse o seu aspecto mais relevante. Motivado pelo slogan, o autor acusa o que o governo diz sobre a pobreza de uma exploração falaciosa. Após criticar a falta de objetividade dos critérios de definição da linha de pobreza baseada na renda e comparar o Brasil com os Estados Unidos conclui que no Brasil essa linha de definição está muito abaixo do que deveria ser.

Vejamos então onde está a raiz do engodo: se a linha de pobreza for fixada em valores muito baixos, qualquer "dez mil réis" que se colocar sobre estes valores, supostamente fará o pobre brasileiro ultrapassar a linha de pobreza e, em cima disso, tome propaganda falaciosa. [...] Mas, para a demagogia surtir efeito, fixar um valor baixo é fundamental para colocar em prática o plano de tentar iludir o povo. O oportunismo pensa que poderá seguir enganando o povo por todo o tempo. Ele já teve o seu clímax e agora, inevitavelmente, entrará em sua curva descendente.²⁴

²³ http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=24354&id_SEC=12

²⁴ <http://www.anovademocracia.com.br/no-76/3399-a-miseravel-pobreza-de-dilma>

Como dissemos, o sentido de engodo aparece na maioria dos textos comentários do slogan. Desse efeito duas posições se destacam, uma culpabiliza o governo por iludir o povo e tratá-lo como idiota, a outra culpabiliza o povo por ser idiota e aceitar o engodo do governo. Nesse caso, parece relevante considerar que mais uma vez o problema político acaba deslizando para o âmbito da avaliação moral, que questiona a honestidade, a decência e outras virtudes afins.

O cartum a seguir se inscreve nessa posição que culpabiliza o governo, caracterizando uma situação de miséria urbana escamoteada pela propaganda governamental. O argumento do cartum, além disso, produz um efeito de sentido surpreendente na sua composição. Na imagem, a propaganda cobre apenas o rosto da personagem miserável, de modo que leva à interpretação de que ao mesmo tempo em que a política social despessoaliza a miséria, tornando-a sem rosto, a propaganda política como demagogia é a própria face da miséria.



Figure 1 <http://www.pelicanocartum.net/>

Os poucos textos em que se encontram comentários elogiosos apenas reafirmam as características do slogan significadas pelo discurso do governo. Um caso exemplar foi o comentário do deputado petista Josias Gomes divulgado em seu site pessoal no dia seguinte ao lançamento do slogan.

O Governo da presidente Dilma Roussef não poderia ter sido mais feliz do que foi ao escolher a nova marca governamental baseada em um slogan que na verdade é uma palavra de ordem para todos os brasileiros: 'País rico é país sem pobreza'. [...] ao colocar na marca do governo um objetivo assim tão correto do ponto de vista político, social e econômico, essa decisão será capaz

*de ter um efeito mobilizador extraordinário, empenhando não apenas o governo em sua execução, como, também as pessoas e militantes de todos os partidos e credos religiosos, de todos os estados do país, para que a busca da felicidade coletiva acabe sendo uma obrigação de todos.*²⁵

Além do sentido de consenso e de imperativo categórico na equivalência do slogan com *palavra de ordem para todos os brasileiros*, o comentário também produz a equivalência entre o objetivo de acabar com a pobreza e a busca pela felicidade coletiva como obrigação de todos, isto é, deslocando a ação para os fins da solidariedade e da caridade, acentuando desse modo o valor moral, a virtuosidade de *objetivo assim tão correto*, ainda que seja do ponto de vista político, social e econômico. Que o slogan seja a fala do governo, é interessante notar que para mais de um locutor político, além da presidente, o efeito de valor moral se destaca.

Além do explícito posicionamento contra ou a favor do slogan, encontramos um enunciado relevante justamente pelo posicionamento indefinido ou ambíguo. Trata-se do título de um informe em um site de publicidade.

*Novo slogan do Governo Federal une riqueza e pobreza*²⁶

O texto que esse enunciado intitula, no entanto, não apresenta nada além do informe do lançamento do anúncio que nos permita analisar se riqueza e pobreza predicam o slogan, isto é, se se trata de uma consideração sobre a linguagem, sobre a construção frasal. Assim, conjeturamos que esse enunciado materializa mais uma necessidade de criatividade da posição-sujeito-publicitário do que uma avaliação artística. Mas, se considerarmos essa formulação no escopo do comentário político, riqueza e pobreza funcionam numa relação hiperonímica com classes ou grupos de indivíduos, de modo que produz por efeito um sentido que é próprio do discurso da luta contra a pobreza, o sentido do consenso e da ação comum, ainda mais porque quando do anúncio do slogan a presidente remete o problema da *miséria* a todos os setores da sociedade. Aqui haveria um retorno, um

²⁵ <http://www.josiasgomes.com.br/site/nova-marca-do-governo-e-uma-palavra-de-ordem-para-todos-os-brasileiros-considera-josias/>

²⁶ <http://propmark.com.br/agencias/novo-slogan-do-governo-federal-une-riqueza-e-pobreza>

eco refratado da visão corporativa que une o pobre e o rico no mérito moral, visão que por muito tempo garantiu o controle social do senhoriato brasileiro.

Quanto às paráfrases que encontramos, dado seu funcionamento como réplicas, podemos dizer que elas confirmam nosso argumento a respeito da formulação designativa do slogan pressupor uma questão subjacente. De fato, as réplicas determinadas pela estrutura parafrástica apresentam uma dupla orientação, ao mesmo tempo respondem ao argumento do slogan e se inscrevem na polêmica aberta num campo de saber pelo processo designativo. Essa orientação se desenvolve conforme posições distintas que vão da complementação ao antagonismo, mas por se tratar de uma dupla orientação os posicionamentos se desdobram num mesmo enunciado.

Assim, por exemplo, na paráfrase a seguir observamos uma oposição à política do governo, mas uma identificação relativa, isto é, uma contraidentificação ao discurso da luta contra a pobreza, que não nega seus objetivos, mas sim os meios empregados.

País rico é país sem ricos²⁷

Esse enunciado é o título de um manifesto que conclama o povo brasileiro pela erradicação da riqueza extrema promovido no blog Cirandas. O antagonismo nesse caso opõe pobres e ricos. Como vimos no capítulo anterior, trata-se de uma concepção subjetivada de pobreza baseada em um humanismo social que apesar das mais boas intenções contribui para despolitizar o problema da pobreza. O manifesto em questão acentua esse efeito tanto pela sua radicalidade que nega o Estado e as instituições quanto pela utopia que reproduz. Além disso, esse enunciado é exemplar da relação de dominância em um conjunto complexo que caracteriza as formações discursivas em relação às formações ideológicas, pois o elemento de saber dominante da luta contra a pobreza faz cooperar duas ideologias completamente antagônicas.

Vejamos outra paráfrase:

Um país rico é aquele que distribui a riqueza para todos e todas²⁸

²⁷ <http://cirandas.net/dtygel/blog/pais-rico-e-pais-sem-ricos> (25/02/2011).

Esse enunciado foi produzido como frase conclusiva de um manifesto do movimento União Nacional por Moradia Popular, movimento popular apartidário que defende a participação política direta. Pelo funcionamento replicante parece a princípio que o enunciado contesta o argumento do slogan no terreno da mesma evidência da luta contra a pobreza, porém nesse caso, os pré-construídos *distribuição da riqueza e todos e todas* mostram-se substituíveis não antagônicos de *sem pobreza*, isto é, caracterizam-se como elementos de um mesmo paradigma da inclusão solidária e equidade de direitos que estão na base ideológica do DLCP. Há aí uma identificação por substituição de equivalências.

O mesmo acontece no enunciado seguinte produzido como frase conclusiva em um editorial do jornal Folha de S. Paulo, no qual se crítica a condição de saneamento da população brasileira apresentada por dados do censo de 2010.

*Parafraseando slogans do novo e do velho governo do PT, caberia assinalar que país rico é país com banheiros e esgotos para todos.*²⁹

É relevante observar que em várias ocorrências a paráfrase do slogan é utilizada como palavra conclusiva. Uma vez que a presidente tenha feito o mesmo em várias de suas falas públicas, inclusive com articulações como “É por isso que eu termino dizendo:”, podemos formular por hipótese que a paráfrase absorve também o funcionamento de gênero de discurso. Embora o enunciado seja um slogan político, a presidente, no conjunto de suas reiteraões, transformou-o em um lema, quase um mantra político. Em inúmeras de suas falas a presidente usou o slogan como uma palavra de ordem para sintetizar práticas e princípios anunciados.

As paráfrases seguintes apresentam o mesmo processo de identificação pela substituição de equivalências.

*Gays, Lésbicas e Travestis, Cidadania: País rico é país sem homofobia*³⁰.

*País rico é um país com liberdade*³¹

²⁸ União Nacional por Moradia Popular (Maio de 2011).

²⁹ Folha de S. Paulo, Opinião, 03/05/2011.

³⁰ Tema da 6 Parada Gay Lauro de Freitas (18/09/2011).

³¹ II Fórum Liberdade e Democracia Minas Gerais (29/08/2011).

*País rico é um país com Cultura*³²

*País rico é país que preza a vida de sua população. Não é o nosso caso.*³³

*País rico é país sem corrupção.
País rico é país sem corrupção e sem mensaleiro.
País rico é país sem PT.*³⁴

*“Brasil: país rico é país sem corrupção”.*³⁵

Embora alguns desses enunciados ocorram em sequências discursivas que se posicionem contra o governo federal, todas as classes substituíveis – igualdade de gênero, liberdade, segurança, cultura, transparência política ou boa governança – são objetos do discurso da luta contra a pobreza como condições tanto do desenvolvimento econômico como do desenvolvimento humano.

Já a paráfrase seguinte, produzida pela Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), apresenta uma identificação por complementação:

*“Um país rico é um país sem miséria e sem exploração sexual de crianças e adolescentes”.*³⁶

Nesse caso, é relevante observar a coesão da forma sujeito, dado que o locutor enuncia o discurso da presidência.

A paráfrase seguinte, podemos dizer, é a cara do Brasil, pois consegue hibridizar elementos do liberal-intervencionismo, do neodesenvolvimentismo e do neoliberalismo. Ela foi produzida como conclusão de um artigo no qual o autor defende a ideia de uma fiscalização dos investimentos estrangeiros de modo a favorecer o investimento infraestrutural e inibir o investimento especulativo.

³² Manifesto do Movimento Mobiliza Cultura. (Setembro de 2011).

³³ Informe sobre mortes no trânsito.

<http://prosaepolitica.com.br/2011/03/#.VeSgmfmrTIX> (10/03/2011).

³⁴ Essas paráfrases apareceram em cartazes no ato popular Marcha contra corrupção. Folha de S. Paulo, Poder, 12/09/2011.

³⁵ Campanha lançada em 26 de outubro de 2011 pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal –ADPF.

³⁶ Maria do Rosário, Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), em campanha corporativa para o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes (18/07/2011).

Se é verdade que país rico é país sem miséria, também é verdade que não existe país rico sem indústria desenvolvida. Sem desenvolver a indústria não é possível gerar riqueza suficiente para distribuí-la, até mesmo de forma menos desigual.³⁷

Nesse caso, a figura retórica condicional coloca em dependência duas causalidades de modo que a verdade da primeira implica a verdade da segunda. Mas, além disso, o argumento implica que a existência da primeira depende da efetividade da segunda, de modo que se inverte a condição de garantia da verdade. Trocando em miúdos: só é verdade que país rico é país sem miséria, se esse país tiver a indústria desenvolvida.

País desenvolvido não é país rico, mas sim país em que seus cidadãos vivam bem, tenham qualidade de vida.³⁸

Nessa paráfrase, embora pareça à primeira vista que se trata de uma oposição ao slogan pelo fato da estrutura negativa, a identificação ocorre tanto na réplica ao argumento do slogan quanto na polêmica sobre o verdadeiro de riqueza do país. De fato, aqui o enunciador nega uma inversão, isto é, opondo *desenvolvido* e *rico*, tal qual ocorre no slogan, restringe o sentido que nega ao campo econômico. De tal modo, inscreve-se no campo de significação da verdadeira riqueza das nações.

A paráfrase seguinte exemplifica muito bem a abrangência interpelativa de um slogan do governo federal.

País rico é país regionalizado.³⁹

A sua relação com o slogan parece ser mais figurativa, pois se trata de mais um caso de “criatividade” publicitária. Contudo, esse enunciado produz efeitos muito distintos das paráfrases anteriores. Ao mesmo tempo em que o argumento do evento sinaliza para uma desidentificação com o discurso da luta contra a pobreza, uma vez que o interesse ali é refletir sobre as características regionais do país e

³⁷ Pomar, Vladimir. Investimentos estrangeiros e desenvolvimento. Correio da Cidadania, 05/06/2011.

³⁸ <http://www.30epoucosanos.com/2011/07/pais-desenvolvido-nao-e-pais-rico-mas.html> (15/06/2011).

³⁹ Tema do II Fórum Mercados Brasileiros. FENAPRO Federação Nacional das Agências de Propaganda / ABA Associação Brasileira de Anunciantes (27/09/2011).

estratégias para atuação regional das empresas nacionais de propaganda como possibilidade de expansão de mercado, por outro lado, ao caracterizar e reproduzir o efeito que questiona um saber, efeito fixado na formula *país rico é país* pelo processo designativo que lhe é próprio, muda também o escopo de riqueza. Nesse caso, trata-se do saber sobre o mercado da publicidade e a evidência é uma descoberta do regional, isto é, das riquezas do interior, como se fossem novas minas esperando os desbravadores.

CAPÍTULO 4 – O silêncio cordial do porta-voz da luta contra a pobreza: produção do consenso, de virtudes e da deslegitimação política na inclusão produtiva dos sujeitos

Neste capítulo analisamos as falas presidenciais em que se produziu o efeito de recitação do DLCP, isto é, nas quais identificamos a recorrência do slogan como objeto temático e o DLCP como dominante. Em nossas análises, tomaremos por pressupostos ou retomaremos alguns elementos já explicitados nas análises anteriores: o valor de imperativo categórico da luta contra a pobreza; a filiação interdiscursiva do enunciado ao posicionamento do PNUD sobre a verdadeira riqueza das nações; e a posição-sujeito presidente que constitui o locutor. Em conjunto com esses pressupostos, neste capítulo analisamos também os efeitos produzidos, sob dominância do DLCP, por elementos enunciativos próprios da enunciação política, tomando por base as reflexões de Verón (1996) sobre a palavra adversativa. Assim, observamos como aspecto mais patente da enunciação do porta-voz da luta contra a pobreza, posição assumida pela presidente, uma estratégia de gestão da polêmica no campo discursivo político, cujo efeito produz o consenso no interior mesmo das contradições que referem as desigualdades sociais. Um segundo aspecto, associado ao primeiro, aponta para uma remanência moral em torno da pobreza como problema social, cujo efeito despolitiza o problema subjetivando a pobreza, transformando a ação política em ação moral e fazendo corresponder a responsabilidade política, o ato participativo, a uma virtude moral, a solidariedade. Como consequência desses dois efeitos constitutivos, observamos um terceiro efeito que chamamos de deslegitimação política dos sujeitos na luta contra as desigualdades, no interior do qual se observa que a luta contra a pobreza não consiste apenas em uma política de Estado, mas também em uma propriedade e um modo de funcionamento do mercado. A consideração desses aspectos indica que o DLCP tem no contexto brasileiro um funcionamento específico que chamaremos de silêncio cordial, cujas formas materiais consistem no apagamento indiscriminado de agentes e processos geradores das desigualdades sociais e deslegitimação dos sujeitos em sua luta contra as desigualdades, por meio de uma substituição referencial em que muito se fala da pobreza para que não se deixe falar e não falem os deslegitimados.

4.1 Gestão da polêmica

Como já dissemos, no ano de 2011 o slogan foi abordado em diversas ocasiões pela presidente e tomado como questão em várias de suas falas, sendo explicado e avaliado por ela e vinculado a quase todo tema político tratado. Entre aproximadamente 190 falas oficiais da presidente em 2011, contadas depois do anúncio do slogan, em 22 especificamente a presidente tomou o slogan como objeto a ser explicado ou lhe atribuiu diretamente um sentido. Especialmente, desde seu anúncio a presidente tomou o slogan por lema e síntese dos princípios de seu governo, deslocando o enunciado de sua função de gênero, atribuindo-lhe novo tom. No que segue analisaremos algumas dessas ocorrências.

Reiteramos que o slogan do governo federal foi apresentado pela presidente em seu primeiro pronunciamento à nação em cadeia nacional de rádio e televisão no dia 10 de fevereiro de 2011. O pronunciamento teve por objetivo comemorar o retorno às aulas no país, expor os avanços e as metas do governo para a melhoria da educação e interpelar a sociedade para participar junto com o governo dessas metas, atribuindo a essa participação um papel fundamental.

Vejamos o excerto em que o slogan é anunciado pela presidente:

Para concluir, reafirmo que a luta mais obstinada do meu governo será o combate à miséria. Isso significa fortalecer a economia, ampliar o emprego e aperfeiçoar as políticas sociais. Isso significa, em especial, melhorar a qualidade do ensino, pois ninguém sai da pobreza se não tiver acesso a uma educação gratuita, contínua e de qualidade. Nenhum país, igualmente, poderá se desenvolver sem educar bem os seus jovens e capacitá-los plenamente para o emprego e para as novas necessidades criadas pela sociedade do conhecimento. País rico é país sem pobreza. Este será o lema de arrancada do meu governo. Ele está aí para alertar permanentemente a nós, do governo, e a todos os setores da sociedade, que só realizaremos o destino de grandeza do Brasil quando acabarmos com a miséria (ROUSSEFF, 10/02/2011). [Pronunciamento à nação em cadeia nacional de rádio e TV].

A despeito da diferença entre pobreza e miséria e da sua equivalência estabelecida nesse enunciado, o argumento que recorta um sentido para o slogan estabelece uma contradição entre a realização do destino de grandeza do Brasil e a miséria ou a pobreza. Isto é, o combate à pobreza é a condição de realização desse

destino. Aqui dois já ditos fazem significar o argumento. Um deles, construído no paralelismo *futuro grandeza / destino grandeza*, é sobre a celebração da grandeza do Brasil enunciada no hino nacional ao cantar a independência e a soberania da pátria: Gigante pela própria natureza, / És belo, és forte, impávido colosso, / E o teu futuro espelha essa grandeza. O outro, construído pela subordinação temporal e pela implicação condicional de exclusividade entre os conectivos *só* e *quando*, é diretamente contraditório ao primeiro e fala sobre a eterna potencialidade de grandeza do Brasil que nunca se concretiza apesar de tantas riquezas, ideia que ressignificou a formulação *país do futuro*. Ao fazer falar manifestamente o discurso da grandeza da pátria e ao mesmo tempo o seu discurso antagonista (POSSENTI, 2004), aquele que questiona e relativiza a grandeza como promessa não realizada, o enunciado produz dois efeitos de sentido: compreende a realização da promessa de grandeza como problema para o qual se encontrou a receita de uma solução concreta e compreende a sua realização como um dever patriótico. Assim, como paráfrase do processo designativo do slogan que o inscreve polemicamente num domínio de saber que simboliza país e riqueza, isto é, através de uma atualização de sentidos fundadores sobre a nação brasileira, sobre sua grandeza e sobre sua riqueza e por meio de um encadeamento de discursos contrapostos, a luta contra a pobreza é significada como dever patriótico.

Porém, mais do que uma síntese dialética, esse enunciado, diremos, metadiscursivo, apresenta uma gestão da polêmica que o objeto temático pobreza representa como problema social. Se em relação ao *contexto distante* da relação dialógica (BAKHTIN, 2008) trabalha sobre o irrealizável, em relação ao contexto imediato, a um domínio associado, estabelece outra contradição inscrita no sintagma *acabarmos com a miséria*, como elemento anafórico do parágrafo anterior onde a presidente desenvolve o significado de combate à miséria como luta mais obstinada de seu governo: *fortalecer a economia, aperfeiçoar as políticas sociais, melhorar a qualidade do ensino, capacitar plenamente para o emprego e para as novas necessidades criadas pela sociedade* são alguns exemplos da rede de formulações equivalentes da luta contra a pobreza. Sob a determinação do interdiscurso a articulação entre *fortalecer a economia* e *aperfeiçoar as políticas sociais* reproduz a síntese fundante do DLCP, qual seja, a crítica onusiana de que ao desenvolvimento econômico deveria ser inclusa a dimensão humana na ordem dos direitos humanos

universais, reproduzida depois estrategicamente como imperativo categórico pelo Banco Mundial. De fato, pela afirmação da síntese do desenvolvimento pleno, nesse enunciado emerge como elemento contraditório exterior, isto é, como réplica, um discurso que acusa ou denuncia o fato de o Brasil não ser um país desenvolvido, a despeito do valor do PIB, enquanto apresentar IDH e PIB per capita bem abaixo daqueles dos países ditos desenvolvidos. Esse discurso, enquanto antagonista, emerge como uma herança da gestão de Lula que tinha como slogan *Brasil: um País de todos*, como acusação de que o Brasil havia permanecido um país de todos em favor de poucos. Nesse caso, o discurso antagonista é absorvido, ao invés de ser apagado ou refutado, e é tomado como argumento de apelo no discurso presidencial. Essa correlação de estados contraditórios aponta para um funcionamento discursivo de gestão da polêmica, onde a memória de uma polêmica é transformada em consenso.

Ao usar discursos antagônicos para relativizar a grandeza/riqueza do Brasil, isto é, ao colocá-la sob determinadas condições de realização, o enunciador coloca em correlação:

*Luta contra a pobreza como condição de desenvolvimento pleno //
Desenvolvimento pleno como condição de realização do destino de
grandeza do país*

De tal modo, ao mesmo tempo coloca em equivalência as duas unidades contraditórias que têm por solução a luta contra a pobreza:

*Realização do destino de grandeza do Brasil x eterno país do futuro.
Riqueza econômica do país x desigualdade socioeconômica*

Ou seja, a lógica que fundamenta e justifica o DLCP enunciado pelas instituições internacionais de desenvolvimento é reproduzida operando sobre os símbolos locais a partir de uma correlação de equivalência de unidades contraditórias construídas em vista de uma única solução possível. Essa lógica se desenvolve como um gerenciamento de elementos contraditórios que ocupam o lugar da representação, do símbolo, da doxa, aquilo que todo mundo sabe. Mas, além disso, esse gerenciamento tem sua efetividade em uma oneração dos espaços de polêmica, isto é, os espaços são preenchidos com elementos convenientemente

arranjados no universal, no geral, no interesse, no dever e no direito de todos. Em outras palavras, ocupa-se os espaços da Polêmica que é própria do campo discursivo político com polêmicas que produzem o consenso. Esse novo polemarco orchestra por meio dos seus lexemas antigos – luta, combate, erradicação – a nova guerra justa que beneficia a todos, pela qual só há derrotados se a guerra não houver.

A correlação condicional entre luta contra a pobreza, desenvolvimento e riqueza/grandeza do Brasil que tem como efeito de pré-construído *a verdadeira riqueza das nações* e ao mesmo tempo rememora sentidos fundadores do nacional vai aparecer como uma premissa nas falas da presidente quando reitera o slogan, sobredeterminando de tal modo, a gestão da polêmica. É preciso distinguir aí, no entanto, aquilo que é próprio do funcionamento discursivo do DLCP e o que ocorre como efeito próprio da enunciação política. Vamos desenvolver melhor essa questão utilizando para tanto as categorias desenvolvidas por Verón (1996) para uma caracterização da enunciação política.

Segundo Verón, em seu artigo *La palabra adversativa: observaciones sobre la enunciación política*, uma característica invariante da enunciação política consiste no seu endereçamento ao mesmo tempo para um destinatário positivo e um destinatário negativo, ao que se acrescenta especificamente nos contextos democráticos um terceiro destinatário que seria aquele ainda por se convencer. O destinatário positivo, denominado *prodestinatário*, consiste em uma posição que participa das mesmas ideias, valores e objetivos do enunciador político, é seu partidário. A relação do enunciador político com esse prodestinatário é baseada em uma crença pressuposta e tem, na enunciação política, uma forma específica que Verón denomina *coletivo de identificação*. Já o destinatário negativo, denominado *contradestinatário*, é definido justamente por se encontrar excluído desse coletivo de identificação. A relação do enunciador político com o contradestinatário é baseada na hipótese de uma inversão da crença, isto é, o que é bom, verdadeiro, sincero, por exemplo, para o enunciador é pressuposto como seu inverso para o contradestinatário. Para Verón, esse “outro” que habita todo discurso político consiste na presença sempre latente da *leitura destrutiva* que define a posição do adversário político. Quanto ao terceiro tipo de destinatário, que compreende os

setores da cidadania chamados de “indecisos”, a sua relação com o enunciador político é baseada numa suspensão da crença. Verón denomina essa posição como *paradestinatório* e aponta que a esse terceiro tipo de destinatário é endereçado tudo que no discurso político é da *ordem da persuasão*. Assim, o discurso político se caracteriza como um discurso de reforço em relação ao prodestinatário, de polêmica em relação ao contradestinatório e de persuasão em relação ao paradestinatório.

A essas três posições de endereçamento da enunciação política, em relação às quais o enunciador se define, correspondem no plano do enunciado um conjunto de *entidades do imaginário político* e de *componentes* modalizadores.

As entidades do imaginário político são definidas por Verón como:

1- coletivos de identificação: marcado principalmente pelo *nós*, consiste no fundamento da relação construída, no discurso, entre o enunciador e o prodestinatário. Geralmente são entidades quantificáveis por expressões como *muitos, alguns, poucos, todos* etc.

2- coletivos de generalização: são entidades mais amplas e associadas principalmente ao paradestinatório. São expressos por categorias genéricas como *cidadãos, trabalhadores, amigos* e frequentemente com o uso de gentílicos.

3- metacoletivos singulares: são mais gerais que os coletivos especificamente políticos que identificam os enunciadores e não podem ser quantificados. São geralmente expressos por categorias totalizantes como *o Estado, o país, a nação, o povo* etc. São também utilizados para designar o contradestinatório com expressões como *a direita, a esquerda, a oposição* etc.

4- formas nominalizadas: são expressões com certa autonomia semântica em relação ao contexto discursivo e funcionam muitas vezes como fórmulas destacadas que representam uma posição política ou um conjunto de princípios políticos e são utilizadas frequentemente para cadenciar a argumentação. Podem ter um valor positivo se representam a posição do enunciador ou negativo se representam a posição do adversário.

5- formas nominais que funcionam como operadores de interpretação: são expressões que concentram um poder explicativo e supõem um efeito imediato de inteligibilidade por parte ao menos do prodestinatário. Verón aponta como exemplos as expressões: *a crise, o imperialismo*.

Os componentes modalizadores articulam a relação que o enunciador estabelece com os destinatários. Verón define quatro componentes: *descritivo*, *didático*, *programático* e *prescritivo* ou *interpelativo*. Segundo o autor esses componentes são caracterizados como zonas de discurso que se diferenciam conforme as posições enunciativas no campo político, isto é, cada tipo de destinatário terá um desses componentes como lugar privilegiado de manifestação.

O componente descritivo frequentemente comporta ao mesmo tempo uma leitura do passado e uma do momento atual. Serve para que o enunciador exerça uma constatação ou uma avaliação de uma determinada situação. Geralmente tem por tema a economia. Além disso, através desse componente o enunciador se constrói a si mesmo como fonte privilegiada da inteligibilidade e das modalizações apreciativas que compõem a descrição, de modo a preencher o discurso com certas marcas de subjetividade. Conforme Verón, tanto o componente descritivo quanto o didático são da ordem do *saber*. No entanto, através do componente didático o enunciador, ao invés de descrever uma conjuntura e produzir uma constatação, enuncia um princípio geral em um plano atemporal da verdade. O componente prescritivo, por sua vez, é da ordem do *dever*, como necessidade deontológica. Geralmente aparece como uma regra geral e impessoal ou como imperativo universal e se manifesta com expressões como *é preciso*, *é necessário*, *é um dever* etc. Já o componente programático é da ordem do *poder fazer* e manifesta o compromisso do enunciador com o futuro que assombra. Nesse componente predominam os verbos no futuro e no infinitivo.

A partir das categorias propostas por Verón, podemos caracterizar o slogan como uma nominalização relativamente destacada, isto é, com certa autonomia semântica que lhe permite sua coerência em diferentes contextos enunciativos como pronunciamentos, propagandas, documentos etc., e que concentra uma ordem de princípios com valor positivo, de tal modo que afeta o contexto argumentativo. Mas, além disso, como veremos também, essa ordem de princípios é ao mesmo tempo construída no mesmo contexto enunciativo o qual afeta, de modo que, a cada vez, sofrerá também uma determinação recíproca. Assim, enquanto nominalização destacada, a cada ocorrência o slogan funciona como uma ancoragem dos sentidos já produzidos.

Antes de analisarmos a sequência dessas ocorrências do slogan, vamos retomar o excerto de seu anúncio, já analisado acima, para examinarmos a correlação condicional entre luta contra a pobreza, desenvolvimento e riqueza/grandeza do Brasil, a partir dos elementos enunciativos. Quanto ao destinatário desse enunciado, lembremos que se tratava de um pronunciamento à nação em cadeia nacional de rádio e tv, de tal modo que pressupõe como interlocutor a totalidade dos cidadãos. Trata-se então de um enunciado construído em vistas das três figuras coenunciativas: o prodestinatário, o contradestinatário e o paradestinatário. O interlocutor total é nomeado no pronunciamento com a expressão vocativa:

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Nessa expressão, o que produz sentido em termos da construção dos destinatários é a hierarquia de gênero estabelecida. Embora Verón considere o enunciador e o destinatário do discurso político entidades abstratas construídas pelo discurso, nesse caso é preciso acrescentar o efeito produzido pela imagem do locutor, que é uma mulher e a primeira a ser eleita presidente da República. Logo a sua imagem representa uma conquista de gênero num campo de significação histórico. Pressuposto então que o enunciador desse discurso é determinado pela imagem do locutor, a expressão vocativa constrói ao mesmo tempo um pródestinatário e um paradestinatário. *Queridas brasileiras* funciona como um coletivo de identificação do enunciador ao mesmo tempo em que a expressão gentílica funciona como categoria mais ampla que associa um paradestinatário. Essa articulação produz como efeito, pelo tom afetivo dos adjetivos queridas e queridos, uma interpelação emotiva do paradestinatário, colocando-o em posição contígua ao pródestinatário. Outro efeito relevante produzido por um deslocamento das figuras coenunciativas, como um jogo de identificação e distanciamento entre prodestinatário e paradestinatário aparece no enunciado em que é apresentado o slogan pelo coletivo de identificação *nós, do governo* e o coletivo geral *todos os setores da sociedade*. Aqui aparece um dado muito relevante de produção do consenso: ao opor governo e setores da sociedade como elementos contraditórios cooperativos, distingue-se governo como classe política homogênea. Ao mesmo tempo, muda-se o estatuto da designação *governo* de metacoletivo para coletivo de

identificação acrescido do pronome *nós*. Onde um contradestinatário coincidiria com o interlocutor adversário político, faz-se coincidir o adversário e o prodestinatário. A isso se acrescenta que em termos de componentes que articulam a relação entre o enunciador e seus destinatários predomina nesse enunciado o componente prescritivo. A forma condicional geralmente permite que seja enunciada uma regra de caráter impessoal, como imperativo. Assim, em *só realizaremos o destino de grandeza do Brasil quando acabarmos com a miséria*, ainda que a condição de necessidade não seja explicitamente marcada por uma expressão como *é preciso*, *é necessário*, *é indispensável* etc., tal condição é restringida a uma única opção de agir pelo conectivo *só*, como condição exclusiva, funcionando assim como um imperativo que deve ser seguido pelo governo e todos os setores da sociedade, como é *alertado* pelo slogan, acrescentando-se que alertar tem por sentido também uma ordem (de atenção, de vigilância). Observadas essas características do enunciado, o jogo entre distintos destinatários e o efeito de imperativo do argumento, podemos agora distinguir do sentido da correlação condicional uma figura de discurso, um efeito de sentido, que é própria do discurso da luta contra a pobreza e que será constante na fala presidencial, o consenso da luta contra a pobreza como dever de todos.

No que segue, analisamos outro proferimento no qual identificamos alguns elementos recorrentes no corpus de análise do slogan que exemplificam o funcionamento discursivo da gestão da polêmica ou produção do consenso sob a determinação do DLCP como dominante.

No dia 21 de fevereiro de 2011, em Aracajú, a presidente proferiu a fala de abertura do XII Fórum dos Governadores do Nordeste, evento anual criado para a discussão de ações voltadas para o desenvolvimento dos estados daquela região. Após os cumprimentos, a presidente continuou sua fala com um agradecimento pelo papel desempenhado pelo povo do Nordeste nas eleições, afirmando que tal agradecimento consistia em um compromisso com o projeto que havia sido por ela apresentado nas eleições, qual seja, o de desenvolvimento com inclusão social, o de alteração das desigualdades regionais e sociais do Brasil. Na sequência de seu proferimento a presidente considerou diversos aspectos e ações do governo federal para o desenvolvimento em âmbito geral e local, sempre acentuando a construção

de uma política para a “erradicação da miséria” e terminou seu discurso abordando o slogan do governo.

O interlocutor privilegiado desse proferimento foi composto, notoriamente, pelo conjunto de governadores daquela região, mas também estavam presentes na cerimônia ministros, deputados, senadores, prefeitos e representantes da imprensa e da sociedade em geral. Diferentemente do interlocutor, recorrentemente marcado pelo pronome *vocês*, o destinatário construído nessa fala tem uma abrangência mais ampla e é identificado à região, sendo expresso por metacoletivos singulares como *povo do Nordeste* e *o Nordeste*.

*Agradecimento ao povo do Nordeste, ao povo do Nordeste que soube me dar um apoio;
o Nordeste é o grande desafio da minha gestão;
o Nordeste sempre foi visto como um problema;
Durante a crise, o Nordeste segurou o crescimento do Brasil;
o Nordeste era – e continua sendo – o nosso grande compromisso;
E o Nordeste, no Brasil, às vezes não fica só no Nordeste
(ROUSSEFF, 21/02/2011). [cerimônia de abertura do XII Fórum dos Governadores do Nordeste].*

Esses metacoletivos associam principalmente o prodestinatário, isto é, considerada especificamente a situação de discurso, ainda que entre os interlocutores estejam adversários políticos, esses são inclusos numa categoria geral da qual o enunciador faz apologia e para a qual enuncia um compromisso. Pode-se identificar no funcionamento dos metacoletivos uma estratégia consensual do enunciador, tanto pelo compromisso e pela apologia quanto pelo fato de identificar como contradestinatário um outro indeterminado e adversário comum, aqueles que sempre viram o Nordeste como problema. Especificamente, na formulação *o Nordeste sempre foi visto como um problema*, a forma da passiva indetermina a referência do agente antagônico. Ocorre que a oposição Nordeste e Brasil que supõe uma tensão no interior do metacoletivo nacional, isto é, contradições políticas, econômicas e culturais, é substituída por uma oposição subjetivada, caso de percepção.

Em outro trecho, contudo, um adversário comum contra o desenvolvimento do Nordeste é enunciado por meio de operadores de interpretação com sentido negativo como oligarquia, escravidão e desenvolvimento assimétrico, identificados histórica e conjunturalmente.

Nós temos que fazer um pouco mais aqui, porque aqui há uma trajetória de desigualdade que vem da oligarquia, vem da escravidão, vem de vários fatores. Mas, sobretudo no período capitalista, vem do desenvolvimento bastante assimétrico no Brasil (ROUSSEFF, 21/02/2011). [cerimônia de abertura do XII Fórum dos Governadores do Nordeste].

Esses termos designativos têm, no entanto, um duplo estatuto, pois também funcionam como evidências pré-construídas. A evidência faz passar por específicos agentes e causas genéricos por meio da gradação dos operadores construída para a trajetória da desigualdade. Essa gradação além de remontar à luta do ideário desenvolvimentista contra a forma de produção pré-capitalista e do Estado protetor contra o poder da enxada e voto do senhorio agrário como fantasmas do passado ao mesmo tempo relativiza a tensão entre o regional e o nacional caracterizando como ponto final um efeito no lugar da causa: a desigualdade do Nordeste tem como causa principal o desenvolvimento assimétrico no Brasil. Esse crescimento assimétrico é enunciado negativamente, mas é posto como evidência que satisfaz a si mesma, o que chamamos de metaevidência.

Tanto a dissimulação pela designação genérica quanto a evidência que se volta sobre si mesma são elementos desse funcionamento discursivo da gestão da polêmica, argumentamos, sob o efeito dominante do DLCP. Essa estratégia consensual é explicitamente enunciada em outro trecho do proferimento pela formulação *fortalecer o nosso pacto para além dessas diferenças políticas*:

Nós temos de manter, aqui, o PIB crescendo a taxas acima do PIB nacional, e nós temos de fazer aqui um esforço imenso, porque a pobreza no Brasil, ela tem uma certidão de nascimento que privilegia, infelizmente, esta região do país. Por isso é que eu tenho esse compromisso que, eu diria, assim, que é um compromisso de alma com esta região. Para tanto, nós vamos precisar de fortalecer o nosso pacto para além dessas diferenças políticas, mas tendo clareza dos nossos objetivos (ROUSSEFF, 21/02/2011). [cerimônia de abertura do XII Fórum dos Governadores do Nordeste].

Nesse excerto a articulação adversativa subordina o pacto para além das diferenças políticas à coerência das ações em relação aos objetivos que visam o crescimento do PIB. Mas, além disso, outra vez se repete um mesmo funcionamento que indetermina o agente antagônico, funcionamento que chamaremos de processo

designativo indeterminante. Nesse caso essa indeterminação é produzida pela antropomorfização da pobreza, quando se diz que ela tem uma certidão de nascimento e pelo fato acentuado de que essa designação *incerta* refere anaforicamente outras designações genéricas como oligarquia, escravidão e desenvolvimento assimétrico que naturalizam o processo histórico e apagam a disputa política e a luta de classes.

O mesmo funcionamento discursivo que articula uma estratégia consensual por sobre contradições pode ser identificado na recorrência anafórica do coletivo de identificação *nós* que coloca em equivalência o regional e o nacional na ação política.

É importante perceber que nós só conseguiremos diminuir a desigualdade regional se aqui nós fizermos sempre um pouco mais do que é feito no resto do Brasil. E é esse o grande desafio que nós temos pela frente (ROUSSEFF, 21/02/2011). [cerimônia de abertura do XII Fórum dos Governadores do Nordeste].

O pronome *nós* como expressão de coletivo de identificação tem, contudo, uma variação. Ora identifica o enunciador com o Nordeste, ora especifica a ação do governo federal, ora identifica o enunciador e o destinatário com a totalidade do país, de modo que articula a relação do enunciador tanto com o prodestinatário como também com o paradesinatário.

Vejam os trechos em que ocorre a reiteração do slogan:

E, finalmente, eu queria dizer para vocês: eu considero que essa nossa síntese que nós colocamos no nosso dístico: “País rico é país sem pobreza”, ela tem um motivo. Por muitos e muitos anos, no Brasil, se acreditou que o Brasil podia ser rico com milhões de pobres, cidadãos e cidadãs brasileiras pobres. “País rico é um país sem pobreza”, significa profunda consciência que tem de ter o país, o seu governo, a sociedade, de que não haverá nenhum país rico, efetivamente rico, se ele conviver com a situação de pobreza que nós ainda convivemos.

Então, todos nós queremos ser... E nós vamos poder fazer isso, nós queremos superar alguns países, inclusive desenvolvidos, no ranking dos países com maior crescimento.

Mas nós não podemos querer só isso. Nós temos de querer, sobretudo, que seja um país em que a sociedade seja rica, em que não haja diferenças sociais que transformem o Brasil no recordista ainda, apesar de todo o esforço feito no governo do presidente Lula, que tirou da pobreza 28 milhões de brasileiros e elevou à classe média 36 milhões – dados ainda de 2009, porque os de 2010 ainda

não estão prontos, eu acredito que nós tiramos mais gente –, nós não podemos nos conformar com essa situação, e nós temos de ter metas claras, metas claras para várias coisas.

País rico é país com saneamento; país rico é país com água; país rico é país com luz elétrica, e país rico é, sobretudo, país com emprego, e emprego de qualidade, com pessoas trabalhando, agregando valor e podendo criar seus filhos com orgulho. É isso que significa “País rico é país sem pobreza” (ROUSSEFF, 21/02/2011). [cerimônia de abertura do XII Fórum dos Governadores do Nordeste].

O pronome *nós* identifica o governo em: *nossa síntese que nós colocamos; que nós tiramos mais gente; nós temos de ter metas claras*. Identifica toda a coletividade do país em: *situação de pobreza que nós ainda convivemos; nós queremos superar alguns países; Mas nós não podemos querer só isso. Nós temos de querer; nós não podemos nos conformar*. Há ainda uma ocorrência em que a identificação é construída duplamente, isto é, há uma distinção entre a totalidade do país e as diferentes posições de identificação em: *todos nós queremos ser*. Ao indefinir o *nós*, o pronome *todos* multiplica o valor de coletivo, produz por efeito que esse *nós* são vários. Além disso, ao mesmo tempo inclui os vários coletivos numa ação comum, o *querer ser* enquanto país, isto é, produz cooperação no interior mesmo da tensão. Uma vez mais, é a figura do consenso e do truísmo da luta contra a pobreza que se expressa na fala presidencial. *Todos nós queremos ser* inclui o contradestinatório e o adversário político.

Essa figura do consenso e a inclusão do contradestinatório pode melhor ser compreendida se considerarmos também a relação dos componentes discursivos. Nesse trecho analisado, é interessante observar que não há um predomínio de modalização, o slogan é significado em sequência pela articulação dos modos descritivo, prescritivo e didático. Ocorre então que o argumento é preparado de modo a levar à conclusão de que o significado do slogan consiste em um imperativo.

Primeiramente, ao enunciar o que significa o slogan, o enunciador se posiciona subjetivamente como fonte do saber:

E, finalmente, eu queria dizer para vocês: eu considero que essa nossa síntese que nós colocamos no nosso dístico

Na sequência, o enunciador produz uma avaliação histórica em que considera a condição de riqueza do Brasil e identifica um modo de pensar, uma

crença, ao contradestinatório, aqueles que acreditaram que o Brasil era rico mesmo havendo milhões de pobres.

Por muitos e muitos anos, no Brasil, se acreditou que o Brasil podia ser rico com milhões de pobres, cidadãos e cidadãs brasileiras pobres.

Aqui novamente a passiva materializa o efeito do interdiscurso sobre o intradiscurso no funcionamento da designação indeterminante. Mas, além disso, essa crença é apresentada como tese no argumento, assim o enunciador produz uma constatação como antítese:

“País rico é um país sem pobreza”, significa profunda consciência que tem de ter o país, o seu governo, a sociedade, de que não haverá nenhum país rico, efetivamente rico, se ele conviver com a situação de pobreza que nós ainda convivemos.

Nessa constatação há ainda um jogo entre o saber e o dever marcado no sintagma *tem de ter*. Mas se o enunciador se coloca como fonte do saber, a regra que esse saber implica é apresentada como imperativo impessoal, é associada a uma gradação de categorias de distinção: o *país*, como um metacoletivo; o *seu governo*, funcionando duplamente como metacoletivo e operador de interpretação uma vez que o artigo definido e o pronome possessivo nominalizam como evidência a inteligibilidade de que a referência dessa entidade (país) é definida por e dependente do princípio de governar; a *sociedade*, como metacoletivo excluído da articulação direta com país porque é generalizada pelo apagamento do pronome possessivo. Essa especificação, tal como com a expressão *todos nós*, distingue e ao mesmo tempo inclui condicionalmente, isto é, inclui passivamente excluindo ativamente, os diferentes destinatários e o próprio enunciador, embora o enunciador seja o centro enunciativo de onde emana a ação. Assim, o dever, sendo de todos, precede e sujeita também o enunciador, de modo que é alçado a um lugar superior, universal e evidente do saber dominante que retorna no enunciado e sobre o sujeito.

Nos parágrafos seguintes, o enunciador mantém a mesma articulação entre componentes discursivos: os modos programático, descritivo e prescritivo, preparando a sua conclusão.

Então, todos nós queremos ser... E nós vamos poder fazer isso, nós queremos superar alguns países, inclusive desenvolvidos, no ranking dos países com maior crescimento.

Mas nós não podemos querer só isso. Nós temos de querer, sobretudo, que seja um país em que a sociedade seja rica, em que não haja diferenças sociais que transformem o Brasil no recordista ainda, apesar de todo o esforço feito no governo do presidente Lula, que tirou da pobreza 28 milhões de brasileiros e elevou à classe média 36 milhões – dados ainda de 2009, porque os de 2010 ainda não estão prontos, eu acredito que nós tiramos mais gente –, nós não podemos nos conformar com essa situação, e nós temos de ter metas claras, metas claras para várias coisas (ROUSSEFF, 21/02/2011). [cerimônia de abertura do XII Fórum dos Governadores do Nordeste].

O componente programático funciona principalmente com as locuções verbais com infinitivo substituindo o futuro. Além disso, a recorrência das locuções materializa a subordinação contraditória de que falamos acima entre a inclusão passiva e a exclusão ativa, colocando o desejo e a ação concreta entre o indicativo e o subjuntivo: *E nós vamos poder fazer isso, nós queremos superar alguns países, Mas nós não podemos querer só isso. Nós temos de querer, sobretudo, que seja um país em que a sociedade seja rica, em que não haja diferenças sociais que transformem o Brasil.*

No componente descritivo está a segurança do enunciador, a garantia de sua promessa pela avaliação do progresso do passado recente ao qual dá continuidade como projeto de além: *apesar de todo o esforço feito no governo do presidente Lula, que tirou da pobreza 28 milhões de brasileiros e elevou à classe média 36 milhões.*

O componente prescritivo arremata como dever a promessa performada: *nós não podemos nos conformar com essa situação, e nós temos de ter metas claras, metas claras para várias coisas.*

Além da articulação programática, descritiva e prescritiva com o destinatário, nesse trecho, o sentido de grandeza do Brasil que aparece no enunciado fundacional de apresentação do slogan reaparece na formulação *nós queremos superar alguns países, inclusive desenvolvidos, no ranking dos países com maior crescimento.*

E por fim, com predominância do modo didático na sua conclusão, sem posicionar-se subjetivamente de forma explícita e sem apresentar uma análise propriamente, o enunciador produz uma relação de significados para o slogan, por

meio de paráfrases de sua formulação, que referem condições relativamente óbvias de ausência de pobreza. Esse efeito é produzido pela relação antonímica entre as preposições *sem* e *com*, relação substitutiva que estabelece uma equivalência entre a predicação *sem pobreza* e os predicados preposicionados como matéria do que seja um país rico. Ocorre que a obviedade produz justamente o efeito de verdade. Assim, na sua conclusão, o enunciador significa o slogan como portador de uma verdade que, preparada pelo sentido de imperativo e considerado o efeito produzido pela gradação entre saneamento, energia, emprego, emprego de qualidade que resultaria na dignidade das pessoas, funciona como um princípio universal (no tópico seguinte analisaremos novamente essa passagem para descrevermos um efeito de remanência moral produzido na gradação e na relação específica entre trabalho, emprego, valor e orgulho).

País rico é país com saneamento; país rico é país com água; país rico é país com luz elétrica, e país rico é, sobretudo, país com emprego, e emprego de qualidade, com pessoas trabalhando, agregando valor e podendo criar seus filhos com orgulho. É isso que significa “País rico é país sem pobreza”.

Nessa retomada do slogan como objeto de discurso pela fala presidencial são reiterados o sentido fundacional da condicionalidade da riqueza/grandezza do Brasil à luta contra a pobreza e o valor de imperativo dessa luta. Além disso, por meio de um jogo entre descrição/avaliação histórica, interpelação dos destinatários e construção do verdadeiro, tanto o valor do imperativo é reacentuado como princípio universal quanto o adversário político, ainda que construído como contradestinatário, é incluso no consenso produzido, como destinatário sujeito ao esclarecimento e à adesão ao princípio moral.

Em outro pronunciamento realizado no dia 1 de março em Salvador, na Cerimônia de anúncio da implantação do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Bahia, após falar sobre os reajustes do programa Bolsa Família e sobre as projeções de elevação da posição do Brasil no ranking econômico mundial, a presidente utiliza o slogan para acentuar o argumento de que para o Brasil ser num futuro próximo uma das maiores economias do mundo é necessário que o povo acompanhe o desenvolvimento.

É por isso que eu escolhi, como lema do meu governo “País Rico é País sem Miséria [Pobreza]”. Porque no passado, vocês devem lembrar, o Brasil acreditava ser possível que uma parte da sua população fosse rica, instruída, tivesse acesso aos serviços públicos, e a outra parte podia ficar marginalizada, sem acesso à educação, sem saneamento, sem casa própria. E isso era considerado normal. O que é uma das coisas mais importantes que eu acho que nós construímos, a partir de 2003, com o presidente Lula e que eu vou continuar e vou fazer avançar é a certeza de que um país rico é quando todos os brasileiros tiverem acesso à Educação, tiverem acesso à Educação de qualidade (ROUSSEFF, 01/03/2011). [cerimônia de anúncio da implantação do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Bahia].

Uma vez mais o sentido da correlação condicional entre luta contra a pobreza, desenvolvimento e riqueza/grandezza do Brasil é reiterado e igualmente há uma substituição de oposições, nesse caso do presente pelo passado com a designação genérica *o Brasil acreditava*, assim como há uma subjetivação de contradições ao se colocar as coisas em termos de crença. Uma vez mais a oposição que implica o slogan não incide sobre a contradição entre os processos de exploração e a existência de pobres, mas é marcada pela condição de desigualdade econômica como herança histórica da sociedade brasileira. Essa condição de desigualdade, de tal modo, não é enunciada de uma posição de litígio, pelo contrário, ao creditar a existência da desigualdade a uma crença geral, através de uma modalização descritiva o enunciador constata e critica a situação passada de desigualdade como anormal, mas quando utiliza o metacoletivo para indicar o sujeito da crença dilui a responsabilidade da condição e ao contrapor parte rica da população instruída e com acessos aos serviços públicos a uma parte marginalizada sem educação, sem saneamento, sem casa própria estabelece aí uma equivalência conforme a qual acesso à educação, saneamento e casa própria significa igualdade econômica. Além disso, ao contrapor a condição do presente, o enunciador desloca a oposição novamente para país rico e pobreza, ou mais especificamente, a parte marginalizada da população que não tem acesso à educação. Assim, ao concluir como um princípio geral que a verdadeira riqueza do Brasil depende do acesso da totalidade da população ao serviço público, o enunciador uma vez mais se posiciona como quem realiza o esclarecimento, isto é, funciona aí a propriedade didática da enunciação determinada pela retórica doutrinante do DLCP. Nesse enunciado o sujeito da crença e, portanto, também a ser esclarecido, é o Brasil, isto é, a soma

abstrata de todos os cidadãos, de modo que novamente se conduz o espaço de polêmica para o efeito de consenso.

Essas estratégias de gestão da polêmica e produção do consenso que identificamos acima são recorrentes no corpus de referência e por vezes aparecem conjugadas ou interdependentes e às vezes como marcas enunciativas de naturalidade.

Daí por que eu considero um marco importante e um lema do meu governo ter de afirmar talvez o que pareça ser uma tautologia: “País rico é país sem pobreza”. Mas não é uma tautologia. É, justamente, a ruptura com essa concepção de que é possível um país, da dimensão do Brasil, da população brasileira, ser um país para poucos, um país que tivesse uma elite que dominava toda sua riqueza e que dela se apropriava (ROUSSEFF, 19/11/2011). [encerramento da reunião de chefes de Estado e de Governo do Encontro Iberoamericano de Alto Nível em Comemoração do Ano Internacional dos Afrodescendentes].

Nesse excerto, os sentidos de pobreza como herança histórica e da exploração como efeito do passado permitem que o enunciador acuse uma elite brasileira de se apropriar da riqueza do país, mas essa é a única menção no corpus do termo elite. Ou seja, aqui se trata de uma forma conjugada de funcionamento do consenso, onde uma palavra tabu, porque extremamente polêmica, tem seu aspecto contraditório destituído da realidade atual.

Já o excerto seguinte ilustra uma forma recorrente de produção do consenso através das categorias de identificação que passam por marcas de uma naturalidade enunciativa.

Nós temos a convicção de que este país só será grande se todos os brasileiros e brasileiras forem grandes com ele. [...] É o que nos torna um dos países maiores, mais fortes e com um futuro garantido pela frente de prosperidade e justiça. Mas isso depende de nós. Somos nós que temos de construir essa justiça, essa prosperidade. Nós quem? Nós, governo, nós, movimentos sociais, e nós, povo de todos os rincões do Brasil (ROUSSEFF, 01/03/2011). [cerimônia de início do Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania].

Através da reiteração do sentido da correlação condicional entre luta contra a pobreza, desenvolvimento e riqueza/grandezza do Brasil e do efeito de paralelismo entre riqueza e justiça, o efeito de consenso é produzido pelo jogo de

variação do coletivo de identificação expresso no pronome *nós*, que identifica o enunciador a distintas categorias da ação política.

Além dessas formas de produção de consenso também identificamos no corpus de referência estratégias de abrandamento de efeitos controversos através do uso de eufemismos, como nos exemplos a seguir em que se substitui *ajustamento estrutural* por *consolidação fiscal*.

Por isso, eu quero dizer que os nossos cortes orçamentários, os 50 bilhões, eles preservaram o investimento. Nós estamos, sim, fazendo uma consolidação fiscal. Não é igual ao que foi feito em 2003. Em 2003, o Brasil tinha uma taxa de inflação fora do controle, que não é o caso atualmente (ROUSSEFF, 21/02/2011). [cerimônia de abertura do XII Fórum dos Governadores do Nordeste].

Nós temos espaço para fazer política monetária. Nós temos uma política fiscal que é, ao mesmo tempo, de consolidação fiscal, de respeito à redução de todas as práticas absurdas que nós vemos nos países desenvolvidos, de grandes déficits, de grandes endividamentos. Não é essa a atitude do governo brasileiro em relação à questão fiscal (ROUSSEFF, 23/11/2011). [cerimônia de encerramento do seminário “Os desafios do Brasil como 5ª potência mundial e o papel do agronegócio”].

Se no excerto a seguir há uma menção do termo ajuste referindo como agenda a política de ajustamento estrutural, esse sentido é prontamente deslocado pela equivalência sinonímica do eufemismo: *consolidação fiscal*; pelo caráter impreciso e vago da suposta definição do termo: *mecanismos que não eram usuais no Brasil*; e pela sua substituição parafrástica: *agenda da competitividade*, cujo valor positivo é caracterizado subjetivamente pelo enunciador.

Além disso, nós vamos prosseguir com a agenda do nosso ajuste ou consolidação fiscal através de mecanismos que não eram usuais no Brasil, e, por isso, para mim é muito importante a agenda da competitividade. Sendo que nos próximos dias o governo vai lançar o fórum de gestão e competitividade (ROUSSEFF, 26/04/2011). [37ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)].

Esse jogo constante de substituições de conceitos sob dominância do DLCP consiste em um efeito do interdiscurso que se caracteriza como uma sobredeterminação dos dizeres pela formação ideológica neoliberal. Como salienta Bihl (2011), a coerência retórica da ideologia neoliberal se desenvolve por meio de

uma obliteração de sentidos e conceitos, do apagamento de sua circulação, de modo que ao invés de impor uma forma de pensar as relações, impede, antes, a possibilidade de outras formas, de modo que os sujeitos livremente escolhem entre as opções possíveis os conceitos que garantem sua compreensão de mundo. Como vimos em Orlandi (2012), tal processo constitui os sujeitos em sua ilusão de individualidade.

Algumas outras formas desse funcionamento obliterante de conceitos podem ser percebidas no corpus de referência, por exemplo, na ausência de termos-conceitos como soberania, luta de classes, classe operária, exploração, ditadura, entre outras.

Mas essa obliteração não se realiza apenas pelo apagamento de alguns termos, ela funciona também por uma redefinição conceitual. Assim, por exemplo, o conceito de soberania encontra sua impossibilidade de significar na descrição de conjuntura em que o enunciador transforma o conceito em uma adjetivação do seu oposto histórico.

Aliás, o que nós temos visto é – pelo menos do ponto de vista da América Latina – uma espécie de repetição das nossas duas décadas perdidas, em que a recessão é imposta como uma saída para a crise. Nós ficamos 20 anos, no Brasil, em... aceitando ou, de uma certa forma... eu diria que, de uma certa triste forma, aceitando que as conquistas sociais fossem paralisadas pela necessidade de reciclagem das dívidas soberanas da América Latina (ROUSSEFF, 19/11/2011). [encerramento da reunião de chefes de Estado e de Governo do Encontro Iberoamericano de Alto Nível em Comemoração do Ano Internacional dos Afrodescendentes].

Como vimos no terceiro capítulo, foi justamente a manutenção da dívida externa da América Latina a oportunidade para a ingerência nos países devedores e implantação da política econômica globalizada, como estratégia das instituições internacionais de desenvolvimento por um lado e arremate da geopolítica norte-americana por outro. No excerto acima, esse efeito de obliteração conceitual se associa a outras formas de funcionamento da gestão da polêmica que identificamos sob a dominância do DLCP, quais sejam, a reticência do enunciador; a imprecisão indefinidora: *de uma certa triste forma*; e a paráfrase inócua para significar a imposição dos programas de ajustamento estrutural: *conquistas sociais*

fossem paralisadas pela necessidade de reciclagem das dívidas soberanas. Novamente se observa uma produção do consenso onde haveria contradições.

A expressão dívida soberana ainda será recorrente em outras três falas em que o enunciador discorre sobre a crise econômica mundial e seus efeitos no Brasil. Em uma delas, em particular, registra-se a única ocorrência no corpus da expressão *desregulamentação financeira* e de uma crítica mais direta à condução do mercado internacional.

Nós recebemos a crise da Europa e dos Estados Unidos, porque essa crise é fruto da desregulamentação financeira e de uma relação de, eu diria assim, uma relação estreita entre os financiamentos e os governos que cria dívidas soberanas. Aliás, nós conhecemos, muito bem, dívida soberana. Nós ficamos quase vinte anos sem crescer por causa da crise da dívida de 1982.

Mas o Brasil, hoje, está em outras condições e, por isso, eu quero deixar aqui registrada uma das questões mais importantes da nossa força: que é o fato de que nós somos um país que estamos em condições de tirar os 16 milhões da pobreza e de elevar para as classes médias toda a população mais pobre do país. (ROUSSEFF, 16/12/2011). [cerimônia de assinatura do termo de compromisso do Plano Brasil sem Miséria com os governadores da região Centro-Oeste].

Se há uma crítica ao *modus operandi* do mercado internacional, essa, contudo, através da modalização descritiva, não se faz sem a reticência do enunciador e a marca de sua avaliação individual: *eu diria assim*. Além disso, essa crítica produz ao mesmo tempo um deslocamento de causas e efeitos das desigualdades socioeconômicas do Brasil, que acabam significando no escopo restrito do crescimento econômico, ainda que a história tenha demonstrado que muitos *milagres* do crescimento tenham gerado mais pobreza. A nosso ver, o que a princípio se caracteriza como uma fala franca reveste novamente uma substituição de contradições que sob a dominância do DLCP não tem outro efeito senão a produção do consenso. Nos tópicos seguintes, demonstraremos como esse procedimento de obliteração de conceitos também tem uma função específica na subjetivação dos sujeitos; especialmente, analisaremos a designação *classe média* como termo que inverte o sentido e oblitera o conceito de luta de classes.

Segundo Verón, as propriedades enunciativas da enunciação política indicam que o enunciador toma uma posição de identificação com o prodestinatário, de persuasão em relação ao paradestinatório e de polêmica como o

contradestinatário. Contudo, observamos que sob a dominância do DLCP, a polêmica é gerida de modo a produzir o consenso no interior do campo político deslocando mesmo a representação e a função das entidades coenunciativas do discurso político. A partir das análises acima identificamos como formas materiais do funcionamento discursivo da gestão da polêmica: designação genérica e indeterminante; argumentação por metaevidências; substituição de elementos contraditórios como subjetivação de contradições objetivas e materiais; equivalência de oposições como oneração do espaço polêmico; inclusão relativa de entidades políticas; adesão do contradestinatário e adversário político ao princípio moral da luta contra a pobreza; caracterização da pobreza como herança histórica e absolvição do presente como apagamento de agentes e processos geradores das desigualdades sociais; identificação do enunciador a diferentes e mesmo contraditórias categorias da ação política como marca de naturalidade enunciativa; abrandamento de efeitos controversos por meio de equivalências sinonímicas de eufemismos, substituições parafrásticas de valor positivo e caracterizações vagas e imprecisas de elementos contraditórios; e obliteração de termos conceituais polêmicos por meio de seu apagamento ou da inversão de sentido e reticência do enunciador.

Podemos dizer que sob a determinação do DLCP como dominante a enunciação política do porta-voz da luta contra a pobreza produz o consenso no interior mesmo das contradições ideológicas, conduzindo e substituindo oposições antagônicas por diferenças cordiais. Nesses termos, o DLCP se manifesta como o ponto de contato e convergência entre o projeto de mundo neoliberal e traços de um neopopulismo latino-americano (cf. ARMONY, 2001). A política econômica de ajustes encontra no líder popular uma base de sua aplicação e justificação, embora a esse respeito se deva considerar que os governos de FHC, de Lula e de Dilma apresentem diferenças relevantes em relação à identificação do líder nacional com a população.

Desenvolveremos esse argumento sobre o ponto de contato entre o neoliberalismo e tendências neopopulistas nos tópicos seguintes onde pretendemos demonstrar que o sentido de falta moral que envolve a concepção de pobreza como problema, desde a visão de mundo liberal, adquiriu função específica no contexto

dessa convergência ideológica, tendo um papel relevante na legitimação e deslegitimação dos atores e da prática política.

4.2 Remanência moral

Nesse tópico pretendemos analisar como no DLCP três elementos, o imperativo categórico da luta contra a pobreza, a concepção de pobreza subjetivada e concepção de cidadania solidária organizam a relação entre o indivíduo e o Estado. Consideramos que esses elementos são desdobramentos da contradição entre os sentidos de pobreza como mérito moral na visão católica medieval e falta moral na visão pós-iluminista econômico-utilitarista. Por consequência, inscreve-se, em larga medida, a pobreza no âmbito da discussão moral como forma de escamotear aspectos de sua causa e estado e para a realização de dadas ações políticas e econômicas. Ou seja, o Estado se ocupa do problema, mas sua causa é despoliticada, pois a moralidade é o lugar do governo de si, do individual. A concepção deontológica de sociedade do liberalismo clássico mudou, na visão de mundo neoliberal, para uma concepção moralista subjetiva baseada no utilitarismo individual e na mútua obrigação no contexto de cooperação social; a solidariedade derivou de virtude política para virtude moral, substituindo a virtude da caridade. Esses elementos encontram no discurso do porta-voz a prática de sua reprodução.

No dia 23 de março de 2014 Jânio de Freitas, articulista político do jornal Folha de S. Paulo, publicou em sua coluna um artigo no qual, entre outros assuntos, comentava o papel da presidente em meio às acusações de seu envolvimento na narrativa, que vinha sendo construída como escândalo político, da compra suspeita da refinaria de Pasadena. Que era um momento já de corrida eleitoral (mesmo que não oficial) e que a oposição ao governo já articulava a leitura destrutiva da candidata é algo que se tornou lugar comum da disputa política no Brasil. O que se nos mostrou muito relevante nesse artigo é como a imagem da presidente foi avaliada pelo autor.

Fez muito bem. Atingida por uma notícia acusação, Dilma Rousseff respondeu de imediato, com a explicação de que o Conselho de Administração da Petrobras, por ela presidido,

*concordou com a questionada compra de uma refinaria nos Estados Unidos baseado em relatório impreciso e incompleto. Essa **presteza** é um **dever primordial** dos presidentes, ao qual os brasileiros não estamos acostumados em meio à plena liberdade de especulação, boataria e politicagem.*

***Nem sempre os presidentes estariam em condições de agir de tal modo.** Alguns, quase nunca. Dilma foi dispensada de expor suas condições de fazê-lo pelo próprio presidente da estatal à época do negócio. Sérgio Gabrielli logo confirmou a insuficiência do relatório e fez um esclarecimento que deveria ser definitivo: não compete ao Conselho de Administração o exame, e muito menos a decisão, dos negócios propriamente da estatal, sendo sua atribuição balizar a estratégia da empresa.*

Nada faz diferença: é época eleitoral. O conselho presidido por Dilma adquiriu metade da refinaria, empenhando bilhões onde mal caberiam uns quantos milhares, e pronto.

Podem valer, porém, duas observações dissociadas.

***O mérito maior de Dilma Rousseff, a meu ver, é a lisura** de sua Presidência. Todas as suas medidas são passíveis de crítica administrativa ou política. Mas, **do ponto de vista ético**, até hoje cada medida reforça uma espécie de garantia, tanto quanto pode sê-lo, de que (para desgosto dos jornalistas) a presunção de **inocência** faz todo sentido ante qualquer insinuação, **suspeita ou acusação** a Dilma (FREITAS, Folha de S. Paulo, 23/03/2014).*

A presteza, o cumprimento de um dever primordial, a possibilidade de fazê-lo contrariando a tradição política como mérito maior, como lisura da ação que garante do ponto de vista ético a presunção de inocência perante suspeitas e acusações, assim avaliados pelo jornalista, configuram uma imagem virtuosa para a presidente. É preciso ressaltar que o jornalista caracteriza essa imagem considerando as medidas de ação política, mas de nossa parte, tentaremos mostrar que se em 2014 essa imagem pôde encontrar uma expressão social, já em 2011 ela vinha sendo construída em discurso, ancorada já em práticas e memórias.

Nosso argumento é o de que o DLCP, pelo que implica de avaliações morais e, indiretamente, pelo que faz enunciar valores, tem uma forte determinação na construção dessa imagem virtuosa do enunciador. Em nossa análise, procuraremos descrever como o enunciador presidente, ao ligar a temática da pobreza aos demais temas políticos como uma ancoragem de efeitos de sentido produz um *discurso virtuoso*⁴⁰ que tem por efeito a construção dessa imagem. Além

⁴⁰ A virtude discursiva é definida por Paveau (2013) como uma disposição do locutor para produzir enunciados ajustados aos valores que sustentam as relações entre os agentes, como maneira de dizer um estado do mundo e forma de se integrar à memória discursiva na qual se tecem os discursos de uma sociedade em um momento dado de sua história. A virtude discursiva, define Paveau, tem existência em quadros cognitivos, apoia-se nos valores que têm uma existência objetiva

disso, compreende também nossa argumentação que o efeito moral que interpela o interlocutor tem uma função contígua com a gestão da polêmica que caracterizamos anteriormente. Por isso, vamos analisar na sequência um proferimento do qual descrevemos os efeitos de gestão da polêmica para observarmos melhor essa relação.

Como demonstramos no capítulo anterior, o próprio slogan do governo federal apresenta certos efeitos morais pela narrativa de sua produção, mas sobretudo pelo tratamento temático, pela forma proverbial que possui e principalmente pela atualização do imperativo categórico da luta contra pobreza pelo pré-construído da verdadeira riqueza das nações, isto é, do desenvolvimento humanizado. Por isso, começamos nossa análise retomando o aspecto moral do slogan. Tentaremos demonstrar que o slogan, sendo uma forma nominalizada com certa autonomia semântica, nos termos de Verón (1996), ao funcionar como síntese de princípios do enunciador, pelo que tem de efeito moral, produz uma interferência semântica nos enunciados de sua ocorrência, de modo que funciona também como uma remanência de efeito moral.

No já referido pronunciamento realizado durante a cerimônia de abertura do XII Fórum dos Governadores do Nordeste, na sua explicação para o slogan a presidente reitera a mudança histórica de um governo pró-elite para um governo pró-social (a partir da administração de seu partido), sendo o slogan uma representação simbólica dessa mudança. Trata-se, como apontamos antes, a recorrência de um sentido fundacional, a correlação condicional entre luta contra a pobreza, desenvolvimento e riqueza/grandezas do Brasil.

*E, finalmente, eu queria dizer para vocês: eu considero que essa nossa síntese que nós colocamos no nosso dístico: “País rico é país sem pobreza”, ela tem um motivo. Por muitos e muitos anos, no Brasil, se acreditou que o Brasil podia ser rico com milhões de pobres, cidadãos e cidadãs brasileiras pobres. “País rico é um país sem pobreza”, **significa profunda consciência que tem de ter o país, o seu governo, a sociedade, de que não haverá nenhum país***

e apresenta-se como produto de uma atividade reflexiva do agente-locutor que avalia suas palavras, a partir do que sabe daquilo que diz, conforme os efeitos que possam produzir. Além disso, a virtude discursiva é marcada por uma plasticidade axiológica, de modo que um enunciado não virtuoso pode ser transformado em virtuoso, isto é, pode ser ajustado aos agentes, ao mundo e aos discursos. Assim, conforme essa definição, podemos dizer que um discurso virtuoso não é necessariamente um discurso moralizante, isto é, elaborado explicitamente com uma intenção moral, mas implica a uma precaução do locutor para com efeitos morais ou moralizantes.

rico, **efetivamente rico**, se ele conviver com a situação de pobreza que nós ainda convivemos.

Então, todos nós queremos ser... E nós vamos poder fazer isso, nós queremos superar alguns países, inclusive desenvolvidos, no ranking dos países com maior crescimento.

*Mas nós não podemos querer só isso. Nós temos de querer, sobretudo, que seja um país em que a sociedade seja rica, **em que não haja diferenças sociais que transformem o Brasil no recordista ainda**, apesar de todo o esforço feito no governo do presidente Lula, que tirou da pobreza 28 milhões de brasileiros e elevou à classe média 36 milhões – dados ainda de 2009, porque os de 2010 ainda não estão prontos, eu acredito que nós tiramos mais gente –, **nós não podemos nos conformar com essa situação**, e nós temos de ter metas claras, metas claras para várias coisas.*

*País rico é país com saneamento; país rico é país com água; país rico é país com luz elétrica, e país rico é, sobretudo, país com emprego, e emprego de qualidade, com pessoas trabalhando, **agregando valor e podendo criar seus filhos com orgulho**. É isso que significa “País rico é país sem pobreza” (ROUSSEFF, 21/02/2011). [cerimônia de abertura do XII Fórum dos Governadores do Nordeste].*

Como demonstramos em análise anterior, além do sentido fundante da correlação condicional entre luta contra a pobreza, desenvolvimento e riqueza/grandezza do Brasil, ao significar o slogan, o enunciador também acentua os sentidos de imperativo categórico e produz o consenso por meio de uma gestão da polêmica. Porém, ao mesmo tempo em que é significado, isto é, que recebe uma atribuição de sentidos, o slogan, funcionando como uma remanência de efeito moral, modifica o valor de determinadas expressões no enunciado, fazendo-as funcionar como avaliações morais⁴¹. Aliás, o quadro moral que se cria na sequência discursiva afeta também marcas retóricas. Se como analisamos anteriormente a reticência do enunciador funciona como forma material da gestão da polêmica, no excerto acima, observada a partir do efeito de remanência moral, podemos compreender que a suspensão em *Então, todos nós queremos ser...* que interdita todos nós queremos

⁴¹ A partir da noção de moral como realidade dada, diremos que a moral consiste em um fato material que se organiza em sistemas morais ou conjuntos de valores. Esses sistemas, por sua vez, compreendemos como conjuntos particulares da produção ideológica e subordinados, de certa forma, às características gerais da ideologia concebida como força material que constitui sujeitos, relações sociais e sociedades e que se materializa no discurso. As distintas maneiras como a moral se manifesta nas relações entre indivíduos, nas consciências (como ação de pensamento), nas sociedades podem ser compreendidas como ato moral. Uma vez que os sistemas morais consistem em conjuntos de valores que circulam nas sociedades, que constituem a consciência moral dos indivíduos que ativamente reconhecem esses valores como condição de seu pertencimento no grupo social, o ato moral se caracteriza, segundo Dupreel (1967), pela aceitação ativa de um detrimento por parte do indivíduo ao obedecer uma regra que seja condição de seu pertencimento.

ser *ricos*, indicia uma avaliação moral do equívoco, o que é aceito ou não de se dizer da posição em que se diz em conformidade com os valores em circulação.

Para demonstrar com mais detalhe a composição desse efeito de remanência moral continuemos por considerar o enunciado em que a presidente retoma o slogan do governo com intuito de explicar o seu motivo: *“País rico é um país sem pobreza”, significa profunda consciência que tem de ter o país, o seu governo, a sociedade, de que não haverá nenhum país rico, efetivamente rico, se ele conviver com a situação de pobreza que nós ainda convivemos.* Nesse enunciado, podemos compreender como efeito de avaliação moral para a condição de *conviver com a situação de pobreza* a distinção que se atribui ao sentido de *consciência* pela adjetivação *profunda*, pelo aspecto deôntico da asserção e pela propriedade definitória que apresenta. Um contra-argumento para nossa afirmação seria considerar que *profunda consciência* se refere apenas a um conhecimento consistente e que do sentido de conhecimento também derivariam outros como discernimento, compreensão, percepção, concepção e quantos mais permitisse o deslizamento. Contudo, pelo que contém de informação, ainda que o slogan apresentasse um saber econômico, tratar-se-ia este de um saber que se esgotaria na lógica da oposição semântica entre pobreza e riqueza. Além disso, como salientamos a respeito da forma proverbial, podemos deduzir que o gênero slogan também não se presta exclusivamente a informar. Nesse caso, consideramos que o adjetivo *profunda* produz por efeito que essa consciência de que fala o enunciador seja conseqüente de uma introspecção. Esse sentido se acentua se distinguirmos, por exemplo, clara consciência, que produziria por efeito o resultado de uma racionalização. Por outro lado, pode-se contrapor profunda consciência e superficial consciência e dessa oposição deduzir outras oposições como denso x rarefeito, espesso x tênue, forte x fraco, etc., oposições que fazem derivar o sentido de consciência também para o escopo de um saber. Todavia, ainda que se admita consciência como saber, isso não exclui o efeito de avaliação moral.

Já havíamos apontado ao analisarmos a forma proverbial do slogan que o mesmo tem uma propriedade definitória e a pressuposição da necessidade de adesão do interlocutor e mais, que a definição é dada com uma entonação asseverativa com autoridade duplamente garantida. Logo, o que a asserção afirma é o não reconhecimento de uma evidência e, portanto, a necessidade de uma

introspecção para dar-se conta daquilo que já está claro, daquilo que é vivenciado pela experiência, para a sua admissão, há a proposição de um compromisso e a interpelação ao ato participante. Aqui novamente entra em funcionamento uma contradição do DLCP, a pedagogia do consenso. A introspecção se destina entre outras coisas a um autoexame comportamental, da própria experiência, e esse exame é sempre balizado por valores morais. Mas isso ainda não é tudo, é preciso considerar também o caráter prescritivo que o enunciado apresenta para essa profunda consciência em: *que tem de ter*. Essa prescrição, como modalização deontica que implica uma dificuldade de refutação ou modalização interpelativa nos termos de Verón, destina-se a categorias gerais, país, governo, sociedade, mas é individualizada pelo sentido de introspecção, como dever de todos que é cumprido por cada um. Um valor moral, seja técnico ou universal ou religioso, é sempre um programa de comportamento que no mínimo, em relação ao todo que pode abarcar, define o aceitável e o inaceitável, o que é aprovado e o que é reprovado, nos termos de Dupreel. Nesse caso, o que é reprovado no enunciado é justamente a crença de que *o Brasil podia ser rico com milhões de pobres, cidadãos e cidadãs brasileiras pobres*. O sujeito avaliado moralmente é o contradestinatório, o adversário político, mas é também todos aqueles que mesmo não ocupando o lugar de uma minoria rica compartilham da mesma ideia. Aqui fica claro como a avaliação moral também funciona no interior da gestão da polêmica, pois o sujeito reprovado é uma projeção no passado, ao qual o enunciador faz alusão sem atacar diretamente e, portanto, sem se deixar atacar. Por fim, ainda podemos acrescentar um último aspecto ao efeito de avaliação moral desse enunciado. A ênfase no verdadeiro em *efetivamente rico* se adiciona à entonação asseverativa e a estende, uma vez que o valor moral também abarca a verdade daquilo que avalia. Esse efetivamente rico faz falar a verdadeira riqueza das nações e o imperativo categórico da luta contra a pobreza.

Mais abaixo no excerto, a formulação *nós não podemos nos conformar com essa situação*, referindo-se à condição do Brasil como recordista das diferenças sociais, expressa tanto a indignação quanto o dever de indignar-se, prescrição construída pela negação da possibilidade do ato. Isto é, no contexto democrático o não poder implica um dever, estabelecido na tradição da relação entre direitos e deveres, pelo que não ter direito a uma ação implica o dever de outra ação. Assim, podemos formular para o sentido do enunciado a seguinte paráfrase: *Devemos nos*

indignar com a situação do Brasil ainda ser recordista das diferenças sociais. Em nossa cultura, o que revolta, o que causa indignação, aquilo com o que não se pode conformar é geralmente algo considerado desumano ou indecente, algo, portanto, considerado por categorias morais. Nesse caso a situação do Brasil é avaliada moralmente, mas também o sujeito que se conforma com essa situação, como ato reprovado.

Mediante a análise dessas passagens do proferimento de Dilma, notamos como os efeitos morais que o slogan comporta – tanto por seu objeto temático que o associa a um sistema moral, como pelo seu funcionamento proverbial – permitem deduzir avaliações morais nos enunciados que o retomam ou o explicam. No entanto, nos casos acima apresentados, as avaliações que destacamos são mais patentes, mas em *com pessoas trabalhando, agregando valor e podendo criar seus filhos com orgulho*, nada diz que se tenha aí uma avaliação moral, pois essa formulação integra um enunciado que tematiza condições infraestruturais: saneamento, água, luz elétrica, emprego. Nesse caso, *agregar valor* remeteria à mais qualidade de vida e orgulho à satisfação material. Porém, uma vez que o enunciado ocorre no quadro do efeito moral do slogan, os objetos saneamento, água, luz elétrica, emprego inferem a dignidade humana, logo *agregar valor* pode ter por efeito agregar princípios e orgulho pode ter por efeito a satisfação, num sentido bastante eufórico, com a dignidade desses princípios, isto é, o ser honrado. O discurso que se entrelaça nesse enunciado se o consideramos no quadro moral remonta ao naturalismo. Trata-se de um discurso que estabelece uma relação direta e determinante entre as condições precárias de vida, a vagabundagem e a carência de valores morais, daí a relação entre as condições infraestruturais e *pessoas trabalhando, agregando valor*. Nesse caso o que é avaliado moralmente são as condições ideais e prometidas de um país rico e o que é aprovado moralmente é a própria ação do governo que é enunciada como política de valor, isto é, como política que constrói valor (retomaremos isso no subtópico seguinte).

Chamamos então de remanência moral esse efeito de atribuição axiológica provocado por aquilo que o slogan *País rico é país sem pobreza* concentra como espécie de uma memória moral. Uma vez observado esse fenômeno, argumentamos que a reincidência desse processo nos diversos

pronunciamentos da presidente contribuí fortemente para construir uma virtuosidade para seu discurso, caracterizando-o como um discurso preocupado com os princípios morais da sociedade, mas sem deles falar diretamente, sem correr o risco da demagogia, uma vez que o discurso político se confronta sempre com a descrença na busca incessante pela sua credibilidade (PIOVESANI, 2009).

A seguir observaremos dois outros modos de funcionamento dessa remanência moral que chamaremos de subtendido moral e avaliação moral explícita.

4.2.1 Luta contra a pobreza como política de valores

Essas formas de funcionamento discursivo que analisamos anteriormente e que chamamos de remanência moral e construção de um ethos virtuoso indiciam uma aproximação do DLCP enunciado pelo governo federal brasileiro com a proposta de uma política de valor desenvolvida no *Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2009/2010: Valores e Desenvolvimento Humano*. Mas, sobretudo, essa aproximação também destaca aspectos específicos que caracterizam o papel das concepções de pobreza subjetivada e da cidadania solidária na relação indivíduo e Estado.

Se na sua formulação o slogan tematiza mesmo indiretamente a questão dos valores considerada a luta contra a pobreza como imperativo moral, tentaremos demonstrar que as sequências discursivas de sua ocorrência apresentam outros aspectos morais que nos permitem relacioná-las a um discurso de valores que caracterizam o DLCP como discurso virtuoso que por sua vez determina a imagem do enunciador. No que segue, vamos analisar o relatório referido para então identificarmos na fala presidencial elementos que permitam observar essa aproximação.

O relatório de desenvolvimento humano brasileiro apresenta uma inovação do gênero, conforme se pode ler em seu texto de apresentação.

[...] a escolha do tema valores e desenvolvimento humano para o Relatório de Desenvolvimento Humano Brasileiro 2009/2010 foi realizada por uma consulta pública inédita no mundo, a campanha Brasil Ponto a Ponto, que levou uma pergunta aberta à população brasileira: “O que precisa mudar no Brasil para sua vida melhorar de verdade?” Esta pergunta foi respondida por mais de meio milhão de

peças de todas as camadas econômicas e sociais do país. Essa participação para definir o tema deste relatório não foi apenas instrumental, mas, em si mesma, foi parte de um processo de construção de razão pública e de desenvolvimento humano no país (RDHB, 2010, p. 5).

O relatório é dividido em quatro partes. Na primeira, explica-se o objetivo e a forma de execução da campanha *Brasil Ponto a Ponto*, a metodologia e os procedimentos da consulta pública, a forma de análise dos resultados, a síntese dos mesmos e sua aplicação. A partir da síntese dos resultados são apresentados como tema do relatório os valores, com ênfase na educação e no problema da violência. Na segunda parte, apresenta-se uma conceituação do que são valores, propostas de sua mensuração, resultados de pesquisas sobre os valores brasileiros e são analisados os problemas da educação e da violência na sua relação com os valores, incluindo na reflexão o papel das relações parentais. A partir disso, é proposto na terceira parte o desenvolvimento de *políticas de valor* como base de soluções para os problemas encontrados. Na quarta parte, por fim, há uma revisão crítica sobre o IDH e a proposta metodológica para um novo indicador de desenvolvimento humano, o Índice de Valores Humanos (IVH).

Interessa-nos especialmente nesse relatório o fato do tema valor ter emergido como preocupação política, materializando-se sua formulação no sintagma *Políticas de valor*. A emergência do tema, no entanto, é explicada no relatório como uma demanda social, fato que também evidencia, a nosso ver, o desenvolvimento de tendências neopopulistas no interior da formação ideológica neoliberal.

Como vimos na Parte 1 desse relatório, que descreveu a consulta Brasil Ponto a Ponto, as pessoas disseram que para suas vidas melhorarem é preciso que haja mais respeito, tolerância, responsabilidade, paz, menos discriminação, mais fraternidade (entre muitos outros valores levantados) não somente em suas casas, mas nas escolas, no trabalho, no trânsito, enfim, no seu dia a dia. É importante observar que no meio da multiplicidade de problemas apresentados surgiu uma voz clara falando da necessidade de uma melhoria de valores de convivência na sociedade brasileira como um fator importante na busca por uma vida melhor (RDHB, 2010, p. 85).

Assim, na sequência, após um questionamento retórico sobre a existência de valores, sobre o perfil de valores dos brasileiros e sobre a relação entre valores e os problemas apresentados na pesquisa sobre má qualidade da

educação e violência, afirma-se a necessidade de *valores humanos, valores de vida e valores públicos* para a promoção do desenvolvimento humano, para se ter paz nas casas e educação de qualidade. A necessidade de se considerar os valores, por sua vez, é justificada em quatro pontos bem detalhados.

Primeiro, porque parece que no Brasil a violência urbana e a degradação dos valores de vida invadiram todas as áreas. Essa ausência de valores de vida, isto é, de valores vivos, postos em prática, pode ser percebida no trabalho, no trânsito, na escola, nos esportes, nos serviços de saúde, na política, em casa, entre outros espaços. Nesse sentido, tratar os valores é uma maneira de entendermos o enfraquecimento dos vínculos interpessoais, o esvaziamento do sentido das ações coletivas, a banalização da violência, a violação dos direitos humanos, a proliferação do preconceito e o desengajamento moral que marca muito da vida cotidiana no país.

Segundo, porque pensar a questão dos valores nos abre novas perspectivas para encararmos velhos problemas, como a desigualdade, as instituições políticas e as regras de sociabilidade que caracterizam não somente a história do nosso país, mas de toda a América Latina.

Terceiro, porque a discussão sobre valores nos permite entender melhor as relações interpessoais em nível micro, como nas famílias, entre amigos, em pequenos grupos, abrindo a possibilidade de pensarmos estratégias de promoção de compromissos sociais duradouros, de laços de solidariedade, quebrando a tendência de afastamento e descompromisso que existe com os próximos. Podemos, assim, ver a exclusão moral e a desumanização do outro como forma de violência que nos impede buscar o desenvolvimento humano com autonomia ética dos indivíduos.

Finalmente, cabe mencionar que pensar os valores nos possibilita tratar do desenvolvimento humano construído a partir do diálogo e da democracia, em que valores são vistos como resultados de práticas sociais e experiências subjetivas compartilhadas, concretizando em ações e instituições que simbolizam e mediam diferentes interesses políticos e sociais (id., p. 85-6).

Após essa justificativa há uma longa conceituação dos valores baseada na psicologia social, onde se distinguem valores pessoais, sociais e institucionais; a funcionalidade dos valores; a diferença entre valores, comportamentos, normas e atitudes; a duração, permanência e intensidade dos valores; e a diferença entre *valores de vida* e *valores públicos*. O primeiro desses dois conceitos é entendido como conjunto de valores que não são apenas ditos, mas que guiam diretamente as ações das pessoas, inclusive aqueles baseados em motivações individuais. Já o segundo conceito engloba os valores que estão na base das políticas de valor. A

sua descrição é um tanto extensa, mas considerando os detalhes que apresenta, vamos citá-la diretamente aqui.

[...] usamos a expressão “valores públicos” para destacar aqueles que são essenciais para uma convivência saudável e humanamente enriquecedora [...]. Esses tipos de valores possuem um parentesco estreito com a perspectiva de desenvolvimento humano, porque promovem processos e resultados que tratam de temas como educação para saber viver, humanização da saúde, redução da violência contra a pessoa, culturas organizacionais com trabalhos com mais prazer e menos sofrimento – entre tantos outros tópicos caros à agenda do desenvolvimento humano.

Mais do que isso, valores públicos estão na base de sociedades em que há condições para um maior estímulo à razão pública e um maior engajamento moral de seus cidadãos.

[...]

Valores públicos são valores que contribuem para o bem comum e para a existência de vida social. Como tal, são valores que facilitam a convivência com as diferenças sociais, com a diversidade interpessoal, com a multiculturalidade, sem perder os elementos que permitam as pessoas fazerem suas escolhas individuais. É importante esclarecer que valores públicos não precisam ser padronizados ou iguais para todas as pessoas. Eles podem representar tipos motivacionais associados, por exemplo, ao universalismo e benevolência, mas que permitam uma grande variedade de manifestações e coexistência com outros tipos de sistemas de valores.

Os valores públicos são fruto da própria convivência, práticas e consensos (mesmo que provisórios) construídos socialmente. Alguns desses valores públicos são simplesmente compartilhados culturalmente por normas (que são influenciadas pelos “valores consolidados”). Outros podem aparecer incorporados em princípios constitucionais, leis e bases contratuais, por meio do papel do Estado.

Assim, argumenta-se aqui que os valores públicos são importantes para a promoção do desenvolvimento humano. Respeito, tolerância, responsabilidade, amizade, justiça e igualdade (entre tantos outros valores que podem ser agrupados nos tipos motivacionais de universalismo, benevolência, conformidade e segurança) são fundamentais para o bem-estar e a justiça social (id., p. 98).

Dessa descrição, alguns elementos precisam ser destacados. O primeiro deles é a identificação produzida entre os tipos de valores que se classificam como públicos e os objetivos do desenvolvimento humano como é considerado pelo PNUD, isto é, em que as pessoas sejam felizes, produtivas e realizadas e que tenham capacidades e oportunidades para serem o que desejam ser (id., p. 21). O segundo é a identificação dos valores públicos com maior estímulo à razão pública e maior engajamento moral dos cidadãos. O conceito de razão

pública é utilizado, como é explicado em nota no relatório, em um sentido mais amplo que significa razões compartilhadas pelas pessoas em uma sociedade, distintamente de como foi concebido na filosofia política como se referindo à discussão sobre liberdade constitucional e uma teoria de justiça baseada no contrato social e não em valores morais. Assim, razão pública é significada apenas como o consenso de uma sociedade determinada e é vinculada a engajamento moral. Em outras palavras, os valores públicos, a serem cultivados pelas políticas de valor, produziriam o consenso e sua autorreprodução pelo ativismo moral. Não se trata aqui de julgar a eventual boa intenção, apenas queremos destacar que na base das políticas de valor está uma prática de formação moral que não se distingue muito de antigos preceitos de políticas de subjetivação do Estado brasileiro. Aliás, se colarmos o consenso à ordem, o engajamento moral será progresso. Contudo, justamente o oposto é argumentado pelo relatório ao estabelecer que as políticas de valor se caracterizam como políticas com o cidadão, isto é, aquelas que empoderam os cidadãos, que promovem seu engajamento como agentes do próprio desenvolvimento, que promovem a autonomia e oferecem instrumentos de liberdade. Observando o funcionamento do interdiscurso, é possível perceber os já ditos do *liberalismo igualitário* na explicação das políticas de valor, mas é preciso considerar que uma política de promoção de valores públicos no Brasil, pela história dos sentidos e cicatrizes da linguagem, sempre corre o risco de se efetuar sob a determinação de um moralismo patrimonialista que configura a relação entre Estado e cidadão no Brasil. Parece haver aí, portanto, um apagamento do que há de conflitos e hierarquias quando se fala de valores. Em um tópico mais à frente em que se define o conceito de valor público concebido, primeiramente é feita uma distinção dos valores públicos daqueles ditos culturais, relacionados a sistemas de crenças e significações; e daqueles associados ao conjunto de leis, normas e princípios constitucionais. O argumento é que esses tipos de valores exercem um significativo constrangimento aos que deles compartilham. Assim é apresentada uma definição própria de valores públicos.

A perspectiva aqui é outra. Trata-se de apresentar uma concepção política ou pública de valores. A expressão “concepção política de valores” visa a diferenciar a proposição deste relatório de outras formas de se encarar os valores provenientes de sustentações fundamentalistas ou metafísicas, ancoradas em alguma ideia de

verdade epistemológica ou de ontologias filosóficas abrangentes. A concepção aqui apresentada é política, não porque esteja relacionada a alguma perspectiva político-partidária, mas porque é fruto de acordos. Assim, se por um lado é possível identificar certa inspiração em John Rawls em sua teoria da justiça, a proposição inova na direção de um acordo dialógico, reconstrutivo. O sentido do termo “política” nessa expressão é a ideia de dialogia; artefato humano, arranjo precário, artifício contingente, pois mutável, renegociável, ou, em outras palavras, aberto ao diálogo.

A denominação “concepção política de valores”, portanto, não tem nada a ver com partidos políticos, mas com a ideia de política como “diálogo, acordo”. Isso porque uma concepção política ou pública de valores está constantemente aberta à discussão, baseada em um formato flexível, mas que pode resultar objetivamente como produto desse mesmo diálogo (id., p. 205).

Aqui o mesmo efeito de apagamento se mantém, pois o consenso imaginado no relatório é baseado em um acordo ideal. O próprio conceito de dialogia citado na explicação, apesar de mantido o seu sentido de devir, é compreendido como consenso. Baseando-se rapidamente no liberalismo político e na democracia deliberativa, o relatório tenta furtar-se de um importante fundamento das relações sociais no que concerne ao funcionamento material da história: a contradição entre classes. A ideia de valor público reproduz, portanto, uma construção de realidade própria da base ideológica neoliberal, isto é, como diria Barthes observando outro contexto, a burguesia se faz não existente para que não exista classe que se lhe oponha. Esse apagamento é fundamentado em uma concepção de história como evolução natural e contingente.

O resultado é que valores se transformam no tempo na medida em que se tornam objeto do debate público, sendo sempre um pouco precários e provisórios, pois são sempre frutos de acordos com certo grau de contingência. As assimetrias sociais existentes não invalidam os valores como resultantes dos processos de diálogo. Podemos assim, dentro dessa perspectiva de uma concepção política ou pública dos valores, enfatizar a importância da diversidade e ainda assim buscar a construção de um discurso político e afirmativo, em torno de princípios para uma vida boa, para os valores de vida. Valores públicos são, portanto, aqueles nos quais discursos pela tolerância, respeito, inclusão, compreensão e convivência consideram a diversidade pelo reconhecimento do caráter democrático e potencialmente inclusivo que representam (id., p. 206).

Acordo e diálogo são dados como equivalentes e os valores como seu produto, sendo que o debate público sobre os valores tem um único fim, o acordo.

Trata-se, portanto, de uma situação ideal de harmonia. Assim, as assimetrias sociais são significadas como diversidades importantes para a democracia, nada importando as condições materiais que geram as assimetrias sociais e o conflito material existente nas hierarquias instituídas. Uma vez que o relatório ignora uma história material dos valores e das práticas de sua promoção, pode, então, dar um certo ar socioconstrutivista às políticas de valor.

O conceito de “políticas de valor” salienta a construção e escrutínio de valores como forma de criação de vivências e experiências que promovam valores públicos de respeito, tolerância, responsabilidade, entre outros, que são importantes para a promoção do desenvolvimento humano. As políticas de valor não são, no entanto, “apenas” políticas que constroem e transformam valores. Elas são políticas que geram resultados de valor, que podem ser a possibilidade de uma vida pacífica, em que as escolas ofereçam reais oportunidades de vida a todas as crianças e a todos os jovens e que estimulem práticas parentais e trabalhistas que façam desses respectivos ambientes lugares onde as pessoas possam ser mais felizes e realizadas (id., p. 197).

Mas, mais uma vez, o consenso ideal se mostra como motor do processo e, portanto, no conceito de políticas de valor proposto no relatório parece operar-se a mesma prática de silêncio cordial que opera o truísmo da luta contra pobreza. Todavia, se para nós o consenso assim concebido é ideal, isso não quer dizer que ele não se realize na prática. O alto investimento ideológico da forma contemporânea de luta contra a pobreza para ser a única forma possível de representá-la prova que sim, esse consenso se realiza como hegemonia, pois praticamente não há refutação do seu pressuposto e de sua proposta inicial, concebidos como um imperativo universal.

Uma vez realizadas as definições conceituais, o relatório apresenta, então, uma contribuição para a prática de políticas de valor. Centrado nos problemas levantados pela consulta pública, a má qualidade da educação e a violência, e com base na argumentação realizada em capítulo anterior sobre o papel fundamental das relações parentais na formação dos valores, o relatório discorre, primeiramente, sobre um conjunto de situações de promoção de vivências positivas que integram a família como elemento transformador das relações sociais, principalmente em relação ao problema da violência, e contrapõe as práticas parentais positivas e negativas. Na sequência discorre sobre as políticas de valor com a escola e ressalta

que para a melhoria da funcionalidade do ambiente escolar que leve à melhoria do aprendizado há a necessidade de maior engajamento moral de pais, professores e diretores, de que a escola seja pensada como espaço de convivência e a promoção de valores públicos e de vida que tornam a escola um espaço não só de promoção de oportunidade iguais de vida, mas também para a realização do que há de melhor no ser humano. Assim discorre sobre uma série de situações e ações que correspondem a tal forma de pensar a escola. O relatório ainda apresenta um conjunto de ações que se referem a políticas de valor com os governos, passando pelas principais áreas de sua competência como segurança, saúde, habitação, urbanização, transporte, educação etc. e políticas de valor no trabalho, focando vivências positivas e negativas.

Para o que nos concerne, ou seja, o objetivo de melhor compreender o slogan *País rico é país sem pobreza* e as sequências discursivas de sua ocorrência, a análise do RDHB evidencia uma relação contígua entre *valores*, *família* e *educação*. Essa relação não aparece especificamente na formulação do slogan, mas aparecerá em vários contextos em que o mesmo se presentifica nas falas presidências. Por outro lado, se não é possível estabelecer uma relação direta entre a emergência do tema dos valores como preocupação social e política no RDHB e a formulação do slogan, ainda assim é possível perceber que o mesmo apresenta certos elementos axiológicos, os quais vamos precisar mais adiante, que permitem estabelecer tal relação dialógica pela interpretação analítica. Aliás, a hegemonia discursiva do DLCP prescinde dessa comprovação, uma vez que, como vimos, tanto o sentido de falta moral caracteriza a pobreza quanto o imperativo moral de combatê-la o justifica. Assim, podemos considerar que não haveria momento mais oportuno para o lançamento do slogan do que um pronunciamento à nação que comemora o retorno às aulas e que interpela a sociedade a participar da educação. Nos termos do RDHB, seria uma política com o cidadão que cria através da mensagem política um espaço de razão pública para a reflexão sobre os valores (id., p.232).

O relatório distingue discurso e ação e dá ênfase à ação como prática de formação e aprendizado de valores, de modo que uma campanha de conscientização, por exemplo, seria uma mensagem política como política de valor,

mas uma fala política sobre objetivos de governo que falasse sobre valores seria apenas discurso. Contudo, se o pronunciamento presidencial não se caracteriza como uma comunicação de utilidade pública, como uma campanha, por outro lado tenta cumprir o papel de mobilizador e motivador social, caracterizando-se como lugar de razão pública. Vejamos alguns trechos do pronunciamento.

*A abertura do ano escolar é sempre uma festa de alegria, de fé e de esperança. É com esse sentimento que saúdo os estudantes, seus pais e, muito especialmente, todos os professores brasileiros. Estou aqui para reafirmar o **meu compromisso** com a **melhoria da educação** e **convocar todos os brasileiros e brasileiras para lutarmos** juntos por uma educação de qualidade. Vivemos um momento especial de nossa história. O Brasil se eleva, com vigor, a um novo patamar de nação. Temos, portanto, as condições e uma imensa necessidade de darmos um grande salto na qualidade do nosso ensino. Um **desafio** que só será vencido se **governo e sociedade** se **unirem de fato** nesta **luta**, com toda a **força, coragem e convicção** (ROUSSEFF, 10/02/2011). [Pronunciamento à nação em cadeia nacional de rádio e TV].*

A caracterização da abertura do ano escolar não é apenas eufórica, pois a festa é predicada. Festa de alegria, festa de fé, festa de esperança. Assim significa mais que um momento de regozijo compartilhado por indivíduos. À *alegria* como qualificador de festa se juntam *fé* e *esperança*, que além de sentimentos são também virtudes, classificadas entre aquelas religiosas. Mas não se trata de uma fala religiosa, esses valores são significados no escopo político como sentimento do enunciador. Com esse sentimento de valores o enunciador cumprimenta os *estudantes, seus pais e, muito especialmente, todos os professores*. Mas o cumprimento é sobrevalorado pelo termo *saúdo*, que possibilita os sentidos de ovação, louvação, aclamação, demonstração de respeito e adesão. Trata-se de uma saudação com sentimento de valores que faz *festa* ter por efeito o sentido de comunhão de sentimentos-valores. Aqui o enunciador se abre à empatia, muito especialmente aos professores, para então reafirmar um compromisso com a melhoria da educação, isto é, para anunciar a afirmação de sua responsabilidade como chefe de Estado. E dessa posição executa o ato da convocação, que enuncia também o compromisso com a igualdade de gênero. A convocação não é um mero convite, funciona, antes, como um chamamento à responsabilidade. O chefe de Estado interpela os indivíduos, qualificados pela nacionalidade, ao engajamento. É possível dizer que a comunhão, a convocação e a luta fazem falar a memória da

militante que se sacrificou do lugar de minoria pela melhora do Brasil e que agora no comando do Estado pode legitimamente convocar a nação para que participe de sua luta, começando pela melhoria da educação. Nesse sentido é que observamos uma tendência neopopulista que caracteriza o líder nacional. Mas também é possível compreender a mensagem política como espaço de razão pública, cujo objeto, a qualidade da educação, demanda do Estado uma política com o cidadão. Assim, o enunciador participa o cidadão das razões da ação: o *novo patamar de nação* que permite *condições* e implica *uma imensa necessidade de dar um grande salto na qualidade do ensino*. É possível ainda compreender a mensagem política como uma política de valor, pois ao mesmo tempo em que o Estado cumpre o papel de incluir o cidadão na ação política, também cumpre o papel de agente formador, uma vez que enuncia valores, tanto aqueles que precedem a ação, *fé e esperança*, como aqueles que são necessários para ação conjunta do governo e da sociedade se concretizar, *força, coragem e convicção*. Além disso, o próprio valor da educação é colocado em reflexão no pronunciamento.

Nenhuma área pode unir melhor a sociedade que a educação. Nenhuma ferramenta é mais decisiva do que ela para superarmos a pobreza e a miséria. Nenhum espaço pode realizar melhor o presente e projetar com mais esperança o futuro do que uma sala de aula bem equipada, onde professores possam ensinar bem, e alunos possam aprender cada vez melhor. É neste caminho que temos que seguir avançando com passos largos (ROUSSEFF, 10/02/2011). [Pronunciamento à nação em cadeia nacional de rádio e TV].

À educação são colados valores funcionais cívicos que a tornam condição do progresso social e dever de todos. Em outro trecho do pronunciamento, a responsabilidade individual sobre o social ainda é enunciada como estratégia de atribuição de um empoderamento do cidadão ao ser produzido um efeito de simetria entre as diversas categorias sociais, isto é, o dever pode ser entendido como poder.

Em suma, esta é a grande hora da Educação brasileira. Isso só será possível se cada pai, cada aluno, cada professor, cada prefeito, cada governador, cada empresário, cada trabalhador tomar para si a tarefa de acompanhar, discutir, cobrar, propor e construir novos caminhos para a nossa Educação. Como Presidente, como mãe e avó, darei tudo de mim para liderar esse grande movimento (ROUSSEFF, 10/02/2011). [Pronunciamento à nação em cadeia nacional de rádio e TV].

Além disso, nesse trecho é enunciado também o agente fundamental para o êxito das políticas de valor, a família. E não é tudo, o enunciador político faz lembrar ao interlocutor que além de presidente é também uma pessoa de família e promete agir dessa condição. Quanto a isso é preciso considerar que ser uma pessoa de família é um valor cultural da sociedade brasileira que tem uma forte determinação sobre o pertencimento comunitário e mesmo de classe, cujas origens remontam à distinção da Casa Grande. Ao evidenciar essa sua condição, a presidente produz para sua imagem o efeito de virtude.

É nessa ordem de sentidos, a partir dessas condições de produção, em que a mensagem política funciona como espaço de razão pública e como política de valor e em que o enunciador se mostra virtuoso que será anunciado o slogan, cuja significação catafórica na sequência discursiva, isto é, como expressão do combate à miséria, é já sobredeterminada por valores morais.

*Para concluir, reafirmo que a luta mais **obstinada** do meu governo será o **combate à miséria**. Isso **significa** fortalecer a **economia**, ampliar o **emprego** e aperfeiçoar as **políticas sociais**. Isso **significa**, em **especial**, melhorar a qualidade do ensino, pois ninguém sai da **pobreza** se não tiver **acesso** a uma educação gratuita, contínua e de qualidade. Nenhum país, igualmente, poderá se desenvolver sem educar bem os seus jovens e capacitá-los plenamente para o emprego e para as novas necessidades criadas pela sociedade do conhecimento.*

País rico é país sem pobreza. Este será o lema de arrancada do meu governo. Ele está aí para alertar permanentemente a nós, do governo, e a todos os setores da sociedade, que só realizaremos o destino de grandeza do Brasil quando acabarmos com a miséria.

*Sem dúvida, essa é uma tarefa para toda uma geração. Mas nós temos **determinação** para realizar a parte importante que falta, para que a única fome neste país seja a fome do **saber**, a fome de **grandeza**, a fome de **solidariedade** e de **igualdade**. E para que todos os brasileiros possam fazer da educação a grande ferramenta de construção do seu sonho (ROUSSEFF, 10/02/2011). [Pronunciamento à nação em cadeia nacional de rádio e TV].*

Saber, grandeza, solidariedade e igualdade. A equivalência e interdependência desses sentidos paradigmáticos como expressão do desenvolvimento condicionado pela luta contra a pobreza será uma constante no corpus de referência, ainda que com determinadas variações lexicais sob o mesmo domínio semântico que funcionam como coletivos de identificação e de

generalização em sua maioria e operadores de interpretação conforme o momento argumentativo.

O elemento *saber* implica o Estado formador ou regenerador dos cidadãos. Nesse sentido paradigmático estão os lexemas e sintagmas: empoderamento, educação, conhecimento, formação técnica, educação de qualidade, educação profissional, ciência, tecnologia e inovação, capacitação, aprender, mudar a concepção, construção do sonho, sonhos etc. O elemento *grandeza*, já analisado anteriormente, opera sobre os mitos fundadores do nacional e compreende os lexemas e sintagmas: grande país, grande nação, nossa força, nossa riqueza, destino etc. O elemento *solidariedade* é compreendido como virtude moral e caracteriza o enunciador principalmente através de coletivos de identificação no qual se inclui, pois é recorrente em contextos de subjetivação da ação social e compreende lexemas como: determinação, dedicação, mobilização, engajamento, adesão, fraternidade, justiça, dignidade, vida digna etc. predicados por sintagmas como de todos, da sociedade, do país, de cada um, cada um de nós etc. Sob o paradigma da igualdade estão as expressões: acesso, inclusão produtiva, oportunidades para todos, desafio histórico, dívida histórica, distribuição, emprego formal, luz para todos, água para todos, segurança alimentar etc.

Esses domínios semânticos acima apontados que aparecem já no primeiro proferimento em que o slogan é tomado por objeto temático e que configuram a condicionalidade do desenvolvimento pela luta contra a pobreza formam um quadro geral que coloca em interdependência sentidos pragmáticos, valores funcionais e valores morais, de modo que podemos defender o argumento de que além do imperativo categórico que precede, por ser universal, a enunciação do DLCP no contexto brasileiro, a sua reprodução pelo porta-voz que representa o governo federal brasileiro implica uma moral particular submetida aos sistemas de valores atuais, ou que são atualizados pelo discurso, compartilhados ou pressupostamente compartilhados nas condições de produção determinadas.

Ainda um ponto sobre esses sentidos paradigmáticos no excerto acima: o enunciador apresenta como evidência o sentido de *fome neste país*. O funcionamento dessa expressão como anáfora de miséria e negada pelos sentidos paradigmáticos do desenvolvimento condicionado pela luta contra a pobreza não apenas opera com o pré-construído do discurso contra a fome, mas sob a

determinação do contexto moral, funciona também como subentendido moral que sanciona a ação política do enunciador, a sua determinação para fazer o que falta pelo país. Novamente, em termos de mérito moral, do ato avaliado dentro do imaginário do bem, a imagem virtuosa é reacentuada. O discurso se autoproduz virtuoso.

No tópico anterior analisamos a remanência moral provocada pela presença do slogan como nominalização que afeta o contexto enunciativo e o efeito de atribuição axiológica que amplia o escopo de sentidos de determinadas expressões. Neste último tópico observamos a aproximação do DLCP como a política de valor e o efeito de subentendido moral que sanciona a ação política, mas há ainda no corpus de referência ocorrências de avaliação moral explícitas. Vejamos um caso:

Nós somos um país continental. O Lobão disse: hoje é a sétima economia. Mas para a gente virar a quinta, a quarta [economia], ou as dos primeiros lugares, tem uma condição: nós temos de usar a nossa maior riqueza. E qual é a nossa maior riqueza? É que a gente não é um país pequeno, nós somos um país de 190 milhões. Esses 190 milhões é que são a maior riqueza do Brasil, é que transformam o Brasil numa das maiores nações do mundo. Por isso, nesse programa Brasil sem Miséria, nós queremos tirar da miséria os 16 milhões que ainda ganham abaixo de R\$ 70,00 per capita numa família e, portanto, ganham muito abaixo do salário mínimo. Uma família! (ROUSSEFF, 03/06/2011). [cerimônia de batismo da Plataforma P56].

Em um proferimento durante a cerimônia de batismo de uma plataforma de exploração de petróleo, após exaltar o crescimento da indústria nacional, sua atratividade para os investimentos e parcerias estrangeiras e seu relevante papel na economia nacional, a presidente aproveitou a ocasião para reacentuar a marca de seu governo, a luta contra a pobreza como condição da grandeza do país. Nesse trecho do proferimento, o locutor expressa pela síntese anafórica e pela entonação a sua indignação ante o fato de uma família viver com menos de 70 reais por mês. A indignação explícita evidencia frequentemente uma avaliação moral, pois posiciona o locutor ante o que é certo ou errado num contexto determinado. Mas nesse caso ainda há o que é pressuposto como comum dos interlocutores, o que é subentendido como valor de família, a sua sacralidade. No

corpus, em torno do lexema família as referências são sempre acompanhadas de subentendidos morais.

Esses três elementos que analisamos, a atribuição axiológica, o subentendido moral e a avaliação moral explícita são formas de um funcionamento discursivo que produz sobre o próprio discurso uma avaliação de mérito moral. Isto é, a partir desse funcionamento o discurso se faz a si mesmo virtuoso, produz, seja em termos de imagens interlocutivas ou em termos de figuras enunciativas, uma avaliação positiva sobre si que interpela o ouvinte endereçado e o auditório mais amplo do campo discursivo, de modo que caracteriza fundamentalmente a imagem virtuosa do enunciador.

A pergunta que caberia fazer agora é: qual o papel desse porta-voz virtuoso? Armony (2001), ao analisar a linkagem ideológica entre o neoliberalismo e um neopopulismo na América Latina observa que a relação emocional estabelecida entre o líder neopopulista e seus liderados tem uma função específica na aplicação das medidas econômicas neoliberais, como, por exemplo, os planos de ajustamento estrutural. Segundo esse autor, a retórica emocional neopopulista difere da demagogia populista porque não visa iludir as massas ou distraí-las das reais consequências das ações políticas, mas interpela, conclama os cidadãos como indivíduos, isto é, fragmentando os grupos organizados, a participar do sucesso do país ou da construção desse sucesso.

De nossa parte podemos acrescentar que o DLCP permite ao porta-voz, pelo que implica de traços de um neopopulismo, e se os podemos observar em Rousseff, também uma retórica moral além daquela emocional. Aliás, o par emocional-moral não é novidade em termos de retórica, principalmente se considerarmos os líderes populistas. Osakabe (1999) demonstra que nos discursos de tensão de Getúlio Vargas, no contexto de 1940, o locutor faz uso de um conjunto de significações morais, muito mais do que políticas, para significar os interesses nacionais e caracterizar o adversário político como representante do mal. No caso do discurso que analisamos, o esquema moral não atinge o maniqueísmo, mas como é próprio do ideário neoliberal, refere sempre a dignidade humana como condição de sua liberdade (HARVEY, 2005).

No próximo tópico vamos analisar como determinadas formulações do DLCP amparadas nessa retórica moral-emocional enunciada pelo porta-voz nacional

individuam os sujeitos construindo um conjunto de significações sobre a sua participação no desenvolvimento do país que produzem por efeito o que chamamos de deslegitimação política dos sujeitos.

4.3 Deslegitimação política dos sujeitos na luta contra a pobreza

Podemos dizer que tanto as estratégias de gestão da polêmica quanto os modos de uma remanência moral que analisamos anteriormente configuram um *jogo de dizer no lugar de* que por um lado pretende produzir o consenso no interior da contradição e por outro lado a virtuosidade que sanciona a ação política. Neste tópico analisaremos a implicação das formas de funcionamento do DLCP na objetivação dos sujeitos. Nosso argumento é de que através de formas designativas e interpelativas o DLCP produz um deslocamento dos sujeitos da participação política para uma participação produtiva, restrita a relações meramente econômicas. Assim sendo, ao mesmo tempo em que o Estado é concebido como protagonista da luta contra a pobreza, a quem cabe a ação política, tanto grupos organizados quanto os sujeitos individualizados são deslegitimados politicamente em suas ações que visam intervir na questão social. Peñafiel (2008) observa, por exemplo, que operando a substituição da *demanda* pela *necessidade*, o DLCP transforma o significado das lutas sociais e muda o sentido de pobreza como fruto da exploração para consequência de má gestão do social, de modo que as demandas das categorias corporativas como sindicatos, grupos organizados, minorias marginalizadas acabam representando uma oneração dos recursos do Estado em seu próprio proveito ante as necessidades dos mais pobres.

Veremos a seguir que essa nova ordem da questão social se materializa tanto nas formas de designação dos sujeitos quanto na sua interpelação à participação social enunciadas pelo porta-voz, como nova frase democrática que, ao repetir o que todos sabem, permite calar o que cada um entende sem o confessar.

Como o trabalho manual era um trabalho escravo, ele foi sistematicamente desvalorizado. Daí para se desvalorizar qualquer

trabalho, foi uma das características da sociedade colonial, da República Velha e de todo o processo no Brasil.

Mas eu acredito que talvez a mais marcante característica tenha sido a invisibilidade dos pobres e dos miseráveis no Brasil, e a visão de que era possível o país crescer e se desenvolver sem incluir, sem distribuir renda, sem elevar o conjunto da sua população à condição de pleno cidadão consumidor, trabalhador e empresário.

Essa foi a característica mais dramática da herança que a escravidão impôs ao Brasil, e acredito que, de fato, uma das maiores contribuições do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao processo de transformação do Brasil tenha sido a afirmação de que só era possível, de fato, um verdadeiro desenvolvimento se nós também nos dispuséssemos a incluir, a distribuir renda e a fazer desse processo de crescimento econômico um processo de revolução social (ROUSSEFF, 19/11/2011). [encerramento da reunião de chefes de Estado e de Governo do Encontro Iberoamericano de Alto Nível em Comemoração do Ano Internacional dos Afrodescendentes].

E “o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar” (PÊCHEUX, 1990, p. 17). Só *que não*. Não é o caso do porta-voz da luta contra a pobreza, porque sua revolução social não muda nem o mundo nem nenhuma base do mundo, ela inclui uma vez mais contraditoriamente os excluídos, servindo ao último grande projeto de mundo do sistema político capitalista.

essa atual configuração do capitalismo neoliberal engendra regimes globalitários. Produzindo subjetividades, essa forma de capitalismo não apenas se implanta como modelo econômico, mas como semiose hegemônica, que agencia e hegemoniza amplos segmentos sociais em defesa de projetos que excluem a maioria, embora essa maioria possa pensar que esses projetos vão atender a seus interesses (MIOTELLO, 2001, p. 104).

O signo dessa ilusão evidente que se caracteriza como uma grande contradição constitutiva de nosso tempo, podemos dizer, tem uma designação muito estratégica: classe média.

Em recente obra em que investiga o desejo de igualdade contemporâneo das sociedades democráticas, o sociólogo francês Patrick Savidan afirma que esse desejo produz contraditoriamente a própria desigualdade: *c'est parce que nous désirons l'égalité que non seulement nous n'agissons pas contre les inégalités, mais encore que nos comportements travaillent sciemment à l'inégalisation des conditions* (SAVIDAN, 2015, p. 11). A razão, segundo o autor, é

que o desejo de igualdade reflete em verdade o desejo de liberdade individual garantida pela igualdade de condições política, econômica e social, isto é, o que se deseja realmente é a igualdade de condições de poder fazer. Assim, para aqueles que confiariam ao Estado protetor a garantia contra arbitrariedades e incertidões ante o devir, face à crise do Estado providente, do Estado de bem-estar social, os indivíduos privilegiam formas seletivas de solidarização baseadas em motivos afetivos ou por identificação de interesses, isto é, por motivos utilitaristas, que permitem comportamentos que reproduzem condições de desigualdade. Neste sentido, igualdade não é outra coisa senão segurança social como condição da liberdade individual. Ante a isso, a pergunta que podemos fazer é: Que medo vão ter os super-ricos e os super-pobres? Cremos que o desejo de manter a segurança social e a liberdade democrática não tem muito sentido para quem delas ainda não provou e para quem delas não precisa.

Esse temor se instala justamente na classe média que, segundo Cattani (2013), consiste em uma classe materialmente imprecisa que se vê sempre ameaçada, tem aspirações mesquinhas e cuja própria designação obscurece a realidade material. Ao criticar o fato de a pobreza e as desigualdades de modo geral serem consideradas como se não existisse nesse segmento social, Cattani assim caracteriza o conceito e sua suposta referência:

[classe média] nebuloso conceito que se aplica a uma indefinida realidade composta por imprecisos indivíduos. Médio não é nada! Assim, pode ser qualquer coisa. Serão assalariados? Trabalhadores por conta própria? Pequenos empresários? Profissionais liberais? Ninguém sabe ao certo embora uma expressiva parte da população se identifique como sendo de “classe média”. A expressão serve, sobretudo, para designar um autoproclamado segmento de sofrendores que paga impostos e que é permanentemente penalizado pelas ações do governo; um segmento que, segundo as declarações demagógicas e lamuriosas da grande mídia, está ameaçado desde o primeiro dia em que existiu. Embora sem existência material precisa, o que emana desta hipotética classe média são o ressentimento, o desejo insatisfeito e aspirações mesquinhas. Seu lugar e identidade na estrutura social são definidos pelo temor do descenso social e pela ânsia de se aproximar do topo da pirâmide (id., p. 228).

Já Miotello (2001) também observa que a classe média tem uma função específica na despolitização da luta política.

uma camada composta de trabalhadores liberais, funcionários públicos, pequenos comerciantes e industriais, e esses não demonstram coesão para a composição de uma típica classe social, ao mesmo tempo em que mostram pequenos sinais de agregação, no jogo eleitoral eles estão ora à esquerda e ora à direita, defendendo uma gama de interesses não-homogêneos, o que tem possibilitado a instauração do multipartidarismo; e o que tem se notado é que no processo eleitoral eles compõem alianças fictícias, que podem ser rompidas facilmente após esse processo, passando a se atacar mutuamente, uma vez que seus interesses permanecem fragmentados. Normalmente esse grupo tende a apoiar as ações de quem está no governo, uma vez que a realização de seus interesses tem cunho imediatista. Isso tem levado todo o jogo eleitoral para o “centro”, de modo que os partidos se assemelham cada vez mais e a luta política fica cada vez mais pasteurizada (id., p.55-6).

A solidarização utilitarista e imediatista tem sua correspondência na política emergencial, tudo se faz em função do grande peso que representa o presente. Constituída pelas interpretações do passado e pelos projetos de futuro, essa classe do medo, média e mídia, contraditoriamente se importa somente com o presente. Tem uma facilidade incrível de esquecer, substituindo a memória por nostalgia, e para ignorar qualquer planejamento de longa duração, substituindo o sentido da produção pelas sensações dos produtos. Essa classe do medo é, portanto, hipersensibilizada, daí a sua grande empatia pelo sofrimento dos miseráveis, mas desde que a sensação dure o tempo de uma tomada de comercial televisivo, tempo suficiente para a implantação de qualquer medida política que se justifique por se a *melhor de todos tempos da última semana* para sanar a última emergência.

Como projeto neoliberal, tal classe fragmentada é também o objetivo do DLCP que transforma, na fala do porta-voz, em necessidade evidente o que seria flagrante contradição. Como se pode ver no excerto anteriormente exposto, oriundo da fala de encerramento do *Encontro em comemoração do Ano Internacional dos Afrodescendentes* em novembro de 2011, a contiguidade semântica produzida na gradação hierarquizada dos sentidos de grandeza e desenvolvimento do país tem seu *telos* justamente no caráter médio da representação do papel social:

país crescer e se desenvolver → incluir → distribuir renda → elevar o conjunto da sua população à condição de → pleno cidadão consumidor → trabalhador → empresário

Elevar o conjunto da população do país a essa condição média pressupõe os mais pobres e miseráveis, mas o faz como se do outro lado, no peso da balança do desequilíbrio, os mais ricos nem existissem. Nesse excerto, pelo funcionamento da negação lógica, em que se imputa uma contradição na concepção negada, afirma-se o contrário, mas, além disso, produz aí uma substituição de referente do mesmo objeto. Vejamos de novo o excerto:

Mas eu acredito que talvez a mais marcante característica tenha sido a invisibilidade dos pobres e dos miseráveis no Brasil, e a visão de que era possível o país crescer e se desenvolver sem incluir, sem distribuir renda, sem elevar o conjunto da sua população à condição de pleno cidadão consumidor, trabalhador e empresário.

O objeto contraditório negado é a invisibilidade dos pobres e miseráveis, mas a forma de sua negação, que caracteriza subjuntivamente o referente como possibilidade ou dúvida no passado do processo modaliza a asserção de maneira que não implique agentes específicos para as causas que se contentam com o genérico país. Por isso, tudo se passa como uma concepção, como uma ideia, a visão de que era possível tal conjuntura passada que já não o é agora na afirmação do contrário. Assim, se na asserção se fala dos pobres, dos miseráveis, da pobreza de tal modo específico e orientado, lembrando que aí se trata, nos termos de Verón, da modalização descritiva que opera sob a forma de uma constatação de um estado de coisas que ao mesmo tempo coloca o enunciador como fonte de inteligibilidade e da apreciação, produz-se aí contraditoriamente a invisibilidade dos ricos, dos super-ricos, das grandes fortunas não só pela simples ausência de sua menção, mas pelo funcionamento de uma dissimulação pela qual os agentes são alçados à mesma condição daqueles que sofrem as consequências do processo, isto é, país. O país age, o país prejudica a todos, o país assim o faz se pensar assim e não de outro modo. Ou seja, a objetivação do conjunto da população à condição média é mais um mecanismo de produção de consenso o qual trabalha especificamente sobre a pluralidade de identidades contraditórias.

Outro ponto relevante desse funcionamento contraditório da identificação dos sujeitos está na designação ou na equivalência de designações que significam no quadro semântico de pleno cidadão consumidor, verdadeira cidadania, inclusão produtiva, mercado interno e desenvolvimento que convergem

para a classe média. Como vimos anteriormente, a relação entre o aumento do consumo e o desenvolvimento econômico pela manutenção de um mercado interno foi uma perspectiva formulada já no ideário desenvolvimentista do governo Vargas. Contudo, naquele contexto ainda estava na força do trabalho o desenvolvimento e o progresso social. O aumento do consumo era um meio para elevar a capacidade de produção do trabalhador e o trabalho era o signo da cidadania. O que se observa hoje é uma mercantilização da cidadania onde o consumo se torna o signo da inclusão social e a promessa de prosperidade econômica do país. Nesse sentido, podemos dizer que o DLCP registra uma mudança da ética do trabalho para uma ética do consumo que encontra no cidadão médio o sujeito de sua realização.

Vejamos outros excertos. Vamos separá-los conforme o tom retórico dos proferimentos dos quais foram extraídos em fala de prestação de contas, fala de adesão e fala de persuasão (cf. Osakabe, 1999). No primeiro conjunto predomina a modalidade enunciativa descritiva, no segundo as modalidades programática e prescritiva e no terceiro tipo a modalidade didática. A diferenciação das modalidades enunciativas nesse caso serve para que se perceba que o efeito desse quadro semântico que objetiva o indivíduo-objeto da luta contra a pobreza como classe média permanece invariável, independentemente do interlocutor privilegiado, dos destinatários instituídos, da configuração argumentativa e da pauta política.

Fala de prestação de contas:

Primeira coisa que eu queira dizer: nós, nos últimos oito anos, tiramos milhares de pessoas da pobreza, tiramos milhares e milhões, para bem dizer, nós chegamos a tirar em torno, até 2009, em torno de 28 milhões de pessoas da pobreza extrema e elevamos à classe média 36 milhões até o final... já metade de 2010 isso (ROUSSEFF, 22/03/2011). [cerimônia de lançamento do Programa de Fortalecimento da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo do Útero e de Mama].

Nós sabemos também que o Brasil avançou muito, nós sabemos que nós temos toda uma população que entrou na classe média para atender e para levar a um processo de integração produtiva que eu chamaria também de educativa no Brasil. E essa nova população de classe média, ela é sem sombra de dúvidas uma das grandes conquistas e uma das maiores heranças e melhores heranças que eu tenho do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (ROUSSEFF, 26/04/2011). [37ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)].

E nós sabemos que o nosso país só cresceu do jeito que cresceu, nos últimos anos, porque nós tiramos da miséria milhões de brasileiros, e eles viraram consumidores, eles viraram cidadãos. E são eles que fazem com que este país seja rico (ROUSSEFF, 03/06/2011). [cerimônia de batismo da Plataforma P56].

Nós sabemos que nesse momento nós conseguimos, através de todo esse processo, elevar a condição de pessoas de classe média, nos nossos parâmetros de classe média, quarenta milhões de brasileiros. Ainda temos muito a fazer, temos um caminho imenso a percorrer, temos esse imenso desafio que é liderado aqui pela ministra Tereza Campello, de retirar da pobreza extrema dezesseis milhões de pessoas (ROUSSEFF, 15/12/2010). [encontro com a Diretora Executiva da ONU Mulheres, Michelle Bachelet].

Fala de adesão:

E por isso eu tenho certeza de que o meu governo, assim como eu assisti no governo do presidente Lula, nós queremos não ser um entrave para os pequenos e microempreendedores. Nós queremos ser os facilitadores da sua expansão e da sua capacidade de produção de riqueza.

É também um momento muito importante, porque nós, quando fazemos isso, beneficiamos o Brasil inteiro, porque aqui se gera renda que vai comprar os produtos de todos os segmentos, da agricultura aos serviços, e à própria indústria. E fortalecemos um elemento essencial do nosso país, que faz parte da nossa política de combate à pobreza. Nós queremos fortalecer a classe média brasileira e dar à classe média brasileira oportunidades, não só na área de Educação, Saúde, não só na área do empreendedorismo, mas em todas as áreas.

Porque país rico é país sem pobreza, mas, sobretudo, país sem pobreza é um país com classe média forte. E é isso o que nós estamos fazendo hoje aqui. Nós queremos que o nosso país seja um país de classe média. E isso significa também combater a miséria, combater os... tirar da miséria, das condições de miséria, 16 milhões de brasileiros e brasileiras. Com isso, nós queremos, cada vez mais, um mercado interno forte (ROUSSEFF, 10/11/2011). [solenidade no Palácio do Planalto, lei que altera o Supersimples e o programa Microempreendedor Individual].

Mas sabemos que, mesmo assim, nós temos de reconhecer, já de hoje, que esse segmento de produtores precisa de novos e melhores instrumentos de apoio à produção e comercialização. Precisamos construí-los em conjunto, através de um processo de diálogo, porque é estratégico para o Brasil. E, por isso, nós criamos o lema do nosso governo – País Rico é País sem Pobreza. Porque nós queremos criar uma classe média, uma classe média que dê sustentação ao Brasil. E uma classe média, ela não é pobre, ela não pode ser pobre. Ela tem que ser capaz de dar não só a sustentação econômica, mas também criar um tecido social que permita que nós tenhamos uma verdadeira cidadania em nosso país.”

[...]

E, senhoras e senhores, nós vivemos hoje um momento em que o mundo passa por dificuldades, e todos vocês sabem disso. Nós não somos uma ilha, mas, ao mesmo tempo em que não somos uma ilha, não somos um país desprotegido. Pelo contrário, nós somos um país protegido pelo seu imenso mercado interno, pelo fato de que nós, nos últimos anos, tiramos 40 milhões de pessoas e transformamos este país em um país, pela primeira vez, de classe média, efetivamente. A maior parte da nossa população é hoje de classe média. E isso torna o país mais protegido (ROUSSEFF, 23/11/2011). [cerimônia de encerramento do seminário “Os desafios do Brasil como 5ª potência mundial e o papel do agronegócio”].

Mas o Brasil, hoje, está em outras condições, e, por isso, eu quero deixar aqui registrada uma das questões mais importantes da nossa força: que é o fato de que nós somos um país que estamos em condições de tirar os 16 milhões da pobreza e de elevar para as classes médias toda a população mais pobre do país. Nós queremos, de fato, um país de classe média, que consome, que consuma, que seja capaz de produzir seja nos seus pequenos empreendedores urbanos, as pequenas empresas, as médias empresas e os microempreendedores individuais, seja as populações rurais dos programas de agricultura familiar, dos programas de cooperativas, das produções comunitárias (ROUSSEFF, 16/12/2011). [cerimônia de assinatura do termo de compromisso do Plano Brasil sem Miséria com os governadores da região Centro-Oeste].

Fala de persuasão:

O Brasil vem tendo uma trajetória de crescimento sustentável e duradouro, com extraordinária ampliação de seu mercado interno, fruto de um ciclo virtuoso de expansão da renda dos nossos trabalhadores, da população em geral e da classe média, com controle da inflação e disciplina macroeconômica. Mais do que traduzir um imperativo moral, o lema do meu Governo – “País rico é país sem pobreza” – representa a nossa determinação de combater a exclusão, fazendo de todo brasileiro um produtor, um consumidor, mas, sobretudo, um cidadão. O crescimento econômico que nós tivemos nos últimos anos reflete justamente o fato de que combatemos a miséria e integramos milhões e milhões de brasileiros e brasileiras o mercado interno. Com isso, este país passou a ser um país exportador e com uma forte âncora no mercado interno também. Essas orientações de política econômica criaram um ambiente atraente para investidores. Adotamos um ambicioso plano de investimentos em nossa infraestrutura energética, em nossa infraestrutura de transportes, de portos e aeroportos. (ROUSSEFF, 17/05/2011). [almoço oferecido ao primeiro-ministro da Suécia, Fredrik Reinfeldt].

O último excerto desse conjunto parece significar a designação *classe média* diferentemente do processo de identificação do indivíduo-objeto da luta contra a pobreza, pois a justaposição distingue trabalhadores, população em geral e classe

média. Porém, se não ignoramos o conjunto de formulações associadas que colocam em equivalência *classe média* e *verdadeiro cidadão*, *mercado interno*, *inclusão produtiva*, *combater a miséria*, *consumidor*, podemos considerar que a designação *classe média* não funciona apenas como um coletivo generalizante, mas funciona com o efeito de um operador de inteligibilidade que faz falar a contradito a evidência dessa matriz de sentido construída, a de que todo brasileiro é um sujeito econômico do desenvolvimento que integra a extraordinária ampliação do mercado interno. A diferença recai em *população em geral* como coletivo genérico que indetermina um a mais, aquilo de que não se esquece completamente, mas de que se lembra sem efetivamente dizê-lo.

Quanto às formas de interpelação à participação social, observamos no corpus de referência que essa participação é, sobretudo, caracterizada como participação produtiva e não política propriamente. Quanto à participação política, essa é legitimada somente na forma institucionalizada e tutelada do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

O Conselho Econômico e Social, ele reflete a diversidade do nosso país. Nele estão reunidos representantes de trabalhadores, de empresários, de movimentos sociais, organizações não governamentais, igrejas e outros importantes setores da sociedade. Desde a sua criação em 2003 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o CDES formulou propostas concretas e discutiu com o governo como nós iríamos construir um país mais próspero e mais justo. E esse desafio, eu acredito que foi muito importante para o governo e para o CDES, porque, nesse período, o nosso país se beneficiou das contribuições que o CDES prestou. E eu estou certa de que é importante a valorização deste Conselho como um órgão que possa permitir ao país ter esse contato entre governo e setores da sociedade. Daí porque eu assumo o compromisso de valorizar este espaço plural e democrático, e, sobretudo, fortalecer aqui também o debate dos caminhos e dos desafios que o país enfrenta (ROUSSEFF, 26/03/2011). [37ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)]

Além de muito escassa, a referência a movimento social na fala presidencial se dá sob um deslocamento semântico que o faz passar por ordens de classe de trabalho.

Nós temos a convicção de que este país só será grande se todos os brasileiros e brasileiras forem grandes com ele. Por isso, cada brasileiro, cada brasileira, cada família brasileira, ela tem de ser o centro da nossa política, a coisa mais importante para um governo. Se não for assim, o Brasil perde a sua maior riqueza, que não é – apesar de ser importante que a gente tenha – o petróleo, que não é a quantidade de minério que nós temos, mas é, sobretudo, a nossa população. É o que nos torna um dos países maiores, mais fortes e com um futuro garantido pela frente de prosperidade e justiça. Mas isso depende de nós.

Somos nós que temos de construir essa justiça, essa prosperidade. Nós quem? Nós, governo, nós, movimentos sociais, e nós, povo de todos os rincões do Brasil (ROUSSEFF, 01/03/2011). [cerimônia de início do Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania].

Especialmente, nesse proferimento a designação *movimentos sociais* se refere às associações de trabalhadores cujos representantes estavam presentes na cerimônia: Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, Movimento [Interestadual] das Quebradeiras de Coco Babaçu, Movimento de Mulheres Camponesas e Movimento dos Pequenos Agricultores. Nesse excerto, além da participação social ser significada como inclusão produtiva sob a condição da grandeza do país e do sentido de movimento social ser restringido a uma identidade funcional de trabalho, o enunciador se inclui na identificação dos destinatários, como a liderança que representa, na sua afirmação do *nós*. Assim, sob a dominância do DLCP, o papel do movimento social no desenvolvimento é legitimado sob a condição de ser absorvido pelo representante oficial. Movimentos sociais reivindicatórios que apresentam projetos de mundo diferentes da política oficial e dos sentidos hegemônicos são praticamente apagados da existência histórica sob a liderança contraditória do líder que evoca a memória do seu papel militante na redemocratização do país e da relação do partido trabalhista, pelo qual foi eleito, com diversos grupos sociais organizados. A imagem do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), por exemplo, é substituída pela da agricultura familiar, a da UNMP (União Nacional Por Moradia Popular) é substituída pela da minha casa minha vida, a de grupos organizados heterogêneos é substituída pelas das cooperativas.

Não se trata, aí, apenas de uma troca simbólica. A nosso ver, o jogo de substituições de referentes e sentidos consiste antes em uma forma de subjetivação dos sujeitos que corresponde ao projeto atomista e majoritário do neoliberalismo. Segundo Armony (2001), a ideologia neoliberal é baseada em uma concepção

atomista e fatalista de sociedade. Por um lado, concebe os indivíduos, e não os grupos organizados, como blocos de construção da economia e da política, uma vez que promove oportunidades para todos como condições iguais em que os indivíduos compartilham de um conjunto de direitos sociais e mútuas obrigações. Por outro lado, implica esse *todos* como *cada um* na realização de um objetivo superior que é o sucesso do país na concorrência do mercado globalizado, daí ser uma visão fatalista e majoritária, porque o fracasso econômico do país recai sobre cada um.

É nesse ponto que o neoliberalismo promove tendências neopopulistas, pois cria uma implicação entre o destino individual dos sujeitos e o destino nacional, sendo cada país é concebido como um concorrente na dinâmica global de produção e consumo cuja performance depende da participação de todos seus cidadãos. Assim, ao passo que promove a erosão de identidades coletivas que emperram o regime globalitário e a fragmentação da sociedade civil pela competição entre iguais, o neoliberalismo pressupõe gerenciar as identidades nacionais, pois implica uma relação de dever dos cidadãos para com o sucesso do Estado. Por isso, ao mesmo tempo, essa ideologia promove a crença entre uma conexão empírica, direta e empática entre as raízes nacionais como signo do papel social, a ação cidadã de cada um, e o líder nacional a quem compete fazer o chamamento de todos e de cada um à sua responsabilidade para com o destino da nação, através de uma retórica que em geral se faz passar por simples, franca e de senso comum.

Os excertos abaixo exemplificam bem essa forma de interpelação fragmentária dos indivíduos à participação produtiva e o papel do líder nacional na relação empática dessa interpelação:

Esse é um objetivo que tem de ser realizado com passos claros por nós. Nós temos de ter tranquilidade e saber que crescer é um desafio que cada um de nós tem de encarar. Nenhum de nós pode achar que é função do governo federal ou do governo do estado ou dos municípios, só, fazer o Brasil crescer. É nossa função, sim, mas é a função de cada um, do espírito empreendedor, que eu tenho certeza que tem em cada um dos brasileiros, sejam eles trabalhadores, sejam microempresários, pequenos empresários, médios ou grandes. Nós temos de tomar nas nossas mãos o destino do nosso país (ROUSSEFF, 17/03/2011). [cerimônia de assinatura de Protocolo de Intenções entre o governo de MG, Petrobras e Cemig para a implantação de gasoduto e Unidade de Fertilizantes Nitrogenados].

Um desafio que só será vencido se governo e sociedade se unirem de fato nesta luta, com toda a força, coragem e convicção.

[...]

Em suma, esta é a grande hora da Educação brasileira. Isso só será possível se cada pai, cada aluno, cada professor, cada prefeito, cada governador, cada empresário, cada trabalhador tomar para si a tarefa de acompanhar, discutir, cobrar, propor e construir novos caminhos para a nossa Educação. Como Presidenta, como mãe e avó, darei tudo de mim para liderar esse grande movimento (ROUSSEFF, 10/02/2011). [Pronunciamento à nação em cadeia nacional de rádio e TV].

E isso é fundamental que cada um, não só o governo... Porque só o governo, nós até conseguimos fazer um pouco, mas governo e sociedade fazem a diferença e transformam o país. Por isso, eu digo para vocês: essa consciência de que nós não podemos nos conformar em conviver com a desigualdade, com a exclusão é que fez com que meu governo – e nós estaremos anunciando a continuidade do programa de erradicação da miséria ainda neste primeiro semestre – meu governo focasse a sua ação social em cima da erradicação da miséria de um lado e do fortalecimento da Educação técnica profissional de outro (ROUSSEFF, 01/03/2011). [cerimônia de anúncio da implantação do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Bahia].

Essas formas de subjetivação fragmentária que observamos se desenvolvem pela afirmação de identidades, mas esse processo também ocorre por meio da negação de identidades coletivas como se observa, por exemplo, em relação a grupos funcionais informais. Daí porque uma das vias desse processo de identificação consiste em colocar a capacitação e formalização dos trabalhadores como condição de vida digna, de geração de riquezas, do consumo, da inclusão produtiva no escopo dos direitos de cada um e de todos. Fora dessa tutela autoafirmada não se existe.

Buhr (2011) argumenta que dois procedimentos discursivos garantem a coerência retórica da ideologia neoliberal. O primeiro consiste na substituição de sentidos e conceitos pelo seu inverso, como por exemplo, fazer significar por igualdade as piores desigualdades reais nos âmbitos do ter, do poder e do saber, ou seja, faz-se passar por universal um sentido meramente formal restrito aos direitos e à lei; outro exemplo é quando se faz passar por mercado concorrencial aquilo que é senão efeito do monopólio do capital. O segundo procedimento consiste em uma obliteração de sentidos, de apagar da circulação formas de se pensar as relações, como por exemplo, substituir por “capital humano” o conceito de força de trabalho,

impedindo dessa forma a reflexão de que a sua mercantilização visa senão a exploração.

O papel especial que o DLCP tem nessa configuração ideológica vai além da legitimação de práticas econômicas que pressupõem medidas políticas específicas, como os planos de ajustamento estrutural, por exemplo, que contraditoriamente geram mais pobreza. Sua função age diretamente nos sujeitos, individualizando a pobreza e constituindo uma única forma possível de mundo. Leite (2013) ao analisar as concepções de pobreza nos relatórios do Banco Mundial, enunciados fundadores do DLCP, como vimos no capítulo 3, observa que

Nos RDMs analisados, não há referências à produção da pobreza. As “características dos pobres” tão enfatizadas sobretudo no RDM de 1990, e que são fruto dos processos de reprodução da sociedade inclusiva, aparecem reificadas, sem vínculos com tal organização social e com a história. Abstraídos tais determinantes, abre-se caminho para a individualização e a naturalização da pobreza. Na verdade, os RDMs em análise tratam, muito mais do que da pobreza enquanto condição social, do indivíduo pobre, daquilo que o caracterizaria e das supostas relações entre tais características e o fato de ele ser pobre. Já aquela naturalização evidencia-se, por exemplo, no modo pelo qual se entende a carência de recursos enfrentada pelos pobres: substantivam-se, como supostos “capitais”, a competência (skill), a saúde, as redes sociais de que participam os indivíduos “capital humano”, “capital social”. Todos têm — ou podem vir a ter — capital. Desapareceram as relações sociais capitalistas. Como também desapareceram os determinantes da “nova pobreza globalizada”, como a chama Santos (2005b: 35): o “desemprego”, a “destruição de recursos naturais” e — atendendo aos ditames neoliberais — a “minimização dos custos salariais à escala mundial”. As propostas para o enfrentamento da pobreza não têm, pois, razão para afetar a forma vigente de organização social nem sua configuração atual, o capitalismo neoliberal e globalizado — tudo isso também naturalizado, porque inelutável.

Assim, coerente com o projeto de fragmentação do social, o DLCP absorveu, inverteu e reproduz certa concepção subjetivada de pobreza (que surgiu justamente como resposta aos processos de pauperização desencadeados pelo regime neoliberal) ao conceber os pobres homoganeamente como oportunidade da ação de mercado, como potenciais consumidores. É nesse sentido que identidades coletivas devem ser absorvidas e transfiguradas ou desconstruídas para darem lugar a nichos de mercado de produtos e de créditos.

Fazendo significar por autonomia, empoderamento e liberdade individual o processo de desagregação e isolamento dos indivíduos, o DLCP constitui os pobres como a soma de indivíduos definidos por uma única característica, a pobreza, embora recorra a *distinções evidentes* como os *miseráveis* ou os *mais pobres* quando demanda a argumentação ou a critérios de multidimensionalidade quando se faz necessário justificar políticas de foco. Já vimos com Simmel quais as consequências de se definir homogeneamente pela pobreza a posição social de uma massa heterogênea de indivíduos. Recapitulando, esse autor observou no início do século XX que tal definição ou objetivação dos indivíduos produzia uma exclusão dos pobres da cadeia teleológica da ordem social, como classe passiva definida pela maneira como a sociedade reagia e se conduzia em relação a ela. Além disso, em termos de direitos, a finalidade da assistência visava a manutenção do *status quo* para que o pobre não se tornasse um inimigo social, isto é, era um direito do cidadão que pagava impostos a ter uma sociedade de bem estar. Em termos direito as coisas não mudaram muito, pois está na origem do DLCP um controle de população que visa a boa execução dos planos de ajustamento estrutural, mas em termos teleológicos a compreensão migrou do social para o mercadológico, muito além do econômico, podemos dizer. Nesse sentido, como é próprio do funcionamento da ideologia neoliberal, o DLCP faz significar por inclusão a própria exclusão; e a classe dos pobres continua sendo definida pela sua característica puramente passiva, só que sendo essa característica significada como empoderamento, momento em que o sujeito é afetado pela ilusão de individualidade (ORLANDI, 2012).

As novas consequências dessa individuação homogeneizante, dessa inclusão excludente, é fazer crer no papel e na capacidade individual da luta contra a pobreza pelo sujeito da pobreza. Mas não só, porque é elemento do mesmo processo neoliberal de erosão das identidades coletivas de resistência. Como dissemos, trata-se de uma absorção da concepção subjetivada da pobreza surgida nos anos de 1980, a qual, como vimos anteriormente, tem sua base ideológica no marxismo, na luta anticolonial, no humanismo filosófico e no social catolicismo; este último, para ficar claro, visto como a pedra no sapato do avanço neoliberal na América Latina, justamente porque comunitário na expressão das Comunidades Eclesiais de Base e universalizante na sua posição antiglobalitária. Se, como

observou Andrade (1989), a ética da pobreza que se desenvolveu dessa concepção subjetivada da mesma permeou um vasto esforço de organização e mobilizações alternativas das populações carentes em mutirões, ocupações de terra etc. que procuraram resolver seus próprios problemas, construindo uma autonomia comunitária, pelo efeito assujeitante do DLCP, tratou-se primeiramente de desagregar a autonomia comunitária empoderando individualmente os sujeitos como agentes da própria luta, como proprietários e empreendedores de si mesmos. Como observa Boron (1995), a sociedade civil depois do dilúvio neoliberal transformou-se em um mercado de cidadania. Se as identidades coletivas de resistência já vinham sendo deslegitimadas por inúmeros processos de desconstrução, criminalização ou financeirização, a ação individual de luta é igualmente deslegitimada se coloca o pé fora da régua tutelar que constituirá o pobre como novo cidadão consumidor da inclusão produtiva.

A partir de um deslocamento ético do trabalho pelo consumo como valor de cidadania, o sujeito individualizado é também colocado no mesmo estatuto dos outros atores deslegitimados (sindicatos, organizações de classe, trabalhadores industriais, camponeses, corporações etc.) da participação política. As lutas desses atores deslegitimados acabam configurando uma oposição à luta contra a pobreza, um conflito direto com a ação do Estado sobre a classe pobre, assim, ao mesmo tempo em que o discurso prega a autonomia do sujeito pobre em sua luta contra a pobreza ele é deslegitimado para tanto. Produz-se ao mesmo tempo um valor contraditório para as reivindicações populares organizadas e uma inconsistência para os seus argumentos clássicos de mobilização. Em outras palavras, o mercado, por meio de seus agentes múltiplos de desenvolvimento global, ao assumir o primeiro posto na luta contra a pobreza, apropriou-se do direito à reivindicação popular, tornando o social uma propriedade economicamente gerenciável. No âmbito da designação as coisas foram de *políticas públicas* para *políticas sociais* depois para *políticas sociais e econômicas* e agora já podemos ver circular *políticas econômicas e sociais*. Não falta muito para chegarmos em *medidas econômicas sociais* e sabe-se mais o quê.

Dos conceitos aos sujeitos e desses novamente aos conceitos: tudo deve ser pensado pelo viés econômico ou pela política despolarizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual.

(Karl Marx)

Por trás de toda e aparente padronização de objetos, uniformidade de ideias e homogeneização de relações sociais e das interações interindividuais, da mesma forma que por trás de toda e aparente valorização das diferenças e do individualismo, bem como por trás do ideal de sociedade plural e da democracia indentitária, tanto quanto da produção da subjetividade fragmentada, subsiste uma contradição. Toda distinção, sendo uma contraposição, é a possibilidade de se perceber uma contradição, seja como causa ou efeito, bem como as duas coisas ao mesmo tempo enquanto condição intergeracional, como compreende Louis Althusser, porque a contradição é sempre desigual entre os contrários.

Partindo do pressuposto de que a contradição material é constitutiva de todo processo discursivo, em nosso estudo do discurso da luta contra a pobreza nos propusemos analisar seus aspectos contraditórios. Porém, meio que na contramão de uma tradição pós-courtineana, não privilegamos os efeitos de sentido nem especificamente a estruturação na linguagem decorrentes da contraposição entre FDs e da relação de dominação entre ideologias antagônicas. Sabíamos de início da condição hegemônica do DLCP, mas não os interessou observar em seu interior aquilo que diria contraditoriamente como voz de resistência, nem tampouco procuramos observar, como fez Courtine, em que medida o funcionamento de uma FD dominada diria contraditoriamente o saber da FD dominante. Nosso interesse, devemos admitir, foi se construindo no andamento da análise como postura heurística para com a hipótese da hegemonia do DLCP. E por falar em postura, aqui também admitimos nosso descontentamento com o método dialético que, acreditamos, nesse tempo em que tudo parece já ter sido dito, parece mais uma simulação de combate intelectual do que uma busca pela compreensão satisfatória

do objeto cognoscível, um ascetismo científico, diria Nietzsche. Assim, não nos ocupamos de desconstruir as verdades científicas sobre nosso objeto. Quisemos levar a contradição, enquanto princípio teórico, para outro lugar, para o agir na contramão. Portanto, observamos o DLCP como discurso hegemônico e nos ocupamos de compreender que a hegemonia não significa apenas imposição às resistências, mas também a cooperação dessas com um projeto dominante. Isso não absolve as perversidades de um poder dominante, mas implica repensar as tendências dos homens e as formas como a vontade do povo, do *todos*, se transforma no poder de alguns e ao mesmo tempo na legitimidade desse poder. Assim, considerando a contradição como objeto de análise, procuramos compreender as formas pelas quais o DLCP age sobre as contradições ideológicas, deduzindo que esse modo de ação ofereça as possibilidades de identificação das tendências e vontades, as formas de cooperação como oportunidades para todos.

Por isso, ao final do trabalho já não consideramos apenas contraditório que a luta contra a pobreza seja uma política e, portanto, o discurso das instituições do dinheiro. Tampouco que seja somente contraditório que um governo trabalhista deseje aumentar o Estado de um lado e formatar neoliberalmente os sujeitos de outro. O neoliberalismo nos parece uma espécie de ameba colossal que tudo absorve e da qual o DLCP é um mero tentáculo. Se podemos observar ou desejar nesse discurso uma contradição, é, como disse o filósofo brasileiro Paulo Arantes a respeito do capitalismo, que morra de overdose de si mesmo.

Por outro lado, não podemos pensar que a condição hegemônica do DLCP tenha-lhe permitido já concretizar seu alcance total sobre as desigualdades sociais, como um mundo sem volta. De fato, uma de suas principais contradições, a doutrinação do consenso, mostra que não. Assim como as estratégias desse processo, as formas de obliteração de palavras-conceitos, de subjetivação moral ou despolitização do confronto político, de deslegitimação política e fragmentação dos grupos organizados de resistência, de descomunitarização ou individualização dos sujeitos e de uso de líderes nacionais como porta-vozes da competitividade mostram que existe aí um esforço contínuo de manutenção de sentidos e de visão de mundo. Especialmente, em nosso estudo pudemos identificar na inclusão produtiva essa gestão de mundo.

Sendo, como já dissemos, um componente da formação ideológica neoliberal, o DLCP também confronta o principal inimigo desse projeto de mundo, o trabalhador. Daí ser o registro de uma mudança da ética do trabalho para uma ética do consumo como valor de cidadania. Hoje mais vale ser consumidor do que trabalhador. Trabalhar é uma condição e meio para ser consumidor. Do trabalho, nos diz Marx, foi arrancado o sentido de o homem fazer a história.

De fato, o mundo tem sido gestado como o mundo de um *incomum acordo* onde os subalternizados concordam sem saber por que concordam ao mesmo tempo em que pressentem uma aterrorizante consequência do desacordo, pois essa consequência não é intuída como ato social-contratual, mas sim como autoinfligimento, isto é, o desacordo significa para o subalternizado que ele e mais ninguém é individualmente o único agente de seu prejuízo.

“Agradeço porque me concede fazer a sua obrigação”

“Peço desculpa por eu fazer meu trabalho”

Esses dois enunciados caracterizam inúmeras situações de vida dos subalternizados.

O medo se torna condição natural que organiza a vida do sujeito individualizado e subalternizado. Essa, podemos dizer, foi uma cartada de mestre do projeto neoliberal que encontra no DLCP uma forma de reprodução: o medo original de uma guerra de escravos foi transferido para os próprios escravos, é só deles e de mais ninguém o futuro sombrio. Se a concepção de pobreza subjetivada nascida de ideias revolucionárias e contraliberais permitiria um processo de comunitarização dos espoliados, a sua rápida absorção e inversão teleológica pelo projeto de mundo neoliberal significou um golpe ferrenho na utopia humana do homem.

Retomando a compreensão de que toda prática discursiva se inscreve num complexo contraditório desigual, diremos a contradição também tem uma dimensão relativa à perspectiva. Toda contradição ideológica é ao mesmo tempo uma prática de dominação coerente que se manifesta nos discursos como forma de sua reprodução.

A história dos pobres feita pelas classes dominantes é repleta dessas práticas de discurso. Para nós brasileiros há um exemplo emblemático: “o sertanejo é antes de tudo um forte”. No contexto dessa prática de discurso o sertanejo era antes de tudo um pobre... e como tal, um fraco. A história prova a sua fraqueza

quando encaramos os diversos processos de dizimação desse tipo de pobre. Um desses processos foi justamente o discurso. O sertanejo foi dizimado ao se tornar folclore e ser arrancado da existência real pelo discurso que o apologizava. Da mesma forma, hoje e constantemente, os tipos pobres sofrem práticas nocivas de discurso que se não podem flagrantemente operar a sua dizimação pelo menos garantem a sua precarização. Uma dessas práticas encontramos como herança de um tempo em que “findaram” as grandes distinções, quando a mesma vontade de igualdade que pretendia sacudir o mundo tratou de reordenar a desigualdade, transferindo-a do lugar de nascimento para as ocupações laborais. Se por otimismo deixamos de considerar a propriedade, ainda assim a igualdade entre os homens é flagrantemente desmentida pelo valor da profissão. E assim também o pobre encontra o seu lugar que deve ser sempre aquele precarizado. Quando, de maneira inocente e natural, nomeiam-se certas classes de trabalhadores de subalternas, por exemplo, é a precarização agindo pela linguagem. Porque não dizer classes inferiorizadas, para marcar explicitamente que há um processo que as torna inferiores? Quando um professor diz aos alunos: “estuda senão vai ser isso e aquilo, senão vai trabalhar nisso e naquilo”, está reproduzindo em discurso a mesma prática de precarização. Porque em última instância, a nossa escola garantida por direito é uma escola laboral que formata o precariado.

Ao final de nosso estudo percebemos que, contrariamente às perspectivas de narrativas do cotidiano pautadas na descrição de realidade e contrariamente às perspectivas empiricistas econômicas pautadas na mensuração de realidade, o estudo da pobreza necessita ser um estudo do trabalho, mas de modo que este não se identifique apenas com o sistema de produção vigente e legitimado, nem com a produtividade, como assinala Amaral Lapa.

“Chegou a hora de fazer calar a economia e voltar a escutar a teoria política e a filosofia moral” (BORON, 1999, p 56).

Ao final deste estudo consideramos que analisar os discursos sobre a pobreza com maior ênfase sobre os discursos a respeito do trabalho, ao invés de privilegiar especificamente um discurso de luta contra a pobreza, pode revelar um universo mais amplo de fenômenos que envolvem as práticas de reprodução e de

legitimação de sentidos que garantem a permanência de ideologias dominantes que por sua vez sustentam um estado determinado de desigualdades, tarefa que nos propomos como trabalho futuro.

Conclusão

E então diria La Palice: Quando aquele rei exibiu para a corte a sua nova roupa do rei, foi mais Real do que qualquer outro dia, porque os súditos contemplaram, envaidecidos, sua própria capacidade de ver que beleza de roupa!

A contradição ideológica é sempre uma força produtiva: tanto pode transformar o novo quanto pode reproduzir indefinidamente o que aí está... por meio da estratégia de produzir sob nova roupagem *dia a dia, hora a hora*, a mesma ideia de que sempre estará.

Para encerrar com quem caminhamos, podemos dizer: a língua da ideologia da luta contra a pobreza permite conduzir a luta de classes sob a aparência da paz social: o que os clássicos do marxismo chamaram “fraseologia”.

Referências

- ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. **O marco discursivo da participação solidária e a redefinição da questão social**: construção democrática e lutas políticas no Brasil pós 90. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.
- ANGENOT, Marc. **Hégémonie, dissidence et contre-discours**: réflexions sur les périphéries du discours social en 1889. *Études littéraires*, vol. 22, n° 2, 1989, p. 11-24.
- _____. **O discurso social e as retóricas da incompreensão**: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. Organização de Carlos Piovezani. São Carlos: EdUFSCar, 2015.
- ANDRADE, Regis de Castro. Política e Pobreza no Brasil. *Lua Nova*, São Paulo, n° 19: 1989, p. 107-121.
- ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias da Desigualdade**: como Brasil Mudou nos últimos 50 anos. São Paulo, Ed. Unesp/CEM, 2015.
- ARMONY, Victor. Is there a link between neo-liberalism and neo-populism? *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 21 n°2, april/june, 2001, p.62-77.
- BADIOU, Alain & ALTHUSSER, Louis. **Materialismo Histórico e Materialismo Dialético**. Global, 1979.
- BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da Criação Verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.
- BAKHTIN, M. M. /Volochínov, V. N. (1929). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.
- Banco Mundial, **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001**: Luta contra a pobreza, Washington (DC), Banco Mundial, 2001.
- BARONAS, R. L. Bakhtin, Foucault e Pêcheux na Análise de Discurso: problema sociológico ou epistemológico? *Estudos Linguísticos XXXV*, 2006, p. 156-165.
- BARONAS, Roberto Leiser & PONSONI, Samuel. Semiolítica: fundamentos epistemológicos. *Revista Linguagem*, 21° Edição, 2013.
- BARTHES, R. **Mitologias**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.
- BIHR, Alain. L'idéologie néolibérale. *Semen*, Revue de sémio-linguistique des textes et discours, 30, Les langages de l'idéologie. *Études pluridisciplinaires*, 2011, p. 43-56.
- BOFF, Leonardo. **Ética da Vida**: A Nova Centralidade. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- BONNAFOUS, Simone. **Bilan critique d'une recherche en analyse du discours**. In: *Mots*, mars 1983, N°6. pp. 135-159.
- BORON, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 63-118.

_____. Os “novos Leviatãs” e a *polis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1999, p. 07-67.

BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 3 ed. – São Paulo: Contexto, 2006.

_____. “Análise e Teoria do Discurso”. In: _____. **Bakhtin: Outros Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2008.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. (2ª ed. Revista). Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

CAMPOS, Thiago Manchini. **Os sentidos da pobreza: Estado, mercado e ciência em palavras e fotografias**. 2013. 333 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CARACELLI-SCHERMA, Camila. **A palavra como concretude do espírito de uma época: o nascer-já-caminhando das ideologias da competitividade e a agricultura globalizada**. 2015. 277 f. tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, 2015.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso Pereira. **Mundo do trabalho e (des)proteção social no Brasil: ensaios de interpretação da história recente**. 2013. 468 f. tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

CATTANI, Antônio David. As palavras da desigualdade. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C.; MITMANN, Solange (Orgs.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013, p. 225-232.

CAZARIN, E. A. Da polifonia de Bakhtin à heterogeneidade na Análise de Discurso. In: ZANDWAIS, Ana. (Org.). **Mikhail Bakhtin: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005, p. 132-147.

CHARAUDEAU, P. A quoi sert d’analyse le discours politique ?, in Análisi del discours polític, **IULA-UPF**, Barcelone, 2002.

_____. Une éthique du discours médiatique est-elle possible ?, revue **Communication** Vol.27, N°2, Éditions Nota Bene, Québec, 2009

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação de tradução: Fabiana Komesu. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHIZOTTI, Antônio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios**. Revista portuguesa de educação, Portugal, ano 16, n° 002, 2003, p. 221-236.

CIMADAMORE, Alberto D.; CATTANI, Antônio David. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Tradução: Ernani Ssó. Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. Ed. Martins Fontes, São Paulo, 1999.

CORACINI, M. J. R. F. Histórias de vida e Pobreza: por uma (intro)dução. In: CORACINI, M.J.; GHIRALDELO, C. (Org.). **Identidades Silenciadas e (In)visíveis: entre a inclusão e a exclusão**. Campinas (SP): Pontes Editores, 2011, p. 17-28.

COSTA, F. R.; ZANGELMI, A. J.; SCHIAVO, R. A. Comunidades Eclesiais de Base e Teologia da Libertação: algumas reflexões sobre catolicismo liberacionista e ritual. **INTRATEXTOS**, Rio de Janeiro. vol 2, nº 1, pp 33 – 50, 2010.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos, SP: EdUFSCar, 2009.

_____. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

_____. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. In: **Langages**, 15e année, n°62, 1981. Analyse du discours politique [Le discours communiste adressé aux chrétiens] pp. 9-128.

COURTINE, J.-J.; PIOVEZANI, C. (orgs.). **História da fala pública**: uma arqueologia dos poderes do discurso. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015.

DAGATTI, Mariano. **Imágenes de sí y pathos político los discursos públicos de Néstor Kirchner (2006-2009)**. 2014. 484 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014.

DOCUMENTO SANTA FE II: Una estrategia para América Latina en la década de 1990. Difundido por: Proyecto Emancipación emancipa@sinectis.com.ar - www.emancipacion.org

DROIT, Roger-Pol. **Ética**: Uma Primeira Conversa. São Paulo, Editora: WMF Martins Fontes, 2012.

DUPREL, E. **Le rapport social**: Essai sur l'objet et la méthode de la sociologie, Paris, Alcan, 1912.

_____. **Traité de morale**, Tome I, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles, 1967.

_____. **Traité de morale**, Tome II, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles, 1967.

_____. **Esquisse d'une philosophie des valeurs**. Paris, Alcan, 1939.

_____. **Sociologie générale**. Paris, Presses universitaires de France, 1948.

_____. **Essais pluralistes**, recueil d'articles. Paris, Presses universitaires de France, 1949.

EZEQUIEL, M. Pobreza como objeto histórico: problemas empíricos e teóricos. **Diálogos**, América do Norte, 2, mai. 2010.

FARRANHA, Ana Claudia. **Olhares sobre a pobreza**: entre o global e o local – a experiência de microcrédito no município de Vitória/Es. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FIORIN, José L. **As astúcias da enunciação**. As categorias de pessoa, espaço e tempo. São Paulo: Ática, 1996.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola: 1996

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1997.

GERALDI, João W. **Texto e discurso**: questões epistemológicas para a linguística. In: _____. Ancoragens – Estudos bakhtinianos. São Carlos-SP: Pedro e João Editores, 2010.

GIL, Beatriz Daruj; CARDOSO, Elis de Almeida; CONDÉ, Valéria Gil. **Modelos de análise linguística**. São Paulo, Contexto, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GREGOLIN, M. R. V. **A análise do discurso**: conceitos e aplicações. ALFA: Revista de Linguística, v. 39, 1995.

_____. **Discurso e Mídia**. A cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

_____. Bakhtin, Foucault, Pêcheux. In: Beth Barit. (Org.). **Bakhtin**: Outros conceitos-chave. Bakhtin. Outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2006, p. 33-52.

GRIGOLETTO, E. Reflexões sobre o funcionamento do discurso outro: de Bakhtin à Análise de Discurso. In: ZANDWAIS, Ana. (Org.). **Mikhail Bakhtin**: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005, p. 116-131.

GUIMARÃES, E. J. "Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil". In: Eduardo Guimarães. (Org.). **Mosaico de linguagens**. Campinas-SP: Pontes/CELLIP, 2006, p. 11-28.

HAROCHE Cl., Henry P., Pêcheux Michel. La sémantique et la coupure saussurienne : langue, langage, discours . In: **Langages**, 6e année, n°24, 1971. pp. 93-106.

HARVEY, David. **Breve historia del neoliberalismo**. Buenos Aires, Ediciones Akal, 2007.

HENRY, P. (1997). "Os Fundamentos Teóricos da Análise de Discurso de M. Pêcheux" in **Por uma Análise Automática do Discurso**, Ed. Unicamp, Campinas.

HENRY P., MOSCOVICI Serge. Problèmes de l'analyse de contenu. In: **Langages**, 3e année, n°11, 1968. Socio-linguistique. pp. 36- 60.

INDURSKY, F. A ideologia em Bakhtin e em Pêcheux: um estudo em contraponto. In: ZANDWAIS, Ana. (Org.). **Mikhail Bakhtin**: contribuições para a filosofia da linguagem e estudos discursivos. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2005, p. 101-115.

_____. **Remontando de Pêcheux a Foucault**: uma leitura em contraponto. S/d. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Paineis/FredaIndursky.pdf>

INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina (orgs). **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C.; MITMANN, Solange (Orgs.). **O acontecimento do discurso no Brasil**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013, p. 225-232.

IVO, Anete Brito Leal. **Viver por um fio**: pobreza e política social. São Paulo: Annablume, 2008.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JINKINGS, Isabella. **Sob o domínio do medo**: controle social e criminalização da miséria no neoliberalismo. 2007. 287 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930). Campinas, SP, Brasil: Editora Unicamp, 2008.

LEITE, Izildo Corrêa. **Cidadanias Desiguais e reprodução das desigualdades na contemporaneidade capitalista**. Textos & Contextos (Porto Alegre), V. 10, N. 2, P. 288 - 301, Ago./Dez. 2011.

_____. **Nomear, conceituar, representar**: os incapazes, ou a concepção de pobre(z) formulada pelo Banco Mundial. In.: XIX Congresso Latino-Americano de Sociologia, ALAS (Associação Latino-Americana de Sociologia), Chile, 2013.

LIMA, Carlos Cirne. **Sobre a contradição**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

MAFRA, Telma Aparecida. Imagens femininas: manifestações históricas e literárias. **Revista UniABC** - v.1, n.2, p. 104-115, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Doze conceitos em análise do discurso**. Sírio Possenti e. Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva (Org.). São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Que cherchent les analystes du discours?** Argumentation et Analyse du Discours [En ligne], 9 | 2012, <http://aad.revues.org/1354>.

MALDIDIER, Denise. 3. Le discours politique de la guerre d'Algérie: approche synchronique et diachronique. In: **Langages**, 6e année, n°23, 1971. pp. 57-86.

_____. **L'inquiétude du discours**, textes de Michel Pêcheux, choisis et présentés par Denise Maldidier, Editions des Cendres, 1990.

MARQUES, Carlos. A Imprensa Libertária: jornalismo operário e resistência anarquista na primeira década do Século XX. **Antiteses**, v. 5, n. 10, p. 855-864, jul./dez. 2012.

MARTINS, Sílvia H. Z. "A representação da pobreza nos registros de repressão: metodologia do trabalho com fontes criminais". **Revista de História Regional**. 3(1): 87-116, 1998.

Marx, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: DIFEL, 1982

Marx, Karl & Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**: I – Fierbach. São Paulo : Hucitec, 1986.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Escala, 2007.

MATTA, Roberto da. **A casa & a rua** – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara Koogan S.A, 1991.

_____. **On the brazilian urban poor**: an anthropological report. Kellogg Institute, Democracy and Social Policy Series, working paper #10 – Spring. Project "Social Policies for the Urban Poor in Southern Latin America: Welfare Reform in Democratic Context", 1995.

MATTOS, Maria Augusta B. de. **Dispersão e Memória no Quotidiano**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTOS, Romulo Costa. **Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República**. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

MAZIERE, F. **L'analyse du discours**. Histoire et pratiques. Paris, Presses universitaires de France (Que sais-je ?), 2005.

MIOTELLO, V. **A construção turbulenta das hegemonias discursivas**: o discurso neoliberal e seus confrontos. 2001. 339 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

_____. **Discurso da ética e a ética do discurso**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011.

MOIRAND, Sophie. **Les discours de la presse quotidienne**: observer, analyser, comprendre. Paris, Presses Universitaires de France, 2007.

_____. **Variations discursives dans deux situations contrastées de la presse ordinaire**. Les Carnets du Cediscor [En ligne], 6 | 2000, mis en ligne le 01 janvier 2002, consulté le 04 avril 2014. URL: <http://cediscor.revues.org/337>

ORLANDI, E. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Orlandi. Campinas, Pontes, 2011.

_____. **A análise de discurso e seus entre-meios**: notas a sua história no Brasil. Cad. est. ling., Campinas, (42): 21-40, jan./jun. 2002.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: UNICAMP, 1993.

_____. **Discurso e texto**: formulações e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

_____. (Org.) **Discurso Fundador**: A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

OSAKABE, Haqira. **Argumentação e Discurso Político**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PAVEAU, Marie-Anne. **Langage et morale**. Une éthique des vertus discursives. Limoges, Lambert-Lucas, 2013.

_____. **Les diseurs de vérité ou de l'éthique énonciative**. Cahiers de recherche de l'École Doctorale en Linguistique française 6, Numéro spécial Hommage à Camillo Marazza, coordonné par Mariagrazia Margarito et Enrica Galazzi, Milan, Lampi di Stampa, p. 197-212, 2012.

_____. **Populisme**. Itinéraires discursifs d'un mot voyageur. Critique, Populismes, p. 75-84, 2012.

_____. **Réalité et discursivité**. D'autres dimensions pour la théorie du discours. Semen, 34, 2012.

PASCHOAL LIMA, R. C. C. Lixo, trabalho e crítica social. In: PASCHOAL LIMA, R.C.C. (Org.). **Leitura**: Múltiplos Olhares. Campinas: Mercado de Letras, 2005, p. 155-186.

PÊCHEUX, M. **Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 4 ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, C. (Org.); SARGENTINI, V. M. O. (Org.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2011, p. 63-75.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. **Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours**. In: Mots, octobre 1984, N°9. Michel Pêcheux. Analyse de discours. Mots dans l'histoire: individu, subsistances, patronat, honnêtes-gens. pp. 7-17.

PECHEUX, Michel, LEON, Jacqueline, BONNAFOUS, Simone, MARANDIN, Jean-Marie. Présentation de l'analyse automatique du discours (AAD69): théories, procédures, résultats, perspectives. In: **Mots**, mars 1982, N°4. Abus de mots dans le discours. Désabusement dans l'analyse du discours. pp. 95-123.

PECHEUX, Michel, FUCHS, Catherine. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. In: **Langages**, 9e année, n°37, 1975. pp. 7-80.

PENA, L. A. **Imprensa e política no Brasil**: a militância jornalística do proletariado. Rio de Janeiro, epaperseditriais, 2007.

PEÑAFIEL, Ricardo. **L'Événement discursif paupériste, Lutte contre la pauvreté et redéfinition du politique en Amérique Latine**: Chili, Mexique, Venezuela (1910-2006). Thèse de doctorat, Montréal, Université du Québec à Montréal, Département de Sciences politiques, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção política dos programas de ajustamento estrutural nos anos 1980. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 359-381, 2013 .

PIOVEZANI, C. Análise do discurso político: novos objetos, novas perspectivas. In: Navarro, Pedro (Org.). **Estudos do Texto e do Discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 243-257.

_____. **Verbo, Corpo e Voz**: dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PLUM, Werner. **Discussões sobre a pobreza das massas nos princípios da industrialização**: aspectos sociais e culturais da industrialização. Gilberto Calcagnotto (Trad.). Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, c1979. 228 p

POSSENTI, Sírio. **Os limites do discurso**. Curitiba-PR: Criar Edições, 2004.

_____. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. "Estereótipos e identidade: o caso das piadas". In: _____. **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002.

PRIESTLAND, David. **Uma Nova História Do Poder**: Comerciante, Guerreiro, Sábio. Tradução de Isa Mara Lando E Mauro Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

ROBAINA, Carlos Roberto de Souza. **O conceito de contradição em Hegel e seu desdobramento na obra de Marx**. 2013. 108 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

RUBIM, A. A. C.; AZEVEDO, F. Mídia e política no Brasil: textos e agenda de pesquisa. **Lua Nova**, n.43, 1998, pp. 189-216. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451998000100011>.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **Pós-neoliberalismo II**: que Estado para que democracia? Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 1999.

SAGLIO-YATZIMIRSKY, Marie-Caroline. "A comida dos favelados". **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 58, Dec. 2006.

SARGENTINI, V. M. Os estudos do Discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. **Estudos Linguísticos** (São Paulo), v. 1, 2006, p. 181-190.

SAVIDAN, Patrick. **Voulons-nous vraiment l'égalité?** Paris, Albin Michel, 2015.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

SILVA, D. E. G. da. "Representações discursivas da pobreza e discriminação na mídia". In: SILVA, D. E. G. da et. al. **Discurso em questão**. Representação, gênero, identidade, discriminação. Goiânia, GO: Cênone Editoria, 2009, p. 63-74.

SILVA, J. B. A. **Projetos para o Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

SIVERIS, Daiane. Subjetivação e contradição na/pela língua. **Conexão Letras**, Volume 7, nº 8, 2012, p. 93-108.

SOUSA, Jorge P. As **Notícias e os Seus Efeitos**. As Teorias do Jornalismo e dos Efeitos Sociais dos Media Jornalísticos. Coimbra: Minerva Editora, 1999. (Versão on-line sem paginação) http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php?html2=sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

SPRANDEL, M. A. **A pobreza no paraíso tropical**: Interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

_____. **Da paisagem ao foco**: a pobreza nos discursos sobre o Brasil. In: TEIXEIRA, C. C. & CHAVES, C. A. (orgs.). Espaços e tempos da política. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.

STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Interpretações sobre a pobreza na época do Desenvolvimentismo**: análise dos discursos de Vargas e JK. 2011. 230 f. tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

TSETUNG, Mao. **Sobre a Contradição**. Fonte: Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Pequim, 1975, Tomo I, p. 525-586. Transcrição e HTML: Fernando A. S. Araújo. <https://www.marxists.org/portugues/mao/1937/08/contra.htm>

TURATI, C. A. **Particularidades ideológico-discursivas do gênero do discurso notícia**: a compreensão do discurso alheio sob o paradigma da objetividade. 2012. 194 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

VERÓN, Eliseo. “La palabra adversativa”. In. VERÓN, Eliseo (et. al.) **El discurso político**. Ed. Hachette. Buenos Aires, 1996, págs. 13 – 26.

World Bank, **World Development Report 1990**: Poverty, New York, Oxford University Press, 1990.

YOUNG, Iris Marion. Representação Política, Identidade E Minorias. **Lua Nova**, São Paulo, 67: 2006, p. 139-190.

ZANDWAIS, A. **Reconfigurando a noção de formação discursiva**: deslocamentos produzidos a partir de um contraponto. *Leitura Maceió*, N.50, P. 41-59, jul./dez. 2012

ZOPPI-FONTANA, M.G. **Identidades (in)formais**: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. *Organon* 35, vol. 17, nº 35, 2003, p. 35-57.

_____. **Objetos paradoxais e ideologia**. *Estudos da língua(gem)*, Vitória da Conquista, nº1, jun/2005, p. 41-59.

_____. Althusser e Pêcheux: um encontro paradoxal. **Conexão Letras**, Volume 9, nº 12, | 2014, p. 23-35.

CORPUS

ROUSSEFF, Dilma. **Pronunciamento à nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV. Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.**

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura do XII Fórum dos Governadores do Nordeste. Aracaju-SE, 21 de fevereiro de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio da implantação do Terminal de Regaseificação de Gás Natural Liquefeito (GNL) da Bahia. Salvador-BA, 1º de março de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de início do Mês da Mulher: Trabalho e Cidadania. Irecê-BA, 1º de março de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de assinatura de Protocolo de Intenções entre o governo de MG, Petrobras e Cemig para a implantação de gasoduto e Unidade de Fertilizantes Nitrogenados. Uberaba-MG, 17 de março de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de lançamento do Programa de Fortalecimento da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer de Colo do Útero e de Mama. Manaus-AM, 22 de março de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do programa Rede Cegonha. Belo Horizonte-MG, 28 de março de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de formatura da Turma 2009-2011 do Instituto Rio Branco. Palácio Itamaraty, 20 de abril de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a 37ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Palácio do Planalto, 26 de abril de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço oferecido ao primeiro-ministro da Suécia, Fredrik Reinfeldt. Palácio Itamaraty, 17 de maio de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de batismo da Plataforma P56. Angra dos Reis-RJ, 03 de junho de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de posse da ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Gleisi Hoffmann. Palácio do Planalto, 08 de junho de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de sanção da lei que altera o Supersimples. Palácio do Planalto, 10 de novembro de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, no encerramento da reunião de chefes de Estado e de Governo do Encontro Iberoamericano de Alto Nível em Comemoração do Ano Internacional dos Afrodescendentes. Salvador-BA, 19 de novembro de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de encerramento do seminário “Os desafios do Brasil como 5ª potência mundial e o papel do agronegócio”. Unique Palace – Brasília-DF, 23 de novembro de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com a Diretora Executiva da ONU Mulheres, Michelle Bachelet. Palácio do Planalto, 15 de dezembro de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura do termo de compromisso do Plano Brasil sem Miséria com os governadores da região Centro-Oeste. Palácio do Planalto, 16 de dezembro de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de celebração de Natal dos catadores de materiais recicláveis e da população em situação de rua. São Paulo-SP, 22 de dezembro de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Programa Estadual de Inclusão Produtiva Vida Melhor - Oportunidade para quem mais precisa. Salvador-BA, 05 de agosto de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega do navio Celso Furtado. Niterói-RJ, 25 de novembro de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de assinatura do termo de pactuação do Plano Brasil sem Miséria com os governadores da região Sul. Porto Alegre-RS, 14 de outubro de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.

ROUSSEFF, Dilma. Palestra proferida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, aos participantes do Exame Fórum 2011. São Paulo-SP, 30 de setembro de 2011. Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/>. Último acesso em: janeiro de 2014.